



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1374

Segunda-feira - 25 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3
Água Doce	3
Biguaçu	3
Bom Retiro	8
Braço do Trombudo	12
Caçador	13
Camboriú	16
Campo Alegre	45
Campos Novos	57
Canoinhas	66
Catanduvas	83
Chapadão do Lageado	84
Cocal do Sul	84
Concórdia	84
Cordilheira Alta	94
Correia Pinto	97
Corupá	98
Curitibanos	103
Ermo	110
Faxinal dos Guedes	111
Forquilha	114
Fraiburgo	114
Garopaba	118
Garuva	119
Gaspar	129
Grão Pará	130
Guaramirim	131
Herval d'Oeste	132
Ibiam	133
Imbituba	140
Iomerê	143
Ipumirim	145
Irineópolis	162
Itapiranga	168
Itapoá	170
Jacinto Machado	171
Joaçaba	172
Lages	175
Lauro Muller	176
Lebon Régis	181
Leoberto Leal	185
Luzerna	186
Mafra	188
Massaranduba	198
Meleiro	208
Modelo	212
Morro da Fumaça	217
Navegantes	217
Nova Trento	220

Orleans	221
Palhoça	223
Passo de Torres	250
Passos Maia	250
Paulo Lopes	251
Peritiba	252
Pinheiro Preto	252
Pomerode	256
Porto Belo	257
Porto União	257
Presidente Castello Branco	259
Rio do Sul	260
Santa Terezinha do Progresso	262
São Bento do Sul	263
São Domingos	268
São João do Sul	270
São José	271
São Lourenço do Oeste	279
São Pedro de Alcântara	286
Schroeder	286
Serra Alta	336
Sombrio	336
Timbó	336
Turvo	338
Vargem Bonita	339
Videira	343
Vitor Meireles	347
Xavantina	348

Associações

AMFRI	348
-------------	-----

Consórcios

CIM-AMAVI	349
CINCO	350

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br
www.diariomunicipal.sc.gov.br



22 DE NOVEMBRO

Parabéns, Lages, por seus 247 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



CIGA

Consórcio de Informática na
Gestão Pública Municipal



ARIS

Agência Reguladora
Intermunicipal de Saneamento

Abdon Batista

PREFEITURA

24/2013

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2013
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 19/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06/12/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2013
CONVITE 6/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 28/2013, na modalidade "CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 6/2013", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de camisetas personalizadas para utilização no encerramento dos trabalhos de 2013 do grupo Hiperdia, o qual será processado e julgado no dia 03 de dezembro de 2013 às 14:00 horas, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 21 de outubro de 2013
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS



Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 3538 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3538 de 18 de novembro de 2013
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BELONICE MEZECO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BELONICE MEZECO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 05/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3539 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3539 de 18 de novembro de 2013
Admitir o (a) Servidor (a) JOSÉ DALVO BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSÉ DALVO BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3540 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3540 de 18 de novembro de 2013
Admitir o (a) Servidor (a) MARINES DE QUEIROZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e

dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARINES DE QUEIROZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3541 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3541 de 18 de novembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3542 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3542 de 18 de novembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3543 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3543 de 18 de novembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LUIZA CARLA WALTRICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUIZA CARLA WALTRICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/10/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/10/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3544 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3544 de 18 de novembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANE ERONDINA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE ERONDINA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/09/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3545 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3545 de 18 de novembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TEREZINHA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TEREZINHA DO NASCIMENTO, de

acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/11/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/11/2013.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3546 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3546 de 18 de novembro de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Cláudia Vanderleia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escriturário e Marivalde Ines Kons Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Ramon Duarte, conforme Ofício nº 11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3547 de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3547 de 18 de novembro de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Katia Roussenq Bichels, ocupante do cargo efetivo de Pedagogo, Sincler Bilck, ocupante do cargo efetivo de Vigia e Jean Carlo da Silva, ocupante do cargo efetivo de Vigia, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Andrews Aderbal da Rosa, conforme Ofício nº 13/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3556/2013

PORTARIA nº 3556/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei Nº 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, KAMILA DEL CANALE PEREIRA, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/11/2013 a 16/03/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3557 de 21 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3557 de 21 de novembro de 2013

ERRATA:

Na portaria 2869/2013, de licença para tratamento de saúde do servidor Rogério Silva, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria 2869 de 30 de setembro de 2013:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9507/2013 em anexo no período de 17/08/2013 a 14/11/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9507/2013 em anexo no período de 27/08/2013 a 24/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3558 de 21 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3558 de 21 de novembro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Charles Miranda da Silva, ocupante do cargo comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Charles Miranda da Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos, nível CC-3, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 20/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3559 de 21 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3559 de 21 de novembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARLY VITORIO GARCIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARLY VITORIO GARCIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2014 a 31/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/01/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3560/2013

PORTARIA Nº 3560/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONETE FERREIRA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11078/2013 em anexo no período de 19/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3561/2013

PORTARIA Nº 3561/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude

de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11024/2013 em anexo no período de 18/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3562/2013

PORTARIA Nº 3562/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11061/2013 em anexo no período de 18/11/2013 a 02/12/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3563/2013

PORTARIA Nº 3563/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA VIOLA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10930/2013 em anexo no período de 11/11/2013 a 25/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3564/2013

PORTARIA Nº 3564/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GIOVANI AMORIM, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10935/2013 em anexo no período de 13/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3565/2013

PORTARIA Nº 3565/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10970/2013 em anexo no período de 13/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3566/2013

PORTARIA Nº 3566/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISTELA GUIMARÃES DE FARIA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11109/2013 em anexo no período de 09/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3567/2013

PORTARIA Nº 3567/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11058/2013 em anexo no período de 13/11/2013 a 12/03/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3568/2013

PORTARIA Nº 3568/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HELENA MARIA DE OLIVEIRA KAMER, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11026/2013 em anexo no período de 14/11/2013 a 22/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3569/2013

PORTARIA Nº 3569/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA MACHADO DA COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11004/2013 em anexo no período de 13/11/2013 a 27/11/2013.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3570/2013

PORTARIA Nº 3570/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RAFAEL FRANCISCO VALVERDE, ocupante do Cargo efetivo de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11001/2013 em anexo no período de 13/11/2013 a 11/01/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Ato de Justificativa

ATO DE JUSTIFICATIVA - ART. 5º DA LEI FEDERAL Nº 8987/95

Ato do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, efetuando a justificativa a que se refere o artigo 5º da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

CONSIDERANDO que o Município de Biguaçu possui a competência constitucional para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, o serviço funerário, ex vi do art. 30, V da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 175 da Constituição Federal, art. 124 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 1º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, determinam que as permissões ou concessões de serviços públicos devem ser feitas sempre através

de licitação;

CONSIDERANDO que o Contrato de Concessão para exploração de serviços funerários dentro do Município de Biguaçu, celebrado em 31/12/1989, e fundamentado na cláusula 4ª, d, do Edital de Concorrência nº 02/89, onde o mesmo ficou renovado pelo prazo de 10 (dez) anos, a iniciar em 01/01/2000 e a se encerrar em 31/12/2010;

CONSIDERANDO que o Contrato de Concessão de Serviços Funerários e sua prorrogação já estão vencidos desde 01/01/2010;

CONSIDERANDO que o serviço funerário atualmente vem sendo prestado de forma satisfatória por 02 (duas) empresas;

CONSIDERANDO a função social do serviço funerário caracterizada pelo atendimento a carentes e indigentes, bem como as implicações relativas à saúde pública e o caráter cultural e religioso da atividade;

CONSIDERANDO que a necessidade de oferta de serviço eficiente e satisfatório, em atendimento ao interesse público e às necessidades dos usuários, com atendimento digno e abrangente, do qual todas as camadas da sociedade possam se socorrer, bem como, o equilíbrio econômico do setor;

CONSIDERANDO ser razoável, plausível e economicamente viável ao Poder Público a manutenção dos serviços funerários sob a responsabilidade da iniciativa privada, no regime de concessão;

Considerando que a Lei Municipal nº 586/1989 dispõe sobre o serviço funerário no município, estabelecendo em seu artigo 1º que será executado através de concessão, após regular processo licitatório, pelo prazo de 10 (dez) anos;

Considerando o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

JUSTIFICATIVA

I - O Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, oportunamente, tornará público o procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, para a concessão do serviço funerário no Município para 03 (três) empresas, pelo prazo de 10 (dez) anos.

II - A área de abrangência da concessão compreende todo o território do Município de Biguaçu.

III - A contratação de 03 (três) empresas decorre da natureza e da essencialidade do serviço, do alto custo operacional envolvido na prestação dos serviços, afastando o risco de inviabilidade técnica e econômica da exploração do serviço funerário, evitando desta forma o comprometimento da qualidade final do serviço prestado ou aumento do custo da tarifa.

IV - O fundamento legal para a outorga da referida Concessão, dentre outros dispositivos citados, advém da Lei Municipal nº. 586/1989, da Lei Complementar Municipal nº. 57/2012 e da Lei Federal nº. 8.987/95

Publique-se o presente uma vez no Diário Oficial do Estado, no Órgão Oficial do Município, em jornal diário de grande circulação local, para conhecimento público.

Biguaçu, 06 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal de Biguaçu

Bom Retiro

PREFEITURA

2201.13 - L. Nome Posto Saúde

Lei n.º 2201/13 de 20.11.13.

DA NOMENCLATURA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL "CARLOS ALBERTO DE SOUZA".

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado "CARLOS ALBERTO DE SOUZA" a Unidade de Saúde Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

2202.13 - L. Crédito Especial Contr.Posto Saúde

Lei n.º 2202/13 de 20.11.13.

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2013, por provável excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.25.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.23 - Recursos Transf.Conv.Saúde R\$ 408.000,00

Total R\$ 408.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.23 - Transferência de Convênio -Saúde, receita: 24.71.01.00.01 - Transferência de Convênio da União - SUS - Construção UBS-com objetivo construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro - SC.

Art. 3º Fica incluído no PPA 2010-2013 e LDO/2013 a criação desta modalidade de aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Prefeitura Municipal de Bom Retiro em 20 de novembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

119.13 - Dec. Desmembramento Adelina W. Albino

Decreto Nº 119/13 de 12.11.13

Autoriza o desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Conforme requerimento nº 333//2013, que esta Prefeitura aprovou através de decreto, o desmembramento do imóvel de propriedade de ADELINA WERLICH ALBINO, CPF nº 764.708.659-68 e EDSON MARCOS ALBINO, CPF nº 899.530.539-87, inscrição imobiliária nº 01.01.078.0072.001, de uma área total de 43.133,23m², matriculado no registro de imóveis no livro nº 8.079, em 7 Áreas: área 01 - com 620,00m²; área 02 - com 950,00m²; área 03 - com 386,54m²; área 04 - com 7.000,00m², área esta, que será amembrada e escriturada para Gentil Schneider, que é confrontante, como comprova em anexo a matrícula nº 6722, do registro de imóveis e com inscrição imobiliária nº 01.01.083.0005.001, área 06 - com 491,50m²; área 07 - com 560,50m², área 05 - com 33.124,69m², área remanescente. As áreas 01 e 04 estão em nome da requerente Adelina Werlich Albino e as demais áreas estão em nome de Edson Marcos Albino.

A frente da área 01 fica situada na Avenida 24 de Outubro, Centro, Bom Retiro, SC, e a frente das áreas 02,03,05,06 e 07 ficam situadas na Rua 14 de Janeiro, Bairro Bela Vista, Bom Retiro, SC. As medidas e confrontações estão no memorial descritivo e mapa em anexo, visado por este órgão. O levantamento topográfico, com data de maio/2010, foi efetuado pelo agrimensor José Luiz Florentino da Silva - CREA 13.314-8.

Art. 2º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica e iluminação pública e canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos Nºs 94/13 de 09.09.13 e Decreto nº 117/13 de 08.11.13.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de novembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

120.13 - Dec. Anulação. FMS

Decreto N.º 120/13 de 20.11.13

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições

legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2147/2012 de 14 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o recurso orçamentários no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 2.000,00
Sub Total R\$ 2.000,00
Total da Suplementação R\$ 2.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 2.000,00
Sub Total R\$ 2.000,00
Total Geral das Anulações R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1015.13 - P. Aposentadoria Moacir R. Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1015/13 de 19.11.13

Concede Aposentadoria por Idade

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Idade, conforme Benefício 148.814.108-5, Espécie: 41 ao servidor municipal Moacir Rogério Mendes - ocupante do cargo de Operador de Máquinas - Padrão I - Nível 05, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1016.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Vitorino L. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1016/13 de 20.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 24 e 25 de outubro de 2013, ao funcionário Vitorino Lídio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1017.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Vanderlei Cardoso

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1017/13 de 20.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 20 e 21 de novembro de 2013, ao funcionário Vanderlei Cardoso, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1018.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Angelita Ap. S. Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1018/13 de 20.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de novembro de 2013, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, Ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 09, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1019.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Oscar G. Peron

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1019/13 de 20.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de novembro de 2013, ao funcionário Oscar Graciano Peron, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1020.11.13 - P. Des. Prof. Tatiani D. Berbieri

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1020/13 de 20.11.13

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Tatiani Deucher Berbieri, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 18 de novembro com término no dia 17 de dezembro de 2013, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição da titular Ivonete Rodrigues Borges Vieira que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1021.11.13 - P. Des. Prof. Gean K. Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1021/13 de 20.11.13

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Gean Karla Melo, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Antonia Maria da Silva Veira, no período de 18 de novembro com término no dia 17 de dezembro de 2013, para

Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição do titular Gervazio Marcelino Kull que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1022.11.13 - P. Remanejamento Rosemary B. V. Eger

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1022/13 de 20.11.13

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Rosemary Boa Ventura Eger, ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Canoas, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Bairro Centro a partir do dia 20 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1023.11.13 - P. Des. Ag. Saude Luciana P. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1023/13 de 20.11.13

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Luciana Paula da Silva, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José, no período de 20 de novembro com término no dia 31 de dezembro de 2013, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Joceléia Aparecida Amorim que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1024.11.13 - P. Des. Ag. Saude Alessandra Medeiros

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1024/13 de 20.11.13

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Alessandra Medeiros, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Canoas, no período de 20 de novembro com término no dia 31 de dezembro de 2013, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1025.11.13 - P. Lic. Sem Venc. Alceu dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1025/13 de 20.11.13

Concede Licença Sem Vencimento

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 110/2013 de 20.11.13, e despacho em 20 de novembro de 2013, Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares por um período de 02 (dois) anos, ao funcionário Alceu dos Santos, ocupante do cargo de Zelador - Padrão I - Nível 01 - do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. A contar do dia 21 de novembro de 2013 com término no dia 21 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1026.11.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Adriana Z. Capistrano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1026/13 de 22.11.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 20 de novembro de 2013, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1027.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Iolete F. G. Zelazowski

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1027/13 de 22.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de novembro de 2013, a funcionária Iolete de Fátima Guckert Zelazowski, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1028.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Alexandra Neuhaus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1028/13 de 22.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta na declaração apresentada 01 (um) dia de licença para realizar doação de sangue no dia 19 de novembro de 2013, a funcionária Alexandra Neuhaus, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

121.13 - Dec Crédito Especial Contr. Posto Saúde

Decreto N.º 121/13 de 20.11.13.

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2013, por provável excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado na Lei n.º 2202/13 de 20 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.25.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.23 - Recursos Transf.Conv.Saúde R\$ 408.000,00

Total R\$ 408.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.23 - Transferência de Convênio -Saúde, receita: 24.71.01.00.01 - Transferência de Convênio da União - SUS - Construção UBS - com objetivo construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro - SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro em 20 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 231/2013

PORTARIA Nº 231/2013

Homologa decisão comissão sindicância.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a decisão da comissão de sindicância nomeada pela portaria nº 128/2013 de 11.06.2013, apurando a autoria e responsabilidade das multas aplicadas a viatura do Município de Braço do Trombudo, com placa: MIV-0885.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Braço do Trombudo, 22 novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 230/2013

PORTARIA Nº 230/2013
Designa Servidor

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora Elisabeth Baade Larsen, ocupante do cargo de Auxiliar de Serv. Gerais-Mer./Serv, efetuar a emissão e assinatura de Guia de Trânsito Animal (GTAs), no âmbito do município de Braço do Trombudo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA**Decreto Nº 5.808 - Nomeia Comissão Especial de Avaliação.**

DECRETO Nº 5.808, de 20 de novembro de 2013.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ALCEU ZARDO e ALCIR IRINEU BAZZANELLA, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das seguintes áreas abaixo relacionadas:

I - um terreno rural localizado no Bairro São Cristovão, medindo 32.142,28m2, constante na matrícula nº 24.424, do Registro de Imóveis desta Comarca, pertencente à SINTRIVEST;

II - um terreno rural medindo 2.336,00m2 de uma área maior medindo 7.000,00m2, constante na matrícula 1580, do Registro de Imóveis desta Comarca, pertencente ao Município de Caçador;

III - um terreno urbano medindo 5.309,00 m2, constante na matrícula 18.216, do Registro de Imóveis desta Comarca, pertencente ao Município de Caçador.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.286

PORTARIA Nº 23.286, de 14 de Novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caçador, e o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/12/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, LAISA REGINA CHAVES SCHIMITT DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Psicóloga, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social, no Grupo Ocupacional do Poder Executivo Municipal, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 01 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso Alteração e Prorrogação de Prazo CC 01-2013 Saúde

SECRETARIA MUN. DE SAÚDE DE CAÇADOR - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alteração de Licitação e Prorrogação de Prazo

Edital: Concorrência Nº 01/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA. Alteram-se documentos de habilitação descritos no item 2.1 do Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 26/12/2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 26/12/2013. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 21 de novembro de 2013.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS.
Secretaria Municipal de Saúde

Aviso de Licitação PR 33/2013 FUNDEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 33/2013 - FUNDEMA
TIPO: Menor Preço

OBJETO: AQUISIÇÃO DE HIDROMETROS PARA INSTALAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LOCALIDADE ADOLFO KONDER E OUTRAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 Horas do Dia 06/12/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:05 Horas do Dia 06/12/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, Sítio Avenida Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 21 de novembro de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI

Presidente da Fundema

Ratifica Contrato Administrativo Nº 91/2013 - Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2013 - DISPENSA Nº 07/2013, 1º ADITAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2013, ALTERA NOMINATA DA CONTRATADA/LOCADORA E ALTERA FORMA DE PAGAMENTO, Objeto - LOCAÇÃO DE PARTE DE TERRENO RURAL LOCALIZADO NO MORRO DAS ANTENAS - LINHA SEMINÁRIO - PARA INSTALAÇÃO DE TORRE DE REPETIÇÃO, CONTRATADAS/LOCADORAS: LUCIANA RASADOR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 022.209.009-08, residente e domiciliada no Município de Rio das Antas/SC; IEDA MARIA RASADOR NORA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 037.742.379-30, casada com ADELAR NORA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 518.067.629-00, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; CANDIDO BRAZ ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 619.893.399-72, casado com SALETE SCHAITELE ANDREUZZI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 705.635.519-68, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; JOSÉ ARI ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 464.398.209-82, residente e domiciliado neste Município de Caçador, SC; SILVINA ANDREUZZI MAROSTICA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.975.289-39, residente e domiciliada neste Município de Caçador, SC; Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa nº 07/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo e considerando: o falecimento da usufrutuária; Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 58/2013, datado de 11/07/2013, sua integralidade.

Edital SME/Nº 05/2013

EDITAL SME/Nº 05/2013

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, fixa data e estabelece os procedimentos para o Processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art. 79, inciso VIII e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. DA SELEÇÃO

1.1. Poderão participar dos procedimentos de que trata o presente Edital, o servidor efetivo no quadro do Magistério Público Municipal de Caçador, sendo candidato habilitado em curso de nível superior de duração plena na área de pedagogia para inscrições de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado e habilitado em curso de nível superior na área de Licenciatura Plena para inscrições de Professor de Laboratório de Informática e Telecentro.

2. REQUISITOS

2.1. DOS CRITÉRIOS GERAIS

2.1.1. Documento de identidade com foto.

2.1.2. Ser servidor efetivo, no cargo de Professor da Rede Municipal de Ensino.

2.2. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS AEE – Atendimento Educacional Especializado.

2.2.1. Possuir curso de libras de no mínimo 20 horas.

2.3. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE INFORMÁTICA E TELECENTRO

2.3.1. Possuir 80 horas de curso na área de Informática, cursado a partir do ano de 2010.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Ficam abertas as inscrições para a seleção de professores que atuarão nas Salas de Atendimento Educacional Especializado, Laboratórios de Informática e Telecentro para o ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério, no interesse e conveniência da Administração Municipal.
3.2. O período de inscrições será nos dias 21 e 22 de Novembro de 2013 das 14h às 18h30, na Secretaria Municipal de Educação, sítio a Rua Curitiba nº 600.

3.2.. O requerimento de inscrição será disponibilizado exclusivamente pelo site www.cacador.sc.gov.br/educacao.

3.3. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato deverá revisar, assinar e anexar os documentos solicitados no item 5 deste edital e entregar na Secretaria Municipal de Educação onde receberá comprovante de inscrição.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e as informações ali prestadas, dispondo à Comissão o direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. Não serão aceitos documentos para serem anexados após a entrega do formulário de inscrição pelo candidato.

3.6. O candidato poderá inscrever-se para uma única opção de atuação, com carga horária variável de 10 a 40 horas semanais, conforme a vaga oferecida, não podendo ultrapassar o limite de 40 horas semanais por força do parágrafo 3º, do art. 36, da Lei Complementar nº 07 de 27/12/99 – Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador.

4. DOS DOCUMENTOS

No ato da inscrição deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

4.1. Documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de Habilitação Profissional.

4.2. Certificado de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização de cursos com carga horária mínima de 20 horas ou 20h/aula, na área específica da inscrição, cursados no período de 2010 a 2013, sendo limitado a 600 horas de curso.

4.3. Diploma ou certificado de pós-graduação, mestrado ou doutorado, na área, devidamente registrado, com efeitos somente de contagem de pontos para titulação.

4.4. Declaração de tempo de serviço, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, prestados ao município de Caçador, expedido por autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação de Caçador, conforme segue:

4.4.1. O tempo de serviço deverá ser computado até o dia 30/09/2013.

4.4.2. As fotocópias apresentadas no ato da inscrição deverão ser acompanhadas dos documentos originais ou deverão ser autenticadas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á ao candidato que obtiver maior número de pontos na somatória de tempo de serviço, cursos de

especialização e cursos de capacitação;

5.2. A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a. 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício, no Magistério Público e Particular.
- b. 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula não serão aceitos.
- c. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês.

5.3. A titulação será pontuada conforme o quadro abaixo:

Pontos por Título	Título
Pré-requisito	Licenciatura Plena em Pedagogia, para AEE e em qualquer área de Licenciatura para Laboratório de Informática e Telecentro.
25 (vinte e cinco)	Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação em Educação Especial, para candidato ao AEE.
50 (cinquenta)	Pós-graduação em área Geral da Educação
75 (setenta e cinco)	Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, para candidatos ao AEE. Pós-graduação em Mídias na Educação para candidatos ao Laboratório de Informática e Telecentro.
100 (cem)	Mestrado em área geral da Educação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área geral da Educação.

5.3.1. A pontuação por títulos de Pós-graduação limita-se a utilização de até dois certificados de conclusão.

5.4. Em caso de empate terá preferência o candidato que:

5.4.1. Possuir maior idade;

6. DO RESULTADO

As listas de classificação serão publicadas no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Caçador, no Mural Público da Secretaria de Educação e na página virtual da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br/educacao), até o dia 27/11/2013.

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato poderá entrar com o pedido de reconsideração (Recurso), junto a Secretaria Municipal de Educação de Caçador - SME, endereçado à Comissão de Processo Seletivo Interno, por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada/motivação do pedido, e deverá ser assinado pelo candidato, ou por Procurador legalmente constituído através de Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório, e protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Curitibanos, nº 600, em Caçador - SC, nos dias 28 e 29/11 das 13h00 às 19h00.

7.3. Não serão aceitos recursos coletivos.

7.4. Caberá à Comissão de Processo Seletivo Interno responder aos recursos.

7.5. A homologação do resultado final será divulgada no Diário Oficial da Prefeitura de Caçador, no Mural Público da Secretaria Municipal de Educação e na página virtual/home page da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br/educacao), até o dia 29/11/2013.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. A escolha das vagas será realizada no Salão Nobre da

Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Curitibanos, nº 600 – Centro, Caçador/SC, no dia 09/12/2013, nos seguintes horários:

14h– Laboratório de Informática; 16h- AEE

8.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por Procurador legalmente constituído através de: Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório.

8.3. Para escolha de vagas o candidato deverá apresentar documento de identidade com fotografia.

8.4. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.5. Os candidatos efetivos de 10h a 30h poderão completar temporariamente sua carga horária para 40h, durante o período em que estiverem à disposição do Laboratório de Informática ou da Sala de AEE, se esse for interesse a Administração Pública Municipal;

8.6. O candidato que desistir da vaga oferecida perderá o direito a nova escolha, a não ser por interesse e conveniência da Administração Municipal, se assim houver necessidade.

8.7. Na escolha de vagas é responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

8.8. Após a escolha da vaga, não será permitido a troca de locais de trabalho, a não ser por interesse e conveniência da Administração Municipal, se assim houver necessidade.

8.9. Após escolhida a vaga, o servidor que ficar afastado por tempo superior a 30 dias, voltará a vaga de origem.

8.10. Os candidatos que escolherem vagas nos Laboratórios de Informática/Telecentros devem estar cientes que deverão participar dos cursos oferecidos e reuniões solicitadas pela coordenação do NTM.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Interno, incluindo a falta de professores.

Este Edital entra em vigor na sua data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal de Caçador

ALDONIR ANCIUTI

Secretário Municipal de Educação

**PROFESSOR DE A.E.E
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

NOME:	
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:	
TURNO:	
TEMPO DE SERVIÇO:	
ANO (S):	MÊS (ES):
DIA(S):	
PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – PRÉ-REQUISITO	00
GRADUAÇÃO COM COMPLEMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (25 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E/OU EDUCAÇÃO ESPECIAL (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____/11/2013.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTRO

NOME:	
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:	
TURNO:	
TEMPO DE SERVIÇO:	
ANO (S) :	MÊS (ES) :
DIA(S):	
PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO – PRÉ-REQUISITO	00
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____/11/2013.

ASSINATURA DO CANDIDATO

IPASC
Processo de Licitação Nº 11/2013 Dispensa de Licitação Nº 06/2013

Processo de Licitação nº 11/2013

Dispensa de Licitação nº 06/2013

OBJETO: Contratação de assistente técnico especialista em medicina psiquiátrica para elaboração de quesitos e acompanhamento em Processo Judicial Autos 012.05.004021-0, Autora: JANINI ELYAS, Réu: IPASC.

Caçador, 18/11/2013.

ALCEDIR FERLIN,

Diretor Presidente do IPASC.

Processo de Licitação Nº 09/2013 Dispensa de Licitação Nº 04/2013

Processo de Licitação nº 09/2013

Dispensa de Licitação nº 04/2013

Contrato nº 08/2013. CONTRATADA: MARCIA APARECIDA DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE - ME, empresária individual, sediada na Rua Boiteux, n. 109, Sala 02, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.094.469/0001-16. OBJETO: Aquisição Central Telefônica digital descrita no Processo Licitação nº 09/2013, dispensa nº 04/2013, com instalação e configuração. PREÇO: R\$ 5.085,00. PRAZO: 12 meses. Caçador, 20/11/2013. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Márcia A. da Silva Mattos, empresária individual.

Processo de Licitação Nº 10/2013 Dispensa de Licitação Nº 05/2013

Processo de Licitação nº 10/2013

Dispensa de Licitação nº 05/2013

Contrato nº 09/2013. CONTRATADA: CLÍNICA DR. BRIDI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Campos Novos, nº 665, Centro, cidade de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.326.859/0001-15. OBJETO: Realização de perícias médicas dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador. PREÇO: R\$ 220,00 por perícia realizada. PRAZO: 12 meses. Caçador, 21 de novembro de 2013. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Raul F. Bridi e Ana Adeline F. T. Bridi, responsáveis pela Clínica Dr. Bridi.

Camboriú
PREFEITURA
Decreto N.º 1.748/2013

DECRETO N.º 1.748/2013

Altera o Decreto Municipal n.º 887, de 01 de setembro de 2009.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso V do artigo 1º do Decreto Municipal

n.º 887/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ()
()

V - Auditor Interno, que deverá ter graduação em Ciências Contábeis, Direito ou Economia, com diploma reconhecido pelo MEC:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 18 de novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.749/2013

DECRETO N.º 1.749/2013

Altera o Decreto Municipal n.º 1.464, 26 de abril de 2012.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a tabela do Anexo I do Decreto Municipal n.º 1.464/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITO DE INGRESSO	REQUISITO COMPLEMENTAR	ATRIBUIÇÕES
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
AUDITOR	(...)	(...)	Graduação em Ciências Contábeis, Direito e Economia, com diploma reconhecido	Diploma reconhecido pelo MEC	(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 18 de novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Ata de Registro de Preços do PR 70/13 - PMC

RIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 070/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 029/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS

VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS PARA O CONSUMO NAS COZINHAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/11/2014

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 68/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 068/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 028/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A FORMAR ACADEMIAS AO AR LIVRE, A FIM DE PROMOVER A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA, RECREAÇÃO, CULTURA E LAZER, PROPORCIONANDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA AOS MUNICÍPIOS DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/11/2014

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 73/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 073/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 030/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CARRETA TIPO PRANCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25.000KG PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/11/2014

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços do PR 66/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

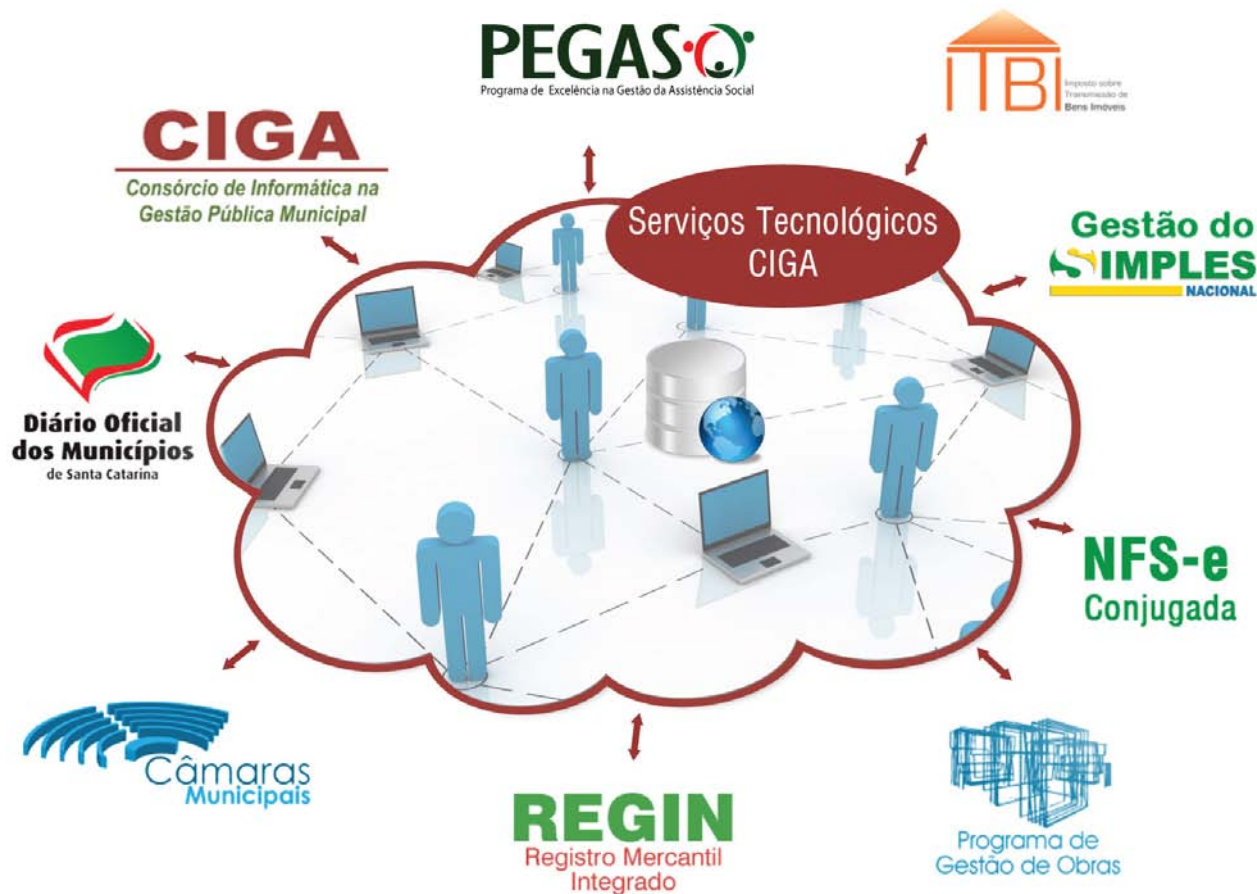
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 066/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 031/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/11/2014

1ª Publicação.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Publicação dos Anexos RREO - 5º Bimestre / 2013

Publicação dos Anexos LRF - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 5º Bimestre / 2013

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	101.183.800,00	21.733.880,76	21,48	104.648.106,62	103,42	-3.464.306,62
RECEITAS CORRENTES	100.663.800,00	100.663.800,00	19.927.497,24	19,80	99.589.682,95	98,93	1.074.117,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.038.450,00	16.038.450,00	3.431.718,32	21,40	20.759.012,53	129,43	-4.720.562,53
IMPOSTOS	10.770.000,00	10.770.000,00	1.903.358,67	17,67	13.962.186,20	129,64	-3.192.186,20
TAXAS	5.258.450,00	5.258.450,00	1.528.359,65	29,06	6.796.826,33	129,26	-1.538.376,33
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.661.300,00	2.661.300,00	641.579,59	24,11	2.872.460,85	107,93	-211.160,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	761.300,00	761.300,00	287.082,11	37,71	1.473.456,93	193,54	-712.156,93
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.900.000,00	1.900.000,00	354.497,48	18,66	1.399.003,92	73,63	500.996,08
RECEITA PATRIMONIAL	1.095.560,00	1.095.560,00	359.320,53	32,80	3.249.175,67	296,58	-2.153.615,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.090.560,00	1.090.560,00	359.320,53	32,95	1.249.174,67	114,54	-158.614,67
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	2.000.001,00	000,02	-1.995.001,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.657.300,00	7.657.300,00	1.598.582,06	20,88	7.530.967,26	98,35	126.332,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.303.380,00	69.303.380,00	12.435.286,72	17,94	59.850.181,65	86,36	9.453.198,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	69.181.380,00	69.181.380,00	12.407.061,36	17,93	59.633.358,01	86,20	9.548.021,99
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	61,54	0,00	61,54	0,00	-61,54
Transf. de Conv.	122.000,00	122.000,00	28.163,82	23,09	216.762,10	177,67	-94.762,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.907.810,00	3.907.810,00	1.461.010,02	37,39	5.327.884,99	136,34	-1.420.074,99
Multas e Juros de Mora	540.020,00	540.020,00	163.662,93	30,31	612.731,44	113,46	-72.711,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.210,00	53.210,00	4.582,41	8,61	32.689,79	61,44	20.520,21
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.200.000,00	3.200.000,00	1.128.738,59	35,27	4.486.766,60	140,21	-1.286.766,60
RECEITAS DIVERSAS	114.580,00	114.580,00	164.026,09	143,15	195.697,16	170,80	-81.117,16
RECEITAS DE CAPITAL	520.000,00	520.000,00	1.806.383,52	347,38	5.058.423,67	972,77	-4.538.423,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	72.705,94	270,59	176.089,31	608,93	-175.089,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	72.705,94	270,59	176.089,31	608,93	-175.089,31
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	11.100,00	110,00	-10.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	11.100,00	110,00	-10.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	518.000,00	518.000,00	1.733.677,58	334,69	4.871.234,36	940,39	-4.353.234,36
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	518.000,00	518.000,00	1.733.677,58	334,69	4.871.234,36	940,39	-4.353.234,36
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	373.806,07	17,66	1.894.135,03	89,51	222.064,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.116.200,00	2.116.200,00	373.806,07	17,66	1.894.135,03	89,51	222.064,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	17,87	1.741.357,56	91,71	157.342,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	17,87	1.741.357,56	91,71	157.342,44
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	217.500,00	217.500,00	34.527,23	15,87	152.777,47	70,24	64.722,53

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	373.806,07	17,66	1.894.135,03	89,51	222.064,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	103.300.000,00	103.300.000,00	22.107.686,83	21,40	106.542.241,65	103,14	-3.242.241,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	103.300.000,00	103.300.000,00	22.107.686,83	21,40	106.542.241,65	103,14	-3.242.241,65
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	103.300.000,00	103.300.000,00	22.107.686,83	21,40	106.542.241,65	103,14	-3.242.241,65
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.290.242,51	—	—	549.922,28	—	—
Superávit Financeiro	—	990.242,51	—	—	362.144,84	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	300.000,00	—	—	187.777,44	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	101.183.800,00	24.852.759,54	126.036.559,54	18.142.482,46	102.798.765,04	20.434.306,02	87.259.863,05	69,23	38.776.696,49
DESPESAS CORRENTES	91.656.672,50	13.834.029,85	105.490.702,35	15.106.326,54	87.792.002,13	17.702.821,18	77.933.840,34	73,88	27.556.862,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.658.920,00	6.261.296,85	61.920.216,85	9.936.160,96	47.334.218,66	10.506.010,94	47.316.769,65	76,42	14.603.447,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	63.429,91	381.835,34	64.217,13	379.005,46	94,75	20.994,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.597.752,50	7.572.733,00	43.170.485,50	5.106.735,67	40.075.948,13	7.132.593,11	30.238.065,23	70,04	12.932.420,27
DESPESAS DE CAPITAL	8.347.127,50	11.018.729,69	19.365.857,19	3.036.155,92	15.006.762,91	2.731.484,84	9.326.022,71	48,16	10.039.834,48
INVESTIMENTOS	6.925.127,50	11.018.729,69	17.943.857,19	2.759.085,68	13.603.340,58	2.449.646,95	7.929.011,11	44,19	10.014.846,08
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00	277.070,24	1.403.422,33	281.837,89	1.397.011,60	98,38	22.988,40

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	101.183.800,00	24.852.759,54	126.036.559,54	18.142.482,46	102.798.765,04	20.434.306,02	87.259.863,05	69,23	38.776.696,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.116.200,00	157.700,00	2.273.900,00	351.785,68	1.818.145,44	545.431,82	1.786.394,96	78,56	487.505,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.898.700,00	157.700,00	2.056.400,00	340.537,16	1.632.920,81	510.754,45	1.632.920,81	79,41	423.479,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	217.500,00	0,00	217.500,00	11.248,52	185.224,63	34.677,37	153.474,15	70,56	64.025,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	103.300.000,00	25.010.459,54	128.310.459,54	18.494.268,14	104.616.910,48	20.979.737,84	89.046.258,01	69,40	39.264.201,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	103.300.000,00	25.010.459,54	128.310.459,54	18.494.268,14	104.616.910,48	20.979.737,84	89.046.258,01	69,40	39.264.201,53
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	17.495.983,64	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	103.300.000,00	25.010.459,54	128.310.459,54	18.494.268,14	104.616.910,48	20.979.737,84	106.542.241,65	69,40	39.264.201,53

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.812.205,03

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.328.070,00	13.328.070,00	16.864.033,96	126,53
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.000.000,00	5.000.000,00	6.044.650,37	120,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	4.471.960,34	178,88
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.212.812,08	107,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	232.763,41	86,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.470,00	22.470,00	8.215,53	36,56
Dívida Ativa dos Impostos	2.450.000,00	2.450.000,00	2.875.861,27	117,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.600,00	85.600,00	17.770,96	20,76
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.677.800,00	35.677.800,00	28.779.925,97	80,67
Cota-Parte FPM	24.000.000,00	24.000.000,00	17.113.005,33	71,30
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	14.917,88	298,36
Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	3.793.433,56	108,38
Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	7.706.047,89	96,33
Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	130.000,00	115.745,21	89,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	42.800,00	42.800,00	36.776,10	85,93
Desoneração ICMS (LC 87/96)	42.800,00	42.800,00	36.776,10	85,93
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	49.005.870,00	49.005.870,00	45.643.959,93	93,14

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.905.050,00	6.905.050,00	6.671.367,71	96,62
Provenientes da União	6.273.750,00	6.273.750,00	6.261.522,29	99,81
Provenientes dos Estados	631.300,00	631.300,00	409.845,42	64,92
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	321.000,00	321.000,00	413.532,79	128,83
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.226.050,00	7.226.050,00	7.084.900,50	98,05

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	16.549.660,00	18.382.660,00	16.403.328,00	89,23	14.644.583,01	79,67
Pessoal e Encargos Sociais	9.765.500,00	10.490.500,00	9.004.283,78	85,83	9.002.415,78	85,81
Outras Despesas Correntes	6.784.160,00	7.892.160,00	7.399.044,22	93,75	5.642.167,23	71,49
DESPESAS DE CAPITAL	535.170,00	1.839.170,00	1.340.255,30	72,87	688.347,89	37,43
Investimentos	535.170,00	1.839.170,00	1.340.255,30	72,87	688.347,89	37,43

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	535.170,00	1.839.170,00	1.340.255,30	72,87	688.347,89	37,43
Investimentos	535.170,00	1.839.170,00	1.340.255,30	72,87	688.347,89	37,43
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	17.084.830,00	20.221.830,00	17.743.583,30	87,74	15.332.930,90	75,82
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.905.050,00	8.217.050,00	6.466.003,57	36,44	5.085.109,00	33,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.905.050,00	8.217.050,00	6.466.003,57	36,44	5.085.109,00	33,16
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.905.050,00	8.217.050,00	6.466.003,57	36,44	5.085.109,00	33,16
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	10.179.780,00	12.004.780,00	11.277.579,73	51,30	10.247.821,90	42,66
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,45
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						3.401.227,91

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	703.499,42	0,00	31.671,50	671.827,92	0,00
TOTAL	703.499,42	0,00	31.671,50	671.827,92	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	16.579.830,00	19.706.830,00	17.391.227,19	98,01	15.013.414,80	97,92
Vigilância Sanitária	30.000,00	40.000,00	23.830,30	0,13	8.518,66	0,06
Vigilância Epidemiológica	475.000,00	475.000,00	328.525,81	1,85	310.997,44	2,03
TOTAL	17.084.830,00	20.221.830,00	17.743.583,30	100,00	15.332.930,90	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	103.300.000,00
Previsão Atualizada			—	103.300.000,00
Receitas Realizadas			22.107.686,83	106.542.241,65
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	549.922,28
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	103.300.000,00
Créditos Adicionais			—	25.010.459,54
Dotação Atualizada			—	128.310.459,54
Despesas Empenhadas			18.494.268,14	104.616.910,48
Despesas Liquidadas			20.979.737,84	89.046.258,01
Superavit Orçamentário			—	17.495.983,64
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			18.494.268,14	104.616.910,48
Despesas Liquidadas			20.979.737,84	89.046.258,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				118.076.870,48
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			775.657,78	3.840.873,76
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			246.357,12	1.028.668,73
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			529.300,66	2.812.205,03
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.615.000,00	-15.356.158,60	-950,85
Resultado Primário		727.296,00	17.835.636,72	2.452,32
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.303.963,22	0,00	1.273.383,80	30.579,42
EXECUTIVO	1.295.795,67	0,00	1.265.393,80	30.401,87
LEGISLATIVO	8.167,55	0,00	7.990,00	177,55
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.219.125,34	3.809,90	855.427,21	359.888,23
EXECUTIVO	1.180.792,34	3.809,90	818.137,21	358.845,23
LEGISLATIVO	38.333,00	0,00	37.290,00	1.043,00
TOTAL:	2.523.088,56	3.809,90	2.128.811,01	390.467,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.327.397,81	25%	20,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		19.491.872,19	60%	74,36
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			176.089,31	-175.089,31
Despesa de Capital Líquida			9.326.022,71	10.039.834,48

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	11.100,00	-10.100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	1.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.247.821,90	15,00	22,45

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	126.036.559,54	18.142.482,46	102.798.765,04	20.434.306,02	87.259.863,05	97,99	69,23	38.776.696,49
Legislativa	2.682.500,00	2.978.000,00	433.452,51	2.004.632,56	421.408,90	1.858.139,60	2,09	62,40	1.119.860,40
Ação Legislativa	2.682.500,00	2.978.000,00	433.452,51	2.004.632,56	421.408,90	1.858.139,60	2,09	62,40	1.119.860,40
Judiciária	486.000,00	486.000,00	36.964,28	397.622,48	38.505,88	386.429,08	0,43	79,51	99.570,92
Ação Judiciária	171.000,00	171.000,00	0,00	162.003,00	0,00	162.003,00	0,18	94,74	8.997,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	315.000,00	315.000,00	36.964,28	235.619,48	38.505,88	224.426,08	0,25	71,25	90.573,92
Administração	13.706.072,50	14.970.622,50	1.202.572,18	12.591.830,92	2.366.349,17	10.965.822,23	12,31	73,25	4.004.800,27
Administração Geral	11.841.072,50	12.985.322,50	1.024.271,64	10.904.761,71	2.125.498,40	9.381.995,93	10,54	72,25	3.603.326,57
Administração Financeira	1.140.000,00	1.210.300,00	139.964,14	997.310,80	167.143,14	960.266,80	1,08	79,34	250.033,20
Normatização e Fiscalização	150.000,00	150.000,00	12.373,20	110.441,88	13.797,00	108.475,68	0,12	72,32	41.524,32
Administração de Receitas	250.000,00	250.000,00	0,00	240.875,20	28.776,00	189.876,60	0,21	75,95	60.123,40
Comunicação Social	325.000,00	375.000,00	25.963,20	338.441,33	31.134,63	325.207,22	0,37	86,72	49.792,78
Segurança Pública	541.547,50	1.018.047,50	88.302,91	662.417,96	191.523,12	572.469,26	0,64	56,23	445.578,24
Policiamento	218.547,50	365.047,50	62.036,95	301.640,58	78.932,79	272.034,69	0,31	74,52	93.012,81
Defesa Civil	323.000,00	653.000,00	26.265,96	360.777,38	112.590,33	300.434,57	0,34	46,01	352.565,43
Assistência Social	3.964.500,00	4.296.330,00	730.872,53	3.764.987,46	734.986,25	3.022.273,20	3,39	70,35	1.274.056,80
Assistência ao Idoso	178.500,00	178.500,00	0,00	149.679,16	19.645,98	108.687,20	0,12	60,89	69.812,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.215.000,00	1.215.000,00	74.312,01	1.142.788,57	182.880,82	843.723,26	0,95	69,44	371.276,74
Assistência Comunitária	2.571.000,00	2.902.830,00	656.560,52	2.472.519,73	532.459,45	2.069.862,74	2,32	71,30	832.967,26
Previdência Social	1.600.000,00	1.600.000,00	211.564,36	940.840,71	211.564,36	940.840,71	1,06	58,80	659.159,29
Previdência do Regime Estatutário	1.600.000,00	1.600.000,00	211.564,36	940.840,71	211.564,36	940.840,71	1,06	58,80	659.159,29
Saúde	18.106.030,00	21.643.030,00	3.648.440,59	19.050.857,40	3.711.802,87	16.079.361,36	18,06	74,29	5.563.668,64
Atenção Básica	16.401.830,00	19.528.830,00	3.504.263,32	17.246.767,93	3.409.847,03	14.869.094,38	16,70	76,14	4.659.735,62
Vigilância Sanitária	30.000,00	40.000,00	0,00	23.830,30	1.250,00	8.518,66	0,01	21,30	31.481,34
Vigilância Epidemiológica	475.000,00	475.000,00	27.825,31	328.525,81	27.161,31	310.997,44	0,35	65,47	164.002,56
Alimentação e Nutrição	1.199.200,00	1.599.200,00	116.351,96	1.451.733,36	273.544,53	890.750,88	1,00	55,70	708.449,12
Educação	35.970.250,00	43.685.329,54	6.745.885,67	33.493.267,62	7.559.282,76	30.808.405,75	34,60	70,52	12.876.923,79
Ensino Fundamental	23.674.250,00	27.253.383,88	4.087.878,56	21.439.756,92	4.963.917,00	19.184.347,11	21,54	70,39	8.069.036,77
Educação Infantil	12.272.000,00	16.407.945,66	2.658.007,11	12.053.510,70	2.595.365,76	11.624.058,64	13,05	70,84	4.783.887,02
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	126.036.559,54	18.142.482,46	102.798.765,04	20.434.306,02	87.259.863,05	97,99	69,23	38.776.696,49
Educação	35.970.250,00	43.685.329,54	6.745.885,67	33.493.267,62	7.559.282,76	30.808.405,75	34,60	70,52	12.876.923,79
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Cultura	152.000,00	683.000,00	248.625,44	480.547,86	93.798,25	305.659,13	0,34	44,75	377.340,87
Difusão Cultural	152.000,00	683.000,00	248.625,44	480.547,86	93.798,25	305.659,13	0,34	44,75	377.340,87
Urbanismo	9.899.300,00	15.892.600,00	1.479.426,19	13.877.562,56	1.724.636,75	9.806.567,19	11,01	61,71	6.086.032,81
Infra-Estrutura Urbana	7.932.000,00	13.874.300,00	1.245.984,53	12.018.601,29	1.355.159,89	8.218.036,02	9,23	59,23	5.656.263,98
Serviços Urbanos	1.967.300,00	2.018.300,00	233.441,66	1.858.961,27	369.476,86	1.588.531,17	1,78	78,71	429.768,83
Habitação	5.000,00	235.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Habitação Urbana	5.000,00	235.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Saneamento	7.007.000,00	10.457.000,00	2.415.785,84	9.171.579,05	2.275.609,15	6.870.709,86	7,72	65,70	3.586.290,14
Saneamento Básico Urbano	7.007.000,00	10.457.000,00	2.415.785,84	9.171.579,05	2.275.609,15	6.870.709,86	7,72	65,70	3.586.290,14
Gestão Ambiental	143.000,00	452.000,00	53.534,48	191.888,42	55.014,53	150.864,24	0,17	33,38	301.135,76
Preservação e Conservação Ambiental	143.000,00	452.000,00	53.534,48	191.888,42	55.014,53	150.864,24	0,17	33,38	301.135,76
Agricultura	1.185.000,00	1.075.000,00	131.333,45	881.171,79	186.896,06	848.120,52	0,95	78,89	226.879,48
Extensão Rural	1.185.000,00	1.075.000,00	131.333,45	881.171,79	186.896,06	848.120,52	0,95	78,89	226.879,48
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Produção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	662.600,00	1.111.600,00	47.895,22	916.312,59	77.643,37	895.115,10	1,01	80,52	216.484,90
Turismo	662.600,00	1.111.600,00	47.895,22	916.312,59	77.643,37	895.115,10	1,01	80,52	216.484,90
Desporto e Lazer	1.072.000,00	1.182.000,00	57.326,66	1.087.987,99	221.775,68	936.509,47	1,05	79,23	245.490,53
Desporto Comunitário	1.072.000,00	1.182.000,00	57.326,66	1.087.987,99	221.775,68	936.509,47	1,05	79,23	245.490,53
Encargos Especiais	2.820.000,00	3.090.000,00	610.500,15	3.055.257,67	563.508,92	2.812.576,35	3,16	91,02	277.423,65
Serviço da Dívida Interna	1.820.000,00	1.820.000,00	340.500,15	1.785.257,67	346.055,02	1.776.017,06	1,99	97,58	43.982,94
Outros Encargos Especiais	1.000.000,00	1.270.000,00	270.000,00	1.270.000,00	217.453,90	1.036.559,29	1,16	81,62	233.440,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.180.000,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.273.900,00	351.785,68	1.818.145,44	545.431,82	1.786.394,96	2,01	78,56	487.505,04
Legislativa	17.500,00	22.000,00	2.775,70	16.102,28	4.413,69	15.798,96	0,02	71,81	6.201,04
Ação Legislativa	17.500,00	22.000,00	2.775,70	16.102,28	4.413,69	15.798,96	0,02	71,81	6.201,04
Judiciária	3.500,00	3.500,00	274,50	1.426,69	411,75	1.426,69	0,00	40,76	2.073,31
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	274,50	1.426,69	411,75	1.426,69	0,00	40,76	2.073,31

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.273.900,00	351.785,68	1.818.145,44	545.431,82	1.786.394,96	2,01	78,56	487.505,04
Administração	123.700,00	123.700,00	14.747,96	96.361,53	27.806,45	90.261,86	0,10	72,97	33.438,14
Administração Geral	91.500,00	91.500,00	9.479,33	71.277,30	19.553,70	65.177,63	0,07	71,23	26.322,37
Administração Financeira	30.200,00	30.200,00	5.039,99	24.221,87	7.909,79	24.221,87	0,03	80,20	5.978,13
Normatização e Fiscalização	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicação Social	1.500,00	1.500,00	228,64	862,36	342,96	862,36	0,00	57,49	637,64
Assistência Social	40.000,00	40.000,00	6.481,45	34.760,81	8.480,42	28.847,41	0,03	72,12	11.152,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	26,94	0,00	0,54	4.973,06
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	6.481,45	29.760,81	8.480,42	28.820,47	0,03	82,34	6.179,53
Saúde	178.000,00	178.000,00	25.828,67	144.459,26	42.199,45	144.320,42	0,16	81,08	33.679,58
Atenção Básica	178.000,00	178.000,00	25.828,67	144.459,26	42.199,45	144.320,42	0,16	81,08	33.679,58
Educação	1.600.000,00	1.750.000,00	283.229,17	1.400.705,42	430.518,99	1.393.672,95	1,57	79,64	356.327,05
Ensino Fundamental	990.000,00	1.140.000,00	178.322,97	908.401,81	282.337,60	905.860,02	1,02	79,46	234.139,98
Educação Infantil	610.000,00	610.000,00	104.906,20	492.303,61	148.181,39	487.812,93	0,55	79,97	122.187,07
Urbanismo	105.500,00	105.500,00	15.534,13	80.147,11	23.577,92	80.147,11	0,09	75,97	25.352,89
Infra-Estrutura Urbana	90.000,00	90.000,00	13.535,04	69.793,95	20.491,39	69.793,95	0,08	77,55	20.206,05
Serviços Urbanos	15.500,00	15.500,00	1.999,09	10.353,16	3.086,53	10.353,16	0,01	66,79	5.146,84
Agricultura	12.000,00	15.200,00	2.309,54	10.522,21	3.494,95	10.522,21	0,01	69,23	4.677,79
Extensão Rural	12.000,00	15.200,00	2.309,54	10.522,21	3.494,95	10.522,21	0,01	69,23	4.677,79
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	604,56	3.660,13	906,84	3.660,13	0,00	73,20	1.339,87
Turismo	5.000,00	5.000,00	604,56	3.660,13	906,84	3.660,13	0,00	73,20	1.339,87
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	3.621,36	17.737,22	0,02	57,22	13.262,78
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	3.621,36	17.737,22	0,02	57,22	13.262,78

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.273.900,00	351.785,68	1.818.145,44	545.431,82	1.786.394,96	2,01	78,56	487.505,04
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	3.621,36	17.737,22	0,02	57,22	13.262,78
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	3.621,36	17.737,22	0,02	57,22	13.262,78
TOTAL (III) = (I + II)	103.300.000,00	128.310.459,54	18.494.268,14	104.616.910,48	20.979.737,84	89.046.258,01	100,00	69,40	39.264.201,53

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.509.230,59	12.841.271,57	7.892.293,40	13.376.873,96	9.708.566,01	10.137.544,35	11.344.257,66	9.875.889,22	9.744.255,59	12.276.512,82	10.236.794,56	10.752.322,42	126.695.812,15	107.799.360,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.159.964,06	2.240.081,96	1.081.075,06	4.801.729,68	2.330.216,12	2.184.210,82	1.784.611,24	1.642.694,73	1.723.156,34	1.779.600,22	1.597.414,76	1.834.303,56	24.159.058,55	16.038.450,00
I.P.T.U.	79.018,56	47.345,69	436.241,24	3.618.019,00	728.478,72	437.991,44	189.833,72	151.106,10	145.392,77	153.556,28	93.799,68	90.231,42	6.171.014,62	5.000.000,00
I.R.R.F	17.329,86	134.106,39	6.163,20	14.231,66	21.982,45	38.997,67	22.692,99	25.993,59	26.784,26	23.296,47	26.982,62	25.638,50	384.199,66	270.000,00
I.S.S.	414.783,88	717.415,57	70.232,63	181.588,91	342.797,50	364.873,14	315.440,16	337.246,87	426.594,31	428.654,23	375.633,39	369.750,94	4.345.011,53	3.000.000,00
I.T.B.I.	264.372,78	644.918,18	211.951,78	360.782,07	520.716,76	485.331,55	581.464,04	406.241,64	474.603,27	509.547,11	384.604,32	536.717,80	5.381.251,30	2.500.000,00
Outras Receitas Tributárias	384.458,98	696.296,13	356.486,21	627.108,04	716.240,69	857.017,02	675.180,33	722.106,53	649.781,73	664.546,13	716.394,75	811.964,90	7.877.581,44	5.268.450,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	227.036,81	233.328,42	350.497,32	286.071,69	238.325,83	264.667,82	252.574,86	257.388,82	275.554,50	305.800,42	322.652,72	318.926,87	3.332.826,08	2.661.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	98.795,02	240.821,51	102.805,24	50.440,48	73.164,33	167.116,63	107.326,26	116.080,27	141.513,77	2.131.408,16	160.018,34	199.302,19	3.588.792,20	1.095.560,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	598.497,45	645.474,95	683.657,73	600.898,87	694.198,65	727.178,18	795.908,31	767.410,07	846.683,06	816.450,33	763.656,42	834.925,64	8.774.939,66	7.657.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.149.908,75	8.909.601,89	5.365.848,66	7.223.605,80	5.973.644,58	6.477.947,09	7.341.826,68	6.661.690,38	6.244.977,95	6.819.361,09	6.841.365,09	6.655.541,37	80.665.319,33	76.438.940,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.762.507,48	1.992.176,94	1.836.823,03	2.471.248,92	1.423.255,86	1.527.121,45	2.194.265,95	1.830.659,75	1.303.663,36	1.704.519,04	1.410.713,15	1.410.734,82	20.867.689,75	24.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	735.681,39	743.675,35	789.309,30	710.211,37	670.491,81	808.464,84	803.434,02	752.563,47	747.039,14	783.251,00	832.192,87	809.090,07	9.185.404,63	8.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	266.551,58	220.682,77	244.937,35	271.696,92	336.624,67	392.534,51	416.749,68	424.456,95	454.494,44	443.872,63	403.888,22	404.178,19	4.280.667,91	3.500.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.799,67	1.288,91	1.693,86	1.979,03	301,93	2.536,18	485,96	120,66	180,75	187,25	948,33	6.483,93	18.006,46	5.000,00
Outras Transferências Correntes	857.018,69	2.959.664,93	345.709,82	1.086.720,45	1.183.004,75	982.465,77	1.012.982,09	987.324,90	1.195.795,29	1.135.899,18	1.421.176,58	1.329.771,90	14.497.534,35	11.061.140,00
Transferências da LC 61/1989	11.191,50	12.850,61	13.987,25	10.739,83	9.480,97	8.693,53	11.690,14	12.175,58	11.993,25	12.832,85	11.673,15	12.478,66	139.787,32	130.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.444,34	3.444,34	0,00	0,00	0,00	14.710,44	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	43.664,78	42.800,00
Transferências do FUNDEB	2.511.714,10	2.975.818,04	2.133.388,05	2.671.009,28	2.350.484,59	2.741.420,37	2.898.541,23	2.850.711,46	2.528.134,11	2.735.121,53	2.757.095,18	2.679.126,19	31.632.564,13	29.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.028,50	571.962,84	308.409,39	414.127,44	399.016,50	316.423,81	1.062.010,31	430.624,95	512.369,97	423.892,60	551.687,23	909.322,79	6.174.876,33	3.907.810,00
DEDUÇÕES (II)	675.528,54	714.329,16	814.188,67	839.962,58	615.786,24	684.883,70	818.839,57	740.840,17	640.590,78	725.290,41	676.637,46	672.064,39	8.618.941,67	7.896.860,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	119.293,57	119.505,56	236.838,76	146.787,56	127.856,17	134.071,72	132.779,11	136.047,07	136.381,28	135.613,15	144.006,97	143.075,14	1.712.256,06	761.300,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	556.234,97	594.823,60	577.349,91	693.175,02	487.930,07	550.811,98	686.060,46	604.793,10	504.209,50	589.677,26	532.630,49	528.989,25	6.906.685,61	7.135.560,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.833.702,05	12.126.942,41	7.078.104,73	12.536.911,38	9.092.779,77	9.452.660,65	10.525.418,09	9.135.049,05	9.103.664,81	11.551.222,41	9.560.157,10	10.080.258,03	118.076.870,48	99.902.500,00

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.101.300,00	1.101.300,00	436.378,94	2.099.516,20	3.162.208,70
RECEITAS CORRENTES	1.101.300,00	1.101.300,00	436.378,94	2.099.516,20	3.162.208,70
Receita de Contribuições dos Segurados	761.300,00	761.300,00	287.082,11	1.473.456,93	1.135.931,03
Pessoal Civil	761.300,00	761.300,00	287.082,11	1.473.456,93	1.135.931,03
Ativo	761.300,00	761.300,00	287.082,11	1.473.456,93	1.135.931,03
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	320.000,00	320.000,00	149.296,83	608.715,86	2.000.123,08
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	149.296,83	608.715,86	2.000.123,08
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	17.343,41	26.154,59
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00	17.343,41	26.154,59
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	1.741.357,56	1.342.463,96
RECEITAS CORRENTES	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	1.741.357,56	1.342.463,96
Receita de Contribuições Patronais	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	1.741.357,56	1.342.463,96
Pessoal Civil	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	1.741.357,56	1.342.463,96
Ativo	1.898.700,00	1.898.700,00	339.278,84	1.741.357,56	1.342.463,96
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.000.000,00	3.000.000,00	775.657,78	3.840.873,76	4.504.672,66
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.920.000,00	1.920.000,00	246.357,12	1.028.668,73	818.605,28
ADMINISTRAÇÃO	320.000,00	320.000,00	34.792,76	87.828,02	60.553,35
Despesas Correntes	301.000,00	301.000,00	23.334,76	76.370,02	58.688,35
Despesas de Capital	19.000,00	19.000,00	11.458,00	11.458,00	1.865,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.600.000,00	211.564,36	940.840,71	758.051,93
Pessoal Civil	0,00	0,00	211.564,36	940.840,71	758.051,93
Aposentadorias	0,00	0,00	173.759,45	783.165,99	632.229,69
Pensões	0,00	0,00	37.804,91	157.674,72	125.822,24
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.920.000,00	1.920.000,00	246.357,12	1.028.668,73	818.605,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.080.000,00	1.080.000,00	529.300,66	2.812.205,03	3.686.067,38
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					1.080.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2013	2012		
Bancos Conta Movimento	2.718,42	4.464,22	263.157,48		
Investimentos	17.266.637,74	17.592.442,22	14.371.300,75		

FONTE:

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.045.521,89	3.033.731,55	2.824.599,60
DEDUÇÕES (II)	4.622.520,19	18.149.513,92	18.757.756,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.926.483,41	19.430.604,73	21.041.629,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	22.673,37	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.303.963,22	1.303.764,18	2.283.873,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-576.998,30	-15.115.782,37	-15.933.156,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-576.998,30	-15.115.782,37	-15.933.156,90

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-817.374,53	-15.356.158,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.615.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	15.216.242,76	16.950.556,29	17.596.906,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.177,80	3.923,11	4.464,22
Investimentos	15.211.064,96	16.946.633,18	17.592.442,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.326.917,45	-3.061.230,98	-3.707.581,13
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.326.917,45	-3.061.230,98	-3.707.581,13

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	101.689.440,00	19.941.982,78	100.234.643,31	83.731.352,00
Receita Tributária	16.038.450,00	3.431.718,32	20.759.012,53	16.094.530,00
I.P.T.U.	5.000.000,00	184.031,10	6.044.650,37	5.140.340,31
I.S.S.	3.000.000,00	745.384,33	3.212.812,08	2.998.922,96
I.T.B.I.	2.500.000,00	921.322,12	4.471.960,34	3.263.030,15
I.R.R.F.	270.000,00	52.621,12	232.763,41	156.024,70
Outras Receitas Tributárias	5.268.450,00	1.528.359,65	6.796.826,33	4.536.211,88
Receita de Contribuição	4.560.000,00	980.858,43	4.613.818,41	3.819.351,76
Receitas Previdenciárias	2.660.000,00	626.360,95	3.214.814,49	2.478.394,99
Outras Contribuições	1.900.000,00	354.497,48	1.399.003,92	1.340.956,77
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	2.000.001,00	500.000,00
Receita Patrimonial	1.095.560,00	359.320,53	3.249.175,67	2.824.837,99
(-) Aplicações Financeiras	1.090.560,00	359.320,53	1.249.174,67	2.324.837,99
Transferências Correntes	69.303.380,00	12.435.286,72	59.850.181,65	53.686.642,79
F.P.M.	19.200.000,00	2.257.158,43	13.690.404,51	12.735.212,27
I.C.M.S.	6.400.000,00	1.313.026,55	6.164.839,25	5.283.550,31
Convênios	122.000,00	28.163,82	216.762,10	206.815,58
Outras Transferências Correntes	43.581.380,00	8.836.937,92	39.778.175,79	35.461.064,63
Demais Receitas Correntes	11.782.610,00	3.094.119,31	13.011.629,72	9.630.827,45
Dívida Ativa	3.200.000,00	1.128.738,59	4.486.766,60	2.809.374,35
Diversas Receitas Correntes	8.582.610,00	1.965.380,72	8.524.863,12	6.821.453,10
RECEITAS DE CAPITAL (II)	520.000,00	1.806.383,52	5.058.423,67	11.269.055,37
Operações de Crédito (III)	1.000,00	72.705,94	176.089,31	2.888.905,55
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	11.100,00	0,00
Transferências de Capital	518.000,00	1.733.677,58	4.871.234,36	8.380.149,82
Convênios	518.000,00	1.733.677,58	4.871.234,36	8.380.149,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	518.000,00	1.733.677,58	4.871.234,36	8.380.149,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	102.207.440,00	21.675.660,36	105.105.877,67	92.111.501,82
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	107.764.602,35	18.248.253,00	79.720.235,30	75.013.854,78
Pessoal e Encargos Sociais	63.976.616,85	11.016.765,39	48.949.690,46	42.756.332,53
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	64.217,13	379.005,46	416.198,51
Outras Despesas Correntes	43.387.985,50	7.167.270,48	30.391.539,38	31.841.323,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	107.364.602,35	18.184.035,87	79.341.229,84	74.597.656,27
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.365.857,19	2.731.484,84	9.326.022,71	17.556.175,96
Investimentos	17.943.857,19	2.449.646,95	7.929.011,11	16.931.066,80
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.420.000,00	281.837,89	1.397.011,60	625.109,16
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	17.945.857,19	2.449.646,95	7.929.011,11	16.931.066,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.080.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	126.490.459,54	20.633.682,82	87.270.240,95	91.528.723,07
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-24.283.019,54	1.041.977,54	17.835.636,72	582.778,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	549.922,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	362.144,84	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	187.777,44	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				727.296,00

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	23.348,92	1.000.469,27	993.386,72	-	30.431,47	70.191,93	1.148.933,41	855.427,21	855.427,21	3.809,90	359.888,23
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.361,50	358.600,83	358.600,83	0,00	22.361,50	0,00	42.290,29	37.290,17	37.290,17	0,00	5.000,12
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	18.442,63	358.600,83	358.600,83	0,00	18.442,63	0,00	42.290,29	37.290,17	37.290,17	0,00	5.000,12
SECRETARIA DA FAZENDA	92,00	0,00	0,00	0,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.557,00	0,00	0,00	0,00	2.557,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANJ.,IND.,COM.,E TURISMO	1.269,87	0,00	0,00	0,00	1.269,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,01	11.092,50	11.092,50	0,00	3.908,51
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,01	11.092,50	11.092,50	0,00	3.908,51
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	6.776,67	6.776,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB.	0,00	6.776,67	6.776,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	15.776,09	15.776,09	0,00	0,00	0,00	7.389,90	4.050,00	4.050,00	3.339,90	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	15.776,09	15.776,09	0,00	0,00	0,00	7.389,90	4.050,00	4.050,00	3.339,90	0,00
FUNDO MUN. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	1.485,05	1.485,05	0,00	0,00	0,00	1.925,00	1.925,00	1.925,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.485,05	1.485,05	0,00	0,00	0,00	1.925,00	1.925,00	1.925,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	634,42	383.290,68	376.385,68	0,00	7.539,42	0,00	445.757,77	190.099,61	190.099,61	0,00	255.658,16
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	634,42	383.290,68	376.385,68	0,00	7.539,42	0,00	445.757,77	190.099,61	190.099,61	0,00	255.658,16
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	7.718,16	7.718,16	0,00	0,00	49.672,50	156.960,69	170.000,74	170.000,74	0,00	36.632,45
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	7.718,16	7.718,16	0,00	0,00	49.672,50	156.960,69	170.000,74	170.000,74	0,00	36.632,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	179,00	218.654,24	218.654,24	0,00	179,00	20.519,43	441.275,75	403.679,19	403.679,19	470,00	57.645,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.519,43	91.107,27	65.042,23	65.042,23	0,00	46.584,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	175,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4,00	218.654,24	218.654,24	0,00	4,00	0,00	350.168,48	338.636,96	338.636,96	470,00	11.061,52
LEGISLATIVO	0,00	8.167,55	7.990,00	0,00	177,55	0,00	38.333,00	37.290,00	37.290,00	0,00	1.043,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	8.167,55	7.990,00	0,00	177,55	0,00	38.333,00	37.290,00	37.290,00	0,00	1.043,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	279.997,08	279.997,08	-	147,95	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	28.083,23	28.083,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	28.083,23	28.083,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.545,96	1.545,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB.	0,00	1.545,96	1.545,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	3.786,67	3.786,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	3.786,67	3.786,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DOS DIR.DA CRIANCA E DO ADOLESCENT	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	222.213,12	222.213,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	222.213,12	222.213,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	1.497,10	1.497,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	1.497,10	1.497,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	279.997,08	279.997,08	-	147,95	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	23.496,87	1.280.466,35	1.273.383,80	0,00	30.579,42	70.191,93	1.148.933,41	855.427,21	855.427,21	3.809,90	359.888,23

FONTE:

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.328.070,00	13.328.070,00	2.809.535,54	16.864.033,96	126,53
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.374.900,00	7.374.900,00	1.056.570,37	8.800.313,71	119,33
1.1.1- IPTU	5.000.000,00	5.000.000,00	184.031,10	6.045.549,19	120,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.700,00	10.700,00	52,35	8.212,45	76,75
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.300.000,00	2.300.000,00	872.486,92	2.733.034,84	118,83
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	64.200,00	64.200,00	0,00	15.070,78	23,47
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(1.553,55)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.501.070,00	2.501.070,00	921.322,12	4.471.960,34	178,80
1.2.1- ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	929.122,12	4.518.970,34	180,76
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(7.800,00)	(47.010,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.182.100,00	3.182.100,00	779.021,93	3.358.996,50	105,56
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	745.384,33	3.216.800,90	107,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.700,00	10.700,00	0,00	3,08	0,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	33.637,60	143.481,16	95,65
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.400,00	21.400,00	0,00	2.700,18	12,62
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(3.988,82)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	52.621,12	232.763,41	86,21
1.4.1- IRRF	270.000,00	270.000,00	52.621,12	232.840,57	86,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(77,16)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.677.800,00	35.677.800,00	5.309.736,61	28.779.925,97	80,67
2.1- Cota-Parte FPM	24.000.000,00	24.000.000,00	2.821.447,97	17.113.005,33	71,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.000.000,00	24.000.000,00	2.821.447,97	17.113.005,33	71,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	1.641.282,94	7.706.047,89	96,33
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.800,00	42.800,00	7.355,22	36.776,10	85,93
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	130.000,00	24.151,81	115.745,21	89,03
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	7.432,26	14.917,88	298,36
2.6- Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	808.066,41	3.793.433,56	108,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	49.005.870,00	49.005.870,00	8.119.272,15	45.643.959,93	93,14
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.018.200,00	3.018.200,00	745.186,12	3.605.608,33	119,46
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.400.000,00	2.400.000,00	551.126,12	2.808.048,33	117,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	618.200,00	618.200,00	194.060,00	797.560,00	129,01
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	117.000,00	117.000,00	857.588,50	1.282.741,67	1.096,36
6.1- Transferências de Convênios	117.000,00	117.000,00	857.588,50	1.282.741,67	1.096,36
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.135.200,00	3.135.200,00	1.602.774,62	4.888.350,00	155,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.135.560,00	7.135.560,00	1.061.619,74	5.755.627,04	80,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.800.000,00	4.800.000,00	564.289,54	3.422.600,82	71,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	328.256,39	1.541.208,64	96,33
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.560,00	8.560,00	1.471,04	7.355,20	85,93
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.000,00	26.000,00	4.830,37	23.149,07	89,03
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	1.486,43	2.983,48	298,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	700.000,00	700.000,00	161.285,97	758.329,83	108,33
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	29.750.250,00	29.750.250,00	5.457.922,75	26.214.154,00	88,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	29.700.000,00	29.700.000,00	5.436.221,37	26.145.031,99	88,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.250,00	50.250,00	21.701,38	69.122,01	137,56
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	22.564.440,00	22.564.440,00	4.374.601,63	20.389.404,95	90,36
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	22.312.500,00	25.316.796,85	4.587.653,86	19.491.872,19	76,99
13.1- Com Educação Infantil	9.995.000,00	12.995.000,00	2.293.919,55	9.962.409,61	76,66
13.2- Com Ensino Fundamental	12.317.500,00	12.321.796,85	2.293.734,31	9.529.462,58	77,34
14- OUTRAS DESPESAS	7.437.750,00	7.522.750,00	1.062.474,63	5.197.225,97	69,09
14.1- Com Educação Infantil	1.866.000,00	1.876.000,00	258.791,49	1.284.915,42	68,49
14.2- Com Ensino Fundamental	5.571.750,00	5.646.750,00	803.683,14	3.912.310,55	69,28
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	29.750.250,00	32.839.546,85	5.650.128,49	24.689.098,16	75,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					74,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	12.251.467,50	12.251.467,50	2.029.818,04	11.410.989,98	93,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.431.000,00	15.611.000,00	2.713.898,94	11.788.461,26	75,51
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.861.000,00	14.871.000,00	2.552.711,04	11.247.325,03	75,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	570.000,00	740.000,00	161.187,90	541.136,23	73,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	22.591.250,00	24.045.546,85	4.170.900,73	18.001.760,36	74,87
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	17.889.250,00	17.968.546,85	3.097.417,45	13.441.773,13	74,81
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.702.000,00	6.077.000,00	1.073.483,28	4.559.987,23	75,04
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	35.022.250,00	39.656.546,85	6.884.799,67	29.790.221,62	75,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					20.389.404,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					69.122,01
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.296,85
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					20.462.823,81
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					9.327.397,81
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.400.000,00	2.741.336,21	476.240,20	1.298.301,45	47,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	735.200,00	4.024.646,48	805.162,49	1.651.915,40	41,04
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.135.200,00	6.765.982,69	1.281.402,69	2.950.216,85	43,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	38.157.450,00	46.422.529,54	8.166.202,36	32.740.438,47	70,53
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	652.643,20	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.145.031,99	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	24.619.881,87	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	69.122,01	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.246.915,33	0,00

Camboriú, 20/11/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.296,85, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 4.033 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.033 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

cria elemento de despesa e suplementa-o por conta do convênio nº 019441360000113001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Criar Elemento de Despesa, e suplementa-lo no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais).

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

400000.00.901 - Despesas de Capital

440000.00.901 - Investimentos

449000.00.901 - Aplicações Diretas

449051.00.901 - Obras e Instalações R\$ 408.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 0194413600000113001 - Recursos do Fundo a Fundo do firmado com o Governo Federal.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.034 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.034 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

cria elemento de despesa, suplementa-o por conta do convênio nº 4.503/2012-9.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo, no valor de R\$ 146.625,00 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

400000.00.900 - Despesas de Capital

440000.00.900 - Investimentos

449000.00.900 - Aplicações Diretas

449051.00.900 - Obras e Instalações R\$ 146.625,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 4.503/2012-9, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da 25ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.035 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.035 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

cria elemento de despesa, suplementa-o por conta do convênio nº 6.128/2012-0.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo, no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais).

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0077.2.125 - Ampliação de Rede de Abastecimento de Água

400000.00.899 - Despesas de Capital

440000.00.899 - Investimentos

449000.00.899 - Aplicações Diretas

449051.00.899 - Obras e Instalações R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 6.128/2012-0, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da 25ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.036 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.036 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0077.2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental

300000.00.766 - Despesas Correntes

330000.00.766 - Outras Despesas Correntes

339000.00.766 - Aplicações Diretas

339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 22.000,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0078.2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água

400000.00.766 - Despesas de Capital

440000.00.766 - Investimentos

449000.00.766 - Aplicações Diretas

449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 12.000,00

17.512.0079.2.126 - Campanhas de Conscientização Ambiental

300000.00.766 - Despesas Correntes

330000.00.766 - Outras Despesas Correntes

339000.00.766 - Aplicações Diretas

339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

339036.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 22.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.037 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.037 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 019441360000113001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.033 de 21 de novembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Cria Elemento de Despesa, e suplementa-lo no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) no Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

400000.00.901 - Despesas de Capital

440000.00.901 - Investimentos

449000.00.901 - Aplicações Diretas

449051.00.901 - Obras e Instalações R\$ 408.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 0194413600000113001 - Recursos do Fundo a Fundo do firmado com o Governo Federal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.038 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.038 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 4.503/2012-9.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.034 de 21 de novembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Cria Elemento de Despesa e suplementa-lo, no valor de R\$ 146.625,00 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais) no Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

400000.00.900 - Despesas de Capital

440000.00.900 - Investimentos

449000.00.900 - Aplicações Diretas

449051.00.900 - Obras e Instalações R\$ 146.625,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 4.503/2012-9, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, com intervenção da 25ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.039 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.039 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 6.128/2012-0.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.035 de 21 de novembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Cria Elemento de Despesa e suplementa-o, no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais).

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0077.2.125 - Ampliação de Rede de Abastecimento de Água

400000.00.899 - Despesas de Capital

440000.00.899 - Investimentos

449000.00.899 - Aplicações Diretas

449051.00.899 - Obras e Instalações R\$ 41.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Recursos do Convênio nº 6.128/2012-0, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, com intervenção da 25ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.040 de 21 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 8.040 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

DISCIPLINA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, REPASSE ATRAVÉS DE CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES SOCIAIS, COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 30, da Constituição Federal do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO as disposições constantes no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa N.TC-14/2012 para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título sobre o encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento;

CONSIDERANDO a necessidade em regulamentar as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e na Lei Orçamentária Anual relacionadas à transferência voluntária de recursos públicos pelo Município de Campo Alegre/SC;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º Este Decreto regulamenta a celebração de Convênios, repasse e recursos através de Contribuições e ou de Subvenções Sociais, a serem celebrados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, com pessoa jurídica sem fins lucrativos, para a execução de projetos, atividades ou realização de eventos de interesse público que envolvam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas ao orçamento municipal provenientes de recursos próprios ou de outras fontes para o exercício de 2014.

§1º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, instrumento que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como concedente órgão da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que gerenciem recursos do orçamento municipal, visando a execução de programas de trabalho, projeto, atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

II - Concedente: órgão da Administração Pública Municipal Direta que gerencie recursos públicos destinados à execução do objeto de Convênios, contribuições e subvenções sociais;

III - Conveniente: Pessoa Jurídica com a qual a Administração Municipal pactue a execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos, mediante celebração de Convênios, contribuições e subvenções sociais;

IV - Contribuições: repasses destinados à execução de despesas, as quais não correspondam contraprestações diretas em bens e serviços, devendo sempre ser regulamentadas por lei especial anterior e destinadas a suprir serviços essenciais em outras áreas não amparadas pelas Subvenções Sociais. Permitem ser classificadas como Transferências Correntes em razão das suas atividades de caráter social ou Transferências de Capital cuja aplicação dependerá de menção na lei orçamentária ou lei especial anterior ao orçamento, conforme artigo 12, §§2º e 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964. Destinam-se, principalmente, à realização de eventos pré-definidos por parte da Entidade recebedora dos recursos;

V - Subvenções Sociais: suplementações a recursos de origem privada aplicados na prestação de serviços essenciais de assistência

social, médica, educacional e cultural;

VI - Termo Aditivo: instrumento que tem por objetivo a modificação de Convênio, acordo ou ajuste já celebrado, formalizado durante sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado;

VII - Plano de Trabalho: proposição apresentada pelo conveniente, que contém, obrigatoriamente, os dados relativos às ações de interesse público a serem executadas, em seus respectivos prazos e valores;

VIII - Prestação de Contas: relatório elaborado pelo conveniente, que contém todas as informações e comprovações legais dos gastos realizados em função da execução da(s) ação(ões) proposta(s) no respectivo Plano de Trabalho;

IX - Bens de Natureza Permanente: bens e direitos que possuam vida útil superior a 02 (dois) anos, não sendo, portanto, destinados a transformação direta em meios de pagamento;

XI - Material de Consumo: material destinado à manutenção das atividades da Entidade.

§2º A transferência de recursos está condicionada à previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei autorizativa, se for o caso; previsão orçamentária para celebração de Convênio, Contribuição ou Subvenção Social.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO

Art.2º Os Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais acordados ou ajustes serão propostos pelo interessado conveniente ao Controle Interno, mediante apresentação do Plano de Trabalho, conforme os Anexos I; II; VI e VII do presente Decreto.

Art.3º Fica atribuído ao Controle Interno deste Município, verificar a documentação exigida no artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para apresentarem os respectivos documentos até a data de 10 (dez) de dezembro de 2013.

§1º As Entidades que deixarem de apresentar a documentação, ou que apresentarem documentação em desacordo com seu Estatuto Social, com seu Regimento Interno ou com a Legislação aplicável à espécie, serão consideradas inabilitadas a perceber Recursos Públicos Municipais.

§2º O Controle Interno encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças os Documentos elencados nos Anexos, que fazem parte integrante deste Decreto, após análise dos mesmos até a data de 20 de dezembro de 2013.

Art.4º A transferência voluntária de recursos públicos atenderá, pelo menos, uma das seguintes finalidades públicas:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das associações de pais e professores, conforme legislação pertinente ao assunto;

IV - promoção gratuita à saúde, observada a legislação pertinente ao assunto;

V - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VI - fomento, não lucrativo, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;

VII - incentivo e promoção, gratuita, do esporte;

VIII - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos valores universais;

IX - incentivo à agricultura familiar e aos meios de produção rural relacionados ao pequeno produtor, para evitar o êxodo rural;

X - promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza;

XI - promoção do voluntariado;

XII - promoção da segurança alimentar e nutricional;

XIII - estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

§1º Caberá à ao Controle Interno a análise do interesse público, observado o disposto no caput deste artigo, e do preenchimento dos requisitos constitucionais, legais e regulamentares para celebração de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, observado o disposto no §2º, do art. 1º, deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMALIZAÇÃO

Art.5º. Os instrumentos que formalizarem Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais denominar-se-ão:

I - Termo de Convênio: utilizado para formalização de Convênios, que possuam previsão de repasses a serem executados de forma parcelada, ou valor unitário elevado;

II - Termo para formalização de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais que possuam previsão de repasses a serem executados de forma unitária e pequeno valor.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá realizar repasses financeiros, para o atendimento de despesas cujo impacto orçamentário-financeiro, num exercício, não exceda o valor, para bens e serviços, dos limites fixados para dispensa de licitação, prevista nos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.6º. Os Termos de Convênio conterão, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

I - o objeto e seus elementos característicos com descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o Termo de Convênio, independentemente de transcrição, bem como o montante total e o valor das parcelas a serem repassadas;

II - a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida;

III - a vigência, que deve ser fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, acrescido de prazo para a apresentação da prestação de contas única ou final;

IV - a obrigação do concedente de prorrogar, de ofício, a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

V - a prerrogativa do Município, exercida pelo órgão ou Entidade responsável pelo programa, de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;

VI - a classificação funcional programática e econômica da despesa;

VII - a liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho apresentado pelo conveniente;

VIII - a obrigatoriedade do conveniente de apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma prevista neste Decreto;

IX - a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitando o disposto na legislação pertinente;

X - a faculdade aos partícipes para denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido;

XI - a obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos provenientes do instrumento ajustado, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, ao concedente, na data de sua conclusão ou extinção;

XII - o compromisso do conveniente de restituir ao concedente o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o concedente, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio;

XIII - o compromisso do conveniente de recolher à conta do concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;

XIV - a indicação, quando for o caso, de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercícios futuros, com a declaração de que serão indicados em Termos Aditivos os créditos e empenhos ou nota de movimentação de crédito para sua cobertura;

XV - a indicação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que, anualmente, constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução;

XVI - as obrigações do interveniente, caso este exista;

XVII - o compromisso do conveniente de movimentar os recursos em conta bancária em banco oficial, específica e destinada exclusivamente, à movimentação dos recursos recebidos;

XVIII - a indicação do foro para dirimir dúvidas decorrentes de sua execução.

Art.7º Os Termos de Convênio para Repasses obedecerão, preferencialmente, a numeração sequencial preestabelecida.

§1º Somente poderão ser formalizados Termos de Convênio que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos correspondentes a Lei específica em vigor.

§2º Subcreverão, obrigatoriamente, os Termos de Convênio o concedente, o conveniente, 02 (duas) testemunhas, devendo constar nome completo e a inscrição no CPF/MF destas, e o interveniente, caso este último exista.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO

Art.8º Os Termos de Convênio, Contribuições e Subvenções Sociais, bem como os respectivos Planos de Trabalho somente poderão ser alterados com as devidas justificativas, mediante proposta de alteração a ser apresentada pelo conveniente ao concedente, e desde que aceitas pelo ordenador da despesa.

§1º É vedado o aditamento de Convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho, configurando mudança do objeto (lato sensu), mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

§2º Excepcionalmente, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução do Convênio, admitir-se-á ao órgão ou Entidade executora propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo órgão de Controle Interno e submetida à aprovação da autoridade competente do órgão ou Entidade concedente.

CAPÍTULO V DA PUBLICAÇÃO

Art.9º. A eficácia dos Convênios e de seus aditivos, qualquer que sejam seus respectivos valores, fica condicionada à publicação, contendo os seguintes elementos:

I - espécie e valor do instrumento;

II - denominação, domicílio e inscrição no CNPJ/MF, bem como

nome e inscrição no CPF/MF dos signatários no caso de pessoas jurídicas; para as pessoas naturais apenas o nome e a inscrição no CPF/MF;

III - resumo do objeto;

IV - crédito pelo qual será executada a despesa;

V - valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios subsequentes, bem como o da contrapartida que o conveniente se obriga a aplicar;

VI - prazo de vigência e data da assinatura;

CAPÍTULO VI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art.10. A liberação de recursos financeiros, em decorrência de Convênio, contribuição e subvenção social, obedecerá as seguintes condições:

I - apresentação de fotografia da placa de divulgação referente ao recurso recebido, cujo modelo será definido pela Secretaria Municipal de Finanças, e é de responsabilidade do conveniente, podendo o Controle Interno do Município dispensar o conveniente da apresentação do requisito mencionado, verificados critérios individuais de viabilidade em relação ao cumprimento da exigência;

II - se o concedente for órgão da Administração Municipal Direta a liberação e a remessa dos recursos será feita pelo órgão setorial de programação financeira (Tesouraria), devidamente autorizada pelo órgão gestor dos recursos concedidos;

III - os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas ou investimentos previstos no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo cruzado com cópias ou transferência eletrônica de numerário, individualizados por credor ou para aplicação no mercado financeiro;

IV - a conta bancária vinculada deverá ser identificada com o nome da unidade conveniente recebedora dos recursos, acrescido da expressão Contribuição, Subvenção Social, e do nome da unidade concedente;

V - os recursos concedidos e transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for superior a um mês;

VI - os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

VII - as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pelo conveniente;

VIII - a transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do Convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto;

IX - quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, a apresentação da respectiva Prestação de Contas deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento dos recursos por parte do conveniente, dispondo este último de 30 (trinta) dias para a aplicação do montante recebido;

X - quando a liberação dos recursos ocorrer em 02 (duas) ou mais parcelas mensais e consecutivas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente. Após o recebimento da última parcela, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá o conveniente apresentar prestação de contas final, dispondo este do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de cada parcela, para aplicação dos respectivos montantes;

XI - a liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos casos a seguir especificados:

a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular

aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Entidade ou órgão concedente e/ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do recurso recebido;

c) quando for descumprida, pelo conveniente ou executor, qualquer cláusula ou condição dos Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais ou deste Decreto;

XII - a liberação das parcelas serão encerradas na hipótese de sua rescisão;

XIII - quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção dos Convênios, contribuições e subvenções sociais, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou Entidade concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou Entidade concedente.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO

Art.11. Os Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art.12. A função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente dos recursos, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de analisar as justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na execução, sem prejuízo da ação do Controle Interno.

Art.13. O conveniente deverá, na execução das despesas com os recursos recebidos em transferência, realizar pesquisa de mercado, representada ao menos por 03 (três) orçamentos, contendo as mesmas características em relação a especificação do produto ou serviço adquirido.

Art.14. Não estarão sujeitos a apresentação dos orçamentos os gastos referentes a folhas de pagamento, aos respectivos encargos sociais, a despesas com energia elétrica, comunicação telefônica convencional, fornecimento de água potável e outros gastos cuja respectiva natureza impossibilite a pesquisa de mercado.

CAPÍTULO VIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SEÇÃO I DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.15. A prestação de contas final é aquela pertinente a única parcela recebida ou a última das parcelas de recursos liberados e deverá ser apresentada pelo conveniente no prazo previsto, composta da documentação especificada nos Anexo III do presente Decreto.

Parágrafo único. Nos casos omissos, o prazo para a prestação de contas final será de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do repasse ou parcela, dispondo o conveniente de 30 (trinta) dias para aplicação dos respectivos recursos recebidos.

Art.16. O conveniente, na forma estabelecida neste Decreto, ficará sujeito a apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos do Anexo IV e V deste Decreto.

Art.17. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem

emitidos em nome do conveniente ou executor, se for o caso, devidamente identificados com referência ao título do Convênio, Contribuição e Subvenção Social.

Art.18. A partir da data do recebimento da prestação de contas parcial ou final, caberá ao Serviço de Contabilidade e ao Controle Interno do concedente, com base no disposto neste Decreto, pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada.

§1º A prestação de contas parcial, única ou final, será analisada, inicialmente, pelo Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças do concedente, que deverá emitir prévio parecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do processo, e encaminhá-lo ao Controle Interno do Município.

§2º Posteriormente, a prestação de contas, será analisada e avaliada pelo Controle Interno do Município, a qual emitirá parecer conclusivo, podendo valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a técnicos ou autoridades públicas do local de execução do Convênio, contribuição e subvenção social quanto à correta e regular aplicação dos recursos.

§3º Não recebida a prestação de contas parcial, única ou final, nos prazos regulamentares ou ajustados, o ordenador de despesa do órgão ou Entidade concedente lançará o conveniente como inadimplente, no sentido de evitar nova concessão de parcela ou valor, sujeitando ainda o conveniente a sanções previstas em Lei.

§4º Aprovada a prestação de contas, o ordenador de despesa do órgão ou Entidade concedente, após a tramitação interna e recomendação do Controle Interno do Município, enviará o processo ao órgão financeiro do órgão concedente com documento de encaminhamento, para baixa no Sistema Compensado e arquivamento.

§5º O responsável pela aplicação de dinheiro público terá de justificar seu bom e regular emprego, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

§6º Serão consideradas como irregulares as prestações de contas que, entre outras situações possíveis:

I - forem apresentadas fora do prazo regulamentar;

II - não possuírem documentação completa;

III - quando a documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação do dinheiro público.

§7º Os eventuais saldos financeiros não aplicados pelo conveniente, referentes a qualquer das parcelas, ou Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais de repasse único, deverão ser restituídos ao erário público, juntamente com a respectiva prestação de contas parcial ou final, não admitidas compensações financeiras mesmo na hipótese de comprovações de montante superior ao valor efetivamente repassado, casos em que excesso será considerado como aplicação de recursos próprios do conveniente ao objeto, independentemente da existência de contrapartida.

Art.19. Compete a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade, a que pertencer o crédito, sob pena de responsabilidade solidária, ao tomar conhecimento de indícios de irregularidades na realização de despesas, determinar as providências indispensáveis à avaliação, caso a caso, com instauração de processo administrativo, visando a apuração dos fatos, a quantificação do dano, bem como a identificação dos responsáveis nas esferas administrativa, cível e criminal, conforme o caso.

§1º Onde haja fundado indício de prática de atos visando obtenção de vantagem indevida, com participação do particular beneficiado, o pagamento de despesas realizadas sujeita-se à demonstração de inexistência de dano ao erário, porque incabível à Administração suportar os prejuízos, ante a indisponibilidade do interesse público.

§2º Quando comprovada prática de atos ilegais visando obtenção de vantagem indevida, os pagamentos devem ser suspensos pela Administração, e, ao particular que se considerar prejudicado pela ausência de pagamento do montante que alega devido, estão disponíveis os mecanismos judiciais para obter indenização.

§3º Constatada(s) irregularidade(s) ou inadimplência(s) na apresentação da prestação de contas parcial, única ou final, o

ordenador de despesas, no resguardo do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos, suspenderá, imediatamente, a liberação de recursos, e notificará o conveniente dando-lhe o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§4º Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada ou adimplida a obrigação, a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade a que pertencer o crédito deverá instaurar o competente processo administrativo ou sindicância, por Portaria.

§5º A Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade a que pertencer o crédito deverá encaminhar o processo administrativo ao Controle Interno do Município e à Assessoria Jurídica para promoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§6º O resultado de cada processo administrativo, acompanhado, quando for o caso, da comprovação das providências adotadas para o resguardo do erário e a punição dos responsáveis, administrativa, cível e criminalmente, será submetido ao Tribunal de Contas e legislação municipal vigente.

§7º Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública os destinatários dos recursos concedidos, e, em caso de dolo ou culpa, a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade.

SEÇÃO III DOS COMPROVANTES DE DESPESA

Art.20. Para efeitos legais e de registros contábeis, o comprovante regular da despesa deve ser o documento que, por imposição de leis e regulamentos, é destinado ao credor.

Art.21. Constituem-se comprovantes regulares da despesa a nota fiscal, recibo, folha de pagamento, roteiro de viagem, ordem de tráfego, bilhete de passagem, guia de recolhimento de encargos sociais e tributos, entre outros, que deverão ser fornecidos pelo vendedor, prestador de serviço, empreiteiro e outros.

Parágrafo único. Os comprovantes de despesa deverão apresentar-se preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade.

Art.22. Na nota fiscal, para fins de comprovação de despesa, deverá constar:

- I - a data de emissão, o nome e o endereço do conveniente;
- II - a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade; marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;
- III - os valores, unitário e total, das mercadorias, e o valor total da operação;
- IV - a certificação de que o material ou serviço constante no documento fiscal foi recebido, prestado e aceito. Esta certificação será assinada pelo gestor conveniente;
- V - respectivas duplicatas quitadas ou recibos oficiais que comprovem o efetivo pagamento da nota fiscal.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos conterão, ainda, a identificação do veículo, constando, para tanto, a placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível aplicar controle semelhante.

Art.23. As Entidades receptoras dos recursos deverão exigir de seus respectivos fornecedores as notas fiscais de venda ou de prestação de serviços, sempre que estes documentos forem de emissão obrigatória.

Art.24. Os comprovantes relativos a prestação de serviços realizados por profissionais autônomos somente serão aceitos quando emitidos através de nota fiscal avulsa de prestação de serviços, recolhidos os encargos correspondentes.

CAPÍTULO IX DAS VEDAÇÕES

Art.25. É vedado celebrar Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, sob qualquer modalidade, para qualquer órgão ou Entidade de direito público ou privado que esteja em mora, inadimplente ou não esteja em situação de regularidade perante os órgãos da União, do Estado de Santa Catarina e Município de Campo Alegre/SC.

Art.26. Fica vedada a inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou Entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

II - utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, admitidas e consideradas como legais as despesas normais com manutenção da conta corrente destinada, exclusivamente, à movimentação dos recursos provenientes.

VI - a assinatura de termo aditivo com alteração do objeto, conforme estabelece o §1º, do artigo 9º, deste Decreto;

VII - a alteração de metas constantes do Plano de Trabalho sem a anuência do concedente.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.27. A inobservância das disposições deste Decreto constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em Lei.

Art.28 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PLANO DE TRABALHO

I	Ofício solicitação ao Prefeito;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da Entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF/MF do presidente da Entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da Entidade, registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
VIII	Atestado de funcionamento fornecido pelo respectivo conselho vinculado;
IX	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
X	Cópia da Lei de utilidade pública;
XI	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social;
XII	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
XIII	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico http://www.sef.sc.gov.br quando o concedente for o Estado;
XIV	Certidão Negativa de débitos municipais;
XV	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XVI	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO II

INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO

I	Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da Entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
II	Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
III	Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
IV	Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
V	Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
VI	Cronograma físico de execução;
VII	Cronograma financeiro de desembolso;
VIII	Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

ANEXO III

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.1
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha

ANEXO IV

CONTEÚDO MÍNIMO DOS TERMOS DE AJUSTES FIRMADOS

I	Objeto e finalidade;
II	Obrigações dos partícipes e dos intervenientes, se houver;
III	Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros;
IV	Valor da contrapartida, quando houver, e a forma de sua aferição, quando prestada por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis;
V	Classificação da despesa e o número do empenho;
VI	Informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou previstos em lei que autorize as despesas;
VII	Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente;
VIII	Prerrogativa do concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
IX	Obrigações do conveniente de identificar os bens permanentes adquiridos;
X	Compromisso de o conveniente de movimentar os recursos na conta bancária única e específica do Convênio;
XI	Proibição do conveniente repassar os recursos recebidos para outros órgãos ou Entidades congêneres ou não, salvo expressa autorização na legislação própria do concedente;
XII	Sujeição da aquisição de bens e serviços à legislação sobre licitações e contratos públicos;
XIII	Obrigações do conveniente prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, se houver;
XIV	Hipóteses de rescisão;
XV	Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do Convênio, se houver;

XVI	Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos, ou transformados com recursos do Convênio, necessários à execução do objeto, mas que a esse não se incorporam.
-----	---

ANEXO V

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AJUSTES FIRMADOS ENTRE ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados, se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

ANEXO VI

FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Entidade recebedora:	_____
E-mail:	_____
CNPJ/MF:	_____
Endereço:	_____
Ponto de referência:	_____
CEP:	_____ Bairro: _____
Cidade:	_____ Estado: _____
Telefone para contato: ()	_____

Presidente da Entidade:	_____
E-mail:	_____
CPF/MF nº:	_____
Identidade nº:	_____ Data: ____/____/____ Órgão Expedidor: _____
Endereço residencial:	_____ Nº: _____ Ponto de referência: _____ CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone para contato: ()	_____

Endereço profissional:	_____
nº:	_____
CEP:	_____ Bairro: _____ Cidade: _____
Estado:	_____
Telefone para contato: ()	_____

Campo Alegre/SC, ____/____/2013.

Assinatura do Presidente

ANEXO VII

PLANO DE TRABALHO

Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da Entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter.

Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos.

Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso.

Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados.

Cronograma físico de execução:



Cronograma financeiro de desembolso:

Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

1ª via – Processo de solicitação – 2ª via – arquivo da entidade para controle do projeto.

Campo Alegre/SC, ____/____/2013.

Assinatura do Presidente

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representantes legais do(a) _____

estabelecida a Rua _____
nº _____, Bairro: _____,

Município: _____

CEP: _____/SC, Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº _____,

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, na forma de Convênio/Contribuição/Subvenção Social no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Campo Alegre/SC, ____ de _____ de 2013.

Presidente: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Decreto Nº 8.041 de 21 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.041 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.036 de 21 de novembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do

Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0077.2.124 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental

300000.00.766 - Despesas Correntes

330000.00.766 - Outras Despesas Correntes

339000.00.766 - Aplicações Diretas

339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 22.000,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

17.512.0078.2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água

400000.00.766 - Despesas de Capital

440000.00.766 - Investimentos

449000.00.766 - Aplicações Diretas

449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 12.000,00

17.512.0079.2.126 - Campanhas de Conscientização Ambiental

300000.00.766 - Despesas Correntes

330000.00.766 - Outras Despesas Correntes

339000.00.766 - Aplicações Diretas

339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

339036.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 22.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.042 de 22 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.042 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art.1º) Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatórios e compras em geral realizados neste Município.



Art.2º) A Comissão será composta dos seguintes membros:

* DEISI ESTELA AMORIM - Diretora de Saúde, quando se tratar de serviços; consultas e compras de materiais e objetos para respectiva área de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* CRISTIANE DO ROCIO ODIA - Agente Administrativo II, quando se tratar de materiais, ambulatoriais, medicamentos odontológicos e laboratoriais, materiais de limpeza e manutenção para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* KARINA TERESINHA MUEHLBAUER - Assistente Social, quando se tratar de serviços, compras de materiais e objetos para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS - Chefe do Serviço de Transporte e Frota, da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Pública Municipal e inclusive os Fundos Municipais;

* ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO - Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, quando se tratar de materiais e serviços em geral da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras;

* BRUNO SEEFELD - Engenheiro Civil, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos na área de obras em geral e de engenharia na respectiva área;

* MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração; quando se tratar de serviços e compras dos materiais e objetos para as Secretarias Municipais de Administração e Finanças;

* MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY - Chefe do Serviço de Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;

* ERNESTO LARSEN - Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados para respectiva Secretaria;

* EDILSON PRUCKNESKI - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria Municipal;

* LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Agente Administrativo II, quando se tratar de aquisição de Bens Patrimoniais de toda a Administração Pública Municipal e inclusive dos Fundos Municipais.

* JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA - Chefe de Gabinete, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados à respectiva área.

* MAGALI ENGEL - Coordenadora da Casa da Cidadania, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Casa da Cidadania do Município de Campo Alegre/SC;

* ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ - Sargento Responsável pelo 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar em Campo Alegre/SC, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração do FUMREBOM - Fundo

Municipal do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre/SC;

* CELSO MACHADO - Sargento responsável pelo Comando da Polícia Militar em Campo Alegre/SC, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Militar no Município de Campo Alegre/SC;

* SANDRO MARCELO POHL - Responsável pela Delegacia da Polícia Civil em Campo Alegre, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Civil no Município de Campo Alegre/SC;

* IVANIR NARLOCH - Presidente do Conselho Tutelar, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC;

* PETERSON ALUISIO KOHLER - Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração de Águas de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 7.807 de 10 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.388 de 20 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.388 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE À ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em 20 de novembro de 2013, considerando-se aprovada no Estágio Probatório a Servidora Pública Municipal, VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, Matrícula Funcional nº 000540, Registro no Sistema Sob nº 954646, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de janeiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 108/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº. 108/2013

O objeto desta licitação é a aquisição de agendas padronizadas para os alunos do Pré Escolar, alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme tabela abaixo.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 06/12/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

VALOR ESTIMADO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.495	unid	Agenda Escolar Fundamental Tamanho aberto: 30x21cm. Tamanho fechado 15x21cm. Miolo: 222 páginas (111 folhas), sendo 16 páginas iniciais + 16 páginas finais + 190 páginas de miolo, em papel off set 63g, cor da impressão do miolo: 1x1.Capa : Envoltas em cartão 2mm, capa dura revestida em PVC cristal 0,15 e PVC camurça 0,20. Impressão personalizada da capa 4x0 em couche 150g. Distribuição Interna: Páginas iniciais, identificação, historia do município, hino da cidade, equipe da secretaria, escolas da rede municipal, mapa da cidade, oração da criança, ficha médica, calendário 2012/2013/2014, normas gerais, cronograma dos centros escolares, horários de aula, direitos e deveres da família, tabuada, anotações, mapa do Brasil, mapa dos estados brasileiros, mensagem da secretaria, entre outros. Um envelope PVC sarja 0,20 soldado eletronicamente, com abertura superior. Mais 2 folhas no final da agenda em adesivo off set 180g com meio corte, com bandeira do município e figuras. Acabamentos: Espiral arame na cor que melhor combinar com a capa, furação redonda.	9,50	14.202,50

02	400	unid	Agenda Escolar Infantil Creche Técnicas mínimas requeridas: Capa: Envoltas em cartão 2mm, capa dura revestida em PVC cristal 0,15 e PVC camurça 0,20. Impressão personalizada da capa 4x0 em couche 150g tamanho 15cm x 21cm. Impressão: 4x0 cor. Miolo: 300 páginas. Cor 1x1 (pantone) em papel ofset 63g. ALGUMAS PÁGINAS QUE DEVERÃO CONSTAR: Identificação, ficha médica, algumas datas comemorativas, calendário 2012, 2013, 2014, histórico da cidade, características, normas gerais das escolas municipais, horário das aulas, autorização, chegadas tardias, saídas antecipadas, mensagem da secretária de educação. Páginas finais: Deverá constar curiosidades sobre nosso planeta, Hino Nacional, Hino da Independência, Hino da Bandeira, Hino da Proclamação da República, Hino de Santa Catarina, mapa do Brasil, mapa mundi, aniversariantes, telefones, email e OUTRAS QUE SERÃO DEFINIDAS. No início da agenda deverá ter envelope sarja em PVC camurça 0,20 micras. Acabamento: Espiral metálico com revestimento	12,50	5.000,00
03	320	unid	Agenda Escolar Infantil Pré Tamanho aberto: 30x21cm. Tamanho fechado 15x21cm. Miolo: 340 páginas (170 folhas), em papel off set 63g, cor da impressão do miolo: 1x1.Capa : Envoltas em cartão 2mm, capa dura revestida em PVC cristal 0,15 e PVC camurça 0,20. Impressão personalizada da capa 4x0 em couche 150g. Distribuição Interna: Páginas iniciais, identificação, historia do município, hino da cidade e, equipe da secretaria, escolas da rede municipal, mapa da cidade, oração da criança, ficha médica, calendário 2012/2013/2014, normas gerais, cronograma dos centros escolares, horários de aula, direitos e deveres da família, tabuada, anotações, mapa do Brasil, mapa dos estados brasileiros, mensagem da secretaria, entre outros. Um envelope PVC sarja 0,20 soldado eletronicamente, com abertura superior. Acabamentos: Espiral arame na cor que melhor combinar com a capa, furação redonda.	12,50	4.000,00

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.



campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação do mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 108/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 25 de novembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Tomada de Preços 26/2013 -

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 26/2013 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para REFORMA da Unidade de Saúde de Bateias de Cima "Pedro Maciel de Souza", à Estrada Principal, Bateias de Cima, neste Município. Julgamento: Menor Preço Global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 151.472,42. Os recursos são provenientes do Convênio N.4.503/2012-9 - Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra contrapartida com recursos próprios (Municipal). Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 09/12/2013, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, 22 de novembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.853/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.853/13 DE 21/11/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais) no projeto e na atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.520,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais) provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.854/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.854/13 DE 21/11/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de 1.500,00 (mil quinhentos reais) no projeto e na atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.034 - Reequipamento do Fundo Mun. da Infância e do Adolescente

Elementos de despesa: 10 - 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0167.000000 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

Elementos de despesa: 9 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0167.000000 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior Recursos de Instituições Privadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Edital Nº 07-2013 Smec

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL Nº 07-2013 - SMEC

ABRE PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO-ACT

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 5.086/05, e considerando a eventual necessidade da contratação de profissionais em educação, em razão da demanda de matrículas ou substituições para o ano de 2014, e de conformidade com a Lei nº 1.967/93 e alterações pela Lei nº 3.470/09 de 02/12/2009.

RESOLVE:

Tornar público para conhecimento dos interessados, que fará realizar o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário ACT para atuar na Educação Infantil, Séries Iniciais e Séries Finais do Ensino Fundamental(Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Inglês, Espanhol, Educação Física Escolar – Docência, Educador Físico – Bacharelado)e Educação Especial (segundo professor) bem como para as Escolas Rurais (conforme anexo I) que se efetivará na conformidade com a Lei nº1.967/93 e alterações da Lei nº 3. 470/09 e as normas deste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço www.noroesteconcursos.com.br no período de 14 a 28 de novembro de 2013.

1.1.1. A aplicação das provas objetivas para todos os cargos dar-se-á da forma abaixo disposta:

CARGOS	DATA	HORÁRIO
TODOS OS CARGOS	08/12/2013	Abertura dos portões:
		08:00
		Fechamento dos portões: 08:45
		Início da aplicação das provas: 09:00
		Termino da aplicação das provas: 12:00

1.1.2. Para efetivamente participar do concurso o candidato deverá pagar a taxa de inscrição até o vencimento previsto no boleto.

1.1.3. Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

1.1.4. A organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

1.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:

1.2.1. Acessar o site www.noroesteconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

1.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC;

1.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer;

1.2.4. Imprimir o boleto bancário;

1.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até um dia útil após a data de encerramento das inscrições.

1.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

1.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

1.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

1.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

1.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público que será feita em mural na Prefeitura do Município de Campos Novos- SC, no site do Município www.camposnovos.sc.gov.br e no site www.noroesteconcursos.com.br.

1.7. A data provável para Homologação das Inscrições é 04/12/2013 às 18:00hs.

1.8. Aqueles não possuam acesso a internet poderá utilizar de computador que será disponibilizado na Biblioteca Pública Municipal – na Rua Coronel Farrapo – nº 1.045, Centro - Campos Novos - SC

1.9- Condições de inscrição

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente processo seletivos que venham a ser divulgado;
- Ao inscrever-se o candidato declara possuir a habilitação e / ou, o nível de escolaridade nele exigido, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados no ato da convocação/ contratação.
- Efetuar o pagamento do bancário boleto, até a data do vencimento, no valor de R\$ 30,00(trinta reais) nos estabelecimentos bancários e casas lotéricas.

1.10-Das Opções de Inscrição:

No ato da inscrição o candidato deverá optar somente por uma área de atuação sendo: Educação Infantil, Séries Iniciais perimetro urbano, Séries Iniciais perimetro rural (ANEXO I), Séries Finais do Ensino Fundamental (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Inglês, Espanhol, Educação Física Escolar – Docência, Educador Físico – Bacharelado)e Educação Especial.

- O candidato, para atuar como segundo professor (Necessidades Especiais, Libras, Braille) deverá possuir habilitação legal para exercício da função(PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – HABILITADO) ou ter feito curso de aperfeiçoamento na área com carga horária mínima de 20 (vinte) horas no ano de 2.013 (PROFESSOR

DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NÃO HABILITADO), sendo os resultados publicados em listas separadas e será dado preferência aos HABILITADOS quando das atribuições das aulas(escolha da vaga disponível).

b) Os candidatos para professores de Educação Física Escolar deverão ter a habilitação à docência e, ao cargo de Educador Físico para atuar na área de esportes deverão ser titulados com Bacharel em Educação Física (conforme Resolução CNE /CP nº 2/2004) e ambos deverão possuir registro no Conselho de Classe.

2. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição neste processo seletivo desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art.37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, e na Lei Federal nº 7.853/1989.

2.3. Será considerada deficiência somente aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/99, e na Lei nº 7.853/1989.

2.3.1. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87030-250- Maringá - PR, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

2.3.2. A declaração de deficiência, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física que julgará a aptidão física e mental necessárias para contratação do candidato.

2.3.3. O candidato portador de deficiência submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, que verificará a existência da deficiência declarada no Requerimento de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo e terá decisão terminativa sobre:

a) qualificação do candidato como deficiente ou não.

b) o grau de deficiência capacitante ou não para o exercício do cargo.

2.3.4. A inobservância de qualquer uma das exigências acima determinará a perda do direito da vaga reservada a candidatos portadores de necessidades especiais, sendo a sua inscrição homologada como candidato não portador de deficiência.

2.3.5. O candidato portador de necessidades especiais participará deste processo seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário de início, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

2.3.6. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiência de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

2.3.7. Os candidatos considerados portadores de deficiência, se habilitados e classificados, além de figurarem na lista geral de classificação do cargo, terão seus nomes publicados em separado. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados serão convocados para efeito de contratação, segundo a ordem específica de classificação.

2.3.8. Não provida qualquer uma das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, por falta de candidatos ou por reprovação, será ela preenchida pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3.2. A relação das inscrições homologadas e os locais de prova estarão disponíveis nos endereços eletrônicos www.noroesteconcursos.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br no Mural do Paço Municipal de Campos Novos no dia 04/12/13.

3.3. O candidato terá dois dias úteis para entrar com recurso contra o indeferimento da inscrição.

3.4 As provas serão aplicadas dia 08/12/13.

3.5 O local da prova será divulgado na homologação das inscrições.

4. DA PROVA

4.1. A prova escrita para o cargo de Professor de Educação Infantil, terá no total 25 (vinte e cinco) questões objetivas com peso 4,00 (quatro).

a) Questões de conhecimentos específicos: 15 (quinze) questões objetivas

b) Conhecimentos Gerais: 10 (quinze) questões objetivas;

4.2. A prova escrita para o cargo de Professor de Ensino Fundamental de séries iniciais, terá no total 25 (vinte e cinco) questões objetivas com peso 4,00 (quatro).

a) Questões de conhecimentos específicos: 15 (quinze) questões objetivas

b) Conhecimentos Gerais: 10 (quinze) questões objetivas;

4.3. A prova escrita para os cargos Professor de Ensino Fundamental Séries Finais, terá no total 25 (vinte e cinco) questões objetivas com peso 4,00 (quatro).

a) Questões de conhecimentos específicos: 15 (quinze) questões objetivas

b) Conhecimentos Gerais: 10 (quinze) questões objetivas;

4.4. A prova escrita para o cargo de segundo professor terá no total 25 (vinte e cinco) questões objetivas com peso 4,00 (quatro).

a) Questões de conhecimentos específicos: 15 (quinze) questões objetivas

b) Conhecimentos Gerais: 10 (quinze) questões objetivas;

4.5. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 08 de dezembro de 2.013 e terá duração total de 3 (três) horas com início às 9 horas até às 12 horas.

4.6. O acesso aos locais de prova será permitido das 08:00 às 08:45 momento em que serão fechados os portões com início das provas às 09:00

4.7. O candidato deverá apresentar-se no local de prova portando documento oficial de identificação original, com foto.

4.8. Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento oficial de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial (boletim de ocorrência) emitido nos últimos 30 dias. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada.

4.9. A não apresentação de documento oficial de identificação original impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do processo seletivo.

4.10. O candidato declara expressamente concordar em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, quando houver indícios de fraude, em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar a fraude e manter a lisura da prova.

4.11. No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

4.12. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celulares, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Também não são permitidos alimentos, bebidas (sendo permitida apenas água envasada em recipiente transparente sem o rótulo), fumo no local de prova, bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros e ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

4.13. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, antes do início da prova para que sejam acondicionadas no local específico com identificados.

4.14. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 4.11, 4.12 e 4.13 do presente edital, bem como o porte e ou uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar o processo seletivo, até o momento em que o candidato entregar a sua prova, implicará na atribuição de nota zero (0) e na eliminação automática, mesmo que a prova seja entregue.

4.15. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

4.16. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;

4.17. A prova escrita objetiva será corrigida com base na marcação feita pelo candidato no cartão resposta.

4.18. Será aprovado na prova escrita o candidato que obtiver nota igual ou superior com no mínimo de 50% (cinquenta) do valor total atribuído à prova, ou seja, 5,00 pontos considerando que a nota da prova escrita é de 10,00 pontos, antes de considerar o peso final (7)

4.19. A nota final será obtida com aplicação da média aritmética da nota auferida na prova objetiva somada a nota da redação dividido por dois.

4.20. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após

uma hora do seu início.

4.21 O candidato somente poderá retirar-se da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por um fiscal.

4.22. Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas, e retirar-se do local simultaneamente.

4.23. A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.24. O Município de Campos Novos e a Noroeste Concursos não assumem quaisquer responsabilidades quanto ao transporte, alimentação, alojamento e/ou hospedagem dos candidatos a prova seletiva.

4.25. O Município de Campos Novos e a Noroeste Concursos não assumem qualquer responsabilidade sobre roubos e ou furtos de pertences ou veículos dos candidatos ou atos de terceiros que vierem a ser cometidos nos locais onde se realizarão as provas.

4.26. O gabarito provisório do caderno de questões da prova será divulgada na Internet no endereço eletrônico www.noroesteconcursos.com.br, a partir das 18 horas, do dia seguinte à realização da prova.

5. DA PROVA DE TÍTULOS:

5.1 A prova de títulos para os cargos de professor contará da avaliação dos certificados ou diplomas de cursos de Magistério, Graduação, Pós-graduação, Mestrado e/ou Doutorado dos candidatos que obtiverem aprovação nas etapas anteriores, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu.

5.2 Os títulos apresentados receberão pontuação unitária não cumulativa, conforme a seguinte tabela:

	TÍTULO	PONTUAÇÃO
1	Certidão que está cursando a 5ª fase ou mais sem Magistério para o cargo pretendido.	0,5(cinco décimos)
2	Diploma de curso Magistério	1.0(um ponto)
3	Magistério e certidão que está cursando a 5ª fase ou mais do cargo pretendido	2.0(dois pontos)
4	Diploma de curso de Graduação do cargo pretendido	3,0 (três pontos)
5	Diploma de curso de Pós-Graduação para o cargo pretendido	5,0(cinco pontos)
6	Diploma de Mestrado	6,0(seis pontos)
7	Diploma de Doutorado	8,0 (oito pontos)

5.3. Para participar da prova de títulos e tempo de serviço o candidato deverá enviar via sedex para Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes - Noroeste Concursos na Rua Corypneu de Azevedo Marques, 65, VI. Santo Antônio – Maringá –PR – CEP: 87.030-250 até o primeiro dia útil subsequente ao término das inscrições, cópia xerográfica do Diploma autenticada em cartório e tempo de serviço no magistério, no ato da Inscrição;

5.3.1 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital.

5.4 O Diploma obtido no exterior só será avaliado se o curso for reconhecido pelo MEC e validado por Instituição Federal de ensino superior;

5.5 O diploma expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6 A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

5.7 A nota expressa na tabela acima do item 5.2 será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico.

5.8 Somente serão atribuídas notas a Prova de Títulos dos candidatos que lograrem aprovação, nos termos deste edital, na etapa anterior – Prova Escrita.

5.9A cópia do título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.

6 – TEMPO DE SERVIÇO

6.1. O Candidato que apresentar no mínimo 3 (três anos) de tempo de serviço junto ao Magistério, terá adicionada em sua Nota Final 2,00 (dois) pontos.

6.2. Na contagem do tempo de serviço, deverá ser considerada até 30/08/2013 como data fim.

6.3. O tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação não poderá ser considerado na contagem prevista no item 6 deste Edital. Contando apenas o tempo de Serviço trabalhado após o processo de aposentadoria.

7. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A nota final dos candidatos será a nota obtida conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação Final} = (\text{Nota final da prova escrita (média aritmética)} \times 7 + (\text{Pontos da titulação} + \text{tempo de serviço}) \times 3 = \text{Nota Final}$$

7.2 Os candidatos serão classificados por área de atuação, em ordem decrescente da Nota Final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais.

7.3 O candidato que não tiver habilitação para o magistério será classificado posteriormente aos candidatos que tem habilitação.

7.4. Será considerado aprovado no processo seletivo, o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 % da nota prevista para a prova escrita ou seja 5,0 (cinco pontos) na prova escrita.

7.5. Após o cômputo da pontuação obtida na prova escrita, no título e tempo de serviço ocorrendo empate na classificação final, será usado o critério de desempate como:

- a) Melhor Título seguindo a ordem: Doutorado; Mestrado; Pós-Graduação; Graduação; Magistério (todos na área);
- b) Melhor Nota Obtida na Prova Escrita;
- c) Candidato Mais idoso.

7.6. A Secretária Municipal de Educação e Cultura homologará o resultado final do processo seletivo com a publicação da listagem dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

8. DO RESULTADO

8.1 O Resultado do processo seletivo e todas as suas etapas serão

divulgadas por meio do endereço eletrônico www.noroesteconcursos.com.br no Mural Público da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação.

9.2 O candidato aprovado e classificado será convocado por Edital para assumir a vaga. Deverá se apresentar no dia e horário que será divulgado e publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a escolha de vaga, e não aceitando a vaga oferecida, ou não comparecendo, estará renunciando a convocação, assinando o Termo de Desistência da Vaga para o ano letivo vigente. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

9.3 O § 5º do Artigo 5º da Lei 1.967/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - O Processo seletivo de que trata o “caput” deste artigo será válido durante o ano letivo para que foi realizado, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos por ato do Chefe do Poder Executivo municipal.”

Para o ano seguinte de prorrogação de vigência deste edital o candidato aprovado retorna a classificação obedecendo a homologação final.

9.4 O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto será eliminado do presente processo seletivo.

9.5 Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pelo Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos, observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido neste Edital.

9.6 O laudo médico solicitado para a posse será expedido pela Junta Médica da Prefeitura Municipal de Campos Novos

9.7 O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

9.8 O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.

9.9 O resultado do exame médico será expresso com indicação de “apto ou inapto”, para o exercício da atribuição do cargo.

9.10 A indicação de condição “inapta” será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no processo seletivo.

9.11. O candidato que já tiver um cargo público como inativo, poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite total de 60 (sessenta) horas (inativo + ativo = 60 horas).

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberá recurso:

- a) quanto à homologação das inscrições;
- b) quanto ao gabarito provisório da prova escrita;
- c) quanto à homologação do resultado do Processo Seletivo.

10.2. Os recursos deverão ser enviados através do site www.noroesteconcursos.com.br, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1.a, b e c.

10.2.1. Apresentado o Recurso, a Comissão do Processo Seletivo

emitirá Parecer, e encaminhará ao Prefeito Municipal para a Decisão, que não terá mais recurso na esfera administrativa.

10.3. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado um recurso para cada questão com indicação da respectiva bibliografia.

10.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

10.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fax-símile, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

10.6. Em caso de anulação de questão, o ponto correspondente será atribuído a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1 Delega-se competência à empresa para:

- a) Receber as inscrições
- b) divulgar os resultados nos sites e mural da prefeitura (inscrição, títulos, tempo de serviço, resultado final, recursos)
- c) elaborar, aplicar, julgar e corrigir toda a prova ;
- d) proceder à avaliação da prova escrita;
- e) receber e emitir parecer dos recursos previstos neste Edital
- f) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- i) atuar em conformidade com as disposições deste edital.

12. DO FORO JUDICIAL

12.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo de que trata este edital, é o da Comarca de Campos Novos no Estado de Santa Catarina.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este Processo Seletivo será válido por 1 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do seu resultado final, podendo o resultado do processo seletivo ser prorrogado, por igual período, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Campos Novos e por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal. (Item 9.3)

13.2. Não será aceito pedido de reclassificação, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na contratação, quando convocado.

13.3. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação automática no quadro de pessoal do Município de Campos Novos.

13.4. Será excluído do Processo Seletivo, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;

e) negar-se a cumprir o que determina ou descumprir as regras contidas neste Edital.

f) fizer, em qualquer fase ou documento declaração falsa ou inexistente;

g) não mantiver atualizado seu endereço.

13.5 Em caso de alteração do endereço e telefone, comunicar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Rua: Assis Camargo Costa, 1.110 - Antigo Seminário – Bairro Boa Vista – Campos Novos – SC.

13.6. O Edital na sua íntegra será publicado no endereço eletrônico do concurso: www.noroesteconcursos.com.br, no <http://www.camposnovos.sc.gov.br> e no Mural do Paço Municipal.

13.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, acompanhada de fiscal.

13.7.1 Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e ou seus cuidadores, a não ser lactentes nas condições estipuladas no item 13.7.

13.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pela Assessoria Jurídica de Campos Novos e Empresa

13.9. A listagem da classificação será divulgada por Edital a ser fixado no mural da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e no site www.noroesteconcursos.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br.

13.10. A contar da publicação do resultado preliminar o candidato terá dois dias úteis para solicitar reconsideração quanto ao resultado. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data de inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

13.11. A chamada dos candidatos se efetivará mediante a eventual necessidade no decorrer do ano letivo de 2014, e obedecerá à ordem de classificação.

13.12. O regime de trabalho semanal do profissional admitido na forma deste Edital será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e das disponibilidades das Vagas.

13.13. A Remuneração dos Profissionais Contratados será a remuneração prevista na Legislação para os profissionais efetivos, e será de acordo com a Carga Horária, e Titulação do profissional, limitada ao valor máximo de Professor II Nível M-03 - § 2º do Artigo 9º da Lei nº 1.967/93 com alteração da Lei nº 3.470/09 de 02/12/2009 e Lei Complementar 07/2011 de 23 de setembro de 2011.

13.13.1. Durante a validade do processo seletivo, e após a contratação, em hipótese alguma, poderá receber progressão.

13.14. Para chamadas posteriores a 1ª chamada, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura notificará via telefone ou no endereço fornecido no Requerimento da Inscrição (ficando o candidato responsável por comunicar qualquer alteração do mesmo) para que o candidato se apresente no prazo improrrogável de 24 horas sob pena de perder o direito de escolha da vaga.

13.15. Para Educação Infantil, Séries Iniciais e Séries Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial, não havendo candidatos habilitados e interessados, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá convocar candidatos que demonstrem habilidade na área e/ou apresentaram cursos de capacitação ou aperfeiçoamento inscritos no processo, na ordem de classificação.

13.16. Os casos omissos serão resolvidos após Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, por decisão do Chefe do Poder Executivo.

13.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 14 de novembro de 2013.

Aprovo o presente Edital.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I ESCOLAS MULTISSERIADAS DE SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NOME ESCOLA	CARGA HORÁRIA
EI CORREDEIRA	20
EI PINHAL PRETO	20
EI PE. JOSIMO M. TAVARES	20
EI PROFª ANDRÉIA DURIGON	20
EI PROFª LIDES T. D. TITON	20
EI PROFª Mª GORETI D. BECKER	20
EI SÃO JOÃO DOS C. NOVOS	20
EI SÃO SIMÃO PANHO	20
EI ENCRUZILHADA	20

ANEXO II

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

CONHECIMENTOS GERAIS

LINGUA PORTUGUESA

- Linguagem escrita: culta e coloquial
- Fonema, letra, sílaba, encontro consonantal, encontros vocálicos.
- Classe de palavras: substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, verbos e suas flexões, conjugação dos verbos no indicativo, subjuntivo e imperativo.
- Concordância verbal e nominal.
- Interpretação de texto.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração decimal; as quatro operações fundamentais com números naturais; noções de dobro, metade e triplo; medida de tempo, comprimento, superfície, capacidade, massa e volume; sistema monetário brasileiro; resolução de situações – problema; reconhecimento de figuras planas; área e perímetro das principais figuras planas; aplicações de porcentagem.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Conceitos básicos de educação infantil,

Elementos locais (sociedade, história, cultura, costumes, etc) como recursos didáticos e pedagógicos; planejamento de aulas e avaliação de resultados, Diversidade, mediação professor aluno, Inclusão.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- SÉRIES INICIAIS E FINAIS

CONHECIMENTOS GERAIS

LINGUA PORTUGUESA

Linguagem escrita: norma culta e norma coloquial
Fonemas; letras; sílabas; encontro consonantal e encontros vocálicos
Classe de palavras (substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, verbos regulares e irregulares e suas flexões e conjugações)
Concordância verbal e nominal
Interpretação de textos
Questão Dissertativa

MATEMÁTICA

Sistema de numeração decimal; as quatro operações fundamentais com números naturais; noções de dobro, metade e triplo; medida de tempo, comprimento, superfície, capacidade, massa e volume; sistema monetário brasileiro; resolução de situações – problema; reconhecimento de figuras planas; área e perímetro das principais figuras planas; aplicações de porcentagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS: Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Características dos seres vivos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução, AIDS e DSTs; Ecossistemas brasileiros; Vírus; Ar; Solo, Água; Meio ambiente; Massa: Substâncias químicas e suas propriedades. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DOCÊNCIA

Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

EDUCADOR FÍSICO

Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento:; Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Inclusão.

PROFESSOR DE ESPANHOL

Gramática Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE INGLÊS

Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Espaço geográfico de Santa Catarina e Planalto Sul; Orientação Ambiente natural: Economia e sociedade: Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: Santa Catarina. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Acordo Ortográfico, Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação gráfica, classes gramaticais, conjugação de verbos, regência, concordância, fonética, formação de palavras, linguagem figurada, discurso direto e indireto, análise sintática, emprego de pronomes, formas de tratamento, interpretação de textos, redação, versificação. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: Equações e Inequações; Relações e funções; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade, Regra de três simples e composta, parte teórica e conceitual: adição, subtração, multiplicação, divisão com números inteiros e fracionários. Problemas envolvendo operações. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE HISTÓRIA -

História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo;

História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional. - Conteúdos de Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE ARTES

Conceito de Arte, Análise e interpretações da linguagem artística. Metodologia do ensino da arte. História da arte: Renascimento, Barroco e Impressionismo. O barroco no Brasil. Artes plásticas no Brasil. Cores. Educação Musical. Teatro na educação fundamental. Expressão corporal. A cultura popular e o folclore na escola. Manifestações artísticas populares do Brasil. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: Legislação sobre Educação Especial. Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão.

Retificação do Edital 07-2013 Smec**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL 07/2013 SMEC**

Onde se lê Item 4: Total 25 (vinte e cinco) questões objetivas com peso 0,4 (quatro).

Leia se: Total 25 (vinte e cinco) questões objetivas, conforme peso na tabela abaixo:

Tabela 1.

CADERNO	QUANTIDADE QUESTÕES	PESO QUESTÕES	TOTAL
Conhecimentos específicos	15	0,3	4,5
Conhecimentos Gerais	10	0,25	2,5

Onde se lê: 4. DAS PROVAS

b) Conhecimentos Gerais: 10 (quinze) questões objetivas;

Leia se para todos: b) Conhecimentos Gerais: 10 (dez) questões objetivas;

Onde se lê: 4.18 Será aprovado na prova escrita o candidato que obtiver nota igual ou superior com no mínimo de 50% (cinquenta) do valor total atribuído à prova, ou seja, 5,00 pontos considerando que a nota da prova escrita é de 10,00 pontos, antes de considerar o peso final (7)

Leia se: 4.18 Será aprovado na prova escrita o candidato que obter nota igual ou superior com no mínimo de 50% (cinquenta) do valor total atribuído à prova, ou seja, 3,5 pontos considerando que a nota da prova escrita é de 70,00 pontos.

Onde se lê: Item 4.19. A nota final será obtida com aplicação da média aritmética da nota auferida na prova objetiva somada a nota da redação dividido por dois.

Cancelado: Esse deverá ser cancelado. Não fazendo parte do Edital.

Onde se lê: 4.23. A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

Leia se: 4.23. A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 70,00 (setenta), sendo as notas expressas com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

Onde se lê: 5.7 A nota expressa na tabela acima do item 5.2 será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico.

Leia se: 5.7 A nota expressa na tabela acima do item 5.2 será computada, não cumulativamente, por item, valendo apenas os pontos atribuídos por item não sendo considerado dois itens, somente itens diferentes.

Onde se lê:

	TÍTULO	PONTUAÇÃO
1	Certidão que está cursando a 5ª fase ou mais sem Magistério para o cargo pretendido.	0,5 (cinco décimos)
2	Diploma de curso Magistério	1.0 (um ponto)
3	Magistério e certidão que está cursando a 5ª fase ou mais do cargo pretendido	2.0 (dois pontos)
4	Diploma de curso de Graduação do cargo pretendido	3,0 (três pontos)
5	Diploma de curso de Pós-Graduação para o cargo pretendido	5,0 (cinco pontos)
6	Diploma de Mestrado	6,0 (seis pontos)
7	Diploma de Doutorado	8,0 (oito pontos)

6.1. O Candidato que apresentar no mínimo 3 (três anos) de tempo de serviço junto ao Magistério, terá adicionada em sua Nota Final 2,00 (dois) pontos.

Leia se:

Item	TÍTULO	PONTUAÇÃO
1	Certidão que está cursando a 5ª fase ou mais sem Magistério para o cargo pretendido	0,5 (cinco décimos)
2	Diploma de curso Magistério	1.0 (um ponto)
3	Magistério e certidão que está cursando a 5ª fase ou mais do cargo pretendido	2.0 (dois pontos)
4	Diploma de curso de Graduação do cargo pretendido	3,0 (três pontos)
5	Diploma de curso de Pós-Graduação para o cargo pretendido.	5,5 (cinco pontos e meio)
6	Diploma de Mestrado	7 (sete pontos)
7	Diploma de Doutorado	9 (nove pontos)

6.1. O Candidato que apresentar no mínimo 3 (três anos) de tempo de serviço junto ao Magistério terá adicionado em sua Nota Final 2,00 (dois) pontos. Totalizando a somatória dos títulos mais

o tempo de serviço no magistério igual 30,00 pontos.

Onde se lê:

6.2. Na contagem do tempo de serviço, deverá ser considerada até 30/08/2013 como data fim.

Leia se:

6.2. Na contagem do tempo de serviço, deverá ser considerada até 30/08/2013 como data fim. E a experiência deve ser na área da educação.

Onde se lê: 7.4. Será considerado aprovado no processo seletivo, o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% da nota prevista para a prova escrita ou seja 5,0 (cinco pontos) na prova escrita.

Leia se: 7.4. Será considerado aprovado no processo seletivo, o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% da nota prevista para a prova escrita, ou seja, 3,5 (três pontos e meio) na prova escrita.

INCLUIR NO EDITAL ITEM DE ISENÇÃO DA TAXA

1. O candidato que comprovar sua condição de doador de sangue nos termos da Lei municipal nº 3885/2013, terá isenção da taxa de inscrição.

2. Deverá acessar o site efetuar uma inscrição e junto com comprovante de inscrição apresentar na Biblioteca Pública Municipal, comprovante das doações de no mínimo duas vezes ao ano nos últimos dois anos. A inscrição deverá ser efetuada no período de 21/11 a 22/11/2013 das 08h às 18h.

3. A lista de isenções deferidas será publicada no dia 25/11/2013. O candidato que tiver sua isenção indeferida deverá entrar com recurso na Biblioteca Pública Municipal, no dia 26/11/2013, conforme disposto no item 10.3, letra a do Edital 07/2013. As respostas dos recursos será divulgada no dia 27/11/2013.

4. O candidato que já efetuou pagamento da taxa, deverá efetuar uma nova inscrição solicitando a isenção e em caso de deferimento, deve solicitar a devolução da taxa enviando comprovante de pagamento e cópia do RG ou documento de identificação e dados bancários para devolução, via Sedex para o endereço: Noroeste Concursos: Rua Coripeu de Azevedo Marques, 65 – Jd. Santo Antônio – CEP: 87030-250- Maringá – PR até o dia 03/12/2013, constando no envelope DEVOLUÇÃO DA TAXA CAMPOS NOVOS - SC.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- SÉRIES INICIAIS E FINAIS

ACRESCENTAR CONTEÚDO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR SÉRIES INICIAIS
 Psicologia Genética (Piaget). Teoria de Vygotsky: Concepção sociointeracionista. O uso das tecnologias nas práticas pedagógicas. Processo de alfabetização e sua contextualização histórica. Alfabetização: diferentes paradigmas. Temas transversais. A função social da escrita: Alfabetização e letramento. Leitura e escrita na alfabetização (gêneros e tipologias textuais). Diversidade: etnia, gênero e raça. Bullying. Homofobia. Ecopedagogia. Pedagogia de Projetos. Participação e relações entre escola e comunidade. Gestão Democrática. Avaliação (Provinha Brasil e Prova Brasil).

PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Onde se lê:

....Conteúdo de Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série de acordo com os parâmetros curriculares nacionais de história....

Leia se:

...Conteúdo de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano de acordo com os parâmetros curriculares nacionais de história....

Campos Novos, 19 de novembro de 2013.

Aprovo o presente Edital.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 5.182 de 23/10/2013

LEI Nº. 5.182 DE 23/10/2013

"ALTERA A LEI Nº. 4.806 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI Nº. 4834 DE 17 DE OUTUBRO DE 2011, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei Municipal nº. 4.806/2011, alterada pelo art. 1º da Lei Municipal nº. 4.834/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, para a implantação de uma empresa com atividade em manutenção, reparação e mecânica de peças para veículos 4X4, máquinas agrícolas e caminhões, através da cessão de uso em nome da empresa "Erotides dos Santos Pacheco Filho ME", inscrita no CNPJ sob o nº. 11.954.272/0001-47, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 1.037,40 m² (Um mil, trinta e sete metros e quarenta decímetros quadrados), situado nesta cidade, no Bairro Industrial I, localizado à margem da Avenida Senador Ivo D'Aquino (antiga estrada Canoinhas - Paula Pereira), parte de uma área maior pertencente a Matrícula nº. 31.377, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.183 de 23/10/2013

LEI Nº. 5.183 DE 23/10/2013

"AUTORIZA LEILOAR VEÍCULO INSERVÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar mediante leilão, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, o bem móvel relacionado no Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A alienação prevista no caput deste artigo será realizada mediante o devido processo licitatório, devendo obedecer ao valor mínimo estabelecido no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I

LOTE 01

UNIDADE DESCRIÇÃO

01	Automóvel Fiat Uno Mille Economy - ano 2009 - modelo 2010, cor branca, álcool/gasolina, Placa MGI 4445, RENAVAL 152925848, CHASSI 9BD15822AA6319262, no estado em que se encontra.
----	--

Valor do Lance Inicial R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Lei Nº. 5.184 de 23/10/2013

LEI Nº. 5.184 DE 23/10/2013

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 3.398, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica definido que cada verba refeição será no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), inclusive a terceira verba refeição prevista no inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 1º.

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº. 3.398/2001, e da Lei 3.698/2004, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.186 de 23/10/2013

LEI Nº. 5.186 DE 23/10/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 165.136,99 (Cento e sessenta e cinco mil, cento e trinta e seis Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 165.136,99
Recursos 153 - Recursos de Convênio União

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do Programa Apoio a Creches do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 165.136,99 (Cento e sessenta e cinco mil, cento e trinta e seis Reais),

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.187 de 23/10/2013

LEI Nº. 5.187 DE 23/10/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus

anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 55.000,00

Recursos 310 – Recursos PNAP (PNAE – Pré-escola)

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil Reais), observando a arrecadação do exercício de 2012 e a tendência de arrecadação do exercício de 2013, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo da Arrecadação Mensal em 2013 – Recurso 310 – PNAP

Mês	Valor em R\$	Observação
Janeiro	0,00	-
Fevereiro	11.200,00	Valor arrecadado
Março	11.200,00	Valor arrecadado
Abril	11.200,00	Valor arrecadado
Mai	11.200,00	Valor arrecadado
Junho	38.700,00	Valor arrecadado
Julho	16.700,00	Valor arrecadado
Agosto	16.700,00	Valor arrecadado
Setembro	16.700,00	Valor arrecadado
Outubro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Novembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Dezembro	0,00	-
Total	167.000,00	-

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013;
http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em 11/10/2013.

Tabela 2 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2013 (A) + Excessos abertos em 2013	Estimativa de Arrecadação para 2013, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
310	112.000,00	167.000,00	55.000,00

Fonte: contabilidade, 2013.

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.188 de 30/10/2013

LEI Nº. 5.188 DE 30/10/2013

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NA COPA ESTADUAL DE MÁSTER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas na Copa Estadual de Máster, que será realizado no Município de Blumenau - SC, na data de 31 de outubro a 03 de novembro de 2013, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas modalidade Bolão:

- a) Almeri Sarlori Silva;
- b) Amélia A. Thien;
- c) Dolores Scteilein Correa;
- d) Emanuele M. Scheuer
- e) Eni Maria Wendt;
- f) Fabiane Cristina Ramos;
- g) Jose Roberta Krezesinski;
- h) Josete Zaniolo Trevisane;
- i) Juraci Maria Nader;
- j) Juraci Terezinha Rodrigues;
- k) Maria Schneider Witt;
- l) Marian Thien Scheuer;
- m) Regina Maria T. Weisnieski;
- n) Renate Santos;
- o) Roseli Sudoski;
- p) Salete Winert Tevszeca;
- q) Sanda Mara Taucheca;
- r) Vânia Rosa Krezesinski;

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo de Canoinhas a custear as despesas de transporte, seja em condução própria ou terceirizada, para a participação dos atletas no referido evento.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.189 de 30/10/2013

LEI Nº. 5.189 DE 30/10/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, em favor da empresa "FRICASA ALIMENTOS S/A", inscrita no CNPJ nº. 83.188.110/0001-56, através dos seguintes benefícios:

I. Concessão de até 200m³ (duzentos metros cúbicos) de pedra brita número três (bica corrida), transporte de material citado se adquirido pela beneficiária, e horas-máquina necessárias para a devida distribuição e acabamento das vias já existentes.

II. Horas-máquina de motoniveladora para abertura de uma estrada com 400 (quatrocentos) metros de extensão, cascalho grosso para o tráfego de carretas para a base, compactação do mesmo e brita para a camada superior.

III. Horas-máquina de escavadeira para retirada de árvores e movimentação de terra na área frontal para circulação de trânsito pesado, material para a base e compactação.

Art. 2º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 3º - O material acima mencionado será utilizado para dar continuidade ao projeto de ampliação de abate da matéria prima viva (suínos) e industrialização da Empresa.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.190 de 30/10/2013

LEI Nº. 5.190 DE 30/10/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL MUNICÍPIO DE CANOINHAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 38.250,00 (Trinta e oito mil, duzentos e cinquenta Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 2.040 - Manutenção do CREAS - FMAS
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 2.250,00
Recurso 312 - Recurso CREAS Estado

II)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
 Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 36.000,00
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 38.250,00 (Trinta e oito mil, duzentos e cinquenta Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
 Atividade 2.040 - Manutenção do CREAS - FMS
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 2.250,00
 Recurso 312 - Recurso CREAS Estado

II)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
 Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social
 3.3.50.00.00.00.00 Transf a Instituições Privadas sem fins lucrativos 36.000,00
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei, estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2013.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.191 de 30/10/2013

LEI Nº. 5.191 DE 30/10/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 19: Fundação Cultural de Canoinhas
 Unidade 19.01: Fundação Cultural de Canoinhas
 Atividade 2.033 - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas
 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos..2.000,00
 Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 19: Fundação Cultural de Canoinhas
 Unidade 19.01: Fundação Cultural de Canoinhas
 Atividade 2.033 - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas 2.000,00
 Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Fundação Cultural de Canoinhas, a celebrar convênio de cooperação técnica e financeira a título de contribuição, bem como promover repasse, para a Sociedade Beneficente Operária, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.186/0001-83, até o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), objetivando custear despesas gerais para a promoção do evento denominado 59ª FESTA DO TIRO, visando promover atividades culturais e de entretenimento para a população canoinhense;
 §1º. As despesas decorrentes desta lei serão realizadas por conta de dotação específica do orçamento da Fundação Cultural de Canoinhas.

ART. 4º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2013.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.192 de 30/10/2013

LEI Nº. 5.192 DE 30/10/2013

DISPÕE SOBRE PREFERÊNCIA EM ACESSO NO MAGISTÉRIO

O Povo de Canoinhas, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Os profissionais portadores de certificado de nível médio em magistério serão pontuados com acréscimo sobre os demais candidatos de nível médio, compondo classificação específica e tendo preferência nos seguintes casos:

I - de acesso via concurso público, conforme previsto no Art. 17 da Lei Complementar nº 038/2011;

II - nos processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário para a Educação ou contratações de ACT's;
III - nas escolhas de vagas para lotação, remoção, aumento de carga horária ou assemelhados;
IV - em quaisquer outros casos em que haja classificações, e
V - nos casos de desempate.

Art. 2º Aos profissionais do magistério municipal portadores de certificado de nível médio em magistério fica garantido o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, previsto no Art. 2º da Lei n 11.738, de 16 de julho 2008 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.193 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.193 DE 07/11/2013

"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2013, a título de contribuição, para a Liga Esportiva Canoinhense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 82.773.797/0001-24, até o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), objetivando custear parte das despesas relativas à participação dos alunos do Centro de Educação Profissional Vidal Ramos - CEDUP Canoinhas, nos IX Jogos Escolares Agrícolas de Santa Catarina - JEASC, a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2013 em Canoinhas.

Art.2º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos da Instrução Normativa TCE/SC nº 14/2012 e suas alterações, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012 e suas alterações.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.194 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.194 DE 07/11/2013

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NO CAMPEONATO MUNDIAL DE LONGBOARD EM TEOTÔNIA-RS, AUTORIZA CUSTEAR DESLOCAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas no campeonato Mundial de LongBoard, que será realizado no Município de Teotônia - Rio Grande do Sul, nas datas de 14 a 16 de novembro de 2013, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas modalidade LongBoard:

- a) Marcos Antonio Kucarz;
- b) Rodrigo de Oliveira;
- c) Fabiano Moreira;

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo de Canoinhas a custear as despesas de deslocamento necessário para a participação dos atletas no referido evento.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.195 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.195 DE 07/11/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BAIRROS ALTO DAS PALMEIRAS E BOA VISTA, VISANDO ESTABELECE PARCERIA PARA A DECORAÇÃO DA PRAÇA JOÃO XXIII, SITUADA NO BAIRRO ALTO DAS PALMEIRAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação União dos Bairros Alto das Palmeiras e Boa Vista, visando estabelecer parceria para realização da decoração natalina junto a Praça João XXIII, situada no bairro Alto das Palmeiras.

Art. 2º - Através do convênio, referido no artigo anterior, será destinado como incentivo a execução do projeto pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, 150 (cento e cinquenta) metros de mangueira natalina com iluminação de led ou comum, 50m² (cinquenta metros quadrados) de madeira para forro, 04 (quatro) chapas de compensado e 10 (dez) barras de ferro 5/16.

Parágrafo Único: Os materiais destinados serão utilizados para a confecção de um pinheiro de natal, estrela natalina, iluminação e construção da casa do papai Noel, sendo que a conveniada será responsável pela execução dos serviços de instalação e mão de obra para realização do referido projeto.

Art. 3º - Durante o período de 30 de novembro de 2013 até 06 de janeiro de 2014, a conveniente será responsável pela conservação da praça.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.196 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.196 DE 07/11/2013

"AUTORIZAÇÃO PARA PERMUTA DE ÁREA DE TERRAS, COM A SRA LUCILDA DE JESUS ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a permutar uma área de terras com 488,34 m² (quatrocentos e oitenta e oito metros e trinta e quatro decímetros), constituído pelo lote nº. 11 (onze), quadra nº. 231, Rua Saulo de Carvalho, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 33.398, de propriedade da Prefeitura Municipal de Canoinhas, por uma área de terras com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº. 04 (quatro), quadra nº. 503 (quinhentos e três), Rua Francisco de Paula e Silva, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 15.243, de propriedade da Sra. Lucilda de Jesus Alves, brasileira, professora aposentada, viúva, sem vínculo de união estável, residente e domiciliada neste município, portadora da cédula de identidade nº. 9º R-734.734.256/SC, inscrita no CPF sob nº. 382.271.349-04.

Art. 2º - As disposições constantes no artigo anterior, visam à regularização do imóvel, destinado a Sra. Lucilda de Jesus Alves.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.197 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.197 DE 07/11/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BNDES/PMAT.

Art. 2º - A adesão ao Programa BNDES/PMAT propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de serviços de geoprocessamento, levantamento aerofotogramétrico, geração de ortofotocartas digitais, cadastro técnico multifinalitário, implantação de sistemas de informações geográficas (SIG), treinamento e capacitação de servidores, reforma da sede da Prefeitura, aquisição de móveis e utensílios, aquisição de máquinas, softwares e equipamentos de informática, serviços de consultoria visando a melhoria da gestão tributária e para a implantação do planejamento estratégico da gestão e aquisição de veículos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionado no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal - com recursos do Programa BNDES/PMAT, até o montante de R\$1.429.565,44 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo Único - Em garantia ao empréstimo estabelecido neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Projeto BNDES/PMAT, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentária dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.198 de 07/11/2013

LEI Nº. 5.198 DE 07/11/2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a implantação da empresa com atividades em fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; serviços especializados para construção civil; serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso; comércio varejista de materiais de construção em geral; comércio atacadista de materiais em construção em geral e construção de edifícios, através da cessão de uso a Empresa GSA PRE-MOLDADOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº. 16.951.369/0001-10, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), parte de uma área maior com 54.480,75 m², no Bairro Industrial I, localizado à margem da Avenida Senador Ivo D'Aquino (antiga estrada Canoinhas - Paula Pereira), conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 31.377.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; serviços especializados para construção civil; serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso; comércio varejista de materiais de construção em geral; comércio atacadista de materiais em construção em geral e construção de edifícios, vedada a construção de edificação residencial na área cedida.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I. O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II. O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III. O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

- I. O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II. Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

- a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;
- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;
- d) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;
- e) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.
- f) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

III. Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Reverterá também a propriedade ao Município o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único: A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar para a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

I. PESSOA JURÍDICA:

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

II. PESSOA DOS SÓCIOS:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio

público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.199 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.199 DE 11/11/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.060 – Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 1.500.000,00

Recursos 254 – Recurso Produção MAC

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Reais), observando a arrecadação do exercício de 2012 e a tendência de arrecadação do exercício de 2013, discriminados nas seguintes fontes de recursos:

Tabela 1 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2013 (A) + Excessos abertos em 2013	Estimativa de Arrecadação para 2013, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
254	8.900.000,00	10.400.000,00	1.500.000,00

Fonte: contabilidade, 2013.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei, estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.200 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.200 DE 11/11/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes 3.3.50.00.00.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos 2.500,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.500,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.201 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.201 DE 11/11/2013

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e do § 2º do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas.

§ 1º Constituem anexos a esta LEI:

- I - Previsão de receita para o quadriênio 2014 - 2017;
- II - Planilhas de despesas por programas e ações, demonstrando as metas físicas e fiscais por ações;
- III - Demonstrativo da consolidação das despesas por natureza;
- IV - Compatibilizações das fontes com as destinações dos recursos;
- V - Evolução das receitas;
- VI - Evolução das despesas.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Canoinhas, referente ao período 2014 a 2017, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA para cada qual dos exercícios.

Parágrafo único - Os valores orçados nesta lei abrange a totalidade dos orçamentos do município.

Art. 3º - A estimativa da receita e a fixação das despesas para o quadriênio 2014/2017 estão expressas em valores correntes, considerando a especificidade de crescimento das receitas e as metas de inflação estabelecidas pela União.

Art. 4º - As planilhas de despesas que compõem o Plano Plurianual, estão estruturadas em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medidas, metas, valores e fontes de recursos.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, considera-se:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Justificativa, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;
- VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa; e
- VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de programas e ações constantes desta Lei, serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.202 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.202 DE 11/11/2013

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI**I – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Canoinhas, para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita em R\$ 129.820.472,72 (Cento e vinte e nove milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e dois Reais e setenta e dois centavos), e fixa a Despesa em R\$ 129.820.472,72 (Cento e vinte e nove milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e dois Reais e setenta e dois centavos), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

II – DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Art. 2º - O orçamento do Município de Canoinhas (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 129.820.472,72 (Cento e vinte e nove milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e dois Reais e setenta e dois centavos), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 3.350.000,00 (Três milhões, trezentos e cinquenta mil Reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 126.470.472,72 (Cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois Reais e setenta e dois centavos). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA PM DE CANOINHAS, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, à FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS e à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES em R\$ 20.123.260,00 (Vinte milhões, cento e vinte e três mil e duzentos e sessenta Reais).

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

- 1. RECEITAS CORRENTES 105.834.472,72
- 2. RECEITAS DE CAPITAL 23.986.000,00



3. RECEITA TOTAL 129.820.472,72

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Cód	ORGÃO	VALOR R\$
02.00	Gabinete do Prefeito	1.760.000,00
03.00	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	14.645.000,00
05.00	Secretaria Municipal de Educação	39.481.580,00
07.00	Secret. Mun. de Des. Social e Família	4.047.000,00
08.00	Secretaria Municipal de Des. Econômico	2.432.000,00
09.00	Secretaria Municipal de Des. Rural	2.623.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	3.545.000,00
11.00	Secretaria Mun. de Planj. e Orçamento	1.355.000,00
12.00	Secretaria Municipal de Obras e Des. Urb.	17.925.860,00
13.00	Reserva de Contingência	60.000,00
22.00	Fundo Mun. Assist. à Saúde do Servidor - FAS	1.200.000,00
23.00	Secretaria Municipal de Habitação	2.405.500,00
18.00	Fundo Municipal de Assistência Social	1.718.925,16
17.00	Fundo Municipal de Saúde	30.122.307,56
16.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	112.000,00
15.00	Funrebompm de Canoinhas	421.000,00
14.00	Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas	639.400,00
19.00	Fundação Cultural de Canoinhas	642.400,00
20.00	Fundo de Desenvolvimento Rural	1.333.500,00
01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas	3.350.000,00
21.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	1.000,00
TOTAL		129.820.472,72
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		20.123.260,00
TOTAL		20.123.260,00

II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	3.350.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	13.260.000,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	421.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.877.925,16
10	SAÚDE	30.122.307,56
11	TRABALHO	1.200.000,00
12	EDUCAÇÃO	39.481.580,00
13	CULTURA	642.400,00
15	URBANISMO	17.925.860,00
16	HABITAÇÃO	2.405.500,00
17	SANEAMENTO	1.000,00

18	GESTÃO AMBIENTAL	3.545.000,00
20	AGRICULTURA	3.956.500,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.432.000,00
27	DESPORTO E LAZER	639.400,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.500.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
TOTAL		129.820.472,72
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		20.123.260,00
TOTAL		20.123.260,00
		16.773.260,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
032	CONTROLE EXTERNO	3.350.000,00
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.355.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.905.000,00
181	POLICIAMENTO	421.000,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	112.000,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.765.925,16
301	ATENÇÃO BÁSICA	11.275.010,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	15.809.310,00
303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.284.987,56
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.013.750,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	739.250,00
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.200.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	27.047.140,00
362	ENSINO MÉDIO	453.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	310.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	11.347.500,00
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	323.940,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	642.400,00
452	SERVIÇOS URBANOS	17.925.860,00
482	HABITAÇÃO URBANA	2.405.500,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.000,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.545.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	3.956.500,00
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	2.432.000,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	639.400,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.900.000,00
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.000.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	600.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
TOTAL		129.820.472,72

	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	20.123.260,00
TOTAL		20.123.260,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

CÓDIGO	PROGRAMAS	VALOR (R\$)
0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	3.350.000,00
0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	5.765.925,16
0014	MAIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	3.545.000,00
0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	421.000,00
0016	ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA	639.400,00
0017	CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	642.400,00
0018	MORADIA PARA TODOS	2.405.500,00
0019	SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO	1.000,00
0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	1.760.000,00
0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15.845.000,00
0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	6.388.500,00
0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	39.481.580,00
0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	17.925.860,00
0007	PLANEJAMENTO EFICAZ	1.355.000,00
0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	30.122.307,56
0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	112.000,00
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
TOTAL		129.820.472,72
	Transferências Financeiras concedidas aos Fundos, Fundação e à Câmara de Vereadores.	20.123.260,00
TOTAL		20.123.260,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	100.640.072,72
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	29.120.400,00
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	60.000,00
TOTAL		129.820.472,72

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores	20.123.260,00
TOTAL	20.123.260,00

III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Art. 3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de

2014 estima a Receita em R\$ 111.603.200,00 (Cento e onze milhões, seiscentos e três mil e duzentos Reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores em R\$ 20.123.260,00 (Vinte milhões, cento e vinte e três mil e duzentos e sessenta Reais) e fixa as Despesas em R\$ 91.479.940,00 (Noventa e um milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e quarenta Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 90.557.200,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 21.046.000,00
3. RECEITA TOTAL 111.603.200,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
04	ADMINISTRAÇÃO	13.260.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.047.000,00
11	TRABALHO	1.200.000,00
12	EDUCAÇÃO	39.481.580,00
15	URBANISMO	17.925.860,00
16	HABITAÇÃO	2.405.500,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.545.000,00
20	AGRICULTURA	2.623.000,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	2.432.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.500.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00
TOTAL		91.479.940,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	20.123.260,00
TOTAL		20.123.260,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	66.109.940,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	25.310.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	60.000,00
TOTAL		91.479.940,00

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	20.123.260,00
TOTAL GERAL	20.123.260,00

IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Art. 4º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.138.925,16 (Um milhão, cento e trinta e oito mil, novecentos e vinte e cinco Reais e dezesseis centavos), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 580.000,00

(Quinhentos e oitenta mil Reais) e fixa as despesas em R\$ 1.718.925,16 (Um milhão, setecentos e dezoito mil, novecentos e vinte e cinco Reais e dezesseis centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 1.138.925,16
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 1.138.925,16

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.718.925,16
TOTAL		1.718.925,16

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	1.512.925,16
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	206.000,00
TOTAL		1.718.925,16

V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 15.994.047,56 (Quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quarenta e sete Reais e cinquenta e seis centavos) as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 14.128.260,00 (Quatorze milhões, cento e vinte e oito mil, duzentos e sessenta Reais) e fixa as Despesas em R\$ 30.122.307,56 (Trinta milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e sete Reais e cinquenta e seis centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 13.054.047,56
2. RECEITAS DE CAPITAL 2.940.000,00
3. RECEITA TOTAL 15.994.047,56

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
10	SAÚDE	30.122.307,56
TOTAL		30.122.307,56

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	26.956.807,56
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	3.165.500,00
TOTAL		30.122.307,56

VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 40.000,00 (Quarenta mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 72.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 72.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	112.000,00
TOTAL		112.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	102.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
TOTAL		112.000,00

VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS – FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 301.000,00 (Trezentos e um mil Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 421.000,00 (Quatrocentos e vinte e um mil Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 301.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 301.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e

quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
06	SEGURANÇA PÚBLICA	421.000,00
TOTAL		421.000,00

II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	168.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	253.000,00
TOTAL		421.000,00

VIII - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 19.400,00 (Dezenove mil e quatrocentos Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 620.000,00 (Seiscentos e vinte mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 639.400,00 (Seiscentos e trinta e nove mil e quatrocentos Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 19.400,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 19.400,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
27	DESPORTO E LASER	639.400,00
TOTAL		639.400,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	617.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	22.000,00
TOTAL		639.400,00

IX - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundação Cultural de Canoinhas para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 22.400,00 (Vinte e dois mil e quatrocentos Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 620.000,00 (Seiscentos e vinte mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 642.400,00 (Seiscentos e quarenta e dois mil e quatrocentos Reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 22.400,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 22.400,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
13	CULTURA	642.400,00
TOTAL		642.400,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

		618.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	618.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	23.900,00
TOTAL		642.400,00

X - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 10 - Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 668.500,00 (Seiscentos e sessenta e oito mil e quinhentos Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 665.000,00 (Seiscentos e sessenta e cinco mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.333.500,00 (Um milhão, trezentos e trinta e três mil e quinhentos Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 668.500,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 668.500,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
20	AGRICULTURA	1.333.500,00
TOTAL		1.333.500,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	1.303.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
TOTAL		1.333.500,00

XI - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 11. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 0,00 (Zero Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 3.350.000,00 (Três milhões e trezentos e cinquenta mil Reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.350.000,00 (Três milhões e trezentos e cinquenta mil Reais).

§ 1º Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 3.350.000,00
2. TOTAL 3.350.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	3.350.000,00
TOTAL		3.350.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	3.250.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	100.000,00
TOTAL		3.350.000,00

XII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.000,00 (Um mil Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 0,00 (Zero Reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.000,00 (Um mil Reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1. RECEITAS CORRENTES 1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 0,00
3. RECEITA TOTAL 1.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
17	SANEAMENTO	1.000,00
TOTAL		1.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
TOTAL		1.000,00

Art. 13. Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme segue:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
R\$ 1,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	60.000,00
EVENTOS		
Descrição		Valor
Demandas Judiciais não previstas		30.000,00

Frustração da arrecadação estimada	20.000,00
Outros Riscos Fiscais - Ocorrência de epidemias, enchentes, estiagem e outras situações de calamidade pública.	10.000,00
TOTAL	60.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.
§ 2º Não se efetivando até o dia 20/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 14. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Decreto, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Durante a execução orçamentária de 2014, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2014.

Art. 15. Poderá o Poder Executivo, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais até o limite de um quarto do montante das respectivas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observados os valores disponíveis por fontes de recursos;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

V – convênios não previstos no orçamento geral da prefeitura.

Parágrafo único: excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no

orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 18. Durante o exercício de 2014 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 19. Através de Lei específica autorizativa e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 21. Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único – As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no “caput” deste artigo.

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção ou auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.(Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 24. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25. A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.203 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.203 DE 11/11/2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E A PROCESSAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (2011) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a processar despesa do exercício de 2011, no valor de R\$ 2.285,85 (dois mil duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), referente a valores apurados através das notas fiscais nº. 1.541.649 e 1.541.647, emitida pela empresa SATÉLITE COMERCIAL LTDA - EPP com registro no CNPJ sob nº 82.629.072/0001-67.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.204 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.204 DE 11/11/2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E A PROCESSAR DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR (2012) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a processar despesa do exercício de 2012, no valor de R\$17.683,96 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), referente a saldos apurados em planilhas de controle da Secretaria Municipal de Planejamento no tocante à execução do Contrato nº062/2009/PMC - Processo Licitatório nº07/2009/TP.

Parágrafo Único. O contrato citado no caput deste artigo fora formalizado com a empresa Sociedade Industrial e Comercial Sicol Ltda e possui como objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública no Município de Canoinhas, sendo as despesas custeadas com recursos oriundos da COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Art. 2º - Tendo em vista que os valores citados no artigo anterior poderão ser objeto de atualização monetária, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder para com a devida atualização através de índices regularmente utilizados pela municipalidade, bem como aqueles decorrentes das responsabilidades assumidas através da formalização do contrato para com a empresa executora.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.205 de 11/11/2013

LEI Nº. 5.205 DE 11/11/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar Convênio com HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, objetivando a cessão temporária, no que diz respeito a porta de entrada da rede de Urgência e Emergência do Pronto Atendimento Municipal, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS e a garantia de atendimento à população com melhoria na qualidade dos serviços prestados, nos termos das portarias nº 1600/2011 e 2.395/2011, ambas do Ministério da Saúde.

Parágrafo Primeiro: O Termo de Convênio a ser celebrado tem por objeto o repasse de incentivo financeiro encaminhado via SUS e também visa garantir o acolhimento e melhoria da qualidade de serviços hospitalares prestados aos usuários do SUS.

Parágrafo Segundo: A presente cessão terá vigência até 31 de março de 2014, podendo ser prorrogada caso haja interesse das partes.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 225/2013

DECRETO Nº. 225/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 494,00m² (Quatrocentos e noventa e quatro metros quadrados), procedido por CLAUDINEI CORREIA FREITAS, situado na Rua Leônicio Augusto Kohler esquina com a Rua Estanislau Schiwiński, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta

Comarca sob a matrícula nº 2.271, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 03 com área de 255,00m² e lote nº 04 com área de 239,00m², ambos pertencentes a quadra nº 652, conforme requerimento protocolado sob nº. 6183/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 226/2013

DECRETO Nº. 226/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 413,91m² (Quatrocentos e treze metros e noventa e um decímetros quadrados), procedido por BERENICE MARIA DE SOUZA, situado na Rua Nicolau Fernandes, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 35.355, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28 com área de 206,95m² e lote nº 30 com área de 206,96m², ambos pertencentes à quadra nº 1403, conforme requerimento protocolado sob nº. 6133/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 227/2013

DECRETO Nº. 227/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.186 de 23/10/2013, resolve:

DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.186 de 23 de outubro de 2013, no valor de R\$ 165.136,99 (Cento e sessenta e cinco mil, cento e trinta e seis Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 165.136,99
Recursos 153 - Recursos de Convênio União

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica utilizado o recurso proveniente do Programa Apoio a Creches do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 165.136,99 (Cento e sessenta e cinco mil, cento e trinta e seis Reais).

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 228/2013

DECRETO Nº. 228/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.187 de 23/10/2013, resolve:

DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.187 de 23 de outubro de 2013, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 55.000,00
Recursos 310 – Recursos PNAP (PNAE – Pré-escola)

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, utilizado os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil Reais), observando a arrecadação do exercício de 2012 e a tendência de arrecadação do exercício de 2013, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo da Arrecadação Mensal em 2013 – Recurso 310 – PNAP

Mês	Valor em R\$	Observação
Janeiro	0,00	-
Fevereiro	11.200,00	Valor arrecadado
Março	11.200,00	Valor arrecadado
Abril	11.200,00	Valor arrecadado
Maio	11.200,00	Valor arrecadado
Junho	38.700,00	Valor arrecadado
Julho	16.700,00	Valor arrecadado
Agosto	16.700,00	Valor arrecadado
Setembro	16.700,00	Valor arrecadado
Outubro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Novembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Dezembro	0,00	-
Total	167.000,00	-

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013; http://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.liberacoes_result_pc. Acesso em 11/10/2013.

Tabela 2 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2013 (A) + Excessos abertos em 2013	Estimativa de Arrecadação para 2013, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
310	112.000,00	167.000,00	55.000,00

Fonte: contabilidade, 2013.

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 793/2013

PORTARIA Nº. 793/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Técnico em Enfermagem, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional JESSICA ALVES DA MAIA ROSSETTI, aprovada no processo seletivo nº. 004/SMS/2013, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 043/2013 de 27 de setembro de 2013 inicia suas atividades no dia 01/11/2013 até candidato assumir vaga pelo chamamento do concurso público, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Fica contratado para exercer a função de Técnico em Enfermagem, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, o profissional SÉRGIO ANDRÉ SUDBRACK, aprovado no processo seletivo nº. 004/SMS/2013, para contratação temporária e convocado através do Edital nº. 043/2013 de 27 de setembro de 2013 inicia suas atividades no dia 01/11/2013 até candidato assumir vaga pelo chamamento do concurso público, conforme comunicação interna.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 820/2013

PORTARIA Nº. 820/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Odontólogo Suporte - CEO, para atuar no Centro de Especialidades Odontológicas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional FERNANDA CRISTINA FONTANA SELEME, aprovada no processo seletivo nº. 005/SMS/2013, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 049/2013 de 17 de outubro de 2013 inicia suas atividades no dia 05/11/2013 até 04/11/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação da Anulação do Edital de Tomada de Preços Nº 29/2013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 145/2013

TOMADA DE PREÇO N.º 29/2013

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a ANULAÇÃO da Tomada de Preço n.º 29/2013, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DO MATERIAL E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO. Motivo: Representação junto ao TCE (processo nº. REP-/1300709127), tendo sido consideradas abusivas as condições de habilitação técnica necessárias a participação do edital. Portanto, diante disto resolvemos anular o referido processo e lançá-lo com alteração da documentação de capacidade técnica das participantes, a fim de aumentar o número de possíveis participantes. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira (47) 3621 7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Catanduvás

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0081/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0081/2013

Pregão nº 0035/2013 (Processo Licitatório nº 0057/2013).

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros destinados à frota municipal, durante o segundo semestre de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; de Infraestrutura; de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social,

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a solicitação de aditivo apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, motivada pela necessidade de manter o transporte escolar até o final do ano letivo.

CONSIDERANDO a possibilidade de alteração contratual para o fim de acréscimo de item que integra o objeto contratado, nos termos do art. 65, §1 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o previsto no item 1.2 da CLÁUSULA PRIMEIRA



do Contrato firmado entre as partes
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 4.322,50 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de 18.791% (dezoito vírgula setecentos e noventa e um por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente aditivo é referente ao item 38, do Processo Licitatório 0057/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor total do contrato passa a ser de R\$ 27.325,50 (vinte e sete mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e disposições do Contrato inicial permanecem inalteradas e em pleno vigor.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 13 de novembro de 2013.
Contrato Originário: 01 de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

P Ortaria Nº 329/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 329/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.10.2012 à 30.09.2013, a CLAUDIRENE FERREIRA, matriculada sob o nº 2444/03, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Assistência Social.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 25.11.2013 à 14.12.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de novembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial Nº 30/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2013/FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2013/FMS - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 30/2013/FMS, que objetiva a Aquisição de 01 (um) monitor de sinais vitais multiparamétrico e 01 (um) desfibrilador externo automático, para a Unidade de Referência em Saúde, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 05 de dezembro de 2013. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 22 de novembro de 2013.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 650

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI COMPLEMENTAR Nº 650, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.
Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores Fontana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 1.965,00m², com a Associação de Moradores Fontana, inscrita no CNPJ sob nº 95.995.502/0001-06, destinada à regularização/manutenção da sede da Entidade, situada no Loteamento Catarina C. Fontana, neste Município, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 21.903, Livro nº 2 - "CP".

Parágrafo único. A área de terras de 1.965,00m² possui as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 65,50m, com a Rua Tucanas; ao sul, na extensão de 65,50m, com a Rua Terenas; ao leste, na extensão de 30,00m, com a Rua Tucuruís; ao oeste, na extensão de 30,00m, com a Rua Araucanos.

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 651

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 651, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores de Barra do Castilho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 2.500,00m2, com a Associação de Moradores de Barra do Castilho, inscrita no CNPJ sob nº 07.782.892/0001-79, destinada à regularização da sede da Entidade, caracterizada como: parte do lote rural nº 1.385, da Colônia Rancho Grande, situado em Barra do Castilho, neste Município, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.811, Livro nº 2 - "O".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 652

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 652, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Sociedade Esportiva Internacional.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 4.900,00m2, com a Sociedade Esportiva Internacional, inscrita no CNPJ sob nº 04.721.352/0001-97, destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: lote rural nº 58, do Bloco 10, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado em Lageado Crescêncio, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 33.705, Livro nº 3 - "AF".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.845

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.845, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013.

Declara de utilidade pública, a obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua 29 de Julho, acesso ao Distrito de Presidente Kennedy.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua 29 de Julho, acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, neste Município, com, aproximadamente, 5,52km de extensão por 30,00m de largura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.846

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.846, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao Decreto nº 5.833, de 9 de setembro de 2013, que abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.833, de 9 de setembro de 2013, que abre crédito suplementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 150.000,00



Art. 2º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2013, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:
Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.1900 Recursos Ordinários R\$ 15.700,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.700,00" (NR)
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.847
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.847, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.6500 Recursos da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar R\$ 537.000,00
Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS
Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências a União
Fonte de Recursos 0.1.0200 Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 40.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 577.000,00.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.848
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.848, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.598, de 11 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.6200 Recursos do FNDE R\$ 45.438,92
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 45.438,92.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.849
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.849, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.
Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.599, de 11 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a suplementação do seguinte programa:

"Órgão 08: Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Unidade 001: Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Função 0015: Urbanismo
Subfunção 0451: Infraestrutura Urbana
Programa 0032: Investimentos Gerais
Projeto 1009: Modernização Urbanística
Despesa 3.44.9051: Despesas de Capital. Investimentos.
Aplicações Diretas. Obras e Instalações."

Art. 2º De acordo com o inciso IV do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, serão utilizados

como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 4.568, de 9 de setembro de 2013.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Decreto Nº 5.850

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.850, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.600, de 11 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 70.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2017 Ações do Ensino Fundamental

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 70.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Decreto Nº 5.851

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.851, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito especial e suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.602, de 11 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0006.1001 Modernização e Organização Administrativa

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0007.2006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 148.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.4500 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 695.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.122.0037.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 91.022,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 04.122.0038.2036 Manutenção das

Atividades-Meio da SEDET

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 04.122.0041.1012 Modernização e Organização Administrativa - SEDET

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade 22.661.0039.2037 Ações da Produção Industrial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.782.0044.1013 Modernização e Organização Administrativa - SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 300.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna

Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0061.2251 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 83.024,10

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.391.0071.2402 Ações do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.349,70

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.122.0077.1451 Modernização e Organização Administrativa - FMEC

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.996,91

Projeto/Atividade 27.122.0079.2454 Manutenção do Centro de Convivência

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.122.0080.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.700,00

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.1.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 960,00

Elemento 4.4.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.200,00

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.800,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.035.052,71

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Decreto Nº 921/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 921/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia JORGE DE ALMEIDA no cargo de Encarregado da Seção de Educação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JORGE DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Educação Social - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 6 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 922/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 922/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia RODRIGO CARLOS VALCARENGHI no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, RODRIGO CARLOS VALCARENGHI, no cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 923/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 923/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia CINTIA MARA RAMOS no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CINTIA MARA RAMOS, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder

Executivo, a partir de 6 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 924/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 924/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ADRIANA DILDA BONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora ADRIANA DILDA BONATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 18112-02, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2003 a 16 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 925/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 925/2013, DE 5 DE NOVEMBRO MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSALI FATIMA ZAMBONI MOCELIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora ROSALI FATIMA ZAMBONI MOCELIN, ocupante do cargo de

Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 20 de março de 2005 a 19 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 926/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 926/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "38" (trinta e oito) o número de vagas para o cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 927/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 927/2013, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Constitui e designa comissão especial e Junta Médica; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de:

I - coordenar e desenvolver todas as fases, bem como decidir acerca de recursos interpostos, dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Educação, referentes à contratação de professores admitidos em caráter temporário, do Processo Seletivo Público Simplificado e para ampliação da carga horária, de que trata o Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011;

II - analisar os pedidos de remoção dos professores da rede municipal de ensino, em conformidade com o disposto no art. 59 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I - presidente: ELISETE MARIA PEDOTT;

II - membros:

a) CLADIR PADOAN ROSSI;

b) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

c) JUCELIA BORSATI.

Art. 3º Ficam designados para compor Junta Médica, com a finalidade de promover a avaliação das pessoas portadoras de deficiência, candidatas às vagas disponíveis nos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Educação, de que trata o inciso I do art. 1º deste Decreto, bem como verificar a compatibilidade ou não da deficiência de que são portadoras com o exercício do cargo, os servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Médico do Trabalho:

I - ANDRE ROBERTO MENEGAT;

II - ARTHUR CESAR FARAH FERREIRA;

III - VANDERLEI JOSE DE LIMA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs. 810/2012, de 7 de novembro de 2012 e 868/2013, de 26 de setembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 928/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 928/2013, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora ELENICE EVA ZORTEA REGIO MARQUES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, 42 e 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELENICE EVA ZORTEA REGIO MARQUES, do cargo de provimento efetivo de Contador e do cargo de provimento em comissão de Diretora Financeira, a partir de 18 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo de Contador, referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 929/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 929/2013, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora DIRLENE TEREZINHA DE MATTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de novembro de 2013, a servidora DIRLENE TEREZINHA DE MATTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.11, matrícula 90301-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 930/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 930/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora TEREZINHA TAVARES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora TEREZINHA TAVARES, ocupante do cargo de Professor, código

10.12, matrícula 70807-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 931/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 931/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora EDILIA MARIA TECCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora EDILIA MARIA TECCHIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 932/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 932/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARILAINÉ MARTINS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora MARILAINE MARTINS, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 76813-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de junho de 2007 a 9 de junho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 933/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 933/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de junho de 2008 a 1º de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 934/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 934/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora INES BELLINI CARNIEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2013, à servidora INES BELLINI CARNIEL, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91588-04, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de setembro de 2005 a 13 de setembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 935/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 935/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA SEBASTIANA BATISTA KIRSTEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora MARIA SEBASTIANA BATISTA KIRSTEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Portaria Nº 155/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 155/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 19130/2013, em 24 de setembro de 2013, do qual se extrai que os servidores ALBANO ROBAERT e ALTAIR PEREIRA DA SILVA teriam, em tese, se ausentado do serviço sem prévia autorização do chefe imediato para realizar serviço em propriedade particular, causando prejuízos ao proprietário, além de valerem-se do cargo para lograr proveito pessoal, cobrando pelos serviços prestados;

- que os servidores infringiram, em tese, o disposto nos arts. 152, I e VIII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações e arts. 9º, I, 10, XIII e 11, I, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações;

- o Parecer nº 1048/2013 da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade dos servidores, os mesmos poderão sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, V e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo os servidores ALBANO ROBAERT, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - Pá Carregadeira e ALTAIR PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: RONI FINGER GONÇALVES, servidora estável, ocupante do cargo de Escrevente;

III - vogal: CARLOS ALBERTO BROCH, servidor estável, ocupante do cargo de Contador Adjunto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 156/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 156/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 20302/2013, em 9 de outubro de 2013, do qual se extrai que a servidora MARIA SULMIRA MÜLLER, em tese, não estaria exercendo com presteza e urbanidade as atribuições do cargo, comentando resultados de exames ao público em geral, deixando de marcar consultas posteriores à entrega de exames e tratando os idosos de forma diferenciada quando os mesmos não estão acompanhados de familiares;

- que a servidora infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, V, "a" e XI, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer nº 1069/2013 da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma

poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 166, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora MARIA SULMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

III - vogais:

a) MARIONI ROSA SANTUARI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

b) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 157/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 157/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, a partir de 18 de novembro de 2013;

II - MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro, no período de 11 a 13 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 158/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 158/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 23 de março de 2014, a ampliação da carga horária da servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104221-00, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, objeto da Portaria nº 18/2013, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 159/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 159/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 10/2013 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

- o Adendo nº 71/2013 ao LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 542/2013, de 8 de novembro de 2013, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - FRANCIELI BIZZOTTO, ocupante do cargo de Nutricionista;

II - GESSI SALETE VICARI HOCH, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 160/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 160/2013, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 1617, de 11 de novembro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar a servidora ANDIARA SGARABOTTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 102008-00 e 102008-06, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 11 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 161/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 161/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2013, de 1º de março de 2013;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar para "1" (uma) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do programa Estratégia Saúde da Família do Bairro dos Estados, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2013.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDACÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2013

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor Moacir Valcarenghi, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação de empresa do ramo gráfico, para confecção, impressão e fornecimento de revistas educativas para conscientização da população, a favor da empresa PROMÍDIA COMUNICAÇÃO LTDA, no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Concórdia, SC, 22 de novembro de 2013.

LEVI ELOI DOS SANTOS

Superintendente da FUMDEMA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 735/2013

DECRETO Nº735/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"RETIFICA DECRETO Nº 716/2013 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

CONSIDERANDO que as faltas mencionadas no Decreto nº 716/2013 referem-se ao período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014 e não ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013,

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 04/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será



paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI

Ciente em: ____/ ____/2013

Decreto N. 736/2013

DECRETO Nº736/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 78/2013 QUE CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 71 da Lei Orgânica Municipal e o Art. 73 da Lei Complementar nº 18/2001;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 78/2013 de 14 de janeiro de 2013 que concedeu, com base no Art. 73 da Lei Complementar 18/01 de 04 de julho de 2001 licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois), à servidora pública municipal efetiva, Sra MARINÊZ BACH TRICHES, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social em decorrência da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 05/08/2013

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 737/2013

DECRETO Nº 737/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 738/2013

DECRETO Nº 738/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"EXONERA E DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PUBLICO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Declarar, nos termos do Art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001, a Exoneração e a Vacância do cargo de Assistente Social do quadro de cargos de provimento efetivo da administração direta do Município de Cordilheira Alta, em virtude da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria, concedida à Servidora Municipal, Sra. MARINÊZ BACH TRICHES, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto N. 739/2013

DECRETO Nº739/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"REVOGA DECRETO Nº 721/2013 QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto nº 721/2013 que concedeu ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/08/2012 a 11/08/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 740/2013

DECRETO Nº740/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

"ALTERA DECRETO Nº 51/2013 QUE CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTAGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o servidor VALDINEI GARBOZZA para compor a comissão de avaliação dos servidores em estágio probatório em substituição ao membro OSNI COLPANI.

Art. 2º Demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 741/2013

DECRETO Nº741/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 007/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros que constituirão a Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 007/2013:

Presidente: Kátia Ana Di Domenico

Membros:

Edimar dos Passos

Sonia Cristina Della Torres Briancini

Kely Cristina Ranzan

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de acompanhar o Processo Seletivo, objeto do Edital nº 007/2013 em deliberações que se fizerem necessárias.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 742/2013

DECRETO Nº 742/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Sr. IVONEI MORELATO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 743/2013

DECRETO Nº 743/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. SIRLEY TEREZINHA SEIBT, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/05/2012 à 02/05/2013, que serão gozadas no período de 02/12/2013 à 21/12/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SIRLEY T. SEIBTI Ciente em: ____/ ____/2013

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial 52/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal,

torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 105/2013.
Pregão Presencial n. 52/2013.
Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de materiais e mão de obra para realização da ornamentação natalina.
Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 05/12/2013.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 05/12/2013.
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 22 de novembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Adm. Nº 90/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 91/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: GERAÇÃO INFORMÁTICA LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CABOS PARA CONECÇÃO A INTERNET NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$9.510,00.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.002 e 2.020.
Modalidade de Aplicação n. 449000;
SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Adan Emanuel Moras.

Cordilheira Alta, SC, em 07 de outubro de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 92/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 92/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CABOS PARA CONECÇÃO A INTERNET NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$12.748,60.
VIGÊNCIA 31/12/2013.
RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.002 e 2.020.
Modalidade de Aplicação n. 449000;
SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Taylor Martinelli.

Cordilheira Alta, SC, em 07 de outubro de 2013.

Edital de Notificação de Recebimento de Recursos Transporte Escolar/ Novembro.2013

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino médio
Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 9ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Médio, no valor de R\$ 14.774,22 (Quatorze mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental
Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 9ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 5.162,78 (cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 21 de novembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Errata de Edital de Licitação - Processo 75/2013 Pmcp

ERRATA 02 DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2013
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto-SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial nº 75/2013 PREFEITURA, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014, alteração no tipo de julgamento, onde se lê: "menor preço por item", passa a ser lido: "menor preço por lote", mantendo-se a mesma data horário, dia 28/11/2013, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 25 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial - Processo 08 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 08/2012 - FMS E FHMCP
REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 05/12/2013 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Tomada de Preços - Processo 84/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 84/2013 - PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS PRESIDENTE KENNEDY E JOÃO NUNES DO AMARAL, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2013TR003355, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 11.12.2013 às 09:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 045/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 010/09 - O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - PARA REDUZIR A ALÍQUOTA SOBRE O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - ITBI PARA 0,15% DO VALOR VENAL DO IMÓVEL PARA FINS DE INCENTIVO À TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DE PROPRIEDADE DE IMÓVEIS CONSTRUÍDOS PELA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COHAB /SC LOCALIZADOS NA RUA JOÃO BANKHARDT E LATERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sanciona a presente Lei Complementar;

Art. 1º- Cria o Parágrafo único junto ao Artigo 95 da Lei Complementar 10/09 com a seguinte redação:

Art. 95

Parágrafo único: O imposto será calculado pela aplicação da alíquota de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) quando tratar-se de transmissão da titularidade de propriedade de imóveis localizados na Rua João Bankhardt e laterais que tenham sido construídos/financiados pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC ao mutuário final.

Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 2125/2013

LEI Nº. 2125/2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A FIRMAR CONVÊNIO E/OU TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SIE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar convênio e/ou termo de cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-Componente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e

revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 20 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de setembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº. 2126/2013

LEI Nº. 2126/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.593.670,00 (um milhão quinhentos e noventa e três mil seiscentos e setenta reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Munic. E Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	200.000,00

06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	330.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	10.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.364.0049.2021		Manutenção da Educação em Ensino Superior	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	5.000,00
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	47.670,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.593.670,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr. Nova Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú e Quiriri	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	35.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	4.900,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2010		Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	5.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00

4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2038		Construção Pista de Skate	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1006		Construção Pontes, Pontilhões e Praças	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	180.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	140.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	360.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	

012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	20.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	4.900,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	14.400,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	490,00
08.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
08.001		Divisão de Trabalho e Habitação	
012.366.0049.2022		Incentivo à Habitação Popular	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	16.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Despesas Gerais do Município	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.593.670,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 20 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de setembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 656/2013

DECRETO Nº. 656/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.126/2013 de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.593.670,00 (um milhão quinhentos e noventa e três mil seiscentos e setenta reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Munic. E Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	200.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	330.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	10.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	

08.001		Divisão de Educação	
012.364.0049.2021		Manutenção da Educação em Ensino Superior	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	5.000,00
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	47.670,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.593.670,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr. Nova Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú e Quiriri	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00

06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	35.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	4.900,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2010		Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	5.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2038		Construção Pista de Skate	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1006		Construção Pontes, Pontilhões e Praças	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	180.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	140.000,00

08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	360.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	20.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	4.900,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	14.400,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	490,00
08.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
08.001		Divisão de Trabalho e Habitação	
012.366.0049.2022		Incentivo à Habitação Popular	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	16.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Despesas Gerais do Município	

3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.593.670,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 20 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte dias do mês de novembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 288/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 288/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS E SANEFAS PARA AS DEPENDÊNCIAS DO QUATEL DO 2º BBM/ Curitibanos, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 09/12/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 09/12/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Novembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 50/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a



proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, INSTRUMENTOS MUSICAIS E ELETROELETRONICOS, A SEREM UTILIZADOS NO CREAM E PROGRAMA BOLSA FAMILIA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 09/12/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 09/12/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 21 de Novembro de 2013.
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AUTO ELITE LTDA-CURITIBANOS
CNPJ: 83.270.397/0003-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 43/2013 Número do Processo: 43/2013
Número do Contrato: 229/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 03/10/2013
Vigência: 03/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 27.000,00
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: BOZZANO E BOZZANO LTDA-ME
CNPJ: 85.323.392/0001-82
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 42/2013 Número do Processo: 42/2013
Número do Contrato: 230/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTE MUNICIPIO.CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/10/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 03/10/2013
Vigência: 03/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 52.397,82
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ALOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA S.A
CNPJ: 10.258.165/0001-11
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2013 Número do Processo: 30/2013
Número do Contrato: 231/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA MONTAR 05(CINCO) SALAS INTELIGENTES QUE SERÃO INSTALADAS NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS ALIRIO LUIZ DE ALMEIDA, TEREZA LEMOS PRETO, GETULIO VARGAS, LEONIZA AGOSTINI E ROTARY, OBJETIVANDO A MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 07/10/2013
Vigência: 07/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 153.800,00
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV.ENGENHARIA
Número da Licitação: 44/2013 Número do Processo: 44/2013
Número do Contrato: 232/2013
Fundamento Legal:

Objeto: REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 07/10/2013
Vigência: 07/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 493.215,05
Forma de pagamento: CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AUTO MECANICA GERAL LTDA
CNPJ: 86.548.054/0001-01
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 50/2013 Número do Processo: 50/2013
Número do Contrato: 233/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVISÃO SO SPIN PLACA MLJ 0114.

Data da Assinatura: 08/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 10/10/2013
Vigência: 08/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 118,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: INFOEL SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA ME
CNPJ: 03.596.850/0001-92
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: 0/0
Número do Contrato: 234/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REGISTRO MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DO DOMINIO DE DADOS E AJUSTES NO SITE DO MUNICIPIO PARA A REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÕES ON-LINE DO PROCESSO SELETIVO PARA CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSORES, SERVENTES E FUNCIONARIO PARA EXERCER FUNÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO NO ANO DE 2014.

Data da Assinatura: 15/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 15/10/2013
Vigência: 15/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 950,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AP OESTE COMERCIO LTDA EPP
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 33/2013 Número do Processo: 33/2013
Número do Contrato: 236/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/10/2013
Vigência: 21/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 25.531,15
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AP OESTE COMERCIO LTDA EPP
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 33/2013 Número do Processo: 33/2013
Número do Contrato: 236/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/10/2013
Vigência: 21/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 25.531,15
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 33/2013 Número do Processo: 33/2013
Número do Contrato: 237/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/10/2013
Vigência: 21/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 14.760,82
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 33/2013 Número do Processo: 33/2013
Número do Contrato: 238/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/10/2013
Vigência: 21/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 9.550,95
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: HARMONIZE UNDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA
CNPJ: 04.489.202/0001-08
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 49/2013 Número do Processo: 49/2013
Número do Contrato: 239/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS COLORIDAS COM SERIGRAFIA, PARA PROGRAMAS MANTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 24/10/2013
Vigência: 22/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.215,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 48/2013 Número do Processo: 48/2013
Número do Contrato: 240/2013
Fundamento Legal:

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA RITA DE CASSIA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 24/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 24/10/2013
Vigência: 24/10/2013 a 24/10/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 367.066,99
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: FOZ BRASIL VEICULOS ESPECIAIS LTDA-EPP
CNPJ: 12.622.982/0001-32
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 52/2013 Número do Processo: 52/2013
Número do Contrato: 241/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA TRANSFORMAÇÃO DO ONIBUS MODELO VOLKSWAGEN PLACA MCY 8841 EM BIBLIOTECA MÓVEL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 25/10/2013
Vigência: 25/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 31.800,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA
CNPJ: 10.637.480/0001-50
Modalidade: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 65/2012 Número do Processo: 65/2012
Número do Contrato: 242/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$23.596,58 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROJETO PROINFANCIA TIPO C) NA RUA AURACÉLIA DE ANDRADE LEMOS BAIRRO GETULIO VARGAS EM CURITIBANOS-SC, CONFORME MEMORANDO E PRANILHA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 30/10/2013
Vigência: 25/10/2013 a 24/10/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 23.596,58
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AP OESTE COMERCIO LTDA EPP
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 244/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 11.756,26
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 245/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.979,35
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DIMACI MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
CNPJ: 05.531.725/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 246/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.250,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DINAMICA LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 247/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 11.423,94
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 248/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.789,40
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 249/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 9.394,97
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MAXIMA PAPELARIA LTDA
CNPJ: 85.260.164/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 250/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.781,60
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME
CNPJ: 07.814.016/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 251/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.348,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME
CNPJ: 11.499.653/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 252/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.384,50
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 254/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 31/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 750,00
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
CNPJ: 85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2013 Número do Processo: 51/2013
Número do Contrato: 253/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 31/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 30/10/2013
Vigência: 31/10/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 14.631,92
Forma de pagamento: A VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato
RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA
CNPJ: 10.637.480/0001-50
Modalidade: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 65/2012 Número do Processo: 65/2012
Número do Contrato: 275/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR DE R\$3.000,00 REFERENTE A CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROJETO PROINFANCIA TIPO C) NA RUA AURACÉLIA DE ANDRADE LEMOS, BAIRRO GETULIO VARGAS EM CURITIBANOS-SC, CONFORME MEMORANDO E PLANILHA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/10/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 30/10/2013
Vigência: 25/10/2013 a 24/10/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.000,00
Forma de pagamento: A VISTA

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.

**Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 071, de 20 de Novembro de 2013.

DECRETO N.º 071, de 20 de novembro de 2013.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 (62) - Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0111 (63) - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos das fontes 0110 (Outras trans. de Rec. do Fundo Nac de Assist. Social) e 0111 (Bolsa Família).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de novembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Decreto N°. 393

DECRETO N°. 393 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 005/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº. 005/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologado o **Resultado Final** do Concurso Público Edital nº005/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : MÉDICO				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
114916	1º THAÍS CRISTINA BONETTI	3,25	6,00	9,25
115025	2º EURICO GASPAR RÖRIG	3,25	5,75	9,00
115671	3º CLEITON FRANCISCO PICCINI	2,75	6,00	8,75
115673	4º MARCELA OLIVEIRA CAMPOS	2,00	5,50	7,50
115567	5º ANALICE DE ROSSI CATTANI	1,25	5,25	6,50
				TOTAL DE CLASSIFICADOS: 005

Art. 2º. – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Faxinal dos Guedes (SC), 13 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Decreto N°. 394**DECRETO N°. 394 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.****HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital n°. 006/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologado o **Resultado Final** do Concurso Público Edital n°006/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ÁREA 03				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS				
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000				

Art. 2º. – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Faxinal dos Guedes (SC), 13 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Decreto Nº389/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. Faxinal dos Guedes, 04 de Novembro de 2013. DECRETO Nº389/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 175.124,12 para a seguinte dotação orçamentária: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes 05.01 - Departamento de Educação 05.01.12.361.1201.2.027 - 4.4.90.00 - 01.19 - 100 - Aplicações Diretas 175.124,12 Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.19 - Transferências de Recursos do FUNDEB) no valor de R\$ 175.124,12. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 04 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº390/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. Faxinal dos Guedes, 04 de Novembro de 2013. DECRETO Nº390/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.875,54 para a seguinte dotação orçamentária: 11 - Fundo Municipal de Saúde 11.01 - Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.1001.1.012 - 4.4.90.00 - 01.64 - 26 - Aplicações Diretas 34.875,54 Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 - Atenção Básica) no valor de R\$ 34.875,54 - Incentivo a Construção da Academia Ampliada. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 04 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº391/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. Faxinal dos Guedes, 04 de Novembro de 2013. DECRETO Nº391/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em

especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.430,50 para a seguinte dotação orçamentária: 11 - Fundo Municipal de Saúde 11.01 - Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.1001.1.012 - 4.4.90.00 - 01.64 - 26 - Aplicações Diretas 19.430,50 Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 - Atenção Básica) no valor de R\$ 19.430,50 - Programa de Requalificação de UBS. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 04 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº392/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. Faxinal dos Guedes, 04 de Novembro de 2013. DECRETO Nº392/2013. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º, I da Lei Municipal nº 2250 de 29 de novembro de 2012, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 para a seguinte dotação orçamentária: 11 - Fundo Municipal de Saúde 11.01 - Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.1001.2.016 - 3.3.90.00 - 01.64 - 14 - Aplicações Diretas 50.000,00 Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64 - Atenção Básica) no valor de R\$ 50.000,00 - Programa de Modernização e Qualificação - PMAQ. Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 04 de novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº395/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. Faxinal dos Guedes, SC, 12 de Agosto de 2013. DECRETO nº395/2013. NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando a homologação final do Concurso Público 003/2013. DECRETA: Art. 1º. Fica nomeado e empossado o Senhor ALTAIR GONÇALVES, portador do CPF nº 023.309.589-01, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS - 40h SEMANAIS. Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho. Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Novembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 39/FMS/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 39/FMS/2013.

OBJETIVO: O objeto da presente licitação é a aquisição de oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2014, no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de dezembro de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 22 de novembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 149/PMF/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 149/PMF/2013

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 149/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIOS (980,40 M²), ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO Nº. PAC 204528/2013, FORMADO PELO MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às onze horas do dia vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 149/PMF/2013. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandieli Pedro, a comissão de licitação analisou as propostas apresentadas. Estava presente o Sr. Valmir Johann em nome da empresa Natalina Maria Strapazzon Me. Os preços globais apresentados foram: NATALINA MARIA STRAPAZZON ME, R\$ 571.116,51 (quinhentos e setenta e um mil cento e dezesseis reais e cinquenta e um centavo); CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA EPP, R\$ 528.824,91 (quinhentos e vinte e oito mil oitocentos e vinte

e quatro reais e noventa e um centavo; CREMA CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 599.000,00 (quinhentos e noventa e nove mil reais); ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. EPP, R\$ 598.501,82 (quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e um reais e oitenta e dois centavos); LAJECRIL PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 571.116,51 quinhentos e setenta e um mil cento e dezesseis reais e cinquenta e um centavo); ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 629.002,70 (seiscentos e vinte e nove mil dois reais e setenta centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, pertencente à empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA EPP, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA EPP. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 22 de novembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI

Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE

Membro da Comissão

NATALINA MARIA STRAPAZZON ME.

VALMIR JOHANN

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0351/2013

DECRETO Nº 0351, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TITULARES E SUPLEMENTES PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - DESENFRAI PARA O BIÊNIO 2013/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 1860, de 13 de dezembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes Conselheiros Titulares e Suplementes para compor o Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo - Desenfrai para o Biênio 2013/2015:

I - Poder Executivo Municipal:

a) Titulares - André Luiz de Oliveira;

Orélio Luiz Beal;

Joaquim Tadeu Borges.

b) Suplentes - Elionete Francescatto Konkol;

Nilce Pinz;

Moisés Amadeu Patrício.

II - Poder Legislativo Municipal:

- a) Titular - Neli de Souza Pinto;
b) Suplente - Alexandre Brollo.

III - 9ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR:

- a) Titular - Ivair Ceron;
b) Suplente - Elisandra Giuriatti.

IV - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Fraiburgo:

- a) Titular - Roberto Cezar Xavier;
b) Suplente - Marilza Laurindo do Prado.

V - Associação de Moradores do Bairro das Nações:

- a) Titular - Francisco Claudio de Oliveira;
b) Suplente - Edegar Pereira.

VI - Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP Núcleo de Fraiburgo:

- a) Titular - Angelita Ribeiro Fadani;
b) Suplente - Vâni Marion Rocha Bernardes.

VII - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Fraiburgo - ASSEAF:

- a) Titular - Jeferson Argenton;
b) Suplente - Adair Pelegrini Grigolo.

VIII - Câmara de Dirigentes Logistas - CDL:

- a) Titular - Elaine Vedani Piccoli;
b) Suplente - Valcir Gaio.

IX - Rotary Club de Fraiburgo:

- a) Titular - Ariovaldo José Soltoski;
b) Suplente - Anna Amélia Minatto.

X - Sindicato dos Produtos Rurais de Fraiburgo - SPRF:

- a) Titular - Angelo Benincá;
b) Suplente - Alceu Baldissera.

XI - Associação Empresarial de Fraiburgo - ACIAF:

- a) Titulares - Jorge Luiz Pozza Pederiva;
Daniel Dresch.
b) Suplentes - Wilson Ribeiro Cardoso Junior;
Irineu Secchi.

§ 1º. A Presidência do DESENFRAI é exercida pelo Prefeito Municipal, nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal 1860/05.

§ 2º. A Vice-Presidência será exercida pelo Sr. Jorge Luiz Pozza Pederiva, escolhido pelos conselheiros, nos termos da Lei.

§ 3º. O mandato dos Conselheiros será de 2(dois) anos, podendo ocorrer recondução, iniciando-se em 24/11/2013 e encerrando-se em 23/11/2015.

§ 4º. O exercício da função de Conselheiro será de caráter voluntário, sem remuneração, sendo considerado serviço de natureza relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2368/2013

PORTARIA Nº 2.368, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora EVA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 032.506.439-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2369/2013

PORTARIA Nº 2.369, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ARCELINO SANTIAGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 469.799.729-87, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2370/2013

PORTARIA Nº 2.370, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 14 (quatorze) para 12 (doze) horas semanais a carga horária do servidor JONI PAULO REDMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 474.941.070-53, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO, pelo período de 01 de novembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Edital e Planta do Projeto de Loteamento

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE FRAIBURGO-SC
RUA NEREU RAMOS, 811 - SALA 3 - CENTRO
89.580-000 - FRAIBURGO-SC

EDITAL

VITÓRIA KROETZ FERNANDES, registradora de imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, a quem interessar possa, para o efeito e impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, que de acordo com a Lei nº 6.766 de 19/12/1979 e alterações posteriores, foram depositados neste ofício os documentos necessários com a finalidade de se promover o registro do **LOTEAMENTO CENTRO DE EVENTOS**, de propriedade de Município de Fraiburgo, sobre imóvel situado na Avenida Paraná, Fraiburgo-SC, aprovado pela Prefeitura Municipal de Fraiburgo através do Decreto nº 0215/12, executado em uma área total de 45.436,02m², constituído por 3 (três) lotes, distribuídos em 1 (uma) quadra, sendo: Área com 19.223,80m², Zona de Preservação Ambiental e Lazer com 11.322,46m² e Uso Institucional com 1.500,50m²; e, áreas das Vias Públicas com 13.389,26m², conforme planta anexa; autorizado pela FATMA através da Certidão nº 249932/2012; que dito imóvel encontra-se matriculado sob nº 8827, deste ofício. Dado e passado nesta cidade de Fraiburgo, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze (18/11/2013).


VITÓRIA KROETZ FERNANDES
REGISTRADORA TITULAR

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 164/2013

DECRETO Nº 164, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 47.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	2.500,00
13392282.033 - Apoio a Cultura	2.500,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
15452312.043 - Manut. E Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	10.000,00
3.1.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde	35.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	25.000,00
4.4.90.0.6.14.000060 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	2.500,00
13392282.033 - Apoio a Cultura	2.500,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.500,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
15452312.043 - Manut. E Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	10.000,00
3.3.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde	35.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	25.000,00
3.1.90.0.6.14.000060 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 165/2013

DECRETO Nº. 165, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE PONTOS FACULTATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Declarado ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Novembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 166/2013

DECRETO Nº 166, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 72.369,75 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 72.369,75 (setenta e dois mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos), no Orçamento vigente:

07.01 – SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	57.369,75
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar	57.369,75
3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas	57.369,75
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 72.369,75 (setenta e dois mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Portaria N.º 917/2013

PORTARIA N.º 917, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o Ofício SAS n.º 367/2013, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar os fatos relatados no mencionado ofício, envolvendo o servidor municipal RODRIGO FARIA PEREIRA.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante, os servidores: CENIR GRUNTHAL RAMOS, RICHARD MACIEL HABERLEHNER E SIMONE VERA WOLFF, com a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 21 de novembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG N°056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº 56/2013
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de 1 (um) micro-ônibus zero quilômetro, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 05/12/2013 as 08:30 horas.
A fase de lances ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 22 de novembro de 2013.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregao Presencial N° 04/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, torna público que às 16h (dezesesseis horas) do dia 05 de dezembro de 2013, na sala de reuniões de Licitação da Câmara de Vereadores, situada na Rua Castro Alves, nº. 44, Centro, Garuva/SC, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo PRESENCIAL, que obedecerá às disposições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, Lei Complementar 101 de 04/05/2000, cumulada com o decreto 7.185 de 27/05/2010 e Portaria 548 de 22/11/2010, e ainda, deste edital e seus anexos. PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:

A entrega e protocolo dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas dar-se-á até às 15h30m horas do dia 05 de dezembro de 2013, na sala de reuniões de Licitação da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DOS ENVELOPES:

A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas dar-se-á, às 16h00m do dia 05 de dezembro de 2013, na sala de reuniões de Licitações da Câmara de Vereadores.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO, conforme especificações técnicas contidas no anexo VI, campo 8, deste edital, para fornecimento para a Câmara Municipal de Garuva/SC, seguindo disposições da Lei nº.8.666/93 suas alterações posteriores, Lei Complementar 101 de 04/05/2000, cumulada com o decreto 7.185 de 27/05/2010 e Portaria 548 de 22/11/2010, e ainda, deste edital e seus anexos.

INFORMAÇÕES: O Ato Convocatório completo e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Castro Alves, nº. 44, Centro, Garuva- SC, ou através do site da Câmara Municipal de Garuva.

Garuva(SC), 25/11/2013.
CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA
LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING
Presidente

Pregão Presencial Câmara Municipal de Garuva Nº 04/2013

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 04/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, nos termos das Leis Federais nº. 10.520, de 17/07/02 (DOU de 18.07.02) e nº. 8.666, de 21/06/93 e demais alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados, que até dia 05/12/2013 às 15h30m, na Sala da Comissão de Licitações, estará recebendo os envelopes contendo os documentos de "Credenciamento", "Proposta" e "Habilitação", para o fornecimento do objeto do Edital, mediante Licitação do tipo menor preço global.

Abertura dos Envelopes das Propostas: 05/12/2013 às 16h00m horas na Sala da Comissão de Licitações desta Câmara.

A fase de Lances Verbais ocorrerá logo após.

Se no dia supracitado não houver expediente, a habilitação prévia e a abertura dos envelopes referentes a esta licitação, serão realizadas no primeiro dia útil que se seguir, nos mesmos horários e prazos.

1 - OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

– A presente licitação tem por objeto a aquisição de UM VEÍCULO TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO, conforme especificações técnicas e demais informações contidas no anexo VI deste edital.
1.2 – Com todas as despesas de fretes e impostos inclusas nos preços propostos, a futura contratada, deverá entregar o objeto do edital, neste Município, entre 13h00m e 19h00m, na sede da Câmara Municipal de Garuva, situada na Rua Castro Alves, 44, Centro, Garuva/SC.

2 – PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

2.1 – O ENVELOPE Nº 1 – "CREDENCIAMENTO", ENVELOPE Nº 2 – "PROPOSTA" e o ENVELOPE Nº 3 – "HABILITAÇÃO", deverão ser entregues lacrados, de modo a preservar a sua inviolabilidade, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, na Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Garuva, situada à Rua Castro Alves, 44, Centro, Garuva/SC, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL CMG Nº (conforme descrito no preâmbulo deste edital)

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL CMG Nº 004/2013

ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL CMG Nº 004/2013

2.2 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da equipe de apoio ao Pregoeiro.

2.3 - Caso equipe de apoio ao Pregoeiro não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário previsto, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

3 – CREDENCIAMENTO

3.1 - No ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO, deverá constar os seguintes documentos:

3.1.1 – Fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor competente, da Prova de Registro Comercial, no caso de empresa individual, Estatuto ou contrato social consolidado ou documento equivalente em vigor, do respectivo órgão responsável, devidamente registrado, com todos os atos arquivados (podendo ser a Certidão de Inteiro Teor ou equivalente). Em caso de não estar consolidado, a empresa deverá apresentar cópia do Contrato Social com sua última alteração, sendo que tanto a consolidação como a última alteração não deverão ser superiores a 02 (dois) meses; o sendo, deverá ser apresentado juntamente com a documentação a Certidão Simplificada com emissão não superior a 02 (dois) meses, para que se comprove o último arquivamento na Junta Comercial do Estado. Tudo isso, se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhados da publicação da ata da última eleição de diretoria e da última alteração de capital; ou Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.
3.1.1.1 - O Ato Constitutivo da licitante deverá contemplar, dentre os objetivos sociais, a atividade comercial compatível com o ramo de atividade pertinente ao objeto do edital, a que propõe, sob pena de inabilitação.

3.1.2 - Caso a licitante não se fizer representar pelo seu proprietário apresentar:

3.1.2.1 – Fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor competente de Procuração Pública ou;

3.1.2.2 - Termo de Credenciamento autenticado em cartório, conforme anexo II;

3.1.3 – Documento de Identidade ou equivalente (cópia autenticada por Cartório competente ou servidor competente);

3.1.4 - Declaração de Regularidade Fiscal e Habilitação (conforme modelo Anexo III).

3.2 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

3.3 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal da licitante devidamente credenciado.

3.3.1 - A ausência dos documentos, requisitados nos subitens

3.1.2 e 3.1.3 impedirá a participação da licitante da fase de lances verbais, sendo mantida sua proposta.

4 – CONTEÚDO E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

4.1 – A proposta deverá ser apresentada no "ENVELOPE Nº 2 – "PROPOSTA", nos moldes do Anexo 1 da Minuta do Contrato, deste Edital, por escrito, com redação clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, contendo índice dos documentos com as páginas correspondentes, rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,..., 5/5) em todas as folhas, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, como também deverá conter a razão social, inclusive o CNPJ-MF, o nº da Licitação e seu objeto resumido, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, se houver, endereço com CEP, dados bancários, devidamente datada, assinada pelo representante legal da empresa.

4.1.2 – Indicar preço do item completo, para pagamento em 30 (trinta) dias corridos após aceite do objeto pela Câmara Municipal de Garuva, fixo e irrevogável, incluso todos os custos e tributos como: transporte, prêmios de seguros, assistência técnica, IPI e ICMS, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais e leis sociais, administração, lucros, e qualquer despesa,

acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

4.1.3 - indicar tipo marca, e especificações técnicas do item ofertado.

4.1.4 – O(s) objeto(s) deverão possuir uma garantia objeto licitado conforme especificação no Anexo VI deste Edital.

4.1.4.1 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar a garantia conforme especificado no Anexo VI deste Edital.

4.1.4.1.1 Na abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro diferenciado para acompanhamento de cada objeto.

4.1.4.2 Em caso de necessidade de reposição de qualquer parte do objeto deste Edital, devem ser consideradas as condições do Anexo VI deste Edital.

4.1.4.3 O objeto deste Edital deve ter garantia com cobertura total, irrestrita, sem ônus, contra falhas, vícios e defeitos de fabricação e/ou desgaste anormal do referido objeto, componentes e peças, obrigando-se o adjudicatário a reparar os danos materiais e substituir as peças que se fizerem necessárias em decorrência de tais problemas, sem nenhum ônus, até mesmo transporte, seguro, etc.

4.1.4.4 Durante o período de garantia, a CONTRATADA se comprometerá a substituir o(s) objeto(s) conforme condições do Anexo VI deste Edital.

4.1.4.5 A Licitante Contratada deverá garantir que o(s) objeto(s) que apresentarem defeitos de componentes ou de mão de obra serão substituídos, sem ônus para a Câmara Municipal de Garuva, bem como que todos os componentes do objeto serão novos, sem uso, sem reforma e sem recondicionamento, e que não estarão fora de linha de fabricação ou com expectativa de descontinuidade nos 6 (seis) meses posteriores à data de abertura do Edital.

4.1.4.6 Durante o prazo de vigência da garantia, o licitante vencedor do lote deverá executar toda manutenção necessária, a fim de manter o objeto deste edital em perfeitas condições de uso e funcionamento ininterruptamente, sem ônus para o contratante.

4.1.4.7 Todas as despesas de fretes, seguros, testes, ensaios, re-inspeção e demais despesas que recaiam sobre o(s) objeto(s), enviados para o conserto ou para substituição que estejam cobertos pela garantia serão suportados pela contratada.

4.1.4.8 O Licitante deverá possuir assistência técnica conforme especificação no Anexo VI deste Edital.

4.1.4.9 O licitante vencedor do lote poderá propor a substituição, sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal de Garuva, de peças ou sub-partes tecnologicamente mais evoluídas desde que fiquem preservadas as características do objeto e seu perfeito funcionamento, como descrito no edital.

4.1.5 O Objeto deste Edital deve ser entregue de acordo com as especificações do Edital, no prazo máximo especificado no Anexo VI deste Edital a contar da assinatura do contrato e da ordem de fornecimento ao vencedor do lote.

4.1.5.1 O objeto desta licitação deverá ser entregue à Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Garuva localizada Rua Castro Alves, 44, Centro, na Cidade de Garuva/SC, no horário de 13h às 19h, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente.

4.1.5.2 O prazo de entrega começará a contar após a emissão da Ordem de Compra e assinatura do contrato de fornecimento.

4.1.5.3 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Câmara Municipal de Garuva rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA às suas custas, providenciar a substituição dos bens não aceitos no prazo de 10 (dez) dias corridos.

4.1.5.4 Os equipamentos adquiridos, quando da sua entrega, passarão por uma inspeção por parte da Câmara Municipal de Garuva antes do seu aceite final, que emitirá um laudo atestando a aceitação.

4.1.6 Serão classificadas para a fase de lances, a(s) proposta(s) que apresentar (em) as condições especificadas no Anexo VI deste Edital.

4.2 – A cotação apresentada e levada em consideração para efeito

de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

4.3 - Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil.

4.4 – A proposta deverá, obrigatoriamente, contemplar 100% (cem por cento) dos itens do objeto licitado a que propõe.

4.5 – Sob pena de desclassificação, mesmo que os fatores impeditivos tenham sido conhecidos após a adjudicação, jamais serão aceitas propostas com oferta de qualquer dos itens do objeto do edital que não seja de primeira qualidade e dentro das normas do INMETRO e ABNT.

4.5.1 - Tratando-se de produto de procedência estrangeira, o pregoeiro ou a autoridade superior poderá exigir da licitante vencedora, mesmo após a fase de julgamento, a apresentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos documentos relativos à importação.

4.5.2 – O fornecimento do objeto do edital, considerado de qualidade inferior ou que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos, e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.6 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até a ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Câmara Municipal de Garuva, a exemplo de: greve, grave perturbação da ordem, catástrofes, etc..

4.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes.

4.8 - Não será aceita proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do (a) pregoeiro (a) ou da autoridade superior.

4.8.1 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver 10% (dez por cento) acima do valor estimado pela administração.

5 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1 – Os documentos abaixo relacionados para habilitação, deverão ser apresentados no “ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO”, com capa descrevendo a razão social, o nº da Licitação e seu objeto resumido, índice dos documentos com as páginas correspondentes, rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,..., 5/5) em todas as folhas, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, conforme seguem:

5.1.1 - A Regularidade Fiscal será comprovada, mediante apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1.1 – Cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CNPJ);

5.1.1.2 - Certificado de Regularidade do FGTS;

5.1.1.3 - Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

5.1.1.4 – Certidão Negativa de Tributos Municipais;

5.1.1.5 – Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

5.1.1.6 – Certidão de Regularidade de Tributos Federais;

5.1.1.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93.

5.1.1.8 - Alvará de Localização;

5.1.2 - Declaração Art. 7, inciso XXXIII da CF, podendo ser utilizado o modelo “Anexo V”, declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

5.1.3 - A qualificação econômico-financeira será comprovada, mediante a apresentação de:

5.1.3.1 – Certidão (ões) Negativa em matéria falimentar, concor datária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedidas por Cartórios de Distribuidores Judiciais da Comarca da sede da empresa, dentro do período dos últimos 60 (sessenta) dias, antecedentes à data fixada para a abertura dos envelopes - “HABILITAÇÃO”.

5.1.4 – A inexistência de qualquer fato impeditivo para a sua habilitação e que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, será comprovada, mediante a apresentação de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE (Anexo IV) deste edital.

5.2 - Todos os documentos exigidos no subitem 5.1, deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”. As Certidões ou Atestados sem a indicação do prazo de validade e que não é constado desta exigibilidade neste Edital, serão considerados para este Pregão, válidos por 06 (seis) meses, contados da sua emissão.

5.3 - A capacidade técnica será comprovada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.3.1 – Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter fornecido (objeto do edital), com presteza no processo de entrega e assistência técnica permanente, sob as penalidades legais, no caso de perfídia. Neste documento deverá, também, informar o nível de satisfação no fornecimento e/ou na assistência técnica dos bens objeto do edital.

5.3.1.1 - Caso o documento não comprove o mínimo acima exigido, ou que ateste insuficiência no desempenho contratual em questão, no que tange ao fornecimento, entrega e assistência técnica, o Pregoeiro a julgará inabilitada e, portanto desqualificada para o pleito licitatório.

5.4 - A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo próprio Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

5.5 - Não será habilitada a empresa que:

5.5.1 - Faltar com a entrega de algum documento exigido neste edital.

5.5.2 - Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

5.5.3 - Por qualquer razão, esteja declarada inidônea ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou.

5.5.4 - Não apresente condições jurídicas e fiscais, econômico-financeiras ou técnicas, exigidas na presente licitação.

5.5.5 - Eventualmente, tenha faltado de forma relevante, com alguma condição legal ou editalícia, devidamente fundamentado.

5.5.6 – Participe deste Pregão sob qualquer forma de constituição de consórcio, associação ou cooperação.

5.6 – As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia), e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

5.6.1 – A aceitação das Certidões Negativas via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor pelo Pregoeiro sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.7 – Exceto as certidões obtidas via internet, indicadas no Item 5.6, os demais documentos, deverão se apresentados por processo de cópias autenticadas por cartório competente, servidor competente ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitas cópias ilegíveis, documentos cujas datas estejam rasuradas, reservando ao Pregoeiro o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante com número

do CNPJ-MF e endereço respectivo, observando que:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto quanto àqueles cujo alcance abarque matriz e filial; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

c.1) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO

6.1 – Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes de “Credenciamento”, “Proposta” e “Habilitação”, devidamente lacrados, que serão protocolados no Setor de Protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, situada à Rua Castro Alves, 44, Centro, na Cidade de Garuva/SC.

6.2 – Serão desconsiderados os documentos insertos nos envelopes de CREDENCIAMENTO, PROPOSTA ou HABILITAÇÃO que não estiverem lacrados.

6.3 – No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

6.4 – Em seguida o Pregoeiro passará os envelopes distintos para assinatura pelos representantes e equipe de apoio, para conferência dos lacres e protocolos.

6.5 – Após será feito o Credenciamento, sendo aberto o “ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO”, procedida à verificação da sua conformidade com o item “3 – CREDENCIAMENTO”.

6.6 – Estando todas as empresas credenciadas de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, serão abertos os envelopes contendo as propostas (ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA), ocasião em que será procedida a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Item “4 – DO CONTEÚDO DA PROPOSTA”, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.7 – A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

6.8 – Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

a) serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

1) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

2) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;

3) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro; e

4) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação.

6.9 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

6.10 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.11 – No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

6.12 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições

definidas no subitem 6.11, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.13 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.14 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.15 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.16 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.17 - Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas às ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Câmara Municipal de Garuva ou com os preços praticados no mercado.

6.18 - para verificação da aceitabilidade das propostas, o pregoeiro levará em consideração o previsto no subitem 4.8, deste edital.

6.19 - Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

6.20 - Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

6.21 - Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope de Habilitação (ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO), da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no ITEM “5 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO”, deste Edital.

6.22 - Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no ITEM “5 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO”.

6.23 - Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimados as causas referidas no ato desclassificatório.

6.24 - O Pregoeiro manterá em seu poder os ENVELOPES Nº 3 – HABILITAÇÃO, apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

6.25 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

7 – FORMAS DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

7.1 - Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, o descrito no Anexo VI deste Edital.

7.2 - O objeto deste Pregão será adjudicado à licitante, cuja proposta for considerada vencedora.

7.3 - Depois de declarada a vencedora desta licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e, posteriormente, submeterá a homologação do processo, pelo Presidente da Câmara Municipal de Garuva.

7.4 - No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação adjudicado pelo pregoeiro, para após ser submetido ao Presidente da Câmara Municipal de Garuva para a homologação.

8 – IMPUGNAÇÃO/RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Qualquer licitante, desde que haja irregularidade ou vício no edital, contrariando a fiel e estreita observância da Lei federal nº 8.666/93, poderá impugnar o Edital, em até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para o recebimento dos

envelopes.

8.2 - Nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, (DOU DE 18.07.2002), ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do (a) pregoeiro (a), poderá fazê-lo, de imediato, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.3 - A falta de manifestação imediata e suas razões, importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial do Município.

8.4 - Os recursos deverão ser protocolados na Comissão de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, situado à Rua Castro Alves, 44, Centro, Garuva/SC, fazendo obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o “número da licitação”, seu conteúdo “Interposição de Recurso” e seu encaminhamento a/c do Pregoeiro, sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

8.5 - Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, ou que se fizer via fax, email, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

8.6 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

8.7 - Os recursos contra decisões do pregoeiro, não terão efeito suspensivo.

8.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e condições previstas.

9 - DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RECURSOS

9.1 - Os recursos necessários para execução do objeto estão devidamente assegurados no orçamento fiscal vigente da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

Conforme descrição no Anexo VI deste Edital.

10 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - A Licitante vencedora deverá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.1.1 - Para a assinatura do Contrato, o representante da Licitante vencedora deverá comprovar através do contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade ou procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, apresentando o original do documento de identidade ou equivalente.

10.1.2 - A assinatura do contrato ou retirada da Ordem de Compra, estará condicionado ao compromisso de manutenção da regularidade da situação da habilitação exigida no edital, devendo estar com todas as certidões negativas atualizadas.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

11.1 - O pagamento será efetuado, em uma única parcela, até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no setor de protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA e aceite dos equipamentos por esta Casa de Leis.

11.2 - Desde que a legislação permita, haverá atualização financeira pelo atraso nos pagamentos, em relação ao(s) prazo(s) previsto(s), que passará a ser aplicada através do IGP-DI da

Fundação Getúlio Vargas, ou outro indicador que o vier a substituir.

12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Garuva, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Licitante e/ou Contratada que:

a – deixar de assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, no prazo estabelecido neste edital.

b – ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

c – deixar de manter a proposta, injustificadamente;

d – comportar-se de modo inidôneo;

e – fazer declaração falsa;

f – cometer fraude fiscal;

g – falhar ou fraudar na execução do contrato.

12.2 – Pelos motivos que seguem, principalmente, as licitantes vencedoras estarão sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:

a – pelo fornecimento do objeto, desconforme com o especificado e aceito;

b – pela não substituição e reparação, no prazo estipulado, do objeto/serviço recusado;

c – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão e no futuro contrato.

12.3 – Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no futuro contrato e nos artigos 81 a 109, da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações posteriores.

12.4 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração desta Casa, as licitantes ou contratadas ficarão isentas das penalidades mencionadas.

12.5 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Garuva - SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e suas entidades controladas, poderão ser aplicadas às licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no edital e/ou no contrato.

12.6 - Se a licitante convocada recusar-se a assinar o contrato, ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela Comissão de Licitação, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e assim sucessivamente.

12.6.1 – Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do

contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 12 % sobre o valor atualizado do contrato.

12.7 - Se a licitante convocada para assinar o contrato não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, será aplicada a regra prevista no subitem 12.6 e 12.6.1, deste Edital.

13 – DEMAIS DISPOSIÇÕES

13.1 - Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do edital de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.2 - As multas aplicadas à CONTRATADA, a critério da Câmara Municipal de Garuva, poderão ser descontadas no ato da liquidação do débito referente ao Contrato respectivo.

13.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, no prazo previsto neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.3.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela futura Contratante.

13.4 - O conteúdo do presente Edital, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Credenciamento, Habilitação, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do Edital, etc., farão parte integrante do futuro Contrato ou Autorização de Fornecimento, independente de transcrição.

13.5 - A participação nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irretratável, de todos os termos do edital.

13.6 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

13.7 - Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou Qualificação econômico-financeira, ou em razão de fatos supervenientes e só conhecidos após o julgamento.

13.8 - É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.9 - Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS e FGTS, sob pena de não recebimento da remuneração, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

13.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

13.11 - Não serão motivos para arguir invalidade ou ilegalidade editalícia, pequenas falhas ou especificações que não prejudiquem

a boa interpretação e aos princípios legais da escolha da melhor proposta, a exemplo da eventual descrição no objeto, de marcas ou especificações que levem à pressupor tendências, pois, para todos os efeitos, serão considerados referenciais básicos, podendo, entretanto, ser ofertado qualquer item do objeto do edital, de outros fabricantes, porém, com especificações técnicas e parâmetros de rendimento, desempenho e de qualidade, de níveis iguais ou superiores.

13.12 - Nenhuma indenização será devida as licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

13.13 - O objeto da futura contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

13.14 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.15 - É recomendado as licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.16 - É fundamental a presença da licitante ou de sua representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.17 - À Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

13.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á ao do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.19 - A proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas ou até mesmo quanto à ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, após a contratação, podendo acarretar a rescisão contratual, tudo, sem prejuízo nas demais sanções cabíveis, principalmente, quando no intuito de fraude ou tumulto processual motivado, o que faz caracterizar o dolo.

13.20 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.21 - Para esta Licitação e/ou futura contratação, define-se como:

Fornecimento do objeto: Fornecimento dos materiais, constantes do objeto do edital ou do contrato, mediante contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

Licitante: Empresa que se propõe a participar da Licitação, mediante manifesto interesse ou aquisição do edital, como Competidor;

Proponente: Empresa licitante que se propõe a fornecer ou executar, por determinado preço, materiais ou serviços – objeto do edital.

Contratante: Câmara Municipal de Garuva/SC que contrata, sob a forma de execução indireta.

Contratada: Empresa executora, prestadora ou fornecedora da Câmara Municipal de Garuva/SC, por meio de Contrato, Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento e/ou de Serviços.

Fiscalização: Comissão ou pessoa designada para acompanhar a execução do objeto do contrato.

13.22 - Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto a Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, situada na Rua Castro Alves, 44, Centro, Garuva/SC, com até 02 (dois) dias de antecedência, em relação à data prevista para a abertura dos envelopes, em dias úteis e horários

das 13h00min às 19h00min horas, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste Edital.

13.23 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

13.24 - Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

14 – ANEXOS

14.1 – Encontram-se em anexo e fazem parte integrante e inseparável deste Edital:

- Anexo I - Minuta do Contrato

Anexo 1 da Minuta do Contrato – Carta Proposta;

- Anexo II - Modelo de Credenciamento;

- Anexo III - Modelo de Declaração de Regularidade Fiscal e Habilitação;

- Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

- Anexo V – Modelo de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor;

- Anexo VI – Especificações Técnicas e Principais parâmetros do Edital.

15 - O certame obedecerá às regras previstas nas Leis Federais nº 10.520, de 07/07/02 e nº 8.666, de 21/06/93, e no presente Edital, sendo que, dentre as demais obrigações, o pregoeiro terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;

l) encaminhar à Secretaria da Administração, as razões que motivam abertura de processo administrativo, diante da apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

16– RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

16.1 – Todas as condições de recebimento do objeto, obrigações, penalidades e rescisão contratuais, constam da Minuta contratual, anexada neste Edital (Anexo I).

Garuva, 25 de novembro de 2013.

LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING

Presidente da Mesa Diretora

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, com sede nesta Cidade, na Rua Castro Alves, 44 – Centro, inscritos no CNPJ sob n.º 81.144.610/0001-60, neste ato representada pela Presidente da Mesa Diretora, Sra. LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXX neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n.º 002/2013, Pregão Presencial, homologado em ____/____/____, mediante sujeição mútua as normas das Leis Federais n.ºs 10.520, de 07/07/02 (DOU de 18.07.02) e n.º 8.666, de 21/06/93 e demais alterações posteriores, tem entre si ajustado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui Objeto do presente instrumento, (conforme CAMPO 1 do Anexo VI deste Edital), para atender a necessidade da Câmara Municipal de Garuva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A entrega do objeto deste Contrato, deverá ser feita até (conforme CAMPO 2 do Anexo VI deste Edital), após a emissão da Ordem de Compra, nesta Câmara Municipal, entre 13h00min e 19h00min horas, na sede da Câmara nesta Cidade, na Rua Castro Alves, 44 – Centro e será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE.

2.2 – O objeto deste contrato, bem como seus acessórios e componentes, deverão ser novos e dentro das normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO e demais, sendo que os itens considerados inadequados, inferior qualidade ou não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos, e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo nas penalidades pelo atraso inicial.

2.2.1 - Entende-se por objeto (equipamento ou material) inadequado, aquele que apresentar inferior qualidade, defeito sistemático, sinais de componentes remanufaturados, arranhões, oxidação, fora das especificações ou diferentes do exigido ou proposto.

2.3 - A CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde será entregue o objeto deste contrato, não sendo considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação posterior fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor estimado do presente Contrato é de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXX).

3.2 - O pagamento será efetuado, mediante Cheque nominal ou depósito em conta bancária nº XXXXXX, Agência XXXXXX, do Banco do Brasil, 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos, apresentação da respectiva Nota Fiscal e aceite dos equipamentos, no Protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA.

3.2.1 - Na nota fiscal deverá descrição do item e o número deste Contrato.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O valor deste Contrato é fixo e irrevogável.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência deste Contrato é de 60 (sessenta) dias corridos, com início em XX/XX/XXXX e término em XX/XX/XXXX.

CLAUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - O recurso necessário à aquisição do objeto deste contrato está devidamente assegurado no orçamento Fiscal Vigente da

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

Conforme CAMPO 7 do Anexo Vi deste Edital.

CLAUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

7.2 - Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização do contratante;

CLAUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

8.2 - Indicar um funcionário para exercer a fiscalização e acompanhamento na entrega dos equipamentos;

8.3 - Efetuar, no prazo avençado, o pagamento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93;

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

b) Quando necessária à modificação do regime de execução de serviço, bem como, do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento.

9.1.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei N.º 8666/93.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto no Artigo 87 da Lei Nº 8.666/93.

10.1.2 - Advertência por escrito;

10.1.2 - Multa 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, calculado sobre o valor total do contrato até o limite de 6% (seis por cento) desse valor;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar, junto a CONTRATANTE;

10.1.4 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Presidente da Câmara Municipal de Garuva, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos da punição.

10.2 - Para efeito de aplicação da multa prevista pelo atraso na entrega do objeto contratado o prazo será contado a partir do dia seguinte ao do recebimento da Ordem de Compra.

10.3 - Nenhum pagamento será processado a CONTRATADA, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

10.4 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.5 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º do artigo 87, da Lei Nº 8.666/93.

10.5.1 - Vencido o prazo acima, a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da fiscalização da CONTRATANTE;
- c) razões de interesse do serviço público;
- d) atraso injustificado na entrega do objeto deste contrato;
- e) subcontratação total e parcial do seu objeto, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, que afetem a boa execução do seu objeto;
- f) cometimento reiterado de faltas na sua entrega;
- g) decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- h) dissolução da sociedade;
- i) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a entrega do objeto do contrato;
- j) protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA.

11.1.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da CONTRATADA, não lhe caberá qualquer indenização e será ainda responsabilizada pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes.

11.1.3 - A CONTRATADA será remunerada pela parte já entregue do objeto, desde que aprovados pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONTRATANTE.

11.1.4 - Em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de adjudicar o objeto do presente contrato, nas mesmas condições, a outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente.

11.1.5 - Caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução do mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - O presente contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por determinação judicial nos seguintes casos:

- a) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
 - b) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devido pela CONTRATANTE, decorrentes do da entrega do objeto do contrato ou parte dele, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- 11.2.1 - Nos casos previstos nos itens acima, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA o valor do objeto do contrato ou parte dele, de acordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Fazem parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos: Anexo 1 a esta Minuta do Contrato – Carta Proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da entrega do objeto fornecido, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho.

13.3 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da CONTRATANTE de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO SEGURO

15.1 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento, material, veículo que utilizar no fornecimento dos objetos previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA– DO FORO

16.1 - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Garuva/SC, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, de de 2013.

LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING Presidente da Mesa	RESPONSÁVEL Empresa
--	------------------------

ORIDES NEGRELLO FILHO
Advogado OAB/PR 38.463

Testemunhas:
NOME NOME
CPF Nºº CPF Nºº

ANEXO 1 DA MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

CARTA PROPOSTA
1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE:

EMAIL:

2 - CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório, bem assim, estar ciente de que deverá estar regular com todas as exigências de habilitação que rege a presente licitação e seus anexos integrantes, mantendo todas as condições até o término do futuro contrato.

2.2 - Na hipótese de nossa empresa sair vencedora desta licitação o contrato será assinado por nome, cargo, estado civil, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, e os créditos decorrentes da prestação dos serviços da contratada deverão ser depositados na Conta Corrente nº xxxxx, Agência xxxx, do Banco do Brasil.

3 - PREÇO (s)

3.1 - No preço de nossa proposta, para o fornecimento do objeto do Edital, para pagamento em 30 (trinta) dias corridos, fixo e ir-reajustável, incluso todos os custos e tributos como: transporte, prêmios de seguros, assistência técnica, IPI e ICMS, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais e leis sociais, administração, lucros, e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital não havendo qualquer outro valor a ser exigido do Contratante;

3.2 - A garantia e a assistência técnica do objeto do edital terão prazos de acordo com o estabelecido no anexo VI deste Edital;

3.3 - A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

3.4 - O prazo de entrega do Objeto do Edital, conforme estabelecido no anexo VI deste Edital, após a emissão da Ordem de compra.

4 - PLANILHA DE PREÇO COM DESCRIÇÃO

ITEM	QTDE	UNIDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	Un.	Descrição do produto ofertado, conforme condições do Edital.		
VALOR TOTAL/ GLOBAL:					R\$

NOME E ASSINATURA

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal da Empresa

Obs. Deverá ser feita em papel timbrado. Em não havendo papel timbrado, apor carimbo com o número de CNPJ.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

MODELO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos (a) Sr.(a) portador(a) da Cédula de Identidade n. e CPF n., a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Garuva - SC, na modalidade PREGÃO nº/....., supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa , visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... de de 2013.

NOME E ASSINATURA

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal da Empresa

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER AUTENTICADA EM CARTÓRIO

Obs. Deverá ser feita em papel timbrado. Em não havendo papel timbrado, apor carimbo com o número de CNPJ.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E HABILITAÇÃO

..... (nome da empresa), com sede na (endereço), inscrita no CNPJ sob o n., licitante no Pregão nº promovido pela Câmara Municipal de Garuva - SC, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. nº , que está regular perante a Seguridade Social (INSS) e FGTS bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital do referido certame.

Local e data

NOME E ASSINATURA

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal da Empresa

Obs. Deverá ser feita em papel timbrado. Em não havendo papel timbrado, apor carimbo com o número de CNPJ.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a firma.....(RAZÃO SOCIAL DO CONCORRENTE), CNPJ/MF sob o nº....., sediada(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei que, até a presente data, inexistente qualquer fato impeditivo para a sua habilitação e que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, bem assim estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93.

Local e data

NOME E ASSINATURA

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal da Empresa

Deverá ser feita em papel timbrado. Em não havendo papel timbrado, apor carimbo com o número de CNPJ.

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº 004/2013

MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO

TRABALHO DO MENOR

.....
 (nome da empresa), com sede na
(endereço), inscrita no CNPJ sob o n.
, vem através de seu representante legal infra-
 assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993,
 acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar
 expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente
 a norma contida na Constituição da República Federativa do
 Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, e regulamentada, e
 que não será utilizada mão de obra de menores de dezoito (18)
 anos de idade em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres,
 bem como não será utilizada mão de obra de menores de dezes-
 seis (16) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de
 aprendizes.

Local e data

NOME E ASSINATURA

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal da Empresa

Obs. Deverá ser feita em papel timbrado. Em não havendo papel
 timbrado, apor carimbo com o número de CNPJ.

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA Nº
 004/2013

PARÂMETROS DESTE EDITAL

**CAMPO 1: OBJETO – UM VEÍCULO TIPO MINIVAN, ZERO QUILO-
 METRO.**

**CAMPO 2: PRAZO DE ENTREGA: O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE
 DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, NO PRAZO
 MÁXIMO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS A CONTAR DA
 ASSINATURA DO CONTRATO E DA ORDEM DE FORNECIMENTO
 AO VENCEDOR DO LOTE.**

**CAMPO 3: PRAZO E CONDIÇÕES DA GARANTIA: O VEÍCULO DEVE
 POSSUIR UMA GARANTIA DIRETAMENTE DO FABRICANTE DO
 OBJETO LICITADO E SOLIDARIAMENTE DO LICITANTE VENCE-
 DOR DA LICITAÇÃO, CONTADA A PARTIR DO ACEITE DEFINITIVO
 DE NO MÍNIMO 12 MESES. O VEÍCULO DEVE TER GARANTIA COM
 COBERTURA TOTAL, IRRESTRITA, SEM ÔNUS, CONTRA FALHAS,
 VÍCIOS E DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E/OU DESGASTE ANORMAL
 DO REFERIDO OBJETO, COMPONENTES E PEÇAS, OBRIGANDO-
 SE O ADJUDICATÁRIO A REPARAR OS DANOS MATERIAIS E SUBS-
 TITUIR AS PEÇAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS EM DECOR-
 RÊNCIA DE TAIS PROBLEMAS, SEM NENHUM ÔNUS, ATÉ MESMO
 TRANSPORTE, SEGURO, ETC.**

**CAMPO 4: DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: O LICITANTE DEVERÁ
 POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE NA REGIÃO DE
 JOINVILLE OU GARUVA, ATRAVÉS DO PRÓPRIO PROPONENTE OU
 POR OUTRA EMPRESA INDICADA NA PROPOSTA. CASO A EM-
 PRESA INDICADA NÃO PRESTE OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA
 TÉCNICA, O PROPONENTE ADJUDICATÁRIO ASSUMIRÁ AUTOMA-
 TICAMENTE ESTE ENCARGO, INDEPENDENTEMENTE DE QUAL-
 QUER NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO, ADMINISTRATIVA OU
 JUDICIAL.**

**CAMPO 5: CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA LANCES: SE-
 RÃO CLASSIFICADAS PARA A FASE DE LANCES, A(S) PROPOSTA(S)
 QUE APRESENTAR (EM) PREÇO(S) IGUAL (IS) OU INFERIOR (ES)
 AO PREÇO MÁXIMO GLOBAL DO LOTE, COM TODOS OS IMPOS-
 TOS INCLUSOS. VALOR MÁXIMO DE R\$ 62.000,00 (SESSENTA E**

DOIS MIL REAIS).

**CAMPO 6: CONDIÇÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: PARA
 OS EFEITOS DE JULGAMENTO DESTA LICITAÇÃO, LEVAR-SE-Á
 EM CONSIDERAÇÃO, A PROPOSTA QUE APRESENTAR O "MENOR
 PREÇO GLOBAL", CONSIDERANDO-SE APENAS OS NUMERAIS IN-
 TEIROS, SEGUIDOS DE CENTAVOS COM ATÉ 02 (DOIS) DÍGITOS.**

**CAMPO 7: DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RE-
 CURSOS: 3.4490.05.24.80.000.00**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**CAMPO 8: MEMORIAL DESCRITIVO: VEÍCULO TIPO MINI-
 VAN, ZERO QUILOMETRO, FLEX (GASOLINA/ALCOOL), CÂMBIO
 DE TRANSMISSÃO MANUAL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO
 2013/2014, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CIN-
 CO MARCHAS, 1.8 L, CV 106, PORTA MALAS DE 710 LITROS, COR
 BRANCO SÓLIDO, CAPACIDADE PARA 7(SETE) PASSAGEIROS, 4
 PORTAS, FREIOS ABS E EDB, RODAS DE LIGA LEVE R15 OU R16,
 SISTEMA DE AR CONDICIONADO DIGITAL, DIREÇÃO HIDRÁULI-
 CA, ELÉTRICA OU ELETROASSISTIDA, VIDROS ELÉTRICOS COM
 SISTEMA ANTIESMAGAMENTO EM TODAS AS PORTAS, TRAVAS
 ELÉTRICAS, SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), AIR
 BAG DUPLO FRONTAL, BANCOS COM REVESTIMENTO EM COU-
 RO, ALARME NA CHAVE, FAROL DE NEBLINA, IMOBILIZADOR POR
 CODIGO ELETRONICO, SISTEMA DE SOM NO MINIMO RÁDIO/
 CD/MP3 COM USB, COLUMNA DE DIREÇÃO REGULAVEL ALTURA E
 PROFUNDIDADE, RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS, BLUE-
 TOOTH, ENTRADA DE USB E AUX. E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE
 SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO BRASI-
 LEIRA.**

Gaspar

PREFEITURA**Tomada de Preços Nº 242/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 242/2013

OBJETO: serviços de atendimentos médicos e saúde ocupacional
 (PCMSO - NR-7), emissão dos ASOs - atestados médicos ocup. e
 execução do programa de prevenção de riscos ambientes (PPRA
 - NR-9), emissão de laudo técnico das condições ambientais do
 trabalho (LTCAT NR-15 e NR-16) e emissão do PPP - perfil profis-
 siográfico previdenciário p/ servidores municipais no exercício de
 2014. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** até 09h de 12/12/2013. **ABER-
 TURA:** 12/12/2013 - 09h30min. Edital, no Depto. de Compras do
 Paço Municipal, R: Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC,
 ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar(SC), 19 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2013

CONVITE Nº 006/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento GLOBAL, regime de execução INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia celular móvel e fixa, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 006/2013, Convite nº 006/2013: Título: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Telefonia Celular Móvel e Fixa. Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Convite. Tipo: Menor Preço. Forma de Julgamento: Global. Regime de Execução: Indireta - Empreitada por Preço Unitário. Regência: Resolução nº 69, de 22 de novembro de 2013, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Entrega dos Envelopes: até o dia 04/12/2013, às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: dia 04/12/2013, às 14h05min. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões, Sala de Reuniões das Comissões ou Plenário da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 22 de novembro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Homologação e Adjudicação

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Recebidos os autos do procedimento de inexigibilidade de licitação autorizado pela Resolução nº 60/2013, de 25/9/2013, registre-se que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Edital de Credenciamento nº 001/2013, transcorre segundo a legislação em vigor e as regras do Edital.

O procedimento foi amplamente divulgado, com publicação do Edital no Mural deste Poder (fls. 167), no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (fls. 168) e no site da Câmara Municipal de Gaspar (fls. 169-170). Além disso, foi encaminhado o Aviso de Credenciamento às empresas jornalísticas que sabidamente possuem jornais com circulação no Município de Gaspar (fls. 172).

Até o momento, acudiu ao procedimento a empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. - ME, CNPJ nº 04.598.394/0001-82, proprietária do Jornal Metas, a qual fez juntar aos autos toda a documentação exigida, culminando com a decisão da Comissão de Licitação

instituída pela Resolução nº 18/2013, que julgou a referida empresa habilitada e qualificada a firmar o contrato de credenciamento. Publicada a decisão da Comissão de Licitação (fls. 241 e 246) e transcorrido o prazo de recurso vieram os autos para deliberação. Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, e transcorrido o prazo de recurso da decisão da Comissão de Licitação, sem manifestação, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2013, Edital de Credenciamento nº 006/2013, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação de fls. 241 e o procedimento que se cogita até esta fase.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa Gráfica e Editora Metas Ltda. - ME, CNPJ nº 04.598.394/0001-82, proprietária do Jornal Metas, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) por centímetro por coluna publicado, eis que o citado Jornal enquadra-se no item 20.1.1 do Edital de Credenciamento nº 001/2013, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013.

Sigam-se os ulteriores termos.

Publique-se.

Câmara Municipal de Gaspar, em 21 de Novembro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da

Câmara Municipal de Gaspar

Grão Pará**PREFEITURA****Decreto 33/2013 - Leilão**

DECRETO Nº 33/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO PARA REAVALIAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE EDITAL E ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando a realização do Leilão 001/2013 no qual diversos itens não tiveram alienação Exitosa, sendo necessária a reavaliação para a efetivação de novo Leilão,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os Servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, OSMAR LUIZ DA COREGIO e JISELI KONS para, sob a Presidência do primeiro e sob a Secretaria do segundo, constituírem a Comissão de Leiloeiros, que será responsável pela Avaliação de Bens, Elaboração de Edital e Acompanhamento da Realização do Leilão Público nº 002/2013.

Art. 2º. Os bens objeto do Leilão Público nº 002/2013 são aqueles constantes da Lei Municipal nº 1.929, de 1º de outubro de 2013, devidamente publicada no Diário Oficial Municipal, Edição 1.338, de 03 de outubro de 2013.

Art. 3º. Os valores mínimos dos bens a serem alienados serão determinados pela Comissão ora constituída, embasados no Laudo de Avaliação expedido por preposto do Leiloeiro Público Oficial LHANDO MARTINS XAVIER, Matrícula AARC 272, JUCESC.

Art. 4º. O pagamento dos bens adquiridos pelos arrematantes deverá ser em moeda corrente nacional, nas formas estabelecidas no Edital pertinente.

Parágrafo Único. Se o pagamento ocorrer por meio de cheque, a liberação dos bens somente se dará após sua respectiva compensação.

Art. 5º. Os recursos arrecadados com a Alienação dos Bens Móveis descritos no Edital de Leilão serão aplicados em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.929/2013, de 1º de outubro de 2013.

Art. 6º. Todo o processo de alienação por venda será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial LHANDO MARTINS XAVIER, matrícula AARC 272, JUCESC.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 21 de Novembro de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21 de Novembro de 2013.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Decreto 41/2013 -

DECRETO DF N. 041, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DECRETA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1898, de 18 de dezembro de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE nos valores abaixo relacionados:

13.00 - SAMAE DE GRÃO-PARÁ

13.01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

2.034 - MANUTENÇÃO DO SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.0177 Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro desta Decreto, ficam utilizados os seguintes recursos:

13.00 - SAMAE DE GRÃO-PARÁ

13.01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

1.022 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINAS E VEÍCULOS)

4.4.90.00.00.00.00.0177 Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 20 de Novembro de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 20 de Novembro de 2013.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Resolução Nº 01, de 20 Novembro de 2013

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GRÃO-PARÁ -SC

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 20 NOVEMBRO de 2013

Dispõe sobre a implantação da disciplina de Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da disciplina de Educação Física na Pré-Escola na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará/SC.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e competências, amparado pelas Leis Municipais nº 883, de 07 de outubro de 1997, que instituiu o Conselho Municipal da Educação, e a Lei Municipal nº 941, de 15 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e alterações, e considerando a importância da disciplina de Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da disciplina de Educação Física na Pré-Escola, resolve:

Art. 1º - Regularizar a situação da disciplina de Língua Inglesa incluindo-a na grade curricular nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com duas aulas semanais de quarenta e cinco minutos cada.

Art. 2º - Aprovar a iniciativa da implantação da disciplina de Educação Física na Pré-Escola, com duas aulas semanais de quarenta e cinco minutos cada.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 20 de novembro de 2013.

MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 22/2013

Tipo : Menor Preço - pelo total geral

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO GUAMIRANGA.

Entrega dos Envelopes: 12/12/2013 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 12/12/2013 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 22/11/2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº20/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 20/2013
Tipo: Menor Preço - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS
Entrega dos Envelopes: 06/12/2013 as 08:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 06/12/2013 as 08:05 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 07:30h às 13:30h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 22 de novembro de 2013
LAURO FROLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA**Decreto Nº 3.213/2013.**

DECRETO Nº 3.213/2013.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 2.975 de 27/12/12 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei; DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 0.003- Formação do Patrimônio do Servidor Público
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-39
Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-40
Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 2.063 - Contribuição Patronal PLASS-SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-41
Valor: R\$ 7.000,00

Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 21 de novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Decreto Nº 3.214/2013.

DECRETO Nº 3.214/2013.

AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL VALDETE SOUZA NODARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

Considerando, o Parecer favorável nº 0003/2013, emitido em 20 de novembro de 2013 pelo Conselho Municipal de Educação de Herval d'Oeste (SC);

Considerando, que a Instituição Centro Municipal de Educação Infantil Valdete Souza Nodari se encontra dentro dos padrões físicos, técnicos e pedagógicos exigidos para funcionamento, de acordo com o disposto na Resolução nº 107/2003 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e homologada pelo Decreto nº 946/2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o funcionamento do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL VALDETE SOUZA NODARI, com o atendimento de crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses, pertencente esta Instituição à Rede Municipal de Ensino de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 21 de novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 823/2013

PORTARIA Nº 823/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora CLAUDIMERI FATIMA DOS SANTOS (Matr. 3481), a partir de 21 de novembro de 2013, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Novembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 025/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços especializados para a realização de processo seletivo para admissão de servidores em caráter temporário para a Secretaria de Educação Cultura e Esportes para o ano letivo 2014.

CONTRATADO

Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC

VALOR CONTRATO

R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 21 de novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Lei Nº 455/2011**

LEI N.º 455, DE 24 DE JANEIRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover a disponibilização de servidores públicos municipais efetivos ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por intermédio da celebração de Termo de Convênio.

Art. 2.º Os servidores efetivos disponibilizados em razão da presente Lei, observarão os horários e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum, no qual prestarão serviços.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE JANEIRO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 456/2011

LEI N.º 456, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2011.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar concessão de subvenção social, no exercício financeiro de 2011, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 78.502.671/0001-48, com sede na cidade de Tangará - SC, entidade declarada de utilidade pública através da Portaria n.º 14/94, da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. O valor da subvenção social de que se trata o caput deste artigo será repassado à instituição beneficiária em 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se a primeira no mês de fevereiro de 2011.

Art. 2.º Os recursos concedidos a título de subvenção social deverão ser utilizados pela instituição beneficiária para fazer frente com as despesas diárias para a sua manutenção, despesas de capital, bem como de ações voltadas à educação especial, nos setores de educação infantil, ensino fundamental e educação para o trabalho, proporcionando aos portadores de deficiência atendimentos conforme suas necessidades.

Art. 3.º A instituição beneficiária deverá, através de seus diretores ou responsáveis, prestar contas da aplicação do numerário até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao repasse financeiro, sob pena de cessação imediata do repasse dos valores.

Art. 4.º Para o recebimento da subvenção, a entidade beneficiária deverá apresentar certidões negativas de débitos Federal, Estadual e Municipal, além do comprovante de regularidade perante o INSS e o FGTS.

Art. 5.º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação própria constante do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2011.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 DE FEVEREIRO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

MINUTA DE CONVÊNIO APAE/2011

Convênio que entre si celebram o Município de Ibiam, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará - APAE, doravante denominada CONVENIENTE.

CONVÊNIO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Travessa Leoniza

Carvalho Agostini, 20, Centro, nesta cidade de Ibiã/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nelson Mário Grassi, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 032.655.959-00, doravante denominado CONCEDENTE, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará-SC, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 78.502.671/0001-48, com sede na Rua Juselino Kubitschki, 74, na cidade de Tangará/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. _____, brasileiro, portador do CPF nº _____ e da CI de nº _____, doravante denominado CONVENIENTE, amparados pela Lei Municipal nº _____ de _____ de _____, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Convênio, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - O presente convênio tem por objeto, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado, auxiliar na manutenção da CONVENIENTE para fazer frente com as despesas diárias, despesas de capital, bem como de ações voltadas à educação especial nos setores de educação infantil, ensino fundamental e educação para o trabalho, tais como: materiais didáticos/pedagógicos, pagamento luz, água, telefone, materiais de higiene e limpeza, prestadores de serviço, encargos e tributos, manutenção e conservação do prédio escolar, conserto e documentação do veículo escolar, combustível para o transporte escolar, proporcionando aos portadores de deficiência atendimentos conforme suas necessidades especiais.

Cláusula Segunda - Das Obrigações dos Partícipes

2.1 - O CONCEDENTE se obriga a:

- Repassar à CONVENIENTE o valor mensal de R\$ _____ com início a partir de _____ de 2011 e término em dezembro de 2011, mediante depósito na conta corrente de nº 8943-9, agência nº 737-4 do Banco do Brasil, até o dia 10 (dez) de cada mês;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Realizar, a conta de dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente Convênio;
- Publicar o extrato do presente Convênio no Mural Público Municipal, nos termos do artigo art.20 da Lei Orgânica Municipal;
- Exigir a Prestação de Contas de cada parcela recebida até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao repasse financeiro, sob pena de cessação imediata do repasse dos valores.

2.2 - A CONVENIENTE se obriga a:

- Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados e nas suas finalidades estatutárias, especialmente na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, no pagamento de despesas tais como: materiais didáticos/pedagógicos, pagamento luz, água, telefone, materiais de higiene e limpeza, prestadores de serviço, encargos e tributos, manutenção e conservação do prédio escolar, conserto e documentação do veículo escolar, combustível para o transporte escolar, proporcionando aos portadores de deficiência atendimentos conforme suas necessidades especiais.
- Movimentar os recursos na conta bancária nº 8943-9, agência nº 737-4 do Banco do Brasil do município de Tangará/SC, específica e vinculada ao presente convênio, através de cheques nominais, individuais por credor, extraindo cópia dos mesmos;
- Prestar contas segundo as diretrizes da lei nº 4.320/64 e Resolução nº TC 16/94;
- Recolher na conta bancária de nº 10600-3 Agência 5228-0 os valores porventura não empregados pela CONVENIENTE no objeto do Convênio.
- A conveniente deverá, através de seus diretores ou responsáveis prestar contas da aplicação do numerário até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao repasse financeiro, sob pena de

cessação imediata do repasse dos valores.

Cláusula Terceira - Da Vigência do Convênio

3.1- O presente Convênio terá vigência de _____ a _____ de dezembro de 2011.

Cláusula Quarta - Do Valor Global do Convênio

4.1 - O valor global a ser repassado pelo CONCEDENTE à CONVENIENTE é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo que a liberação das parcelas será na forma da Cláusula Segunda deste convênio e da Lei Municipal nº _____, de _____ de 2011.

Cláusula Quinta - Do Controle da Execução

5.1 - O Município através do responsável pelo programa de governo ou ação deste Convênio, possui a prerrogativa legal de controlar a sua execução.

Cláusula Sexta - Dos Recursos Orçamentários

6.1 - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2011 nos seguintes elementos de despesa:

CLASSIFICAÇÃO ESPECIFICAÇÕES CÓDIGOS

Órgão	Chefia do Executivo	02
Unidade Orçamentária	Sec. Munic. Assistência Social	0207
Função	Assistência Social	08
Sub função	Assistência Comunitária	244
Programa	Assistência Social Geral	0801
Projeto/Atividade	Manutenção da Sec.Assist.Social	2008
33500000 0100	Transferência a Instituições privadas sem fins lucrativos	20.000,00

Cláusula Sétima - Da Liberação dos Recursos

7.1 - A liberação dos recursos dar-se-á na forma da Lei Municipal nº _____ de _____ de 2011.

Cláusula Oitava - Da Prestação de Contas

8.1 - A obrigatoriedade da CONVENIENTE apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos observará o disposto na Lei 4.320/64 e Resolução nº TC 16/94.

Cláusula Nona - Da Rescisão do Convênio

9.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Convênio, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente quando as seguintes situações:

I - a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Convênio e respectivo Plano de Trabalho;

II - a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Único - A rescisão do presente Convênio, na forma do disposto nesta Cláusula, enseja a instauração do Processo de Tomada de Contas Especial.

Cláusula Décima - Da Tomada de Contas Especial

10.1 - Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na Prestação de Contas do

presente Convênio.

Cláusula Décima Primeira - Da Devolução dos Recursos Financeiros

11.1 - O saldo não utilizado do valor do Convênio deverá ser devolvido pela CONVENIENTE atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda integralmente à conta bancária do CONCEDENTE.

Cláusula Décima Segunda - Das Proibições

13.1 - É proibido à CONVENIENTE repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

13.2 - É vedado ainda:

- a realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

- a alteração do objeto do Convênio detalhada no Plano de Trabalho;

- a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

- a realização de despesa em data anterior ou posterior à vigência do presente Convênio;

- a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos e manutenção de contas ativas;

- a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos.

Cláusula Décima Quarta - Da Aprovação da Minuta

14.1 - A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica deste Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93, conforme visto abaixo.

Cláusula Décima Quinta - Do Foro Competente

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará - SC, para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes do presente Convênio, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor junto com duas testemunhas a tudo presentes.

Ibiam/SC, de ____ de ____.

NÉLSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal Presidente APAE

Assessoria Jurídica do Município de Ibiam

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

Lei Nº 457/2011

LEI N.º 457, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir contribuição financeira no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em uma única parcela, para a Sociedade Hípica 3 de Outubro, inscrita no CNPJ/MF n.º 83.830.174/0001-09, com sede na Rod. SC 455, em Ibiam/SC.

Parágrafo único. A contribuição de que trata o caput deste artigo será utilizada pela entidade beneficiada para cobrir os gastos com a realização do 15º Rodeio Crioulo Interestadual que será realizado, na sede da mesma, entre os dias 04 e 06 de fevereiro de 2011.

Art. 2.º O repasse dos valores de que trata esta Lei fica condicionado à apresentação, pela beneficiária, das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Parágrafo único. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei n.º 4.320/64.

Art. 3.º Os encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Chefia do Executivo - 02

Unidade Orçamentária: Sec. Mun. De Administração e Fazenda - 0203

Função: Administração - 04

Subfunção: Administração Geral - 122

Programa: Desenvolvimento Cultural - 0402

Projeto/Atividade: contribuição financeira a entidades- 2006

Modalidade de Aplicação:- 33500000

Fonte de Recursos: 0100

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 DE FEVEREIRO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 458/2011

LEI N.º 458, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, AOS DETENTORES DE MANDATO ELETIVO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei Municipal n.º 255/04; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores

aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções gratificadas e adicionais de função, aos detentores de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como aos Secretários Municipais, nos moldes do art. 39, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2.º O percentual de revisão referido no art. 1º desta Lei, calculado sobre o respectivo vencimento dos servidores municipais e dos subsídios dos detentores de mandato eletivo e dos Secretários Municipais, será de 6,52% (seis vírgula cinquenta e dois por cento), o que corresponde a inflação registrada pelo índice INPC/IBGE no período compreendido entre fevereiro de 2010 a janeiro de 2011.

Art. 3.º O piso de vencimento dos servidores públicos municipais fica fixado em R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Art. 4.º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias, nos exercícios ocorrentes.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 459/2011

LEI N. 459 DE 04 DE MARÇO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O "HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 146, ambos da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Município de Ibiã autorizado a firmar convênio com o Hospital Universitário Santa Terezinha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 84.592.369/0009-88, com sede na Travessa Domingos Floriani Bonato, n. 037, Centro, em Joaçaba/SC, entidade mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, visando o repasse de recursos financeiros a serem aplicados na manutenção do atendimento de Plantão do Hospital.

Parágrafo único. O convênio de que trata este artigo vigorará entre 01 de março de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser sucessivamente prorrogado por períodos de 01 (um) ano, caso haja interesse da Administração Municipal, podendo, inclusive, ser reajustado anualmente para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

Art. 2.º O convênio de que trata o art. 1.º da presente Lei tem por objeto a celebração de parceria com o hospital conveniado,

para o atendimento no setor de emergência daquele nosocômio, dos casos de Urgência e Emergência da população do Município de Ibiã, especialmente os casos que envolvam o setor de traumatologia.

Art. 3.º Para a execução do convênio de que se trata esta Lei, o Município repassará a entidade conveniada, no ano de 2011, a quantia mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 4.º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde nos exercícios ocorrentes.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus jurídicos e legais efeitos a partir de 01 de março de 2011.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE MARÇO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 460/2011

LEI N.º 460, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município c/c as disposições contidas na LC n. 101/00 e na Lei n. 4.320/64; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição financeira, no exercício financeiro de 2011, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada entidade, todas com sede no Município de Ibiã, abaixo relacionadas:

I - ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DA LINHA GAUCHA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.778.046/0001-61;

II - ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS DA LINHA GRAMADINHO, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.238.410/0001-09;

III - ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DA LINHA TREVISOL, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.834.585/0001-70;

IV - ASSOCIACAO DE PRODUTORES DA COMUNIDADE DE LINHA CERRO AZUL, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.219.403/0001-87;

V - ESPORTE CLUBE CRUZEIROS DO SUL, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.573.282/0001-89.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se à cobertura de despesas com manutenção das atividades das referidas entidades, objetivando, a prestação de serviços culturais, sociais e desportivos a comunidade aonde se encontram localizadas.

Art. 2.º O repasse dos valores de que trata esta Lei fica condicionado



à apresentação, pelas beneficiárias, das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Parágrafo único. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei n.º 4.320/64.

Art. 3.º Os encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Chefia do Executivo - 02
Unidade Orçamentária: Sec. Mun. do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes - 0203
Função: Cultura - 04
Subfunção: Difusão Cultural - 122
Programa: Desenvolvimento Cultural - 0403
Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Culturais - 2006
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - 335000
Fonte de Recursos: 0100

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE MARÇO DE 2011.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA
SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 461/2011

LEI N. 461, DE 25 DE ABRIL DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO DECORRENTE DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO MÃE – TANGARÁ - E IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito Municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos seus servidores, nos termos da Legislação específica, a usufruição do direito dos períodos de Licença Prêmio, regularmente adquiridos, conforme segue:

I – aos servidores municipais que pelo inventário decorrente da criação do Município de Ibiã que já tinham conquistado períodos aquisitivos, terão direito a usufruir a Licença Prêmio na sua proporcionalidade;

II – para os servidores municipais que ingressaram na efetividade do serviço municipal de Ibiã, após a sua Instalação, passam a enquadrar-se no direito à Licença Prêmio conforme consta no artigo 1º, da Lei Municipal nº 297/2005, nos artigos 96-C a 96-G, da Lei nº 385/2008, que alteraram a Lei nº 255/2004, somando-se a proporcionalidade assegurada no inciso anterior.

Art. 2º. Os direitos decorrentes do disciplinado nesta Lei são assegurados a todos os servidores que ainda não usufruíram do benefício do gozo da Licença Prêmio, independentemente de requerimento, mesmo após o seu vencimento, conforme Anexo Único que integra esta Lei.

Parágrafo único. A licença prevista nesta Lei poderá ser usufruída de forma parcelada ou em meio período da jornada de trabalho.

Art. 3º. Ao servidor que vier a se aposentar antes do gozo da Licença Prêmio de que trata esta Lei lhe fica assegurado o direito de converter o período de Licença Prêmio não gozado em pecúnia, a ser pago por ocasião da inativação.

Art. 4º. Sempre que conveniente, o Prefeito municipal baixará regulamento para a boa e regular aplicação desta Lei.

Art. 5º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM – SC, 25 DE ABRIL DE 2011.
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA
SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

ANEXO ÚNICO LICENÇA PRÊMIO PROPORCIONAL

Servidor	Período analisado	Tempo correspondente *	Direito adquirido **
Adilce Rinaldi	16.09.2002 a 19.12.2002	95 dias = 1,06 %	0,95 dias (=01h58min***)
Agustinho Cecatto	01.03.2002 a 19.12.2002	294 dias = 16,11 %	14,50 dias (=14 dias e 04h00min)
Ana D. Bertelli Tragancin	05.07.2000 a 19.12.2002	898 dias = 49,21 %	44,29 dias (=44 dias e 02h32min***)
Ana Paula Ortigara	04.10.1999 a 19.12.2002	1.173 dias = 64,28 %	57,86 dias(=57 dias e 07h18min***)
Antonio L. S. do Amaral	01.01.1998 a 19.12.2002	1814 dias = 99,40 %	89,46 dias (=90 dias)
Armando Ceron	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias (=44 dias e 04h32min***)
Bernardete Posserra Trevisol	01.09.2002 a 19.12.2002	110 dias = 6,03 %	5,43 dias (=5 dias e 03h44min***)
Cácia Ap. G. Araldi	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias (=44 dias e 04h32min***)
Carmelita Chiesa Tragancin	01.12.1986 a 30.11.1996	Período trabalho no município de Tangará	66 dias
Carmelita Chiesa Tragancin	01.12.1996 a 30.11.2001	Período trabalho no município de Tangará	90 dias
Carmelita C. Tragancin	01.12.2001 a 19.12.2002	384 dias = 21,05%	18,95 dias (=19 dias)
Damir José Cardoso	02.01.1998 a 01.01.2003	1814 dias= 99.40%	89,46 dias (=90 dias)
Delcia Maria dos Santos	19.09.2002 a 19.12.2002	92 dias = 5,05 %	4,55 dias (=4dias e 04h40min***)
Elaine Mariza P. Z. Cordeiro	01.03.2002 a 19.12.2002	294 dias = 18,25 %	14,50 dias (=14dias e 04h00min***)

Eliane Piovesan Recalcatti	02.04.2000 a 19.12.2002	992 dias = 54,36 %	48,93 dias (=48 dias e 07h44min***)
Elza Rinaldi Coser	02.01.1998 a 01.01.2003	1814 dias= 99,40%	89,46 dias (=90 dias)
Fátima Fontana Gonzatto	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias dias (=44 dias e 04h32min***)
Francisco da Silva	22.03.2001 a 19.12.2002	638 dias = 34,96 %	31,47 dias =31 dias e 04h16min)

Servidor	Período analisado	Tempo correspondente *	Direito adquirido **
Gelson Luiz Trevisol	02.01.1998 a 19.12.2002	1814 dias= 99,40% Já gozou 30 dias	89,46 dias (=90 dias) 60 dias p/gozar
Ires T. T. de Oliveira Xavier	26.01.1998 a 19.12.2002	1789 dias = 98,03%	88,23 dias (=88 dias e 02h24min***)
Itamar Romanatto	01.09.2002 a 19.12.2002	110 dias = 6,03%	5,43 dias (=3 dias e 03h44min***)
Ivete Ceron Moreira	19.06.2000 a 19.12.2002	914 dias = 50,09%	45,09 dias (=45 dias e 01h12min***)
Janete Ap. Felicetti	09.03.1999 a 19.12.2002	1382 dias = 75,73 %	68,00 dias
Joana C. Becker Rinaldi	01.10.2002 a 19.12.2002	80 dias = 4,39 %	3,96 dias (=4 dias e 00h18min***)
José Carneiro Borges	01.01.1998 a 19.12.2002	1814 dias = 99,40 %	89,46 dias (=90 dias)
José Roberto Gonzatto	22.02.2001 a 19.12.2002	666 dias = 36,50 %	32,85 dias (=32 dias e 07h20min)
Justina Ines Dalmolin	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias dias (=44 dias e 04h32min***)
Laionara Rover Borsoi	01.10.2002 a 19.12.2002	80 dias = 4,39%	3,96 dias (=4 dias e 00h18min***)
Lorizete T. L. Gonzatto	19.02.2001 a 19.12.2002	669 dias = 36,66 %	33,00 dias
Lucena T. Panceri Vieceli	01.08.2000 a 19.12.2002	871 dias = 47,73 %	42,96 dias (=42 dias e 08h08min***)
Maria Celeste Zardo	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias dias (=44 dias e 04h32min***)
Maria Solange M. Borsoi	01.10.2002 a 19.12.2002	80 dias = 4,39 %	3,96 dias (=4 dias e 00h18min***)
Rosinei Ceron	14.01.1998 a 19.12.2002	1.801 dias = 98,69% Já gozou 52 dias	88,93 dias (=89 dias) 37 dias p/gozar
Salette Maria Balbinote	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias dias (=44 dias e 04h32min***)
Salette Maria da S. Andrique	07.10.2002 a 19.12.2002	74 dias = 4,06 %	3,66 dias (=3 dias e 05h28min***)
Sandra Regina Boesing	03.07.2000 a 19.12.2002	900 dias = 49,32 %	44,39 dias (=44 dias e 03h12min***)
Sandra Trevisol	01.07.2000 a 19.12.2002	902 dias = 49,43 %	44,49 dias (=44 dias e 04h32min***)
Severino Antunes	16.09.2002 a 19.12.2002	95 dias = 5,21 %	4,69 dias =4 dias e 05h52min***)

Servidor	Período analisado	Tempo correspondente *	Direito adquirido **
----------	-------------------	------------------------	----------------------

Waldecira Ap. T. de Oliveira	02.07.2001 a 19.12.2002	536 dias = 29,37 %	26,44 dias (=26 dias e 03h52min***)
------------------------------	-------------------------	--------------------	-------------------------------------

* 05 anos = 1825 dias (100%) (fórmula: dias x 100 : 1825 =%)

** 05 anos = 90 dias de licença prêmio (fórmula: 90 x % = dias)

***8 horas = 480 minutos – (fórmula: 480x100x%=.....:60=..... horas e minutos)

Lei Nº 462/2013

LEI N.º 462, DE 25 DE ABRIL DE 2011

“RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ENTIDADE QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica, para todos os efeitos, reconhecida de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTISTICA, associação civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.067.507/0001-04, com sede no Município Ibiã.

Art. 2.º Asseguram-se as mesmas as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE ABRIL DE 2011.

ONEI GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 463/2011

LEI N.º 463, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

“AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE IBIAM NO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica autorizado o ingresso do Município de Ibiã no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE ABRIL DE 2011.

ONEI GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA

SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 464/2011

LEI N.º 464, DE 29 DE ABRIL DE 2011

"ALTERA REDAÇÃO E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 055/97, QUE CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei nº 055, de 20 de agosto de 1997, passa a vigor com as alterações contidas nesta LEI.

Art. 2º. Os incisos I, II, III e IV, e os §§ 2º e 3º, do art. 2º da Lei nº 055/97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal (um titular e um suplente);

II - 04 (quatro) representantes de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação (dois titulares e dois suplentes);

III - 04 (quatro) representantes dos Pais de alunos (dois titulares e dois suplentes);

IV - 04 (quatro) representantes da sociedade civil local (dois titulares e dois suplentes);

§ 2º - A nomeação dos membros titulares e dos suplentes será feita por Decreto do Prefeito para prazo de (04) anos.

§ 3º - O Presidente do Conselho e Vice Presidente serão eleitos por votação do Conselho e permanecerão como tal durante o tempo que durar sua função como Conselheiros podendo ser reeleitos por uma única vez.

" (NR)

Art. 3º. Fica revogado o art. 3º da Lei nº 055/97.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE ABRIL DE 2011.
ONEI GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.

ALCINDO PEROSA
SEC. DE ADM. E DA FAZENDA

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 515/2011

Gabinete do Chefe do Poder Executivo, em 12 de abril de 2011.
Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei, anexo, que encaminhamos à Colenda Câmara Municipal para considerações, apreciação e votação dos Senhores Vereadores, foi motivado pelas seguintes razões:

Certos de contarmos com a compreensão dos nobres vereadores, esperamos que Vossas Senhorias apreciem e aprovem o presente Projeto de LEI.
Atenciosamente;

ONEI GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Decreto Nº 2558/2013

DECRETO Nº 2558, 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei nº 512/2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 0401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2011 MANUT. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 33900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0100-Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 0401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2011 MANUT. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 31900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0100-Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 176.2013

DECRETO PMI Nº 176, de 20 de novembro de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara
01.031.0001-2.001
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 20.000,00
Total 20.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara
01.031.0001-2.001
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00
Total 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de novembro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 177.2013

DECRETO PMI Nº 177, de 20 de novembro de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Manutenção do Programa Bolsa Família
08.244.0013-2.075
4.4.90.00.00.00.00.00.0156 (0015) Aplicações Diretas 8.500,00
Manutenção do C.R.A.S.

08.244.0013-2.067
4.4.90.00.00.00.00.00.0160 (0012) Aplicações Diretas 7.400,00
Total 15.900,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Manutenção do Programa Bolsa Família
08.244.0013-2.075
3.3.90.00.00.00.00.00.0156 (0014) Aplicações Diretas 8.500,00
Manutenção do C.R.A.S.
08.244.0013-2.067
3.1.90.00.00.00.00.00.0160 (0023) Aplicações Diretas 7.400,00
Total 15.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de novembro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 178.2013

DECRETO PMI Nº 178, de 21 de novembro de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA
Assistência Ambulatorial e Hospitalar
10.302.0014-2.061
3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0028) Aplicações Diretas 15.000,00
Total 15.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA
Assistência Ambulatorial e Hospitalar
10.302.0014-2.061
3.3.71.00.00.00.00.00.0106 (0027) Aplicações Diretas 15.000,00
Total 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 179.2013

DECRETO PMI Nº 179, de 21 de novembro de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 378.300,00 (trezentos e setenta e oito mil e trezentos reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

3.1.90.00.00.00.00.00.0167 (0005) Aplicações Diretas 106.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0169 (0007) Aplicações Diretas 188.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0229 (0009) Aplicações Diretas 84.300,00

Total 378.300,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Recurso 167 (Saúde da Família - SF) no valor de R\$106.000,00, Recurso 169 (Agentes Comunitários de Saúde - ACS) e 229 (Programa de Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ) apurados no exercício de 2013

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 676/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 676, de 21 de novembro de 2013.
Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 22 de novembro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 245, de 25 de novembro de 2011, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Viviane Vieira de Souza Rosa	Servente Merendeira 40h	888.341.239-72	21/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 677/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 677, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 24 de novembro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 246, de 25 de novembro de 2011, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Bruna Flor Soares	Servente Merendeira 40h	052.385.589-37	23/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 678/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 678, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Atendente de Consultório Odontológico - CEO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 02 de dezembro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Estela Maris de Souza Sestari	Atendente de Consultório Odontológico/CEO 40h	983.803.209-30	30/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 679/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 679, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Atendente de Consultório Odontológico - CEO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 01 de dezembro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Maria Aparecida Gil	Atendente de Consultório Odontológico/CEO 40h	704.897.779-53	30/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 680/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 680, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Auxiliar de Enfermagem - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 01 de dezembro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosinete Silveira José	Auxiliar de Enfermagem - PSF 40h	030.745.869-58	30/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 681/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 681, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mário Sérgio dos Santos Pereira	Motorista	509.507.970-49	08/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 08 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 682/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 682, de 21 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a

legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 06 de outubro de 2011, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tania Matias Borges Schmitt	Servente Merendeira 40h	020.908.889-38	31/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 31 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato: PMI Sdr Oeste 2013/135 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR OESTE 2013/135 A00

Contratada: IMBIMOLDE PRE-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC DA RUA 25 DE MAIO, SIATUADA EM NOVA BRASILIA.

Valor: R\$ 77.897,81 Prazo: 60 dias

Fundamento: Processo nº. 117/2013 Carta Convite 14/2013

Imbituba, 08 de novembro de 2013.

RAFAEL DE SOUZA MARTINS

Secretário Municipal da Sdr/Oeste

Contratante

IMBIMOLDE PRÉ MOLDADOS & CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Representante Legal

Contratada

Edital SEAGP Nº 101/2013

EDITAL SEAGP Nº 101/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao

final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 02/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Rua Ernani Cotrin 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Novembro a 20 de Dezembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Publico 02/2011.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretario Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 101/2013

Odontólogo

MYRIAN KATHERYNE HENNIG DILL SOARES

Iomerê

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 07/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Edital de Pregão Presencial 0007/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0007/2013 para aquisição de combustíveis. A abertura das propostas se dará no dia 05/12/2013 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser solicitados através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de novembro de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 27/2013

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0027/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0027/2013 para aquisição de combustíveis. A

abertura das propostas se dará no dia 05/12/2013 às 08h45m na sede da Prefeitura Municipal.
Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de novembro de 2013
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

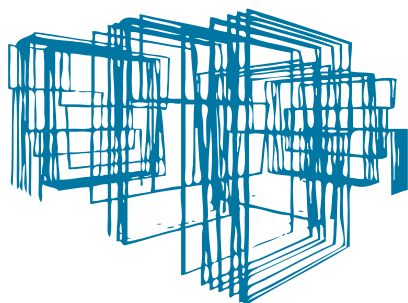
Pregão Presencial Nº 28/2013

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
Edital de Pregão Presencial 0028/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0028/2013 para locação de sistemas de informática. A abertura das propostas se dará no dia 06/12/2013 às 08h45m na sede da Prefeitura Municipal.
Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de novembro de 2013
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Ipumirim

PREFEITURA

Ata da Reunião de Julgamento do PL 53, PP 27-2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2013 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação: 53/2013 Data do Processo: 04/11/2013	
Folha: 1/4		

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano letivo de 2014, de acordo com as descrições anexadas ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 35/2013 (Sequência: 2)

Ao(s) 19 de Novembro de 2013, às 08:45 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 53/2013, Licitação nº 27/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezoito dias do mês de novembro de 2013, às oito horas e quarenta e cinco minutos o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Gondoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA, PEGASUS ATACADISTA LTDA, MB CATARINENSE LTDA ME, EKI PAR LICIT INFORMATICA LTDA ME e ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. Algumas empresas acima citadas tiveram os envelopes protocolados fora do horário estabelecido no Edital, porém, sendo que todas as empresas se fizeram presente antes do horário estabelecido no Edital, no balcão de Protocolo. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, a Srª. JANAINA SCHMIDT KRAECKER procuradora da empresa EKI PAR LICIT INFORMATICA LTDA ME, o Srº FABIO ANDRE LORASCHI procurador da empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, o Srº KLEBER LUIZ LIBANO procurador da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA- ME, o Srº FÁBIO MARLON MACHADO sócio proprietário da empresa MB CATARINENSE LTDA ME, a Srª LEANI WILLIMS procuradora da empresa PEGASUS ATACADISTA LTDA e o Srº FABRICIO FRACASSO procurador da empresa COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de microempresa, todas as empresas presentes se credenciaram como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram as declarações na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise das propostas constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, iniciou-se a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Ante o exposto os representantes legais das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer do das fases de julgamento desta licitação. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 8803 - EKI PAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha + 1 apontador. Composição: Lápis de cor: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira reflorestada. Lápis preto: material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Apontador: resinas termoplásticas e lamina de aço carbono. Borracha: látex, borracha sintética, abrasivos e agentes de vulcanização.	CX	1.000,00	FaberCastel	0,0000	12,1544	12.154,40
2	Régua flexível de 30 cm. Composição: Polímero e pigmentos.	UN	1.000,00	Walleu	0,0000	2,4704	2.470,40
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g.	UN	1.000,00	Frama	0,0000	1,087	1.087,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 53/2013
 Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 2/4

LOTE: 1**Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Caneta esferográfica azul Composição: Tinta: resinas, solventes, corantes e espessantes; Corpo e tampa: resinas termoplásticas, , Ponta: liga de latão; Esfera: carbeto de tungstênio.	UN	1.000,00	Faber Castel	0,0000	0,9882	988,20

Total do Participante -----> 16.700,00
LOTE: 2**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm com 40folhas em papel não reciclado.	UN	400,00	JANDAIA	0,0000	1,486	594,41
6	Caderno de desenho cartografia grande espiral, formato 200X275mm com 60 folhas em papel não reciclado.	UN	1.000,00	FORONI	0,0000	3,8644	3.864,40
7	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 96 folhas em papel não reciclado, com capa dura.	UN	2.100,00	FRAMA	0,0000	4,7561	9.987,81
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em papel não reciclado, com capa dura.	UN	2.600,00	FRAMA	0,0000	3,7653	9.789,78
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm com 96 folhas 1 matéria em papel não reciclado, com capa dura.	UN	2.800,00	FRAMA	0,0000	6,837	19.143,60

Total do Participante -----> 43.380,00
LOTE: 3**Participante: 8803 - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	ALFINETE NIQUELADO CAIXA COM 50G	UN	20,00	Bachi	0,0000	3,181	63,62
11	PERCEVEJO LATONADOS (CX NCOM 100 UNIDADES)	CX	50,00	Bachi	0,0000	2,1875	109,38
15	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas com 5000 unidades	CX	50,00	Bachi	0,0000	5,767	288,35
16	GRAMPOS 9/10 caixa com 5000 unidades	CX	20,00	Bachi	0,0000	17,4005	348,01
17	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades	CX	5,00	Multilaser	0,0000	94,4596	472,30
18	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades	UN	5,00	Multilaser	0,0000	144,1752	720,88
19	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m	RI	50,00	Adellbras	0,0000	1,6903	84,52
20	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m	UN	70,00	AdellBras	0,0000	1,1932	83,52
21	Fita de empacotamento Pape 38 mm x 50m (papel)	UN	80,00	adelbras	0,0000	23,9629	1.917,03
22	Tesoura de uso geral 213mm, lâmina de aço inoxidável que resisten a corrosão, cabo ergonômico com plastico ABS de alta resistencia, projetada para destros e canhotos.	UN	40,00	CIS	0,0000	12,8266	513,06
23	Estilete reforçado reajustável 18mm	UN	30,00	CIS	0,0000	5,071	152,13
24	Estilete lâmina Estreita 9mm	UN	50,00	CIS	0,0000	3,8778	193,89
25	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm	RI	6,00	POLIFIX	0,0000	62,1445	372,87
27	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m	UN	80,00	ADELBRAS	0,0000	24,7584	1.980,67
41	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0	CX	40,00	BACHI	0,0000	15,909	636,36
42	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0	CX	40,00	BACHI	0,0000	14,9147	596,59
43	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0	CX	40,00	BACHI	0,0000	13,9204	556,82

Total do Participante -----> 9.090,00
LOTE: 4**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de 2.0mm, 4,5mm e 8.0mm com ponta de feltro.	UN	432,00	PILOT	0,0000	3,2478	1.403,03
13	Marcador quadro Branco WBMA-VBM-M, ponta redonda média com recarga de cartucho	UN	540,00	PILOT	0,0000	7,4799	4.039,15
14	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco, VBMA- VBM-M, ponta redonda media com 5,50ml	UN	2.640,00	PILOT	0,0000	2,8542	7.535,09

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 53/2013
 Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 3/4

LOTE: 4**Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
38	Cola escolar branca 01 kg	UN	100,00	FRAMA	0,0000	9,842	984,20
39	Cola bastão	UN	50,00	FRAMA	0,0000	5,856	292,80
40	Giz de Cera caixa com 12 unidades	CX	50,00	DELTA	0,0000	1,87	93,50
45	Pincel escolar cabo curto amarelo tradicional, fabricado com pelo de Pônei formato chato.	UN	100,00	CONDOR	0,0000	3,1494	314,94
46	Tinta guache- colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante.Boa qualidade. Peso 250 ml Dimensões aproximadas:19 x 5cm ACRILEX.	UN	30,00	ACRILEX	0,0000	4,0352	121,06
47	Pistola de adesivo Hot Melt 40w, bivolt (110 x220 volts) gatilho avançado para fluxo contínuo, utiliza refis de cola grosso 1,12cm de diâmetro	UN	10,00	GRAMPLINE	0,0000	20,1761	201,76
48	Refil de cola quente - grosso	UN	200,00	RENDICOLA	0,0000	0,7874	157,48
49	Estojo de massa para modelar cera 12 cores 180g	UN	10,00	ACRILEX	0,0000	2,9034	29,03
50	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm	UN	30,00	PILOT	0,0000	4,2321	126,96

Total do Participante -----> 15.299,00

LOTE: 5**Participante: 8803 - EKI PAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM	UN	1.500,00	vmp	0,0000	1,8822	2.823,34
28	PAPEL DUPLEX COLORIDO	UN	400,00	vmp	0,0000	0,7133	285,32
29	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES	UN	800,00	aloform	0,0000	0,426	340,80
30	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta com 25 folhas	CX	6,00	polifix	0,0000	7,9252	47,55
31	Papel A4 vergê 180g caixa com 50 folhas	CX	5,00	filipaper	0,0000	11,8879	59,44
32	Papel A4 diplomata 180g caixa com 50 folhas	CX	5,00	filipaper	0,0000	13,8692	69,35
33	PAPEL CARTÃO DUPLEX VÁRIAS CORES	UN	800,00	vmp	0,0000	1,486	1.188,80
34	Papel Graft natural 80g bobina de 60cm x 165m	UN	5,00	nipel	0,0000	81,2338	406,17
35	Papel Graft natural 80g bobina de 90cm x 50m	UN	5,00	nipel	0,0000	81,2338	406,17
36	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores)	UN	300,00	vmp	0,0000	0,0594	17,82
37	Papel fotográfico fosco 105g cx c/ 100 folhas	UN	2,00	rg	0,0000	29,7197	59,44
44	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m	RI	5,00	vmp	0,0000	46,5608	232,80

Total do Participante -----> 5.937,00

Total Geral -----> 90.406,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 53/2013
Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 19 de Novembro de 2013

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 53, PP 27-2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 53/2013 Data do Processo: 04/11/2013
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 53/2013
b) Licitação Nr.: 27/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/11/2013
e) Objeto da Licitação aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano letivo de 2014, de acordo com as descrições anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)**

1	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha + 1 apontador. Composição: Lápis de cor: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira reflorestada. Lápis preto: material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Apontador: resinas termoplásticas e lamina de aço carbono. Borracha: látex, borracha sintética, abrasivos e agentes de vulcanização. - Marca: FaberCastel	CX	1.000,00	0,0000	12,1544	12.154,40
2	Régua flexível de 30 cm. Composição: Polímero e pigmentos. - Marca: Walleu	UN	1.000,00	0,0000	2,4704	2.470,40
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g. - Marca: Frama	UN	1.000,00	0,0000	1,087	1.087,00
4	Caneta esferográfica azul Composição: Tinta: resinas, solventes, corantes e espessantes; Corpo e tampa: resinas termoplásticas, , Ponta: liga de latão; Esfera: carbeto de tungstênio. - Marca: Faber Castel	UN	1.000,00	0,0000	0,9882	988,20
Total do Fornecedor:						16.700,00

LOTE: 2**OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)**

5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm com 40folhas em papel não reciclado. - Marca: JANDAIA	UN	400,00	0,0000	1,486	594,41
---	---	----	--------	--------	-------	--------

Ipumirim, 21 de Novembro de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 53/2013
 Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 2
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

6	Caderno de desenho cartografia grande espiral, formato 200X275mm com 60 folhas em papel não reciclado. - Marca: FORONI	UN	1.000,00	0,0000	3,8644	3.864,40
7	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 96 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: FRAMA	UN	2.100,00	0,0000	4,7561	9.987,81
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: FRAMA	UN	2.600,00	0,0000	3,7653	9.789,78
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm com 96 folhas 1 matéria em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: FRAMA	UN	2.800,00	0,0000	6,837	19.143,60
Total do Fornecedor:						43.380,00

LOTE: 3
EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)

10	ALFINETE NIQUELADO CAIXA COM 50G - Marca: Bachi	UN	20,00	0,0000	3,181	63,62
11	PERCEVEJO LATONADOS (CX NCOM 100 UNIDADES) - Marca: Bachi	CX	50,00	0,0000	2,1875	109,38
15	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas com 5000 unidades - Marca: Bachi	CX	50,00	0,0000	5,767	288,35
16	GRAMPOS 9/10 caixa com 5000 unidades - Marca: Bachi	CX	20,00	0,0000	17,4005	348,01
17	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades - Marca: Multilaser	CX	5,00	0,0000	94,4596	472,30
18	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades - Marca: Multilaser	UN	5,00	0,0000	144,1752	720,88
19	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m - Marca: Adellbras	RI	50,00	0,0000	1,6903	84,52
20	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m - Marca: AdellBras	UN	70,00	0,0000	1,1932	83,52
21	Fita de empacotamento marron Papel crepado 36 mm x 50m - Marca: adelbras	UN	80,00	0,0000	23,9629	1.917,03
22	Tesoura de uso geral 213mm, lâmina de aço inoxidável que resisten a corrosão, cabo ergonômico com plastico ABS de alta resistencia, projetada para destros e canhotos. - Marca: CIS	UN	40,00	0,0000	12,8266	513,06
23	Estilete reforçado reajustável 18mm - Marca: CIS	UN	30,00	0,0000	5,071	152,13
24	Estilete lâmina Estreita 9mm - Marca: CIS	UN	50,00	0,0000	3,8778	193,89
25	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm - Marca: POLIFIX	RI	6,00	0,0000	62,1445	372,87
27	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m - Marca: ADELBRAS	UN	80,00	0,0000	24,7584	1.980,67
41	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0 - Marca: BACHI	CX	40,00	0,0000	15,909	636,36
42	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0 - Marca: BACHI	CX	40,00	0,0000	14,9147	596,59
43	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0 - Marca: BACHI	CX	40,00	0,0000	13,9204	556,82
Total do Fornecedor:						9.090,00

Ipumirim, 21 de Novembro de 2013.

Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 53/2013
 Data do Processo: 04/11/2013

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 4
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

12	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de 2.0mm, 4,5mm e 8.0mm com ponta de feltro. - Marca: PILOT	UN	432,00	0,0000	3,2478	1.403,03
13	Marcador quadro Branco WBMA-VBM-M, ponta redonda média com recarga de cartucho - Marca: PILOT	UN	540,00	0,0000	7,4799	4.039,15
14	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco, VBMA-VBM-M, ponta redonda média com 5,50ml - Marca: PILOT	UN	2.640,00	0,0000	2,8542	7.535,09
38	Cola escolar branca 01 kg - Marca: FRAMA	UN	100,00	0,0000	9,842	984,20
39	cola bastão 40 gramas - Marca: FRAMA	UN	50,00	0,0000	5,856	292,80
40	Giz de Cera caixa com 12 unidades - Marca: DELTA	CX	50,00	0,0000	1,87	93,50
45	Pincel escolar cabo curto amarelo tradicional, fabricado com pelo de Pônei formato chato. - Marca: CONDOR	UN	100,00	0,0000	3,1494	314,94
46	Tinta guache- colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante.Boa qualidade. Peso 250 ml Dimensões aproximadas:19 x 5cm ACRILEX. - Marca: ACRILEX	UN	30,00	0,0000	4,0352	121,06
47	Pistola de adesivo Hot Melt 40w, bivolt (110 x220 volts) gatilho avançado para fluxo contínuo, utiliza refis de cola grosso 1,12cm de diâmetro - Marca: GRAMPLINE	UN	10,00	0,0000	20,1761	201,76
48	Refil de cola quente - grosso- 1,12 cm diametro - Marca: RENDICOLA	UN	200,00	0,0000	0,7874	157,48
49	Estojo de massa para modelar cera 12 cores 180g - Marca: ACRILEX	UN	10,00	0,0000	2,9034	29,03
50	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm - Marca: PILOT	UN	30,00	0,0000	4,2321	126,96

Total do Fornecedor: 15.299,00
LOTE: 5
EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (8803)

26	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM - Marca: vmp	UN	1.500,00	0,0000	1,8822	2.823,34
28	PAPEL DUPLEX COLORIDO - Marca: vmp	UN	400,00	0,0000	0,7133	285,32
29	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES - Marca: aloform	UN	800,00	0,0000	0,426	340,80
30	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta cx/com 25 folhas - Marca: polifix	CX	6,00	0,0000	7,9252	47,55
31	Papel A4 vergê 180g caixa com 50 folhas - Marca: filipaper	CX	5,00	0,0000	11,8879	59,44
32	Papel A4 diplomata 180g caixa com 50 folhas - Marca: filipaper	CX	5,00	0,0000	13,8692	69,35
33	PAPEL CARTÃO DUPLEX 66 x 96cm VÁRIAS CORES - Marca: vmp	UN	800,00	0,0000	1,486	1.188,80
34	Papel Graft natural 80g bobina de 60cm x 165m - Marca: nipel	UN	5,00	0,0000	81,2338	406,17
35	Papel Graft natural 80g bobina de 90cm x 50m - Marca: nipel	UN	5,00	0,0000	81,2338	406,17
36	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores) - Marca: vmp	UN	300,00	0,0000	0,0594	17,82
37	Papel fotográfico fosco 105g cx c/ 100 folhas - Marca: rg	UN	2,00	0,0000	29,7197	59,44
44	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m - Marca: vmp	RI	5,00	0,0000	46,5608	232,80

Total do Fornecedor: 5.937,00
Total Geral: 90.406,00

Ipumirim, 21 de Novembro de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato de Contrato Nº 70/2013/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 70/2013

Objeto: contratação de Emissora de Radio por meio de sistema de credenciamento, para divulgação de informativos dos serviços de publicidade dos atos programas, obras, serviços, notícias e campanhas do poder público nas diversas áreas da Administração Pública Municipal, por meio das mídias de emissoras de rádio com alcance local, conforme as exigências do presente Edital de Credenciamento.

Valor: R\$ 2,50 (Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Assinatura: 14/11/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOC COMUNITARIA RADIO PEQUENO VALE 104,9 ZYM 554, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, 75, Bairro:CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.687.301/0001-60.

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 53, PP 27-Material EscolarESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 70/2013

Objeto: contratação de Emissora de Radio por meio de sistema de credenciamento, para divulgação de informativos dos serviços de publicidade dos atos programas, obras, serviços, notícias e campanhas do poder público nas diversas áreas da Administração Pública Municipal, por meio das mídias de emissoras de rádio com alcance local, conforme as exigências do presente Edital de Credenciamento.

Valor: R\$ 2,50 (Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Assinatura: 14/11/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOC COMUNITARIA RADIO PEQUENO VALE 104,9 ZYM 554, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, 75, Bairro:CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.687.301/0001-60.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Relatório Resumido de Execução Orçamentária 5º Bimestre

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.393.440,00	18.393.440,00	3.749.678,63	20,39	16.671.184,84	90,64	1.722.255,16
RECEITAS CORRENTES	18.393.440,00	18.393.440,00	3.749.678,63	20,39	16.657.199,82	90,56	1.736.240,18
RECEITA TRIBUTARIA	1.088.700,00	1.088.700,00	277.045,71	25,45	1.105.265,35	101,52	-16.565,35
IMPOSTOS	1.032.000,00	1.032.000,00	275.140,53	26,66	1.045.430,15	101,30	-13.430,15
TAXAS	56.700,00	56.700,00	1.905,18	3,36	59.835,20	105,53	-3.135,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	93.500,00	93.500,00	22.890,03	24,48	76.443,61	81,76	17.056,39
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	93.500,00	93.500,00	22.890,03	24,48	76.443,61	81,76	17.056,39
RECEITA PATRIMONIAL	23.800,00	23.800,00	17.895,58	75,19	72.572,78	304,93	-48.772,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	12.400,00	12.400,00	15.937,72	128,53	63.103,33	508,90	-50.703,33
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	11.400,00	11.400,00	1.957,86	17,17	9.469,45	83,07	1.930,55
RECEITA DE SERVIÇOS	53.700,00	53.700,00	14.655,80	27,29	54.282,48	101,08	-582,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.015.340,00	17.015.340,00	3.399.755,71	19,98	15.237.560,82	89,55	1.777.779,18
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.828.340,00	16.828.340,00	3.130.820,04	18,60	14.852.558,44	88,26	1.975.781,56
Transf. de Pessoas	9.500,00	9.500,00	509,50	5,36	3.365,05	35,42	6.134,95
Transf. de Conv.	177.500,00	177.500,00	268.426,17	151,23	381.637,33	215,01	-204.137,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.400,00	118.400,00	17.435,80	14,73	111.074,78	93,81	7.325,22
Multas e Juros de Mora	54.400,00	54.400,00	3.778,88	6,95	67.378,27	123,86	-12.978,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.900,00	22.900,00	1.656,30	7,23	22.398,15	97,81	501,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	26.100,00	26.100,00	12.000,62	45,98	20.986,76	80,41	5.113,24
RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	311,60	2,08	14.688,40
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	13.985,02	0,00	-13.985,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	13.985,02	0,00	-13.985,02
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	13.985,02	0,00	-13.985,02
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.393.440,00	18.393.440,00	3.749.678,63	20,39	16.671.184,84	90,64	1.722.255,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.393.440,00	18.393.440,00	3.749.678,63	20,39	16.671.184,84	90,64	1.722.255,16
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.393.440,00	18.393.440,00	3.749.678,63	20,39	16.671.184,84	90,64	1.722.255,16
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	758.508,32	—	—	594.774,69	—	—
Superávit Financeiro	—	758.508,32	—	—	594.774,69	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.393.440,00	1.477.597,97	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	77,88	4.394.930,66
DESPESAS CORRENTES	17.471.240,00	1.035.272,03	18.506.512,03	2.706.320,20	15.690.743,45	2.999.185,54	14.788.890,56	79,91	3.717.621,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.916.120,00	155.085,68	10.071.205,68	1.669.719,77	8.136.251,34	1.685.027,27	8.117.831,34	80,60	1.953.374,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	95.000,00	-26.400,00	68.600,00	10.504,94	56.402,25	10.504,94	56.402,25	82,22	12.197,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.460.120,00	906.586,35	8.366.706,35	1.026.095,49	7.498.089,86	1.303.653,33	6.614.656,97	79,06	1.752.049,38
DESPESAS DE CAPITAL	822.200,00	453.016,96	1.275.216,96	48.118,42	945.308,74	60.007,52	687.216,75	53,89	588.000,21
INVESTIMENTOS	557.200,00	457.016,96	1.014.216,96	4.948,04	727.530,89	16.837,14	469.438,90	46,29	544.778,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	265.000,00	-4.000,00	261.000,00	43.170,38	217.777,85	43.170,38	217.777,85	83,44	43.222,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-10.691,02	89.308,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.308,98
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.393.440,00	1.477.597,97	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	77,88	4.394.930,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.393.440,00	1.477.597,97	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	77,88	4.394.930,66
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.195.077,53	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.393.440,00	1.477.597,97	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	16.671.184,84	77,88	4.394.930,66

FONTE:

IPUMIRIM, 21/11/2013

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.393.440,00	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	100,00	77,88	4.394.930,66
Legislativa	823.200,00	823.200,00	81.282,02	470.357,33	80.753,85	461.601,15	2,98	56,07	361.598,85
Ação Legislativa	823.200,00	823.200,00	81.282,02	470.357,33	80.753,85	461.601,15	2,98	56,07	361.598,85
Essencial à Justiça	43.000,00	43.000,00	5.847,62	39.599,61	6.046,12	39.250,71	0,25	91,28	3.749,29
Defesa da Ordem Jurídica	43.000,00	43.000,00	5.847,62	39.599,61	6.046,12	39.250,71	0,25	91,28	3.749,29
Administração	1.708.459,75	1.884.719,06	332.847,79	1.754.003,66	361.564,24	1.661.809,45	10,74	88,17	222.909,61
Planejamento e Orçamento	98.000,00	98.000,00	17.956,05	91.142,70	17.956,05	91.142,70	0,59	93,00	6.857,30
Administração Geral	1.552.459,75	1.728.719,06	305.342,76	1.608.360,16	334.059,21	1.516.165,95	9,80	87,70	212.553,11
Controle Interno	58.000,00	58.000,00	9.548,98	54.500,80	9.548,98	54.500,80	0,35	93,97	3.499,20
Segurança Pública	53.000,00	53.000,00	0,00	53.000,00	5.400,00	51.200,00	0,33	96,60	1.800,00
Policiamento	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	5.400,00	16.200,00	0,10	90,00	1.800,00
Defesa Civil	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,23	100,00	0,00
Assistência Social	755.200,00	817.566,27	95.204,86	714.828,89	134.225,99	657.387,95	4,25	80,41	160.178,32
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	112.000,00	9.976,91	95.914,38	11.450,95	94.009,09	0,61	83,94	17.990,91
Assistência Comunitária	661.200,00	705.566,27	85.227,95	618.914,51	122.775,04	563.378,86	3,64	79,85	142.187,41
Saúde	4.907.054,30	5.489.528,76	659.132,59	4.841.032,01	847.287,27	4.406.204,04	28,47	80,27	1.083.324,72
Atenção Básica	3.097.854,30	3.634.245,67	588.545,82	3.026.848,14	564.477,32	2.948.619,46	19,05	81,13	685.626,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.646.500,00	1.692.583,09	56.497,58	1.664.447,55	268.752,76	1.307.974,94	8,45	77,28	384.608,15
Suporte Profilático e Terapêutico	48.000,00	48.000,00	639,33	47.486,38	639,33	47.486,38	0,31	98,93	513,62
Vigilância Sanitária	80.900,00	80.900,00	8.982,66	69.459,05	8.982,66	69.459,05	0,45	85,86	11.440,95
Vigilância Epidemiológica	33.800,00	33.800,00	4.467,20	32.790,89	4.435,20	32.664,21	0,21	96,64	1.135,79
Educação	4.614.885,95	5.016.385,55	777.236,43	3.919.999,39	780.435,24	3.644.256,34	23,55	72,65	1.372.129,21
Alimentação e Nutrição	103.200,00	118.747,54	25.449,46	106.551,35	26.162,72	91.432,85	0,59	77,00	27.314,69
Ensino Fundamental	3.109.685,95	3.463.638,01	510.334,69	2.795.646,62	512.146,29	2.538.089,40	16,40	73,28	925.548,61
Ensino Médio	254.600,00	267.600,00	38.471,64	221.020,41	38.708,94	221.020,41	1,43	82,59	46.579,59
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	36.184,93	59.684,12	36.184,93	59.684,12	0,39	74,61	20.315,88
Educação Infantil	1.054.400,00	1.073.400,00	166.566,71	728.039,87	165.138,36	725.107,54	4,69	67,55	348.292,46
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	229,00	1.057,02	94,00	922,02	0,01	18,44	4.077,98
Educação Especial	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00	2.000,00	8.000,00	0,05	100,00	0,00

Continua 1/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.393.440,00	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	100,00	77,88	4.394.930,66
Cultura	75.000,00	70.000,00	168,30	59.992,13	3.490,56	59.972,33	0,39	85,67	10.027,67
Difusão Cultural	75.000,00	70.000,00	168,30	59.992,13	3.490,56	59.972,33	0,39	85,67	10.027,67
Urbanismo	1.133.900,00	1.139.863,96	90.358,06	935.131,65	169.512,66	873.150,54	5,64	76,60	266.713,42
Infra-Estrutura Urbana	393.500,00	378.563,96	18.932,14	230.197,96	48.167,78	228.723,17	1,48	60,42	149.840,79
Serviços Urbanos	740.400,00	761.300,00	71.425,92	704.933,69	121.344,88	644.427,37	4,16	84,65	116.872,63
Gestão Ambiental	51.800,00	37.740,44	0,00	37.740,44	4.200,00	34.940,44	0,23	92,58	2.800,00
Preservação e Conservação Ambiental	21.800,00	16.800,00	0,00	16.800,00	4.200,00	14.000,00	0,09	83,33	2.800,00
Recursos Hídricos	30.000,00	20.940,44	0,00	20.940,44	0,00	20.940,44	0,14	100,00	0,00
Agricultura	1.018.000,00	1.037.934,95	233.388,22	1.001.413,60	191.392,76	883.333,75	5,71	85,10	154.601,20
Promoção da Produção Vegetal	50.000,00	50.000,00	301,00	49.999,05	1.301,00	46.579,05	0,30	93,16	3.420,95
Promoção da Produção Animal	95.000,00	107.000,00	22.379,92	103.036,06	20.277,42	91.066,06	0,59	85,11	15.933,94
Defesa Sanitária Animal	187.000,00	187.000,00	33.079,75	173.285,07	33.079,75	173.285,07	1,12	92,67	13.714,93
Extensão Rural	686.000,00	693.934,95	177.627,55	675.093,42	136.734,59	572.403,57	3,70	82,49	121.531,38
Indústria	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	50.000,00	65.000,00	10.000,00	23.064,34	10.000,00	23.064,34	0,15	35,48	41.935,66
Promoção Comercial	50.000,00	65.000,00	10.000,00	23.064,34	10.000,00	23.064,34	0,15	35,48	41.935,66
Transporte	1.607.940,00	1.817.940,00	257.284,63	1.569.489,64	228.836,91	1.516.925,72	9,80	83,44	301.014,28
Transporte Rodoviário	1.607.940,00	1.817.940,00	257.284,63	1.569.489,64	228.836,91	1.516.925,72	9,80	83,44	301.014,28
Desporto e Lazer	233.000,00	312.250,00	48.565,99	243.867,50	37.304,49	222.244,35	1,44	71,18	90.005,65
Desporto Comunitário	233.000,00	312.250,00	48.565,99	243.867,50	37.304,49	222.244,35	1,44	71,18	90.005,65
Encargos Especiais	1.204.000,00	1.173.600,00	163.122,11	972.532,00	198.742,97	940.766,20	6,08	80,16	232.833,80
Serviço da Dívida Interna	360.000,00	329.600,00	53.675,32	274.180,10	53.675,32	274.180,10	1,77	83,19	55.419,90
Outros Encargos Especiais	844.000,00	844.000,00	109.446,79	698.351,90	145.067,65	666.586,10	4,31	78,98	177.413,90

Continua 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.393.440,00	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	100,00	77,88	4.394.930,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	89.308,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.308,98
TOTAL (III) = (I + II)	18.393.440,00	19.871.037,97	2.754.438,62	16.636.052,19	3.059.193,06	15.476.107,31	100,00	77,88	4.394.930,66

FONTE:

IPUMIRIM, 21/11/2013

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.063.500,00	1.063.500,00	296.125,69	1.074.262,02	101,01
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	148.200,00	148.200,00	112.112,00	157.248,31	106,11
1.1.1- IPTU	138.800,00	138.800,00	106.037,56	146.870,37	105,81
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	300,00	300,00	73,89	73,89	24,63
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.200,00	6.200,00	5.844,42	9.257,76	149,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.900,00	2.900,00	156,13	1.046,29	36,08
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	123.400,00	123.400,00	38.985,74	132.333,97	107,24
1.2.1- ITBI	123.400,00	123.400,00	38.985,74	132.333,97	107,24
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	508.600,00	508.600,00	93.360,01	531.143,66	104,43
1.3.1- ISS	497.000,00	497.000,00	92.667,29	526.907,73	106,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	800,00	800,00	85,36	290,81	36,35
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	9.200,00	9.200,00	551,58	3.491,23	37,95
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.600,00	1.600,00	55,78	453,89	28,37
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	283.300,00	283.300,00	51.667,94	253.536,08	89,49
1.4.1- IRRF	283.300,00	283.300,00	51.667,94	253.536,08	89,49
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.729.800,00	15.729.800,00	2.765.252,63	13.692.564,48	87,05
2.1- Cota-Parte FPM	5.106.200,00	5.106.200,00	705.362,00	4.278.251,27	83,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.106.200,00	5.106.200,00	705.362,00	4.278.251,27	83,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.755.500,00	9.755.500,00	1.820.510,33	8.549.083,55	87,63
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	49.900,00	49.900,00	8.158,40	40.792,01	81,75
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	149.400,00	149.400,00	26.789,15	128.384,40	85,93
2.5- Cota-Parte ITR	4.600,00	4.600,00	69.065,91	69.836,68	1.518,19
2.6- Cota-Parte IPVA	664.200,00	664.200,00	135.366,84	626.216,57	94,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.793.300,00	16.793.300,00	3.061.378,32	14.766.826,50	87,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	281.700,00	281.700,00	63.899,49	300.483,93	106,67
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	281.700,00	281.700,00	63.765,60	299.806,42	106,43
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	133,89	677,51	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	177.500,00	177.500,00	37.150,68	148.602,66	83,72
6.1- Transferências de Convênios	177.500,00	177.500,00	37.150,68	148.602,66	83,72
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	71.100,00	71.100,00	25.153,24	78.318,34	110,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	530.300,00	530.300,00	126.203,41	527.404,93	99,45

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.135.460,00	3.135.460,00	553.050,04	2.738.510,78	87,34
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.010.740,00	1.010.740,00	141.072,33	855.649,96	84,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.951.100,00	1.951.100,00	364.101,86	1.709.815,82	87,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.980,00	9.980,00	1.631,68	8.158,40	81,75
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.880,00	29.880,00	5.357,81	25.676,80	85,93
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	920,00	920,00	13.813,17	13.967,27	1.518,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	132.840,00	132.840,00	27.073,19	125.242,53	94,28
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.558.500,00	2.558.500,00	501.036,72	2.453.451,27	95,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.546.100,00	2.546.100,00	494.223,12	2.432.539,89	95,54
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.400,00	12.400,00	6.813,60	20.911,38	168,64
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-589.360,00	-589.360,00	-58.826,92	-305.970,89	51,92
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.253.043,89	2.254.020,18	354.381,36	1.755.771,79	77,90
13.1- Com Educação Infantil	592.043,89	592.043,89	70.785,43	410.719,15	69,37
13.2- Com Ensino Fundamental	1.661.000,00	1.661.976,29	283.595,93	1.345.052,64	80,93
14- OUTRAS DESPESAS	305.456,11	413.675,82	68.684,48	176.157,85	42,58
14.1- Com Educação Infantil	207.456,11	207.456,11	50.333,84	121.723,26	58,67
14.2- Com Ensino Fundamental	98.000,00	206.219,71	18.350,64	54.434,59	26,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.558.500,00	2.667.696,00	423.065,84	1.931.929,64	72,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.198.325,00	4.198.325,00	765.344,58	3.691.706,63	87,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.046.500,00	1.065.500,00	165.138,36	725.107,54	68,05
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	799.500,00	799.500,00	121.119,27	532.442,41	66,60
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	247.000,00	266.000,00	44.019,09	192.665,13	72,43
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.735.085,95	2.825.281,95	400.097,34	2.197.050,13	77,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.759.000,00	1.868.196,00	301.946,57	1.399.487,23	74,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	976.085,95	957.085,95	98.150,77	797.562,90	83,33
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.781.585,95	3.890.781,95	565.235,70	2.922.157,67	75,10
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-305.970,89
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					20.911,38
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.196,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-275.863,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.198.021,18
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,66

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	230.100,00	230.100,00	46.736,69	229.927,01	99,92
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	590.200,00	882.503,60	166.368,85	483.249,64	54,76
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	820.300,00	1.112.603,60	213.105,54	713.176,65	64,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.601.885,95	5.003.385,55	778.341,24	3.635.334,32	72,66
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	9.196,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.432.539,89	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.880.936,88	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	20.911,38	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	581.710,39	0,00

IPUMIRIM, 21/11/2013

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.196,00, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 073/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 073/2013.

"Dispõe sobre alteração de número de vagas e alteração salarial nos quadros de Emprego Público do Município de Irineópolis e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas e promover a alteração salarial nos quadros de Emprego Público de servidores efetivos do Poder Executivo, instituídos através da Lei Complementar n.º 035/2007 de 19/12/2007, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2º Fica acrescentado no Quadro de Emprego Público da Estratégia Saúde da Família, instituído através da LC 035/2007, 01 (uma) vaga no cargo de Técnico de Enfermagem, bem como fica alterado o vencimento base do cargo, cujo valor passa a vigorar de acordo com a tabela abaixo:

QUADRO DE PESSOAL ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Grupo	Carga Horária Semanal	Nº de vagas a acrescentar	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
II	40 horas	01	Técnico de Enfermagem	1.250,00	Certificado de habilitação específica na área de atuação com registro no respectivo Conselho de Classe do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – Em virtude das alterações do caput, o Anexo I da LC 035/2007, passa a vigor de acordo com o Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 035/2007.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR Nº 073/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº. 035/2007

ANEXO I - QUADRO DE PESSOAL Estratégia Saúde da Família - ESF

Grupo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
I	40 horas	04	Médico do ESF	13.200,00	Diploma de Curso Superior na área de atuação, com registro nos respectivos Conselhos de Classe do Estado de Santa Catarina.
	40 horas	04	Enfermeiro do ESF	2.540,33	
II	40 horas	05	Técnico de Enfermagem	1.250,00	Certificado de Habilitação específica na área de atuação com registro nos respectivos Conselhos de Classe do Estado de Santa Catarina.

Programa Saúde Bucal

Grupo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
III	40 horas	03	Odontólogo	4.032,27	Diploma de Curso Superior na área de atuação, com registro nos respectivos Conselhos de Classe do Estado de Santa Catarina.
	40 horas	01	Técnico em Higiene Dental THD	1.129,04	Certificado de Habilitação específica na área de atuação com registro no respectivo órgão Fiscalizador.
IV	40 horas	03	Atendente de Consultório Dentário – ACD	698,93	Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

Programa de Combate a Endemias (Dengue)

Grupo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
V	40 horas	01	Agente de Combate à Dengue	604,84 + abono de R\$ 73,16	Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

Agentes Comunitários de Saúde – ACS

Grupo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
VI	40 horas	27	Agente Comunitário de Saúde	537,64 + abono de R\$ 140,36	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

Irineópolis (SC), 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei Complementar N.º 074/2013.

LEI COMPLEMENTAR N.º 074/2013.

"Dispõe sobre alteração de número de vagas e criação de novos cargos nos quadros de pessoal efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas e promover a criação de novos cargos nos quadros de servidores efetivos do Magistério Público Municipal, instituídos através da Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2º Ficam autorizadas a abertura de mais 05 (cinco vagas) no cargo de Professor Especialista em Educação Inclusiva, bem como, a criação de novos cargos, os quais ficam incorporados ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal conforme especificados nos quadros abaixo:

Ampliação:

Cargo	Nº vagas a acrescentar	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Professor Especialista em Educação Inclusiva	05	40h/sem	1.543,20	Conclusão de curso superior em Pedagogia, com complementação em Educação Inclusiva e/ou Educação Especial.

Criação: I - Professores

Cargo	Nº vagas	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Professor de Tecnologia Educacional	03	40h/sem	1.543,20	Conclusão de curso superior em Informática, ou Ciências da Computação ou Sistemas de Informação ou Redes de Computadores ou Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática.
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	04	40h/sem	1.543,20	Conclusão de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia e curso de complementação em Educação Especial ou Especialização em Educação inclusiva, ou conclusão de curso superior em Educação Especial.
Professor de Música	01	40h/sem	1.543,20	Conclusão de curso Superior em Licenciatura em Música ou Licenciatura em Educação Artística, com habilitação em Música ou Licenciatura em Educação Artística e Especialização em Música.

Criação: II – Profissionais de Apoio Pedagógico

Cargo	Nº vagas	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Assistente Técnico Pedagógico	03	40h/sem	1.851,84	Conclusão de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia Especialização em Pedagogia.

Criação: II A – Profissionais de Apoio Administrativo

Cargo	Nº vagas	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Secretário Escolar	05	44h/sem	1.250,00	Conclusão de curso de Magistério e/ou conclusão de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Criação: II B – Profissionais de Apoio Educacional

Cargo	Nº vagas	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Monitor de Creche	10	44h/sem	990,95	Conclusão de curso de Magistério e/ou conclusão de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Parágrafo único. O Anexo III - Quadro e Vagas e de Funções de Gestão do Magistério Público Municipal da LC nº 056/2012, passa a vigorar com a composição constante do ANEXO I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Em virtude da criação do cargo de Secretário Escolar fica instituída na Tabela de Vencimentos dos Profissionais em Educação constante da LC 056/2012, o ANEXO II A - Profissionais de Apoio Administrativo, composta pelos seguintes valores:

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 44 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	1.250,00	1.287,50	1.326,12	1.365,90	1.406,88	1.449,09	1.492,56	1.537,34	1.583,46	1.630,96

Art. 4º Em virtude da criação do cargo de Monitor de Creche fica instituída na Tabela de Vencimentos dos Profissionais em Educação

constante da LC 056/2012, o ANEXO II B - Profissionais de Apoio Educacional, composta pelos seguintes valores:

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 44 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	990,95	1.020,68	1.051,30	1.082,84	1.115,33	1.148,79	1.183,25	1.218,75	1.255,31	1.292,97

§ 1º Em função da instituição das Tabelas II A e II B – do Anexo I – a Tabela de Vencimentos dos Profissionais em Educação, prevista na LC Nº 056/2012, passa a ter a redação constante no ANEXO II, desta Lei.

§ 2º As atribuições dos novos cargos criados para o Quadro do Magistério Público Municipal são aquelas presumidas no ANEXO III, da presente Lei.

Art. 5º Em razão das alterações efetuadas, o art. 37 da LC 056/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37 Os níveis referentes à formação do titular do cargo de professor, profissionais de apoio pedagógico, profissionais de apoio administrativo e profissionais de apoio educacional são:

[...]

[...]

Profissionais de Apoio Administrativo – Tabela II A do Anexo I:

Nível “1” – formação curso de magistério e/ou formação de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia;

Profissionais de Apoio Educacional – Tabela II B do Anexo I:

Nível “1” – formação curso de magistério e/ou formação de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia.”

Art. 6º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 056/2012.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

I – Professores

Escolaridade: Formação nível superior, com habilitação na área pedagógica acrescido ainda do Ensino Médio na Modalidade Magistério, ou ainda, Habilitação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura Plena na Educação e Licenciatura Plena na área do conhecimento específico do currículo, para atuar nas Séries Finais do Ensino Fundamental.

Carga Horária: 20 ou 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Professor Assistente	40h	02	02	-
Professor de Artes	20h	04	02	02
Professor de Ciências	20h	02	02	-
Professor de Educação Física	20h	07	06	01
Professor de Educação Infantil	20h	10	06	04
Professor de Geografia	20h	02	02	-
Professor de História	20h	02	02	-
Professor de Inglês	20h	06	04	02
Professor de Matemática	20h	03	02	01
Professor de Português	20h	03	01	02
Professor Ensino Fundamental (1º a 4º série)	20h	77	39	38
Professor Especialista em Educação Inclusiva	40h	07	02	05
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	40h	04	-	04
Professor de Música	40h	01	-	01
Professor de Tecnologia Educacional	40h	03	-	03

II – Profissionais de Apoio Pedagógico - Especialistas em Administração, Orientação e Supervisão Escolar Escolaridade: Formação de nível superior e especialização em pedagogia, e/ou habilitação específica em administração, supervisão ou orientação escolar.

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Administrador Escolar	40h	04	02	02
Orientador Escolar	40h	04	01	03

Supervisor Escolar	40h	03	01	02
Assistente Técnico Pedagógico	40h	03	-	03

II A – Profissionais de Apoio Administrativo

Escolaridade: Formação em nível de Magistério e/ou superior em Pedagogia.

Carga Horária: 44 horas semanais.

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Secretário Escolar	44h	05	-	05

II B – Profissionais de Apoio Educacional

Escolaridade: Formação em nível de Magistério e/ou superior em Pedagogia.

Carga Horária: 44 horas semanais.

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Monitor de Creche	44h	10	-	10

III – Funções de Gestão - Direção Escolar

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES
Direção Escolar	06

Irineópolis (SC), 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO II – LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2013**LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012****ANEXO I****TABELAS DE VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO****TABELA I – PROFESSORES**

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 20 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	593,54	611,34	629,68	648,57	668,02	688,06	708,70	729,96	751,85	774,40
2	771,60	794,74	818,58	843,13	868,42	894,47	921,30	948,93	977,39	1.006,71

TABELA II – PROFISSIONAIS DE APOIO PEDAGÓGICO**ESPECIALISTAS EM ADMINISTRAÇÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 40 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	1.851,84	1.907,38	1.964,60	2.023,52	2.084,22	2.146,74	2.211,14	2.277,46	2.345,78	2.416,14

TABELA II A – Profissionais de Apoio Administrativo

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 44 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	1.250,00	1.287,50	1.326,12	1.365,90	1.406,88	1.449,09	1.492,56	1.537,34	1.583,46	1.630,96

TABELA II B – Profissionais de Apoio Educacional

Observação: Os valores têm como referência uma carga horária de 44 horas semanais.

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	990,95	1.020,68	1.051,30	1.082,84	1.115,33	1.148,79	1.183,25	1.218,75	1.255,31	1.292,97

TABELA III – TABELA DE ADICIONAIS POR ESPECIALIZAÇÃO OU TITULAÇÃO

Observação: Os adicionais serão sempre calculados sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo.

TIPO DE ADICIONAL	PERCENTUAL
Especialização	15%
Mestrado	30%
Doutorado	35%

Irineópolis (SC), 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO III – LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

PROFESSOR AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalha com clientela de diferentes faixas etárias, com predomínio de crianças e adolescentes, oriundas de comunidades com diferentes contextos culturais e sociais.

Atua em escolas de ensino da rede pública municipal, trabalhando em zonas urbanas e rurais, desenvolvendo suas atividades de forma individual ou em equipe, com supervisão ocasional, em locais próprios à atividade de ensino e em sala de aula.

Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes de ensino emanadas do órgão competente. Participa das atividades desenvolvidas pelo professor em sala de aula ou fora dela.

Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular e as diretrizes de ensino.

Mantém-se integrado com o professor e a criança.

Participa ativamente do processo de integração da unidade escolar, família e comunidade.

Participa das reuniões pedagógicas e de grupos de estudo na unidade educativa ou fora dela.

Segue orientação da supervisão da unidade educativa.

Auxilia na elaboração de materiais pedagógicos.

Promove ambiente de respeito mútuo e cooperação entre a criança e demais profissionais da unidade escolar, proporcionando cuidado e educação.

Atende as crianças respeitando a fase em que estão vivendo, interessando-se em atendê-la diante da proposta curricular vigente.

Atende as solicitações da criança, auxiliando-a na adaptação com os demais colegas, comunicando ao professor e ao supervisor anormalidades no processo educativo.

Realiza junto à criança hábitos de higiene e conhece o processo de desenvolvimento da criança.

Mantém-se atualizado através de leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviço, seminários e outros eventos.

Comunica ao professor e ou direção situações que requeiram atenção especial.

Executa outras funções inerentes ao cargo de professor.

PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Mantém a sala de informática aberta e em funcionamento durante o seu horário de trabalho compatível com o funcionamento da escola, atendendo prioritariamente:

Turmas regulares de alunos com professores,

Cursos de capacitação promovidos ou autorizados pela SME;

Alunos, professores ou servidores individualmente;

Segue as orientações da SME estando sempre presente na sala de informática para acompanhar, orientar e auxiliar os trabalhos dos:

Professores em aula com turmas de alunos;

Alunos individualmente no contra turno;

Professores durante a hora atividade;

Outras atividades na sala de informática.

Zela e controla o patrimônio da sala de informática;

Executa pequenos reparos e configurações, realiza a supervisão e a fiscalização dos equipamentos para prestar a necessária orientação técnica e providencia a correção de falhas administrativas e de equipamentos, sob pena de responsabilidade;

Participa das capacitações propostas pela SME, estimula a participação dos professores e servidores da escola.

Mantém-se atualizado com leituras, realização de outros cursos pertinentes a sua área de atuação.

Articula junto à direção a organização de seminários e mini cursos para professores, servidores e alunos visando a socialização das experiências e a ampliação da cultura tecnológica, sem prejuízo ao andamento das aulas, em especial na hora atividade dos professores;

Propõe alternativas de melhoria, supervisão ou correção de eventuais desajustes detectados na sala de informática, juntamente com a direção da escola;

Participa da elaboração do Plano Político Pedagógico, da construção do currículo e de todas as atividades previstas no calendário escolar.

Registra e encaminha à equipe técnica da unidade escolar os problemas observados em relação ao uso e manutenção dos equipamentos.

Promove, organiza, assessora, participa, apoia e divulga eventos, congressos, cursos, mostras, feiras e outros na área de tecnologias da informação e da comunicação incentivando a participação e integração de toda a comunidade educativa.

Desenvolve atividades obedecendo ao mesmo calendário letivo da unidade escolar.

Executa outras funções inerentes ao cargo.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Conhece o Projeto Político-Pedagógico deste estabelecimento de ensino;

Cumprir a legislação em vigor e as instruções que regem o registro escolar do aluno e a vida legal deste estabelecimento de ensino;

Recebe, redige e expede a correspondência que lhe for confiada;

Organiza e mantém atualizado a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;

Efetiva e coordena as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;

Elabora relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;

Encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

Organiza e mantém atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;

Responsabiliza-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;

Mantém atualizado os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;

Organiza e mantém atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;

Atende a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento deste estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regime Escolar;

Zela pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

Orienta os professores quanto ao prazo de entrega do diário de classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;

Cumprir e faz cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e

regularização de vida escolar;
 Organiza o livro ponto de professores e funcionários.
 Comunica imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria deste estabelecimento;
 Participa de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
 Organiza a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular, Atividades Complementares; (adequar conforme oferta do estabelecimento);
 Fornece dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;
 Zela pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
 Mantém e promove relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
 Participa das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exerce as específicas da sua função.
 Executa outras funções inerentes ao cargo.

MONITOR DE CRECHE

Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da creche, atendendo ao avanço das tecnologias educacionais e as diretrizes de ensino emanadas do órgão competente.
 Acompanha as crianças em passeios, visitas e festividades sociais, procede, orienta e auxilia as crianças no que se refere à higiene pessoal.
 Desenvolve atividades pedagógicas relacionados ao sistema ensino-aprendizagem.
 Fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimento da criança, por intermédio de atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer no período complementar ao do ensino regular, através de jornada ampliada.
 Desenvolve atividades que visem o enriquecimento do universo informacional, cultural e artístico e o desenvolvimento da autoestima da criança.
 Estimula a mudança de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade.
 Auxilia a criança na alimentação, observando a saúde e o bem estar da mesma.
 Ministra medicamentos conforme prescrição médica, prestando primeiros socorros, cientificando o superior ou a família imediatamente da ocorrência.
 Apura a frequência diária e mensal das crianças.
 Fornece dados necessários dos alunos e da escola.
 Executa tarefas visando manter a limpeza e higiene do local de trabalho.
 Acompanha a criança no embarque e desembarque escolar.
 Executa outras tarefas correlatas.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Presta assessoria e consultoria técnica em assuntos técnico-pedagógicos e educacionais.
 Planeja, coordena e supervisiona as atividades de valorização e capacitação dos recursos humanos.
 Programa e coordena a elaboração do orçamento, bem como estuda e desenvolve técnicas relacionadas com planejamento.
 Zela pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos.
 Estuda, planeja, cria e desenvolve instrumentos necessários à avaliação do sistema educacional.
 Participa de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
 Participa, estuda e propõe aperfeiçoamento e adequação da

legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
 Realiza programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
 Participa na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
 Participa na execução de programas e projetos educacionais;
 Presta auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
 Desenvolve outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;
 Participa com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
 Auxilia na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
 Participa do planejamento curricular.
 Estuda, planeja, organiza e levanta as necessidades de informatização de serviços estatísticos educacionais.
 Auxilia na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
 Contribui para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
 Planeja programas e coordena atividades relacionadas com a organização de métodos racionais e simplificados de trabalho.
 Compromete-se com atendimento às reais necessidades escolares;
 Participa dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
 Contribui para o cumprimento do calendário escolar;
 Participa na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
 Administra e organiza os laboratórios existentes na escola;
 Auxilia na administração e organização das bibliotecas escolares;
 Executa outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

PROFESSOR DE MÚSICA

Ministra aulas teóricas e práticas de ensino de música em escolas de ensino da rede pública municipal, trabalhando em zonas urbanas e rurais.
 Trabalha com clientela de diferentes faixas etárias, com predomínio de crianças e adolescentes, oriundas de comunidades com diferentes contextos culturais e sociais.
 Promove a multiculturalidade musical.
 Planeja e executa o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes de ensino emanadas do órgão competente.
 Define operacionalmente, os objetivos do plano curricular, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares.
 Ministra aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional.
 Levanta e interpreta dados relativos à realidade de sua classe.
 Avalia o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos.
 Participa na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 Participa na elaboração do regimento escolar.
 Atualiza-se em sua área de conhecimento.
 Participa das reuniões pedagógicas e de grupos de estudo na unidade educativa ou fora dela.
 Participa de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata.
 Fornece dados e apresenta relatórios de suas atividades.
 Zela pela disciplina e pelo material docente.
 Executa outras funções inerentes ao cargo de professor.

Irineópolis (SC), 20 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 379/2013.

PORTARIA Nº 379/2013.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a contar de 15/10/2013, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, Nº 007/2013, instaurado através da Portaria nº 283/2013, de 15/08/2013, com alteração dada pela Portaria nº 315/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/10/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 18 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 381/2013

PORTARIA Nº 381/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS À SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a VALDIR MARAFIGO, servidor efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, portador da CNH Registro nº 03271853726, categoria AE, competência para dirigir os veículos oficiais de uso e propriedade da Municipalidade, quando no desempenho de atividades inerentes as suas funções.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 380/2013

PORTARIA Nº. 380/2013.

AUTORIZA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL EM CARÁTER NÃO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Autorizar a alteração da carga horária em caráter não efetivo do Contrato de Trabalho da Professora MARIA CELINA KEITTO, passando de 40 para 50 horas semanais, cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei, equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores ACTs do município.

Art 2º - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a partir de 04/11/2013 até 17/12/2013, para atuação com a disciplina de Língua Inglesa junto ao NE Pres. Adolfo Konder, em substituição a professora efetiva Jocelane M. Bobrovicz, em gozo de Licença Maternidade.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 218, de 19 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 218, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Implanta Projeto de Escola em Tempo Integral Rural e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e considerando a deliberação do Conselho Municipal de Educação;

Decreta:

Art. 1º Fica implantado o Projeto de Escola de Período Integral Rural na Escola Municipal Oscar Puhl, de Linha Sede Capela, do 1º ao 5º ano, que passa a ter a seguinte denominação: Escola Municipal Integral Rural Oscar Puhl.

Art. 2º As despesas com a implantação e manutenção do Projeto mencionado no artigo 1º deste Decreto correrá por conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Itapiranga - SC, 19 de novembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 221, de 21 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 221, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Desativa Escolas Municipais e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Sistema Municipal de Educação do Município de Itapiranga;

Decreta:

Art. 1º Ficam desativadas as seguintes escolas no município de Itapiranga SC:

I - Pré-Escola de Linha Dourado, criada através do Decreto nº 13, de 27 de abril de 1988;

II - Escola Municipal de Linha Dourado, criada através do Decreto nº 195, de 15 de dezembro de 1997;

III - Pré-Escola de Educação Infantil Pe. Libino Zeno Steffen, de Linha Conceição, criada através do Decreto nº 51, de 16 de março de 1992 e denominada pelo Decreto nº 198, de 18 de julho de 1995.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Itapiranga SC, 21 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Portaria Nº 238/2013

Portaria nº 238 de 20 de novembro de 2013

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 20 de novembro de 2013, José Antonio Saldanha Filho, matrícula nº 13592/02, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 528, classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 20 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 239/2013

PORTARIA Nº 239 de 21 de novembro de 2013.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias do servidor municipal Alberto Kolling, matrícula nº 14558/01, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, devendo o servidor retornar às suas atividades laborais no dia 21 de novembro de 2013.

Art. 2º - O saldo da Licença Prêmio que corresponde a cinco dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 21 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 240/2013

Portaria nº 240 de 21 de novembro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo;

RESOLVE:

Art.1º. Revogar a Portaria nº 232 de 05 de novembro de 2013, que concede complementação de aposentadoria ao Sr. Arsenio Kappaun.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 21 de novembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 241/2013

Portaria nº 241 de 21 de novembro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo;

RESOLVE:

Art.1º. Revogar a Portaria nº 233 de 05 de novembro de 2013, que concede complementação de aposentadoria ao Sr. Inácio Luis Welter.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 21 de novembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 242/2013

Portaria nº 242 de 21 de novembro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo;

RESOLVE:

Art.1º. Revogar a Portaria nº 235 de 05 de novembro de 2013, que concede complementação de aposentadoria ao Sr. Antenor Albano Pradella.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 21 de novembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 243/2013

PORTARIA Nº 243 de 22 de novembro de 2013.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Clénice dos Santos Becker, Liege E. Jurach, Elaine Kummer Mueller, Janaina Durk, Carlise Diel, Otília Elise Heinen, Elisabete Werlang, Janeti Tavares Spies, Neusa Maria Wiggers Muller, Lucia Klein, Marines Klein Reichert, Elenice Teresinha R. Henn, Maria Salete Andrade, Oliveta K. Bergmann, Metilde Bido Locatelli, Mechele Reis Welter, Fernanda Cristina Stahl, Tânia Rúbia R. Deters e Adrissa Arnhold, servidores públicos municipais, para atuarem como fiscais no dia 23 de novembro de 2013 na realização das provas do concurso público e processo seletivo, instalados através dos Editais nº 02/2013 e 03/2013.

Art. 25º - Esta Portaria entrará em vigor na data.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 22 de novembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 17/2013

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 22/11/2013 Horário: 08h:30min

Licitação /Modalidade CONVITE

PROCESSO Nº 017/2013

Nº 115/2013

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção de 54 (Cinquenta e quatro) gavetas, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Exatamente às 08h:30m, afim de julgar e analisar a proposta de preço da empresa habilitada: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09. Seguindo todos os procedimentos e aberto o envelope de proposta foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa Valor Total

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME

R\$ 45.329,30

Portanto a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME foi vencedora com o valor total de R\$ 45.329,30 (quarenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais e trinta centavos). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 46.403,10 (quarenta e seis mil quatrocentos e três reais e dez centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO

MEMBRO

Licitantes presentes:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME

OSMAR MEYER RIBEIRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 11/2013

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 22/11/2013 Horário início: 09h30min

Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO

PROCESSO Nº 011/2013



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Nº 114/2013

OBJETO:

Contratação de empresa para produção de material pedagógico e editoração (revisão e diagramação) aos professores de 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Ensino de acordo com a proposta curricular do município de Itapoá e com referenciais nacionais, conforme especificações constantes no Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios e Mural Público Municipal, no dia 06/11/2013 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
22/11/2013	338	08h:50m	INSTITUTO DE CONSULTORIA AUTONOMIA LTDA EPP	11.709.727/0001-69

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estavam de acordo com edital e portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa Valor

INSTITUTO DE CONSULTORIA AUTONOMIA LTDA EPP
R\$ 83.000,00

Portanto a empresa INSTITUTO DE CONSULTORIA AUTONOMIA LTDA EPP foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 83.398,67 (oitenta e três mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos). Ao ser consultado, o representante da respectiva empresa manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO
MEMBRO

Licitantes presentes:

INSTITUTO DE CONSULTORIA AUTONOMIA LTDA EPP JULIA ROPELATO
CNPJ/MF: 068.832.209-33

Extrato do Contrato Nº100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº100/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LEOTAN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.235.887/0001-49 e Inscrição Estadual: 9054942955, com sede à Rua Abel Scuissiato nº 2931, Vila Iara, CEP: 83.408-280, na cidade de Colombo - PR, representada neste ato pelo procurador, o Sr. ADELIR DA SILVA PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 448.114.039-91 e do CI.RG nº 3.356.293-4 PR.

Licitação: PREGÃO Nº 55/2013, PROCESSO N.º 107/2013

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de peças e serviços de mão de obra para recuperação do sistema de transmissão da motoniveladora Cartepillar - 140G, conforme especificações do Anexo V do edital.

VALOR R\$: 15.700,00 (Quinze mil e setecentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 22/11/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá seu prazo de vigência a iniciar dia 22/11/2013, e o término previsto para 31/12/2013.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de novembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 018/2013/ Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2013/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, o Pregoeiro e sua equipe de apoio através do Decreto Nº 011/2013 de 21 de Janeiro de 2013, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Fáveri, e de conformidade com as leis Nº 8.666/93 e Nº 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, Torna Público a realização de licitação no dia 06/12/2013 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (AMPLIAÇÃO DE METAS REFERENTE AO PRONAT - CONTRATO DE REPASSE Nº 0389670-27/2012 - CONVÊNIO Nº 772254/2012)". O Edital com seus Anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, 2º Andar, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 21 de Novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Joaçaba

PREFEITURA

Edital a Secretaria de Finanças.

EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DO AEROPORTO MUNICIPAL SANTA TEREZINHA, do exercício 2013, cujos valores encontram-se inscritos em Dívida Ativa.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA

Técnico de Administração

Código	Nome
37344	NHT LINHAS AÉREAS LTDA
37344	NHT LINHAS AÉREAS LTDA

Lei Nº 4.420 de 22 de Novembro de 2013.

LEI Nº 4.420 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional, na importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 19: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE 01: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Ativ. 2.006 Manutenção Fundo de Reequipamento do Corpo De Bombeiros

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 -4 Outras Desp.Correntes Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 -6 Outras Desp.Correntes Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita:

ORGÃO 19: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE 01: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Ativ. 1.008 Aquisição de Veículos - FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 -2 Outras Desp.Correntes Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 22 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.421 de 22 de Novembro de 2013.

LEI Nº 4.421 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.043 Manutenção de Prédios Públicos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.000000 - 231 R\$ 140.000,00

Art. 2º Os recursos para suplementar a dotação de que trata o artigo 1º desta Lei, será oriundo da anulação da dotação abaixo identificada, pertencente ao orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE:

ÓRGÃO 13 : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

Unidade orçamentária: 01 Fundação Municipal de Cultura e Esporte

Proj./Atividade: 1.044 Construção de Ginásio de Esportes no Bairro de Santa Tereza

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.000000 - 18 R\$ 140.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 22 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.457 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 4.457 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo, de que trata a Lei nº 2.872/02 e alterações na Lei nº 4.371/13, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS



ASSESSORIA DE TURISMO
JAIME TELLES - Titular
IRINEU MENEGHINI - Suplente

ASSESSORIA DE EVENTOS
JAIRO ANDRÉ DE SÁ JÚNIOR - Titular

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PAULO AFONSO RODRIGUES DA SILVA - Titular

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ANA PAULA FRANK - Titular
BÁRBARA BROLLO PÍCOLI - Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA,
IND. COM. TURISMO E INOVAÇÃO
DANTE FRANCISCO DAGOSTINI - Titular
LEONARDO POHL - Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
KÊNIA XAVIER FERREIRA - Titular
JAISON STRAPASSOLA - Suplente

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
MATHEUS NUNES - Titular
MARCELO CIEPIELEWSKI - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO OESTE CATARINENSE (ACIOC)
GUNTHER MÁRCIO MEYER - Titular
ELANDERSON CORREA - Suplente

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA (CDL)
MARCELO SANTOS - Titular
GILMAR MARCOS DE OLIVEIRA - Suplente

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE JOAÇABA E
HERVAL D' OESTE (LIESJHO)
SÉRGIO GIACOMETTI - Titular
NÍCIA NOGARA - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATOM ARTES PLÁSTICAS E PRODUTOS
CASEIROS ARTE JOAÇABA
LENITA MATOS DE SOUZA - Titular
ROSVITA DE OLIVEIRA ZAGONEL - Suplente

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MEIO OESTE CATARINENSE (SINDILOJAS)
JORGE RONALDO POHL - Titular
SOLANGE BARETTA MANDRYK - Suplente

SINDICATO DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES
DE JOAÇABA
AYRIMAR DOS SANTOS - Titular
SÉRGIO FAVRETTO - Suplente

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC)
CÉLIO ALVES DE OLIVEIRA - Titular
TÂNIA MARIA DOS SANTOS NODARI - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 21 de novembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.458 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 4.458 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003- Formação do Patrimônio do Servidor Público

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-39

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-40

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 2.063 - Contribuição Patronal PLASS-SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-41

Valor: R\$ 7.000,00

Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 21 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Edital a Secretaria de Finanças Notifica Todos Os Contribuintes Abaixo Arrolados, Bem Como Seus Representantes Legais, Sucessores e Responsáveis, Que **EDITAL**

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DO COMÉRCIO AMBULANTE, do exercício 2013, cujos valores encontram-se inscritos em Dívida Ativa.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013.

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA
Técnico de Administração

Código	Nome
40396	ERNESTO FERRANDIN DA SILVA
40396	ERNESTO FERRANDIN DA SILVA
40471	SONIA APARECIDA DA SILVA DE AVILA
40471	SONIA APARECIDA DA SILVA DE AVILA
40471	SONIA APARECIDA DA SILVA DE AVILA
40471	SONIA APARECIDA DA SILVA DE AVILA

Editais da Secretaria de Finanças. EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito a MENSALIDADE PERMISSÃO SERVIÇO DE TÁXI, do exercício 2013, cujos valores encontram-se inscritos em Dívida Ativa.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013.
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA
Técnico de Administração

Código	Nome	Valor Lançamento R\$
47231	IVO RENATO DUTRA	9,24
47462	LUCIO FLAVIO PAIVA	9,24

Editais da Secretaria de Finanças. EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito aos SERVIÇOS AGRÍCOLAS, do exercício 2013, cujos valores encontram-se inscritos em Dívida Ativa.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013.
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA
Técnico de Administração

Código	Nome
35637	ANGELO CHIAROLLI
24714	ANTONIO DAROLD
24714	ANTONIO DAROLD
34300	ARMELINDO SCHNEIDER
47065	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO OESTE - AMO
48145	ATHALIBIO DE OLIVEIRA
12138	CLAUDIR ESTROVISPI
40576	CLAYTON CASANOVA
24430	DANILO PRONER
18134	DELSON CAMILO GAVASSO
36983	DIRLEY MARIN FILIPPINI
35401	DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL
5659	FRANCO MOTERLLE BOGONI
40692	GERALDO FRATTINI
27717	GILBERTO BRIDI
35686	HENRIQUE RICARDO SAGGIN
47602	IVETE ZIBETTI
18830	JOAO CARLOS BORDIN
38175	JOSE ADÃO VARELA
35438	JUARES CASTILHO DA SILVA
35438	JUARES CASTILHO DA SILVA
33312	JUVENAL DE MARCO
23195	JUVINO DE MARCO
12178	LUIZ VANILDO QUAIATTO
46239	MOACIR IZIDORO DA SILVA
33986	MOACIR JOSE COSTENARO
33220	MOTO CLUBE CAVALO DE AÇO
33220	MOTO CLUBE CAVALO DE AÇO
32871	NILSON BALDISSERA
32871	NILSON BALDISSERA
7690	ODARI LOPES RODRIGUES
29851	OSCAR DAVI BALBINOTE
29851	OSCAR DAVI BALBINOTE
29851	OSCAR DAVI BALBINOTE
32425	SAMUEL HUBER
32425	SAMUEL HUBER
24498	SAMUEL VIECELLI
47182	SIDIANI MACHADO
33289	SILVESTRE BARETTA
24477	ULIVAR GIOCONDO BRESOLIN
33322	VICENTE MARINELLO
26270	WANDERLEY MENEZHINI

Editais da Secretaria de Finanças. EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, do exercício 2013, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2014.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013.
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA
Técnico de Administração

Código	Nome
22272	BANCA REINO ENCANTADO LTDA
22272	BANCA REINO ENCANTADO LTDA
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME
37344	NHT LINHAS AÉREAS LTDA
37344	NHT LINHAS AÉREAS LTDA
36171	RESTAURANTE SABOR DA ESTAÇÃO LTDA ME
36171	RESTAURANTE SABOR DA ESTAÇÃO LTDA ME

Edital a Secretaria de Finanças. EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DA CASA MORTUÁRIA, do exercício 2013, cujos valores encontram-se inscritos em Dívida Ativa.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 21/11/2013 à 21/12/2013.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 19/11/2013. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 20 de novembro de 2013.
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA
Técnico de Administração

Código	Nome
47231	IVO RENATO DUTRA
47462	LUCIO FLAVIO PAIVA
44900	LUIZ FERNANDO VACCARI
38527	THIAGO RODRIGUES GALVÃO

SIMAE

Pregão Presencial JHL 0047/2013 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0065/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0047/2013
PROTOCOLO JHL 3286/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0047/2013 - Licitação 0065/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços para Cloro Gás, Coagulante Inorgânico Catiônico Pré-Polimerizado à base de Policloreto de Alumínio, Ácido Fluossilícico, Cal Hidratada e Solução Aquosa de Hipoclorito de Sódio a serem utilizados no tratamento de água, pelo SIMAE no

exercício de 2014.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 06/12/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 06/12/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/11/2013 a 06/12/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão Presencial JHL 0048/2013 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0066/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2013
PROTOCOLO JHL 3287/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0048/2013 - Licitação 0066/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica com equipamento hidráulico e com rompedor, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto, no exercício de 2014.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/12/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 05/12/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/11/2013 a 05/12/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 214/2012- 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2012 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - cep: 88.704-240.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas Orçamentárias/Quantitativas, copiados em CD, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução; fica prorrogado em mais 250 (duzentos e cinquenta dias);

2.2 Da sua vigência; fica prorrogado em mais 250 (duzentos e cinquenta dias).

Lages, 22 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 387/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 387/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: VANESSA BATISTA HANCKE - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 11.993.742/0001-81, com sede à Av. Caldas Junior, 1176 - Lages/SC - CEP:88.504.431.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos de Projeção de Imagens para Grandes Formatos (Projeção Mapeada - MAPPING 3D), para o Natal da Felicidade 2013, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato, e autorização de fornecimento nº 406/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

21/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E RECURSOS

Os serviços, objeto desta contratação, serão adquiridos com recursos provenientes da conta: Manutenção do Gabinete do Turismo, Código de Despesa nº 160 e Elemento de Despesa nº 33903026, ano base 2013. Fonte Recurso: União. R\$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais).

Lages, 21 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Edital de Pregao Nº34/2013 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº34/2013 - FMS

PROCESSO Nº45/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 05 de Dezembro de 2013 às 14h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber proposta para aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de novembro de 2013.

ALAN JUNG CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Edital de Pregao Nº76/2013 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº76/2013 - PMLM

PROCESSO Nº99/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 05 de dezembro de 2013 às 10h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de moveis para a Secretaria de Assistência Social do Município de Lauro Muller . O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de Novembro de 2013.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Classificação Final Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2013

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

Após julgamento dos recursos a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013, torna público a classificação geral dos candidatos:

ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO

CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO,

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marcia Helena da Silva Fernandes	46
2º	Elizabete Jorge	46
3º	Enrica Aparecida Silva e Silva	46
4º	Luciane Vicente	43
5º	Ana Regina Gertrudes de Carvalho	43
6º	Inês do Livramento Spricigo	43
7º	Denise Leticia Fontanella Losso	43
8º	Terezinha Fontanela Felizardo	40
9º	Iones das Graças Velho	40
10º	Cinara dos Santos	40
11º	Vanderléia Batista Velho	40
12º	Ana Maria Nesi	40
13º	Marilene Izidoro Honorato do Nascimento	40
14º	Ivone Soligo Machado	40
15º	Jucelane Velho Gomes	40
16º	Eva Aparecida Citadin	37
17º	Débora Cristina Bittencourt Tournier	37
18º	Janaina Vieira	35
19º	Carla de Fátima Bez Batti	34
20º	Aline Riguetto Tasca	34
21º	Mirian Teixeira Zanini	34
22º	Andresa Gonçalves Martins Coan	31
23º	Daiane da Silva Redivo Mazon	31
24º	Alessandra Antunes do Livramento	31
25º	Solange Warmeling Moraes da Luz	31
26º	Rosinete Aparecida Bagio Fernandes	31
27º	Denise de Souza Cassão	31
28º	Adriana Amaral Santos de Souza	31
29º	Leila Aparecida Rosa de Souza	31
30º	Maria Eloisa Vicente	31
31º	Fabiana Da Silva	31
32º	Camila Machado	31

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO		
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
33º	Thaise Liecheski Cardoso	30
34º	Rosinara Flor Citadim	30
35º	Claudia Citadim	28
36º	Grasiele Piat	28
37º	Juliana Pinheiro de Assunção	28
38º	Terezinha Carboni Fontanela	28
39º	Mariléia Machado de Souza	28
40º	Ingrid de Souza Paganini	28
41º	Maritsa Tounier Tavares	28
42º	Raquel Carminatti	28
43º	Julia Nazaro	28
44º	Luana Possoli	28
45º	Camila Salvador	28
46º	Andreia Doris Tancredo Benedet	28
47º	Gerusa de Oliveira Betta	28
48º	Debora de Oliveira Spindola	25
49º	Edna Carboni	25
50º	Deise Cardoso	25
51º	Alessandra Schug	25
52º	Fernando Campos Lima	22
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO		
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Jucemar Isabel Rossi Gabriel	34
2º	Marcia Carboni	26
3º	Camila Ramos Cardoso da Silva	25
4º	Elisiane Velho	23
5º	Elanea de Araujo	20
6º	Juliana Spindola Maximiano	17
7º	Rosilda da Silva Antunes Acorde	17
8º	Paulo Cesar Joaquim de Carvalho	16
9º	Eluciane Aparecida Polidoro	16
10º	Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	13
11º	Mabel Gomes Mota	13
12º	Vanderlei José Fleck	10
13º	Adriana Demarck	10
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO		
CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marieli Mutini	21
2º	Michelle Mouro Danielski da Luz	18
3º	Giseli Miguel	15
4º	Caciana Espindola da Silva	15
5º	Marina Meis	15
6º	Cristiane de Oliveira Novaski	15
7º	Lia Betim do Prado Salvador	15
8º	Taise de Jesus Ferreira Damasio	15
9º	Karini Ramos Cardoso da Silva	14
10º	Giselle da Silva Costa	14
11º	Jucenara Bernadino da Rosa	13
12º	Luciana Mattos	13
13º	Daiani dos Santos	13
14º	Tânia da Silva Machado	13
15º	Gisele Fernandes Madeira	13
16º	Ludmar Floriano	13
17º	Helen Tanise Piuco Antunes	13

18º	Tiane Fenili Monteiro	13
19º	Morgana Heinzen	13
20º	Valdirene Alves Espindola	12
21º	Samara da Silva	12
22º	Schirlei Schimitz de Oliveira Pereira	11
23º	Jucemara Felisbino	10
24º	Eduarda Miranda Machado	09
25º	Monik Rodrigues dos Santos	09
26º	Maria Aparecida Warmeling	09
27º	Priscila Cândido	08
28º	Roseli Elias Pacheco	08
29º	Jessica Cristina Nazaro	08
30º	Micheli Padilha	07
31º	Jéssica Marques da Luz	07
32º	Juçara Aparecida Silveira	06
33º	Roberta Campos dos Santos	06
34º	Lucilene Mendes Borges	06
35º	Lidiani Mendes Borges	06

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
CANDIDATO COM MAGISTÉRIO ANOS INICIAIS		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Carine Nesi Buratte	13

AUXILIAR - ANOS INICIAS		
CANDIDATO COM MAGISTÉRIO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Leila Buratte	10
2º	Kelvin Pacheco Braz	10
3º	Eloise Silvano Paim	03
4º	Carolina Durante	03
5º	Gislaine De Fatima Padilha	03
6º	Josiane Pacheco	03
7º	Lais Rosa	03
8º	Maria Rosângela J. Adão	03
9º	Edilene de Souza	03
10º	Giovana Giordane	03
11º	Mariana Possamai Della Colle	03

AUXILIAR - ANOS INICIAS		
CANDIDATO CURSANDO MAGISTÉRIO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Rita de Cássia Nowaski	08
2º	Ruan dos Santos	05
3º	Deise da Silva Teixeira	01
4º	Camila Bruck Velho	01
5º	Weliton Vicente	01
6º	Alana Pereira	01

AUXILIAR - ANOS INICIAS		
CANDIDATO NÃO HABILITADO - ENSINO MÉDIO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Juçara Aparecida Silveira	-
2º	Cleusa Luciano Cardoso	-
3º	Evelin Beltrame	-
4º	Bruna Machado	-

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014		
EDUCAÇÃO INFANTIL		
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marivalda Hoffman	46
2º	Luciane Vicente	43

3º	Ana Regina Gertrudes de Carvalho	43
4º	Inês do Livramento Spricigo	43
5º	Denise Letícia Fontanella Losso	43
6º	Terezinha Fontanella Felizardo	40
7º	Íones das Graças Velho	40
8º	Cinara dos Santos	40
9º	Vanderléia Batista velho	40
10º	Ana Maria Nesi	40
11º	Marilene F. H. do Nascimento	40
12º	Ivone Soligo Machado	40
13º	Juscelane Velho Gomes	40
14º	Eva Aparecida Citadin	37
15º	Débora Cristina Bittencourt Tournier	37
16º	Janaina Vieira	35
17º	Carla de Fátima Bez Batti	34
18º	Aline Riguetto Tasca	34
19º	Fabiana Amaral Santos Guimarães	31
20º	Andresa Gonçalves Martins Coan	31
21º	Daiane da Silva Redivo Mazon	31
22º	Alessandra Antunes do Livramento	31
23º	Solange Warmeling Moraes da Luz	31
24º	Denise de Souza Cassão	31
25º	Adriana Amaral Santos Garlini	31
26º	Fabiana da Silva	31
27º	Thayse Liecheski Cardoso	30
28º	Grasiele Piat	28
29º	Juliana Pinheiro da Silva Assunção	28
30º	Mariléia Machado de Souza	28
31º	Ingrid Jéssica de Souza Paganini	28

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
32º	Júlia Nazário	28
33º	Luana Possoli	28
34º	Camila Salvador	28
35º	Andréia Dóris Tancredo Benedet	28
36º	Jerusa de Oliveira Betta	28
37º	Débora de Oliveira Espindola	25
38º	Edna Carboni	25
39º	Denise Cardoso	25
40º	Leila Buratte	25
41º	Alessandra Schug	25
42º	Fernando Campos Lima	22

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO COM GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marcia Carboni	26
2º	Camila Ramos Cardoso	25
3º	Elisiane Velho	23
4º	Elanea de Araujo	20
5º	Maria Luiza Cordeiro	17
6º	Juliana Spindola Maximiano	17
7º	Juselda da Cunha Campos	16
8º	Eluciane Aparecida Polidoro	16
9º	Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	13
10º	Mabel Gomes Mota	13
11º	Vanderlei José Fleck	10
12º	Adriana Demarck	10

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marieli Mutini	21
2º	Maria de Lurdes Ribeiro Cesconeto	19
3º	Fabiani Jorge	19
4º	Michelle Mouro Danielski da Luz	18
5º	Vanessa Zanellato	18
6º	Giseli Miguel	15
7º	Caciana Espindola da Silva	15
8º	Aline Pandini	15
9º	Marina Meis	15
10º	Cristiane de Oliveira Novaski	15
11º	Lia Betim do Prado Salvador	15
12º	Karini Ramos Cardoso da Silva	14
13º	Jaqueline da Silva Nezzi	14
14º	Giselle da Silva Costa	14
15º	Jucenara Bernadino da Rosa	13
16º	Luciana Mattos	13
17º	Tamirez Leal	13
18º	Daiane dos Santos	13
19º	Tania da Silva Machado	13
20º	Giseli Fernandes Madeira	13
21º	Kelen Tanise Piuco	13
22º	Ludmar Floriano	13
23º	Taine Fenili Monteiro	13
24º	Karini Comelli Pacheco	13
25º	Morgana Heinzen	13
26º	Valdirene Alves Espindola	12
27º	Samara da Silva	12
28º	Schirlei Schmitz de Oliveira Pereira	11
29º	Jaqueline Siberino	10
30º	Jucimara Felisbino	10
31º	Angela Rita Fontanella	10
32º	Monik Rodrigues dos Santos	09
33º	Maria Aparecida Warmeling	09

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
34º	Eduarda Miranda Machado	09
35º	Samanta Souza Tavares	09
36º	Priscila Candido	08
37º	Roseli Elias Pacheco	08
38º	Jessica Cristina Nazaro	08
39º	Michele Padilha	07
40º	Jéssica Marques de Luz	07
41º	Roberta Campos dos Santos	06
42º	Lucilene Mendes Borges	06
43º	Daniela Beltrame	06
44º	Lidiane Mendes	06
45º	Flaviane Goulart Camilo	06
46º	Daniela Beltrame	06
47º	Izadora dos Santos	06
48º	Daniela da Silva Leandro	03

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

AUXILIAR - EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO COM MAGISTÉRIO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Maria Inês Gestrudes Mariot	31
2º	Vanda Nory	19

3º	Fabiane Jarge	19
4º	Aline Pandini	10
5º	Jaqueline Siberino	10
6º	Lizandra Josiane de J. Padilha	10
7º	Angela Rita Fontanella Tezza	10
8º	Tamirez leal	10
9º	Samanta Souza Tavares	09
10º	Giseli Paz	08
11º	Farley Eduarda Alves Da Silva	06
12º	Carolina Durante	03
13º	Eloise Silvano Paim	03
14º	Gislaine de Fatima Padilha	03
15º	Lais da Rosa	03
16º	Maria Rosangela Justi Adão	03
17º	Edilene de Souza	03
18º	Flaviane Goulart Camilo	03
19º	Giovana Giordani	03
20º	Josiane Pacheco	03
21º	Mariana Possamai Della Colle	03

AUXILIAR - EDUCAÇÃO INFANTIL**CANDIDATO CURSANDO MAGISTÉRIO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Rita de Cássia Nowaski	07
2º	Ruan dos Santos Figueredo	05
3º	Deise da Silva Teixeira	01
4º	Paula Ariele Pacheco	01
5º	Bruna Machado	01
6º	Bruna Adriele Marcos	01
7º	Camila Bruch	01
8º	Weliton Vicente	01
9º	Alana Pereira	01

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**AUXILIAR - EDUCAÇÃO INFANTIL****CANDIDATO NÃO HABILITADO - CURSANDO PEDAGOGIA**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Vanessa Zanelatto	18
2º	Jaqueline da Silva Nezzi	08
3º	Priscila Candido	08
4º	Karini Comelli Pacheco	07
5º	Daniela Beltrame	06

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**AUXILIAR - EDUCAÇÃO INFANTIL****CANDIDATO NÃO HABILITADO - EDUCAÇÃO GERAL**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cleusa Luciano Cardoso	03
2º	Evelin Beltrame	03
3º	Lucia de Fátima Ferreira Angelo	03

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**CANDIDATO - EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Naiara Gonçalves Medeiros	15

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014****ANOS FINAIS - MATEMÁTICA****ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Helen Cristina Machado Buratte	25
2º	Claudia Citadin	24
3º	Rosimere da Rosa Mendes Locatelli	24

4º	Gisele Paz	20
----	------------	----

ANOS FINAIS - MATEMÁTICA**CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Carine Nesi Buratte	20

ANOS FINAIS - MATEMÁTICA**CANDIDATOS HABILITADOS EM ÁREAS AFIM COM ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Maria Aparecida Hoffmann	43
2º	Regiane Schimitz de Bittencourt	40
3º	Carla Sabrina da Silva	23

ANOS FINAIS - MATEMÁTICA**NÃO HABILITADO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Francieli Candido	08

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**ANOS FINAIS - CIÊNCIAS****ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Grecy Izidoro Jung	37
2º	Leila Aparecida Rosa de Souza	31
3º	Ieda Maria Custódio	22

ANOS FINAIS - CIÊNCIAS**CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Carla Sabrina da Silva	23
2º	Aline Mayara Farias Rodrigues	10

ANOS FINAIS - CIÊNCIAS**CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Franciele Candido	08
2º	Lúcia de Fátima Ferreira Ângelo	07
3º	Ema Marchioli dos Santos	06

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA****ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cheila Chagas Vicente Lole	34
2º	Lucas Luciano Medeiros	31
3º	Mádiça Debiasi Felisbino da Silva	31
4º	Claudia Antunes Cardoso	31

ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA**CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Samara Madeira Tavares	13

ANOS FINAIS - INGLÊS**ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cheila Chagas Vicente Lole	34
2º	Lucas Luciano Medeiros	31
3º	Mádiça Debiasi Felisbino da Silva	31
4º	Claudia Antunes Cardoso	31

ANOS FINAIS - INGLÊS**CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Samara Madeira Tavares	13

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS FINAIS - ARTES		
ESPECIALIZAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Susiléia Benedet Della Giustina	34
2º	Sonia Maria Rossi	33
3º	Ester Antunes Ferreira	25
ANOS FINAIS - ARTES		
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO		
1º	Maria Lúcia Dias Mendes	25
2º	Rosilda da Silva Antunes Acordi	17
3º	Juselda da Cunha Campos	16
ANOS FINAIS - ARTES		
CANDIDATO CURSANDO		
1º	Renata dos Santos	15
2º	Naiara Gonçalves Medeiros	15
3º	Simone de Oliveira Fontanella	14
4º	Crislei Getner Nava	14
5º	Tamiris Tasca	13
6º	Farley Eduarda Alves da Silva	06
7º	Vitória Maria Jorge	06
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS FINAIS - ENSINO RELIGIOSO		
ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Roseli de Lima da Silva	30
2º	Fabio Dias Silveira	15
ANOS FINAIS - ENSINO RELIGIOSO NÃO HABILITADO COM		
ESPECIALIZAÇÃO EM OUTRA ÁREA		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Greicy Izidoro Jung	37
2º	Gislaine Alves Espindola	24
3º	Helen Cristina Machado Buratte	22
4º	Silvia Borges Berto	15
5º	Raiany Ceccone Pescador	08
6º	Juliane Bartociaki Pacheco	06
7º	Marcele Barbosa Machado	05
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS FINAIS - GEOGRAFIA		
ESPECIALIZAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Angela Maria Fernandes Ronchi	39
2º	Gislaine Alves Espindola	24
3º	Vania Ruza Tornier Aguiar	22
ANOS FINAIS - GEOGRAFIA		
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Angela Maria Campos de Lima	24
ANOS FINAIS - GEOGRAFIA		
CANDIDATO CURSANDO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Lizandra Josiani	15
2º	Silvia Borges Berto	15
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS FINAIS - HISTÓRIA		
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO		

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Kelvin Pacheco Braz	17
2º	Paulo César Joaquim de Carvalho	16
3º	Paula Rossi Gabriel	13
ANOS FINAIS - HISTÓRIA		
CANDIDATO CURSANDO		
Classificação	Candidato	Pontuação
4º	Raiâny Ceccone Pescador	08
5º	Sebastião Nascimento Melo	06
6º	Juliane Bartociaki Pacheco	06
ANOS FINAIS - HISTÓRIA		
NÃO HABILITADO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Fabio Dias Silveira	08
2º	Marcele Barbosa Machado	05
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA		
ESPECIALIZAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Estela Mara Aires Martins	46
2º	Edmundo Volnei Bernadino	39
3º	Samira da Silva	28
4º	Marilia de Brida Fontanella	25
5º	Samuel Mariot de Olivério	25
6º	Sibele Querino Nazaro	24
7º	Paula Silveira	22
ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA		
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Roseli de Lima da Silva	25
2º	Samir Riguette	17
3º	Henrique Silvestre	13
4º	Angelica Tenfen de Moraes	10
ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA		
CANDIDATO CURSANDO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Lucimar Mayer de Oliveira Serafim	16
2º	Daniel dos Santos Prestes	08
3º	Raphael Riguette Rotta	08
4º	Giulia Giordani	08
5º	Walter Hammerschmidt Junior	08
6º	Micheli dos Santos	08
7º	Cristina Leal do Nascimento	06
8º	Emanuel Araujo Bez	06
9º	Izadora dos Santos	06
CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO		
CANDIDATO AUXILIAR ADMINISTRATIVO		
Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Laércio Mello	-
2º	Regiane Schitz de Bittencourt	-
3º	Rosangela Rosa França	-
4º	Ema Marchioli dos Santos	-
5º	Vanderléia Felisbino	-
6º	Roseli da Cruz Luciano	-
7º	Denise Alves de Oliveira	-
8º	Ataíse Mendes	-
9º	Edson Mazzuco	-
10º	Viviane Costa Daniel	-

11º	Sabrina Silva da Rosa Cândido	-
12º	Paloma Benedet	-
13º	Sônia Maria Rossi	-
14º	Rosana Ruzza Tournier	-
15º	Elizabete Jorge	-
16º	Vania Ruzza Tournier Aguiar	-
17º	Vanda Nory	-
18º	Maria Aparecida Hoffmann	-
19º	Rostenne Guimarães Costa Gomes	-
20º	Tamiris Tasca	-
21º	Angelo de Oliveira Rodrigues	-
22º	Bruna Correa	-
23º	Paula Arielli Pacheco	-
24º	Bruna Andrieli Marcos	-
25º	Raquel Cristina da Silva	-

Lauro Müller, 21 de novembro de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA

Presidente da Comissão

SOLICITAÇÃO DE RECURSO

Alessandra Antunes do Livramento

Andresa Gonçalves Martins

Carine Nesi Buratte

Carla Sabrina da Silva

Elizabete Jorge

Eva Aparecida Citadin Benedet

Graziele Piat

Helen Cristina Machado Buratte

Jerusa O. Betta

Maria Aparecida Pacheco Hoffmann

Maria de Lurdes Cesconeto

Marit Tournier Tavares

Marivalda Hoffmann Cruz

Regiane Schmitz de Bittencourt

Rosinete Aparecida Bagio Fernandes

Samara da Silva

Samanta Souza Tavares

Tamires Leal

Vanessa Zanelatto

Lebon Régis

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 081/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2013, de 18 de novembro de 2013.
"ALTERA O ART.88 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2010"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Artigo 88 da Lei Complementar 068/2010 de 25 de novembro de 2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.88. Para efeito desta Lei, a infraestrutura básica será composta por:

I - Vias de circulação abertas, com meio fio, sarjetas e pavimentação;

[]

§ 1º A solução a que se refere o inciso IV deste artigo deve conectar-se à rede de esgoto sanitário nas áreas onde esta estiver disponível.

§ 2º A pavimentação a que se refere o inciso I deste artigo deverá ser efetuada com asfalto, paralelepípedos ou lajotas, conforme o projeto a ser apresentado pelo requerente e aprovado pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis - SC, 18 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1445/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1445/2013, 13 de novembro de 2013.

"Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD no âmbito do Município de Lebon Régis e dá outras providências"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Lebon Régis o "Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD", a ser desenvolvido na rede de ensino público no Município de Lebon Régis e nas entidades interessadas, bem como em forma de orientação para pais, mediante a realização de ações preventivas e cooperativas entre a Polícia Militar, Município e demais entes envolvidas no Programa.

Art. 2º. O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, constituindo-se em tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e parâmetros curriculares nacionais, conforme o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. As escolas e entidades interessadas em participar do PROERD comporão um cadastro organizado pela Polícia Militar.

Art. 3º. O PROERD terá como ação preponderante a prevenção, através de metodologia de ensino baseada nas seguintes diretrizes:

- I - Desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;
- II - Desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes das redes públicas de ensino de Lebon Régis;
- III - Desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental do usuário;
- IV - Desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes da dependência química e a criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, ao uso de drogas;

V - Orientação das crianças, adolescentes e familiares a cerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas; e

VI - Desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes e palestras, que atenderá política da Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. As atividades inseridas neste artigo poderão ser direcionadas à capacitação dos pais dos alunos da rede de ensino público, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4º. Para implementação e execução do PROERD fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, temos de co-
operação técnica, entre outros

meios de parceria, com a Polícia Militar ou outras entidades, que terá como objetivo primordial a destinação de recursos e de custeio para divulgação, operacionalização das ações, aquisição de material didático e remuneração do(s) Instrutor do PROERD.

Parágrafo único. Os recursos tratados neste artigo poderão ser direcionados ao PROERD na respectiva Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito no orçamento vigente para implementação e execução do Programa.

Art. 5º. A Polícia Militar, para implementação do PROERD, poderá receber recursos de custeio próprios para o desenvolvimento essencial de suas atividades, o que será objeto de regulamentação pela Corporação.

Art. 6º. O pessoal necessário para implementação e execução do PROERD será do quadro de efetivos da Polícia Militar.

Parágrafo único. A participação do efetivo no PROERD é matéria a ser regulamentada pela Polícia Militar.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

PROJETO DE LEI N.027 /2013

ANEXO I

MINUTA DE CONVÊNIO A SER CELEBRADO COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, visando ajuda de custo para o Policial Militar que se dedicar exclusivamente ao Programa PROERD no âmbito do Município de Lebon Régis.

Aos dias do mês de , o MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, doravante denominado MUNICÍPIO, com sede na Rua Artur Barth, nº 300, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.310/0001-88, neste ato representado pelo Exmo Sr. Ludovino Labas, inscrito no CPF sob o nº 568.368.309-25 e RG nº 1.335.780-8, Prefeito Municipal, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada PMSC, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita

no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Tenente Coronel Comandante da Guarnição Especial de Curitiba Exmo. Sr. Luiz Antonio Veiga Berkert amparados na Lei Municipal nº de de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios em , resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a implementação e execução do PROERD no âmbito do Município de Lebon Régis, a ser a realizado pela Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - À PMSC:

I - Dispor de um instrutor, devidamente capacitado e com o perfil condizente ao do Programa;

II - Cumprir rigorosamente todos os artigos da Lei Municipal nº

III - Prestar Contas dos recursos recebidos, nos termos da legislação vigente.

b) Ao Município:

I - Depositar a importância prevista na Cláusula Quarta deste termo mensalmente, em conta vinculada do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha;

II - Prestar contas dos recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar ou quem por ele designado.

CLÁUSULA QUARTA - BONIFICAÇÃO INSTRUTOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para bonificação do Policial Militar instrutor do PROERD no âmbito do Município de Lebon Régis será repassado mensalmente pelo Município a Polícia Militar o valor equivalente ao vencimento de 20(vinte) horas de professor público municipal em início de carreira, sem prejuízo dos recursos recebidos da Instituição Policial Militar, dos quais serão repassados conforme o calendário letivo da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá a validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria jurídica nos termos da LEI.

Lebon Régis - SC, de de 2013.

Prefeito Municipal

Comandante da Polícia Militar

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Lei Municipal Nº 1446/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1446/2013, 18 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Conselho Municipal da Alimentação Escolar, o CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento será composto da seguinte forma:

I - Um representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - Um representante indicado pelo Poder Legislativo Municipal;

III - Dois representantes de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pela Secretaria de Educação a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim e registrado em ata;

IV - Dois representantes das APP (associação de Pais e Professores) e Conselhos Deliberativos, Grêmios Estudantis, indicados pelos representantes legais escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim.

V - Dois representantes indicados por entidades civis organizadas escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim e registrados em ata.

VI - Um representante indicado pela Associação dos Estudantes Universitários de Lebon Régis, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim e registrados em ata.

§ 1º Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos.

§ 2º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve permanecer a categoria dos docentes.

§ 3º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do Inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um das entidades referidas no inciso.

§ 4º Os membros terão mandato de quatro de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação de seus respectivos segmentos.

§ 5º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes e trabalhadores na área de educação deverão realizar reunião, convocada especificamente para este fim e devidamente registrada em ata.

§ 6º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesa das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

§ 7º A nomeação dos membros do CAE deverão ser feita por Portaria ou Decreto Executivo, de acordo com a Constituição dos Estados e as Leis orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observando as disposições previstas neste artigo.

§ 8º Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do cadastro disponível no portal do FNDE www.fnde.gov.br e, no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos III, IV, V e VI deste artigo e a Portaria ou o Decreto de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente do Conselho.

§ 9º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão

ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 10º O CAE terá um Presidente e um Vice-Presidente eleito dentre os membros titulares, por no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente votada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva; e

§ 11º O Presidente e/ou Vice-Presidente poderá(ao) ser destituído(s) em conformidade com o disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

§ 12º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado; e

III - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 13º Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro deverá ser encaminhada do FNDE pela Secretaria Municipal de Educação de Lebon Régis.

§ 14º Nas situações previstas nos §§ 10 e 11, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do Cargo, mantida a exigência de nomeação por portaria ou decreto do Executivo Municipal

§ 15º No caso de substituição de Conselheiro do CAE, na forma do § 12, o período do seu mandato será complementar ao que foi substituído.

§ 16 Os representantes descritos nos incisos I e II, obrigatoriamente deverão ser servidores efetivos e estáveis e não estejam ocupando cargos comissionados ou percebendo função gratificada.

§ 17 Os representantes descritos nos incisos III e IV em sendo docentes, obrigatoriamente deverão ser servidores efetivos estáveis e não estejam ocupando cargos comissionados ou percebendo função gratificada.

§ 18 Os representantes descritos nos incisos III e IV obrigatoriamente deverão representar as seguintes unidades educacionais : Escola Municipal Núcleo Rio Doce, Escola Municipal Nossa Senhora de Lurdes, dos Centros de Educação Infantil Municipal e das Escolas Municipais localizadas no interior, não podendo ter repetição de membro da mesma instituição de ensino.

§ 19 É vedada a nomeação como representante que possuem parentesco em até 3º grau com Prefeito Municipal, com o Vice-Prefeito, com os Secretários Municipais e com os Vereadores.

§ 20 É vedada qualquer tipo de renumeração aos membros nomeados para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1.037/2009 e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 092/2013

DECRETO Nº. 0092/2013 de 25 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE CONVENIO Nº. 003080/2013 CELEBRADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR E O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-PROCESSO Nº SDR 101482/2013.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 13, da Lei Municipal nº 1411 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$. 100.005,27 (cem mil, cinco reais, vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0012	1045	4490	00.01.0022	100.005,27

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso: 01.0022 por conta do convenio nº Nº. 003080/2013.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 095/2013

DECRETO Nº. 95/2013, de 08 de Novembro de 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 407.000,00 (quatrocentos e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2041	4490	71	407.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDuso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0071	407.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 576/2013

PORTARIA Nº 576 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VOLNEI ALVES DE MORAES, para exercer o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria de Educação, cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/11/2013, ficando sua vaga vinculada a licença de Cristian Passos Pinheiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 20 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 577/2013

PORTARIA Nº 577 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ADENILSON DE FREITAS NORONHA, para exercer o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 16/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 20 de novembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 578/203

PORTARIA Nº 578 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR MORTE, JOSE ADELMIR PINTO, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 19/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 21 de novembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 088/2013

DECRETO N.º 088, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com Lei Municipal n.º 1004, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica a suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	26.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	26.200,00
Função	10	Saúde	26.200,00

Sub-Função	301	Atenção Básica	26.200,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	26.200,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	26.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	26.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	26.200,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	26.200,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	26.200,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			26.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.000,00
Função	10	Saúde	5.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	5.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.020	Aquisição de Veículo - Saúde	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	5.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.000,00
Função	10	Saúde	5.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	5.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.040	Construção de Unidade Sanitária	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	5.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	4.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.200,00
Função	10	Saúde	4.200,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	4.200,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	4.200,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	4.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.200,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.200,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	4.200,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.000,00
Função	10	Saúde	12.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	12.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.018	Vigilância em Saúde - Vig. Sanitária	12.00,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	12.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			26.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Novembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto Nº 089/2013

DECRETO Nº 089, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	10.000,00
Função	26	Transporte	10.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	10.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	10.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	10.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0044	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recurso.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
0.1.0044	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00
TOTAL DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Novembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1707

DECRETO Nº 1707 de 19 de novembro de 2013.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído às Atividades abaixo relacionadas:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de novembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Decreto 1709

DECRETO Nº 1709 de 20 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.076 de 05/12/12,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003 - Formação do Patrimônio do Servidor Público

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-39

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-40

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 2.063 - Contribuição Patronal PLASS-SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-41

Valor: R\$ 7.000,00

Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42

Valor: R\$ 40.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1710

DECRETO Nº 1710 de 20 de novembro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas na sua totalidade, na Atividade abaixo discriminada, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação - 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 6.461,27

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 13.777,45

TOTAL ANULADO R\$ 30.238,72

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 30.238,72

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.238,72

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

1º Ato de Apostilamento Arp FMS.032 e 035.13

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS. 0032 e 0035/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nºs FMS.0032/2013 e 0035/2013 de 16/09/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0047/2013, Pregão nº 0035/2013, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA e MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços nºs fms.0032 e 0035/2013 de 16/09/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0047/2013, Pregão nº 0035/2013, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.09 - Material Farmacológico

Elemento - 3.3.90.32.02 - Medicamentos

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 007

Reduzido: 020

Fonte 67 - Assistência Farmacêutica Básica - Recurso Federal e Recurso Estadual

Luzerna(SC), 14 de novembro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

Mafra

PREFEITURA

Processo Seletivo Simplificado N.º 003/2013 / Edital de Abertura de Inscrições

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2013
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE MAFRA, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público Simplificado para admissão membros do magistério em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Mafra para o ano letivo de 2014, através do Processo Seletivo □ Edital 003/213/SME, de acordo com as Leis Municipais nº 3795, de 04 de abril de 2012, Constituição Federal art 37, inciso IX e, Lei 3.008 de 15 de dezembro de 2005.

Capítulo I

1.0 DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line das 12 horas do dia 22/11 às 23h59min do dia 10/12/2013)	22/11/2013 a 10/12/2013
	Último dia para pagamento da taxa de inscrição de todos os candidatos.	11/12/2013
	Último dia para envio via sedex/ar da documentação para comprovação da habilitação exigida para o cargo.	11/12/2013
	Último dia para requerer isenção da taxa de inscrição.	29/11/2013
	Divulgação dos requerimentos deferidos e indeferidos de isenção	02/12/2013
	Recursos contra o indeferimento do pedido de isenção	03 e 04/12/2013
	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	10/12/2013
	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	17/12/2013
	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	18 e 19/12/2013
	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	20/12/2013
	Aplicação das provas escritas objetivas Local: Centro de Educação do Município de Mafra (CEMMA)	12/01/2014
	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde (www.iobv.com.br).	13/01/2014
	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	15 e 16/01/2014
	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde (www.iobv.com.br).	20/01/2014
	Divulgação da classificação preliminar prova escrita.	21/01/2014
	Recursos contra a classificação preliminar.	22 e 23/01/2014
	Classificação final de todos os candidatos.	27/01/2014
	Homologação final.	28/01/2014

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e do Instituto O Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II

2.0 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.

2.2. O Processo Seletivo destina-se à contratação em caráter temporário, para vagas que surgirem nas disciplinas elencadas no anexo I deste edital, no decorrer do ano letivo de 2014, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

2.3. O pessoal admitido mediante o presente Edital terá Regime Jurídico Administrativo, através de contrato temporário, podendo ser rescindido antecipadamente, conforme interesse do município e será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

2.4. A nomeação dos candidatos relacionados dentro do número de vagas temporárias deste certame atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Mafra, respeitada a ordem de classificação decrescente.

2.5. O Processo Seletivo terá validade para o ano letivo de 2014 a contar da publicação da homologação.

2.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.7. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

2.8. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de editais no mural Oficial da Prefeitura Municipal e site www.mafra.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br e seus extratos serão publicados em órgão oficial de publicação no Diário Oficial do Município - DOM e nos jornais locais.

Capítulo III

3.0 DOS CARGOS, VAGAS TEMPORÁRIAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. A descrição dos cargos, vagas temporárias e cadastro de reserva, remuneração, carga horária e outras informações sobre os cargos constam do anexo I deste edital.

3.2. As atribuições dos cargos encontram-se no Anexo II do presente edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo III.

3.3. São requisitos básicos que o candidato deverá comprovar quando da investidura em cargo ou emprego público junto à Prefeitura Municipal de Mafra:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) ter idade mínima de 18 anos;
- c) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- d) Apresentar os seguintes documentos
 - () Atestado médico admissional (o agendamento é de responsabilidade do contratado)
 - () carteira de trabalho (páginas c/ nº/foto e dados pessoais);
 - () comprovante de inscrição PIS/PASEP)
 - () quitação militar (sexo masculino);
 - () carteira de identidade;
 - () título de eleitor;
 - () certidão de quitação eleitoral(fórum do domicílio)

() certidão de crimes eleitorais (fórum do domicílio) ;
() CPF (aos isentos apresentar comprovante);
() certidão nascimento, se solteiro;
() certidão casamento, se casado;
() certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos , se for o caso;
() comprovante de residência, (conta luz, água ou telefone, recentes);
() comprovante de escolaridade/carteirinha dos conselhos/certificado, (inerente a cada cargo, conforme edital do concurso quando for o caso)
() carteira nacional de habilitação,(para o cargo de motorista/operador);
() 01 foto 3 x 4, recente;
() certidão de antecedentes criminais, fornecida pelo fórum do domicílio;
() declaração de bens (para isentos) ou do imposto de renda anual;
() declaração de não acumulação de cargos públicos;
e) declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.
f) abertura de conta no Banco Bradesco mediante autorização do setor de Recursos Humanos, (ou se já possuir informar o número, em caso de portabilidade comunicar o RH). Nota: a conta bancária não pode ser conjunta.

g) não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados de ausência;

h) Para os cargos de professor o candidato deverá comprovar no momento da contratação sua condição de habilitado ou não-habilitado.

3.3.1. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do cargo e neste Edital de Processo Seletivo.

3.3.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e àqueles exigidos em lei, perderá o direito à investidura no referido cargo.

Capítulo IV

4.0 DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada após completo conhecimento do edital, no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao inscrever-se o candidato poderá optar por apenas um dos cargos constantes do anexo I.

4.3. A inscrição só poderá ser efetuada via internet, no endereço eletrônico www.iobv.com.br, conforme período estabelecido no cronograma do Capítulo I deste edital.

4.4. Para realizar uma inscrição o candidato deve seguir os passos abaixo:

Acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br;

Ler atentamente o edital certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

Preencher o Requerimento de Inscrição com o cargo desejado e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

Imprimir e efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Banco do Brasil até a data do vencimento constante do boleto. (os pagamentos efetivados após a data de vencimento não serão considerados)

4.4.1. O valor da taxa de inscrição é de:

R\$ 30,00 (trinta reais) para todos os cargos;

4.5. ATENÇÃO! Após efetuar a inscrição o candidato deverá confirmar a escolaridade e habilitação exigida para o cargo devendo enviar até data constante do cronograma, através dos correios

sedex/ar, para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, seletivo Mafra 2013, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro –TAIÓ-SC CEP 89.190-000, os seguintes documentos:

a) Para os candidatos Habilitados, enviar cópia autenticada do certificado de graduação em Licenciatura Plena na disciplina/cargo em que se inscreveu.

b) Para os candidatos não-habilitados, enviar:

b1. Comprovante original ou autenticado da fase concluída ou a concluir, do curso superior de licenciatura plena compatível com a área ou disciplina de inscrição escolhida ou

b2. Comprovante autenticado de outro curso superior com respectivo histórico escolar, onde conste a área ou disciplina da inscrição escolhida, com carga horária mínima de 80 horas.

4.5.1. O candidato que não comprovar sua escolaridade/habilitação terá a inscrição indeferida.

4.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.7. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Processo Seletivo.

4.8. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e não pode ser alterado. Eventual mudança de endereço ou telefone deverá ser comunicado ao IOBV até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para o seguinte endereço: mafra2013@iobv.com.br. As alterações de endereço ou telefone, após a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura Municipal de Mafra.

4.9. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido quando da inscrição, no endereço eletrônico www.iobv.com.br. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área do candidato.

4.10. Transcorridas 48 (quarenta e oito horas) após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto O Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.11. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.11.1. Não serão aceitos como comprovantes de pagamentos os agendamentos realizados via internet ou caixa eletrônico, onde não se mostre comprovada a efetiva quitação até a data de pagamento limite.

4.11.2. Uma vez efetivada a inscrição, em hipótese nenhuma haverá alteração de cargo.

4.12. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente, efetivamente paga.

4.13. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.14. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo. Assim sendo, o candidato antes de efetuar o pagamento da inscrição deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo desejado.

4.15. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Mafra não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de

comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

4.16. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4.17. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.com.br e www.mafra.sc.gov.br.

4.18. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.com.br, onde estarão indicados o nome do candidato, o número da inscrição, o cargo para o qual está concorrendo e a data de nascimento. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação online.

4.19. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR AS PROVAS:

4.19.1. Serão reservadas vagas aos portadores de deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 6% (seis por cento) das contratações previstas para cada cargo.

4.19.2. São consideradas pessoas portadoras de necessidades especiais PNE aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

4.19.3. O candidato PNE deverá solicitar, no ato de inscrição enquadramento no item anterior "4.19.2, especificando a respectiva deficiência e procedendo da seguinte forma:

4.19.3.1. enviar SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 – CEP 89.190-000 – Taió-SC, os seguintes documentos:

Cópia do comprovante de inscrição.

Requerimento conforme Anexo IV deste edital devidamente preenchido e assinado;

laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, até o último dia de inscrição, de acordo com o cronograma.

4.19.4. Os candidatos que apresentarem requerimento submeter-se-ão, quando convocados, a exame médico oficial, que terá decisão terminativa sobre:

a) qualificação do candidato com deficiência ou não, e
b) grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do magistério, na disciplina/área.

4.19.5. A inobservância do disposto nos itens "8.1.1" e "8.1.2" determinará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos deficientes.

4.19.6. Os candidatos com deferimento a participar de vagas reservadas a PNE serão classificados pela classificação geral e por classificação específica desta condição na disciplina/área.

4.19.7. Não havendo candidatos classificados para as vagas reservadas aos deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos.

4.19.8. Os portadores de deficiência física somente poderão disputar cargos e empregos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.19.9. A não-observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.19.10. Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.19.11. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá até a data determinada no

cronograma do Capítulo I deste edital, enviar via e-mail para o endereço eletrônico concursos@iobv.com.br, ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 □ CEP 89.190-000 □ Taió-SC, requerimento devidamente assinado pelo candidato (conforme formulário disponível no site Anexo IV) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos.

4.19.12. O pedido relativo ao item anterior – condições especiais não se constitui no pedido para concorrer a vagas para portadores de deficiência, pois sendo apenas reserva técnica, não há vagas para deficientes.

4.19.13. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site www.iobv.com.br.

4.19.14. Da Candidata Lactante: A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova além de requerer condição especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa de maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

Capítulo V

Da isenção da taxa de inscrição

5.1 Os candidatos que requererem a isenção da taxa de inscrição deverão enviar através de correio/sedex, até data/prazo estipulado no cronograma do capítulo I deste edital, aos cuidados do Instituto o Barriga Verde, no endereço:

Instituto o Barriga Verde

Processo Seletivo Mafra 2013

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

5.2 Após análise dos pedidos de isenção será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação dos requerimentos indeferidos.

5.3 Os resultados dos recursos quanto ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição serão divulgados no mural e site oficial www.mafra.sc.gov.br e no site www.iobv.com.br

5.4 Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia previsto no cronograma, sob pena de eliminação do Concurso Público.

5.5 Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição

5.5.1 Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme o disposto na Lei Municipal 3.435/2009 "Art 1º. Os doadores de sangue que contarem o mínimo de 02 (duas) doações, num período de 01 (um) ano, estarão isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo município".

5.5.2. Para fazer jus a este benefício, o doador terá que ter realizado a última doação num prazo anterior de 06 (seis) meses da efetivação da inscrição, enviado via sedex/ar no endereço acima, os seguintes documentos:

a) Requerimento de isenção de taxa de inscrição conforme anexo VI do edital;

b) certidão expedida pelos Centros de Hemoterapia (original ou cópia autenticada)

5.5.3 No caso do pedido de isenção acima previsto, o Instituto o Barriga Verde analisará e decidirá sobre seu deferimento ou não, cuja decisão será divulgada na página na Internet no sítio www.iobv.com.br, www.mafra.sc.gov.br.

5.5.4 Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

5.5.5 É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

Capítulo VI

6.0 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

6.1 O presente Processo Seletivo constará na avaliação de conhecimentos e habilidades dos candidatos através de prova escrita objetiva classificatória.

6.2. As provas serão realizadas no município de Mafra SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

6.3. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Mafra eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo.

6.4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

6.4.1. A prova escrita, para todos os cargos, contará com avaliação de conhecimentos teóricos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

6.4.1.1. Para todos os cargos constantes deste edital, a prova escrita terá caráter classificatório, com nota diferente de zero (0,00).

6.4.2. As informações no tocante às áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada questão, encontram-se dispostas no quadro abaixo:

PROVA ESCRITA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (professores habilitados e não-habilitados)

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,50	2,50
	Legislação (LDB, CF, ECA, Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor - somente dos direitos e vantagens Título III e do regime disciplinar Título IV)	05	0,50	2,50
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos Específicos PCNs - Didática Geral. Tendências Pedagógicas, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, Processo Ensino-Aprendizagem, e seus teóricos, avaliação, currículo-escolar e outros de acordo com conteúdo programático.	10	0,50	5,00
Total		20		10,00

6.4.3. Os programas das provas estão especificados no Anexo III deste edital.

6.4.4. DO HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.4.1. As provas escritas objetivas, serão aplicadas no município de Mafra, com a duração de 2 (duas) horas, na data conforme cronograma do Capítulo I deste edital, de acordo com o cronograma abaixo:

Cargo	Fechamento do Portão	Horário de prova
Todos os cargos	9h45	10h às 12h

6.4.4.2. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.4.4.3 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado para fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso a prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

6.4.5. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.5.1. As provas serão realizadas no município de Mafra no CENTRO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA (CEMMA). Endereço: Rua Madre Inês, 170, Mafra-SC.

6.4.5.2. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos cargos e alocação dos candidatos por sala serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial da Prefeitura e nos sites www.iobv.com.br e www.mafra.sc.gov.br.

6.4.5.3. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

6.4.5.4. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.com.br.

6.4.6 DO ACESSO A SALA DE PROVAS

6.4.6.1. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições;

b) que se apresentar no portão até o horário estabelecido para seu fechamento; e

c) estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, equivalem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reserva; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

6.4.6.2 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.4.6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.4.6.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.4.7 NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A PROVA ESCRITA

6.4.7.1 O Instituto o Barriga Verde poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e/ou horários, devendo o candidato acompanhar os avisos e publicações no site oficial do Processo Seletivo.

6.4.7.2 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação com foto, conforme alínea c do item 6.4.6.1. deste capítulo. A não apresentação impedirá o acesso do candidato ao local de prova e resultará na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.4.7.3 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.4.7.4. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso

unicamente dos seguintes materiais:

Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta (não serão fornecidas canetas no local);

Documento de identificação com foto;

Original do comprovante de inscrição e do pagamento da taxa (guardado no bolso);

Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

6.4.7.5. É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como uso de máquinas de calcular, relógios (digitais ou analógicos) e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, ingestão de alimentos e guloseimas, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

6.4.7.6. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas.

6.4.7.7. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais devem ser acondicionados no início da prova, em local cujo fiscal de sala informará, desligados e retirados a bateria.

6.4.7.8 Os telefones celulares deverão permanecer desligados até a retirada do candidato das mediações do local de provas. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura-se como tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.4.7.9. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

6.4.7.10. Os candidatos só poderão ausentar-se da sala de provas para saída ao banheiro, ingestão de água, devendo obrigatoriamente ser acompanhados pelo fiscal de sala, sendo permitida a saída de um candidato por vez.

6.4.7.11. Os candidatos não deverão levar pertences pessoais para a sala de provas, caso seja inevitável os mesmos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.4.7.12. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Mafra não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.4.7.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.4.7.14. Os cadernos de provas serão disponibilizados apenas no dia da prova, para os candidatos que permanecerem em sala de provas até o encerramento final da prova. O caderno de prova não será disponibilizado de outra forma, nem mesmo ☐ on line ☐.

6.4.7.15. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

6.4.7.16. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.4.7.17. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e cédula de identidade.

6.4.7.18. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

6.4.7.19. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.4.7.20. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.4.7.21. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

6.4.7.21.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.4.7.21.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.4.7.22. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Mafra, no mural oficial da Prefeitura e no site www.mafra.sc.gov.br no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

6.4.8 DA RESOLUÇÃO DA PROVA

6.4.8.1. Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.4.8.2. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.4.8.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.4.8.4. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.4.8.5. A Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.4.8.6. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

6.4.8.7. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova aplicação de prova.

6.4.9 DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.4.9.1. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.4.9.1.1. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

6.4.9.2. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas constantes no mesmo e no Caderno de Questões. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.4.9.3. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato assinou ou preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.4.9.4. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, e em seguida deverá assiná-lo.

6.4.9.5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.5. Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;
- f) Cujo cartão-resposta não esteja assinado pelo candidato.

6.6 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

Capítulo VII

7.0 DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases: do indeferimento da inscrição; teor das questões e ou gabarito provisório; resultado da classificação.

7.2. O recursos deverão conter nome do candidato recorrente, nome do cargo, número de inscrição e assinatura do mesmo, os quais devem ser enviados via e-mail para o seguinte endereço: mafra2013@iobv.com.br, sendo que o recebimento do recurso será confirmado pelo Instituto O Barriga Verde através de protocolo.

7.3. O pedido de revisão deverá obedecer os seguintes requisitos: O candidato deverá preencher o formulário de recursos anexo VI, que deve ser digitado, assinado, digitalizado (escaneado) e enviado para o seguinte endereço eletrônico: mafra2013@iobv.com.br. ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia; ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

Os recursos serão válidos desde que sejam recebidos até as 18h00min do último dia previsto para a interposição de recursos. Não serão aceitos recursos enviados para outro endereço de e-mail, que não seja o acima descrito (mafra2013@iobv.com.br)

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato enviar seu recurso para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de protocolo enviado ao candidato.

7.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos e-mails com os recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

7.5. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.

7.7. O despacho dos recursos será publicado no endereço www.iobv.com.br, na área do candidato.

7.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito Edital.

7.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes não providos.

7.10. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

7.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Capítulo VIII

8.0 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A média final dos candidatos será expressa em duas casas decimais sem arredondamento de 0 (zero) a 10 (dez)

8.2. São considerados aprovados os candidatos que atingirem nota diferente de zero (0,00).

8.3. Ocorrendo empate na média final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 1.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º. da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.3.1. Para efeito do item anterior será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Processo Seletivo.

8.4. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

possuir maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
possuir maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
maior idade

sorteio

8.5. Os candidatos para o cargo de professor serão classificados por cargo em duas listas:

- a) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Habilitados;
- b) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Não Habilitados.

8.6 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mafra.

8.7 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal permanente da Prefeitura Municipal de Mafra, devendo o candidato atender aos requisitos e à Prefeitura convocar dentro do prazo de validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação atendendo os dispositivos do RE/598.099/STF.

Capítulo IX

DA CONTRATAÇÃO E COMPROVAÇÃO E ESCOLHA DAS VAGAS

9.1. Os candidatos para o cargo de professor classificados serão contratados, obedecendo à ordem de classificação, na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Mafra, convocando-se inicialmente os integrantes da lista de candidatos habilitados e ao término desta, não havendo candidatos classificados em número suficiente ao número de vagas temporárias para o cargo, os integrantes da lista de candidatos não habilitados e para os demais cargos obedecendo à ordem de classificação, na

primeira chamada.

9.3. Fica ciente o candidato classificado que, em aceitando sua contratação, poderá exercer suas funções em quaisquer unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Mafra - SC.

9.4. O candidato que não aceitar a vaga oferecida passará para o final da classificação, até uma chamada subsequente, se houver.

9.5. A Secretaria Municipal de Educação obedecerá os seguintes critérios da chamada para o preenchimento das vagas disponíveis:

a) 1ª chamada: Habilitados;

b) 2ª chamada: Não habilitados;

c) 3ª chamada: Habilitados e Não Habilitados que não aceitaram a vaga oferecida;

9.6. O candidato classificado, na área do magistério, poderá escolher a vaga de até 20 horas semanais, que poderá ser alterada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

9.7. O candidato classificado que não se apresentar ao ser chamado para a escolha de vagas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas na Secretaria Municipal de Educação, bem como, aquele que escolheu a vaga e desistiu da mesma, perderá o direito a vaga.

9.8. O candidato a ser contratado, no ato da escolha de vagas, receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados no prazo determinado pelo setor competente.

9.9. O artigo 23, da lei nº 3795 de 04/04/2012, não se aplica neste edital.

9.10. Será mantida a lista classificatória para substituições de que trata esse Edital com o objetivo de atender a necessidades temporárias iniciais e para o decorrer do ano de 2014, assim que novas vagas temporárias surgirem.

Capítulo X

10.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O foro para dirimir quaisquer questões relacionadas com Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Mafra, Santa Catarina.

10.2. Ficam delegadas competências ao IOBV para:

a) divulgar e prestar informações sobre o Processo Seletivo objeto deste Edital;

b) receber os requerimentos de inscrições;

c) deferir, indeferir e homologar as inscrições;

d) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as etapas das provas;

e) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

10.3. É vedada à inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura Municipal de Mafra como do IOBV;

10.4. O IOBV poderá, por necessidade administrativa e/ou fato ou circunstância de natureza imprevisível alterar o local, as datas e os horários das provas e ou etapas do Processo Seletivo.

10.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

10.6. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

10.7. A Prefeitura Municipal de Mafra e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo, seja na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.com.br.

10.8. Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.9. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 6 (seis) meses após a homologação do Processo Seletivo, quando serão incinerados.

10.10. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 1º grau de membros das bancas selecionadora, executoras, examinadora ou organizadora deste Processo Seletivo.

10.11. Ficam impedidos de participarem do Processo Seletivo os parentes até 1º grau dos membros da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo.

10.11.1 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro deverá afastar-se da comissão e ser substituído por outro a ser designado pelo Prefeito Municipal de Mafra, através de Portaria.

10.12. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, conjuntamente com o Instituto O Barriga Verde.

10.13. São partes integrantes deste edital os seguintes Anexos: Anexo I Cargos e Vagas Anexo; II Atribuições dos Cargos; Anexo III Conteúdo Programático; Anexo IV Requerimento de Necessidades Especiais; Anexo V Formulário para Interposição de Recursos;

Mafra (SC), 22 de novembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

PREFEITO MUNICIPAL

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
QUADRO I CARGOS DE PROFESSOR (professores/educação) **

Nº. CARGO	CARGO	N. VAGAS	ÁREA DE ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA /REMUNERAÇÃO	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA
01	Professor de ALFABETIZAÇÃO (habilitado)	RT	1º. 2º e 3º ano	20 h – R\$ 999,88	Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita Objetiva
02	Professor de ALFABETIZAÇÃO (não-habilitado)	RT	1º. 2º e 3º ano	20h – R\$ 802,71	Certificado de Conclusão do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
03	Professor SÉRIES INICIAIS (habilitado)	RT	4º e 5º ano	20 h – R\$ 999,88	Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita Objetiva
04	Professor SÉRIES INICIAIS (não-habilitado)	RT	4º e 5º ano	20h – R\$ 802,71	Certificado de Conclusão do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
05	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL (habilitado)	RT	4º e 5º ano	20 h – R\$ 999,88	Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita Objetiva
06	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL (não-habilitado)	RT	4º e 5º ano	20h – R\$ 802,71	Certificado de Conclusão do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia . Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
07	Professor de ARTES (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Certificado de Licenciatura plena em ARTE.	Escrita Objetiva
08	Professor de ARTES (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Arte. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
09	Professor de CIÊNCIAS (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Certificado de Licenciatura plena em Ciências Biológicas	Escrita Objetiva
10	Professor de CIÊNCIAS (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
11	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no órgão de classe.	Escrita Objetiva
12	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
13	Professor de ENSINO RELIGIOSO (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Ciências de Religião	Escrita Objetiva
14	Professor de ENSINO RELIGIOSO (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
15	Professor de GEOGRAFIA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Geografia	Escrita Objetiva

16	Professor de GEO- GRAFIA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Geografia. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
17	Professor de HIS- TÓRIA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em História	Escrita Objetiva
18	Professor de HIS- TÓRIA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em História. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
19	Professor de LÍNGUA INGLESA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Letras/Inglês	Escrita Objetiva
20	Professor de LÍNGUA INGLESA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Letras/Inglês. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
21	Professor de LINGUA PORTUGUESA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Letras	Escrita Objetiva
22	Professor de LINGUA PORTUGUESA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Letras. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva
23	Professor de MATE- MÁTICA (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	Diploma de Licenciatura Plena em Matemática	Escrita Objetiva
24	Professor de MATE- MÁTICA (não-habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em Matemática. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido	Escrita Objetiva
25	Professor de Zoo- tecnica/industriais; gerenciais e agrícola (habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 249,97 10h – R\$ 499,92 15h – R\$ 749,90 20h – R\$ 999,80	DIPLOMA de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias (agropecuária), e DIPLOMA de graduação em: Agronomia, Veterinária, e Zootecnia.	Escrita Objetiva
26	Professor de Zoo- tecnica/industriais; gerenciais e agrícola (não habilitado)	RT	Ensino Fundamental 6º. Ao 9º. Ano	5h – R\$ 200,67 10h – R\$ 401,33 15h – R\$ 602,00 20h – R\$ 802,71	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Certificado de conclusão do curso Técnico em Agropecuária. Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Graduação em Agronomia, Veterinária e zootecnia.. Certificado de graduação com histórico escolar que contemple no mínimo 80h/a de disciplina na área do cargo escolhido.	Escrita Objetiva

** O candidato deverá no momento da inscrição deverá comprovar sua condição de habilitado ou não-habilitado sob pena de perder a vaga.

* RT- Reserva Técnica. (Serão convocados primeiramente os candidatos classificados para os cargos Habilitados, caso as vagas não sejam preenchidas com os habilitados serão convocados os não habilitados)

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Os professores desempenharão atividades que envolvam planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, de acordo com a Legislação vigente; possuir conhecimento e domínio do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológico-didáticas; seguir diretrizes educacionais do estabelecimento onde atuar e da Secretaria Municipal de Educação; ministrar a docência nos dias letivos e hora aula estabelecidos, incluindo a participação efetiva nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Exceto atualidades.

Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado.

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ENSINO SUPERIOR

PROVAS	DISCIPLINA	CONTEÚDO
Prova de Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	<p>Interpretação de Textos Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial novo acordo ortográfico.</p> <p>Bibliografia Sugerida: ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990. CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985. FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.</p> <p>Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio. Outras Gramáticas Normativas.</p>
Prova Conhecimentos Específicos	Legislação	<p>Lei Orgânica Municipal de Mafra Estatuto do Servidor do Município de Mafra Resolução 12 de 2001 da Anvisa Legislação da educação básica: Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Parâmetros curriculares nacionais; Resolução n.7/CNE, de 14/12/2010, Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos; Resolução/CD/FNDE n.4 de 27/02/2013, Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva; Decreto n. 7.611 de 17/11/2011, dispõe sobre a Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);</p>

CONTEÚDO ESPECÍFICO**CONTEÚDO ESPECÍFICO COMUM A TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR**

Trabalho e Educação; Legislação da Educação Básica e Profissional; Organização escolar brasileira: contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira; . Psicologia da Aprendizagem: Vygotsky, Henri Wallon e Ausubel; Currículo e teorias do currículo; A Didática e a Prática do Educador; O trabalho docente. Docência e a identidade do professor profissional; Planejamento Educacional; As novas tecnologias e a Educação; Tendências pedagógicas, concepções filosóficas-políticas e a prática pedagógica. Pressupostos teóricos e legais da Educação Fundamental. Orientação vocacional e profissional. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. O projeto político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. O planejamento, a execução, o acompanhamento e a comunicação de pesquisas científicas na educação. O planejamento educacional numa perspectiva crítica da educação: importância, níveis e componentes. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões. A prática da avaliação no cotidiano escolar. A pedagogia de projetos. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. A dimensão técnica-política da prática docente. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências e teorias educacionais, psicologia da educação e seus teóricos. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino ; aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Teorias de autores renomados na área da educação. História da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais de Séries Iniciais e Finais. Legislação Municipal (Lei Orgânica, Estatuto do Servidor, Plano de Carreira do Magistério); Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Base da Educação, Resolução n. 7, de 14/12/2010 que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- 1) As referências bibliográficas e as páginas indicadas são meramente informativas e sugestivas a fim de que o candidato possa buscar uma fonte de pesquisa, o que não significa que todo o conteúdo das provas serão elaboradas apenas com base nestas referências.
- 2) O candidato deve realizar sua preparação tendo como base todo o conteúdo programático sugerido em cada cargo.
- 3) Neste Processo Seletivo será utilizado o novo acordo ortográfico.

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado

a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2013 da Prefeitura Municipal de Mafra, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Requerente

ANEXO V
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PROCESSO SELETIVO 001/2013

Tipo de Recurso:

- [] 1 – Contra indeferimento de inscrição [] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório
[] 3 – Contra a classificação
[] 5 – Outro _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Candidato

Termo de Convocação
TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e no uso das atribuições legais, convocam os (as) cidadãos (as) a seguir relacionados (as), aprovados (as) no Processo Seletivo, Edital nº 002/2013 desta Municipalidade, a comparecerem no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os (as) CANDIDATOS (AS) CONVOCADOS (AS) a seguir:

01- Psicóloga - Comparecer até o dia 05.12.2013 (para manifestar interesse pela vaga)

1. ELOISA APARECIDA VIEIRA

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Após concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-la pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 25 de novembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretário Municipal de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1558/2013

LEI Nº 1558/2013

Regulamenta a prestação do serviço público e privado de transporte coletivo de passageiros no município de Massaranduba.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município e no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

TÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



Art. 1º A exploração do serviço público e privado de transporte coletivo de passageiros no Município de Massaranduba reger-se-á pelas disposições desta lei, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações posteriores, da Lei Orgânica do Município de Massaranduba bem como pela legislação complementar que venha a incidir no sistema.

Art. 2º A exploração do serviço público de transporte coletivo de passageiros será feita diretamente pela Administração Municipal, por Entidade que lhe seja vinculada, ou por delegação a empresas particulares ou públicas sob regime de concessão, sempre precedida de licitação, ou, excepcionalmente, por medida de interesse público emergencial, mediante autorização, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º O Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Massaranduba fica organizado sob as seguintes diretrizes:

I - Planejamento adequado às alternativas tecnológicas convergentes com o interesse público;

II - Planejamento global da cidade, notadamente na área de uso e ocupação do solo e ao sistema viário básico;

III - Universalidade de atendimento, respeitados os direitos e obrigações dos usuários;

IV - Boa qualidade do serviço, envolvendo rapidez, conforto, regularidade, segurança, continuidade, modicidade tarifária, eficiência, atualidade tecnológica e acessibilidade, particularmente para as pessoas com deficiência, idosos e gestantes;

V - Prioridade do transporte coletivo sobre o individual;

VI - Integração com os diferentes modais de transportes e com os municípios da região compreendida pela Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI;

VII - Redução das diversas formas de poluição ambiental, conforme as prescrições das normas técnicas e dos padrões de emissão de poluentes;

VIII - Estímulo à participação do usuário no acompanhamento da prestação dos serviços delegados;

IX - Transparência e participação social no planejamento, controle e avaliação da política de mobilidade urbana;

X - Estímulo à produtividade e qualidade através de avaliações de indicadores estabelecidos;

XI - Progressiva automatização dos meios de bilhetagem, de forma a garantir a eficiência no atendimento ao passageiro.

Art. 4º No exercício das competências relativas ao Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros, a Administração Pública poderá celebrar convênios, contratos e outros instrumentos legais com entes públicos ou privados, visando à cooperação técnica, financeira, ou qualquer outra forma de integração que vise à melhoria contínua dos serviços prestados, inclusive no sentido da integração regional do sistema de transporte público.

Art. 5º No caso de delegação do serviço de transporte coletivo urbano mediante concessão, somente terá direito à renovação do contrato, por igual período, a empresa concessionária que, cumulativamente:

I - Tiver operado as linhas de concessão, durante seu prazo inicial, com índice de eficiência igual ou superior a 96% (noventa e seis

por cento) da quilometragem programada mensal;

II - Não tiver deixado de realizar 02 (duas) viagens consecutivas/ano, durante o tempo da concessão;

III - Tiver oferecido aos passageiros qualidade e pontualidade na realização dos serviços;

IV - Tiver renovado a frota operante conforme os critérios definidos nesta Lei, durante o prazo inicial da presente concessão.

Art. 6º O serviço de transporte coletivo público de passageiros será prestado aos usuários mediante o pagamento de tarifas fixadas pelo órgão competente e aprovadas pelo Prefeito Municipal, respeitadas as condições da licitação e da proposta referentes ao serviço.

Art. 7º Os serviços integrantes do sistema serão classificados e definidos da seguinte maneira:

I - Regulares: são os serviços básicos do sistema, executados de forma contínua e permanente, obedecendo a horários e intervalos de tempo pré-estabelecidos, em linhas pré-definidas na forma do Plano de Transporte, sendo possível a realização de alterações e ampliações, de trajeto e material rodante, conforme a necessidade decorrente do crescimento e do planejamento urbano da cidade.

II - Especiais: são os serviços assim explorados:

a) Transporte de porta a porta:

I - Escolar;

II - Industrial;

III - De servidores ou empregados de órgãos ou entidades públicas ou privadas.

b) Transportes custeados por órgão ou entidades públicas ou privadas;

c) Transportes destinados a viagens eventuais a título de turismo.

III - Experimentais: são os serviços executados em caráter provisório, para verificação de viabilidade, antes de sua implantação definitiva;

IV - Extraordinários: são os serviços executados para atender as necessidades excepcionais de transporte, causados por fatos eventuais, para fins de atendimento à necessidade de interesse público específico, mediante requisição à empresa concessionária do sistema, mediante remuneração normal pela tarifa.

§ 1º Os serviços regulares podem ser, como alternativa, denominados serviços opcionais, quando realizados por veículos dotados de melhores condições de conforto e com a lotação limitada pelo número de assentos, tendo tarifa diferenciada da atual tarifa do transporte coletivo urbano.

§ 2º Os serviços experimentais e extraordinários deverão ser explorados, prioritariamente, pelas empresas concessionárias do serviço de transporte coletivo no Município, somente sendo possível sua transferência a terceiros, devidamente credenciados, em caso de serviços extraordinários, na forma do inciso IV do art. 7º desta LEI.

Art. 8º O veículo que esteja cadastrado para prestação de serviços de determinada categoria, só poderá mudar ou desempenhar mais de uma categoria, com prévia autorização do órgão gerencial, mediante as adaptações necessárias ao atendimento da categoria

modificada.

Art. 9º Para os fins desta Lei, linha é o percurso desenvolvido entre ponto inicial e final, inicialmente fixados conforme as regras operacionais vigentes, com equipamentos, terminais e pontos de paradas principalmente estabelecidos em função da demanda.

§ 1º A criação da linha dependerá de prévios levantamentos destinados a apurar:

I - a necessidade da população, conforme estudo prévio a ser realizado pelo órgão responsável pelo gerenciamento do sistema;

II - a quilometragem e levantamento de demanda de passageiros através de pesquisas;

III - a conveniência socioeconômica de sua exploração, mediante estudo prévio de impacto tarifário;

IV - a situação da área de influência econômica abrangida, com o objetivo de evitar interferência danosa com linhas já existentes, nas áreas de operação estabelecidas.

§ 2º Não constitui nova linha, desde que conservada a mesma diretriz, o prolongamento, a redução ou a alteração de itinerário para adequação à demanda.

CAPÍTULO II DA OPERAÇÃO DO SISTEMA

Art. 10 As viagens classificam-se nas seguintes categorias:

I - Comuns - viagens que observam todos os pontos de paradas da linha;

II - Semi-expressas - viagens que se utilizam de reduzido número de paradas da linha;

III - Expressas - viagens que não têm paradas, a não ser nos pontos terminais.

Art. 11 Ocorrendo avarias, acidentes e quebras em viagens, a empresa deverá providenciar a imediata substituição da unidade avariada ou o transporte dos usuários, tendo tempo máximo de 30 (trinta) minutos para a substituição do veículo.

Art. 12 Caberá ao órgão gerencial determinar, mediante a expedição de ordens de serviços, as características operacionais de cada linha, particularmente:

I - Itinerários;

II - Terminais;

III - Quadros de Horários;

IV - Frota necessária;

V - Características dos veículos e sua lotação.

§ 1º Em função do melhor atendimento ao público usuário, poderão ocorrer alterações dos terminais, itinerários ou frequência de viagens, de modo a adequá-lo às necessidades da demanda, sendo que, nesses casos, será expedida nova Ordem de Serviço, em substituição à anterior.

§ 2º A região, cuja densidade demográfica viabilize a implantação do serviço de transporte coletivo, será considerada atendida sempre que sua população esteja sujeita a deslocamento inferior

a 600 metros, para acesso da residência ou do local de trabalho, para o ponto de transporte coletivo mais próximo.

Art. 13 Observando o disposto no art. 7º desta Lei, em determinadas linhas de serviços regulares, poderão ser oferecidos veículos mais confortáveis que os convencionais e com a lotação limitada pela quantidade de assentos, segundo padrões estabelecidos pelo órgão gerencial, tendo tarifa diferenciada do atual serviço de transporte coletivo urbano.

Parágrafo Único Caberá ao órgão gerencial planejar, decidir e definir pela utilização de veículos a que se refere este artigo, bem como definir tarifa diferenciada com relação ao atual serviço de Transporte Coletivo Urbano.

Art. 14 Periodicamente, o órgão gerencial avaliará o desempenho dos serviços, determinando à empresa medidas necessárias à sua normalização em sua área de operação, quando entendê-los deficientes, sendo que, para realizar a avaliação do desempenho dos serviços, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Cumprimento da quilometragem programada;

II - Números de passageiros transportados;

III - Número de reclamações de usuários;

IV - Índice de quebras;

V - Índice de acidentes.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se a área de operação, a região definida pelo Município, onde uma concessionária terá prioridade na operação das linhas de transporte coletivo, sem prejuízo da integração entre as áreas de operação.

§ 2º No exercício da fiscalização, o órgão encarregado dessa atribuição terá acesso irrestrito aos dados relativos ao número de passageiros do sistema, arrecadação de tarifa, dados de bilhetação eletrônica, bem como ao controle do odômetro.

§ 3º Na hipótese da empresa concessionária declarar-se impossibilitada de melhorar os serviços ou efetivar em prazo hábil as medidas determinadas, poderá a Administração Pública autorizar a coparticipação de outra empresa em linha onde o atendimento esteja insuficiente, por um prazo determinado pelo órgão gerencial, preferencialmente optando-se por empresa já operadora do sistema.

Art. 15 São direitos básicos do usuário dos serviços de transporte coletivo urbano de Massaranduba:

I - Ser transportado com segurança dentro das linhas e itinerários fixados pelo Município, em velocidade compatível com as normas legais;

II - Ser tratado com urbanidade e respeito pela(s) concessionária(s), através de seus prepostos e funcionários, bem como pela fiscalização do Município;

III - Ter o preço das tarifas compatíveis com a qualidade e eficiência dos serviços;

IV - Utilizar o transporte coletivo dentro dos horários fixados pelo Município;

V - Ter prioridade, por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas, sobre o transporte individual;

VI - Receber da concessionária informação sobre as características do serviço, incluindo horários, tempo de viagem e o ponto final, localidades atendidas, tarifas e outras informações relacionadas com o serviço;

VII - Receber da concessionária, em caso de acidente, imediata e adequada assistência, bem como todas as informações necessárias para o saque do seguro obrigatório - DPVAT e do seguro de responsabilidade civil facultativo, se for o caso;

VIII - Receber do órgão municipal, responsável pela fiscalização do serviço e da(s) concessionária(s), todas as informações para a defesa de interesse individual ou coletivo;

IX - Ser transportado com pontualidade, segurança, higiene e conforto, do início ao término da viagem;

Art. 16 O transporte será recusado ao passageiro:

I - Em estado de embriaguez;

II - Portar arma, quando não autorizado pela autoridade competente;

III - Transportar ou pretender embarcar produtos considerados perigosos pela legislação específica;

IV - Transportar ou pretender embarcar consigo animais domésticos ou silvestres, quando não devidamente acondicionados ou em desacordo com disposições legais ou regulares;

V - Pretender embarcar objetos de dimensão e acondicionamento incompatível com o sistema de transporte;

VI - Comprometer a segurança, o conforto ou a tranquilidade dos demais passageiros;

VII - Fazer uso de aparelhos sonoro, depois de advertido pelo motorista ou cobrador;

VIII - Demonstrar incontinência de comportamento;

IX - Recusar-se ao pagamento da tarifa.

CAPÍTULO III DA TARIFA

Art. 17 A exploração do serviço de transporte coletivo será remunerada pelas tarifas oficiais aprovadas pelo Prefeito Municipal, após apreciação do Conselho Municipal de Trânsito, e com base nos estudos desenvolvidos pelo órgão gerencial, na forma da planilha integrante do Edital de Licitação e conforme o índice de margem mínima de lucro definido pela proposta vencedora da licitação.

§ 1º Os estudos para atualização periódica das tarifas, poderão ser realizados por iniciativa do órgão gerencial ou a requerimento da empresa concessionária.

§ 2º O cálculo da tarifa poderá ser revisto sempre que ocorrer modificação dos custos integrantes de sua composição com uma variação mínima de 2% (dois por cento).

§ 3º O cálculo da tarifa também poderá ser revisto se, no prazo de um ano da última revisão, ocorrer elevação ou redução dos custos integrantes da sua composição, mesmo que não se tenha atingido a modificação mínima fixada pelo parágrafo anterior.

§ 4º A cada dois anos, o Poder Concedente poderá proceder a

uma avaliação dos parâmetros de remuneração dos itens de consumo de combustível, lubrificantes e rodagem, integrantes do Custo Operacional, avaliando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e o valor da tarifa, em face das seguintes hipóteses:

a) Modificação tecnológica relevante do material rodante (veículos) e de sua forma operacional;

b) Introdução de novos tipos de combustível e de insumos de rodagem (pneus);

c) Alteração do sistema viário, especialmente com a introdução das vias ou faixas preferenciais exclusivas.

§ 5º Serão considerados para a avaliação tarifária os dados colhidos pelo órgão gerencial do sistema de transporte coletivo, obedecendo ao seguinte procedimento de avaliação:

a) Os dados de avaliação serão colhidos pelo órgão do Poder Concedente encarregado do gerenciamento do sistema, assegurado direito de participação da empresa concessionária e do Conselho Municipal de Trânsito, tanto na verificação e aferição dos dados coletados quanto na sugestão de dados a serem colhidos;

b) Os dados colhidos serão comparados com os dados formadores da equação econômico-financeira da planilha tarifária original instituída pelo contrato de concessão, em procedimento que será, necessária e previamente, submetido à apreciação da empresa concessionária e do Conselho Municipal de Trânsito;

c) Ao final, constatadas variações, será a planilha tarifária readequada através de Decreto do Poder Concedente, considerando-se necessariamente, na forma desta Lei, o modelo dos veículos em operação e também eventuais variações de modais operacionais.

Art. 18 As tarifas para os serviços regulares serão de dois tipos, a saber:

I - Comum - tarifa unificada padrão do sistema de transporte coletivo;

II - Especial - constitui exceção ao padrão e poderá ser utilizada para os serviços com os veículos especiais, a que se refere o art. 13 desta LEI.

Art. 19 A remuneração dos serviços especiais será acordada em cada caso, entre a empresa concessionária e o Poder Concedente, ouvido o Conselho Municipal de Trânsito, de toda a forma.

Art. 20 Será gratuito o transporte de:

I - Crianças até 05 (cinco) anos de idade e idosos com mais de 60 (sessenta) anos, os últimos desde que devidamente identificados e, todos, desde que não ocasionem o giro da catraca ou, com bilhetagem automática, poderão passar por tal catraca, com liberação pelo condutor ou outra modalidade;

II - Fiscais do sistema de transporte coletivo, devidamente uniformizados e credenciados, que não serão considerados como passageiros equivalentes;

III - Deficientes físicos com comprometimento de função, e ainda portadores de deficiência mental, visual e auditiva, com renda individual mensal inferior a três salários mínimos, bem como um acompanhante caso necessário à condução do deficiente devidamente identificados pelos órgãos de Saúde e Assistência Social do Município, cuja forma de análise será regulamentada por Decreto;

Parágrafo Único Terão tarifa diferenciada, conforme prévia verificação e aferição pelo órgão gerencial, todos os cidadãos amparados

por leis de âmbito Municipal, Estadual ou Federal, ou por Decretos Municipais ressalvado, de todo o modo, o estudo de impacto tarifário e a consideração das gratuidades para fins de cálculo dos passageiros equivalentes.

Art. 21 Fica instituído o benefício de passe escolar na estrutura operacional do sistema de transporte coletivo urbano, conferindo ao estudante beneficiado isenção de 100% (cem por cento) do preço da tarifa vigente, regulado pela presente lei, destinado exclusivamente a permitir o transporte do estudante da educação básica, do ensino fundamental, técnico e médio, das escolas públicas municipais e estaduais, do seu local de moradia para a instituição de ensino, devendo tal benefício ser controlado rigorosamente para a prevenção do uso indevido ou desviado da função, preferencialmente pela adoção de sistemas de bilhetagem eletrônica.

§ 1º A regulamentação do benefício previsto no caput será realizada por meio de Decreto, que deverá conter, no mínimo, os critérios para a obtenção do benefício, a quantidade de passes ofertados, bem como a fiscalização do sistema.

§ 2º Para garantir a concessão do benefício previsto no caput, o Município repassará à Empresa Concessionária, subsídio mensal no valor de 80% (oitenta por cento) do valor da tarifa comum, por cada passe escolar disponibilizado aos estudantes discriminados no referido artigo.

Art. 22 As gestantes poderão ter acesso ao veículo pela porta de desembarque, não estando, contudo, isentas de pagar a tarifa.

Art. 23 O pagamento de encargos de outorga de concessão e a realização de obras públicas, estabelecidas no Edital de Licitação, não isentam as empresas concessionárias de

recolher aos cofres da Municipalidade, os impostos e/ou taxas que forem obrigados a pagar, de acordo com as determinações do Código Tributário do Município e demais legislações pertinentes à matéria.

TÍTULO II DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 A regra geral para a seleção de empresas exploradoras dos serviços de transporte coletivo é a licitação pública, que se regerá pela legislação pertinente e vigente.

Art. 25 Tendo em vista o interesse público devidamente demonstrado, poderá o Poder Concedente mediante prévio estudo do órgão gerencial e ouvido o Conselho Municipal de Trânsito, consentir na exploração do serviço regular de transporte coletivo à empresa, em caráter emergencial e mediante autorização, num prazo nunca superior a 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, obedecidas às exigências contidas nesta Lei e, desde que a empresa concessionária regular dos serviços se recuse a prestar o serviço necessário naquela área de operação.

§ 1º Caso a empresa concessionária regular da área de operação apresente condições de atender à nova demanda, a linha será incorporada ao rol de suas obrigações.

§ 2º A autorização será dada, preferencialmente, às outras empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo já operantes no Município, desde que elas venham prestando serviço regular, nas suas concessões, bem como tenham condições de satisfazer as exigências desta Lei e da necessidade operacional a ser atendida.

§ 3º A exploração do serviço de transporte coletivo, mediante autorização para atendimento de situação emergencial, será realizada através de dispensa de licitação, devendo circunscrever-se ao prazo emergencial concedido, dentro do qual é obrigatória a realização de

licitação caso exista necessidade de incorporação da linha emergencial ao sistema de transporte desde que a empresa concessionária continue impossibilitada a atender o serviço em exame.

Art. 26 Poderá a licitação ser dispensada nas seguintes situações:

a) Para os serviços experimentais e extraordinários, dando-se a preferência de exploração às empresas concessionárias de serviços regulares;

b) Para os serviços especiais, de natureza particular;

c) Para exploração de serviços regulares diretamente pelo Município.

Art. 27 Os serviços serão executados conforme padrão técnico e operacional estabelecidos pelo Município, na forma do Plano Municipal de Transporte Coletivo, devendo necessariamente seguir o Plano Diretor do Município de Massaranduba e as linhas gerais de planejamento urbano do Município.

§ 1º Para a criação e implantação de novas linhas deverá ser sempre respeitada, prioritariamente, o uso de vias pavimentadas ou com pavimentação planejada, bem como se deverá, sempre que possível, submeter às alterações sugeridas à apreciação do Conselho Municipal do Transporte.

§ 2º O município poderá criar, alterar e extinguir linhas, bem como implantar serviços conforme a necessidade e conveniência dos usuários e do sistema de transportes, observada preferencialmente a área de operação fixada sem prejuízo da liberdade gerencial do Município para efeito de planejamento e racionalização do Sistema, sendo que a criação, alteração e extinção de linhas, com a implantação de novos serviços, observarão as áreas de operação nos termos definidos nesta Lei.

§ 3º A empresa concessionária será cientificada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, das modificações implantadas, a fim de que possa dar o devido atendimento.

Art. 28 A concessionária deve:

I - Cumprir as ordens de serviços emitidas pelo Município;

II - Executar os serviços com rigoroso cumprimento de horário, frequência, frota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais definidos pelo Município, sendo obrigatório o atendimento de índice de eficiência de atendimento médio de 96% da quilometragem mensal programada, índice esse que será avaliado a cada 12 meses;

III - Submeter-se à fiscalização do Município, facilitando-lhe a ação e o cumprimento às suas determinações, na forma dessa Lei, do contrato de concessão e do regulamento do sistema;

IV - Apresentar periodicamente, e sempre que forem exigidos, os seus veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar, no máximo em 48 (quarenta e oito) horas as irregularidades que possam comprometer conforto e segurança, a qualidade e a regularidade do transporte de passageiros, sujeitando-se ao afastamento de tráfego de veículos cujos defeitos comprometem a segurança da operação, os quais deverão ser substituídos por outros, com as mesmas características, de forma que o atendimento dos serviços de nenhum modo possa ser prejudicado;

V - Dar condições de pleno funcionamento aos serviços de sua responsabilidade, sempre obedecendo aos parâmetros de eficiência, qualidade e pontualidade na forma dessa lei;

VI - Manter as características fixadas pelo Município para os veículos em operação;

VII - Preservar a inviolabilidade dos instrumentos contadores de passageiros, controladores de quilometragem e demais instrumentos de controle e aferimento do sistema, na forma do regulamento;

VIII - Apresentar seus veículos para início da operação em adequado estado de conservação e limpeza;

IX - Manter em serviços apenas empregados devidamente cadastrados pelo órgão gerencial do Município;

X - Comunicar imediatamente ao Município e no máximo em 24 horas do momento em que tiver ciência, a ocorrência de acidentes, em formulário a ser desenvolvido pelo órgão

gerencial, informando também, as providências adotadas e a assistência a que for devida aos usuários e prepostos;

XI - Preencher as guias e formulários referentes a dados operacionais, cumprindo prazos e normas fixadas pelo Município, através do órgão gerencial, na forma do regulamento;

XII - Emitir e colocar em circulação bilhetes de passagem, inclusive referentes à tarifa especial para estudantes e o vale transporte, para aquisição antecipada pelos usuários, nos locais definidos pelo Município, em área central da cidade, todos os dias úteis do mês, especialmente adotando-se o sistema de bilhetagem eletrônica;

XIII - Operar com imóveis, equipamentos, máquinas, peças, acessórios, móveis, oficinas, manutenção e pessoal vinculado ao serviço, objeto da concessão;

XIV - Proporcionar, periodicamente, treinamento e reciclagem do pessoal de operação, principalmente, nas áreas de relações humanas, segurança do tráfego e primeiros socorros, submetidos ao acompanhamento do Município através de seu órgão gerencial;

XV - Comprovar a contratação de apólice de seguros contra terceiros, na modalidade de responsabilidade civil facultativa, para todos os veículos operantes do sistema;

§ 1º No caso de interrupção de viagens, a empresa operadora ficará obrigada a tomar imediatas providências para o seu prosseguimento, sem ônus para os usuários;

§ 2º Além de outras exigências que foram fixadas, os veículos, utilizados no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros, deverão portar em local de fácil visualização, externamente, na frente e atrás, dispositivos que facilitem a identificação, de dia e a noite, da linha respectiva, aprovado pelo Poder Executivo, na forma do Plano de Municipal de Transporte Coletivo;

§ 3º Os pontos de parada, definidos pelo Poder Executivo, correspondentes às diversas linhas do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros, serão definidos na forma do Plano Municipal de Transporte Coletivo, e poderão ser modificados, de forma a propiciar o melhor atendimento da demanda, especialmente mediante atendimento às sugestões do Conselho Municipal de Trânsito;

Art. 29 Será observado o seguinte procedimento, quando da concessão dos serviços:

I - Os serviços regulares obedecerão, em regra, ao regime de concessão ou, excepcionalmente, o da autorização, na forma legal;

II - Os serviços especiais, experimentais e extraordinários serão delegados mediante autorização.

§ 1º Os prazos de delegação para exploração do serviço público serão os seguintes:

a) de 15 (quinze) anos para os serviços regulares concedidos, permitida até duas renovações sucessivas, pelo prazo de 5 (cinco) anos cada, nunca excedendo, o total do prazo da concessão, a 25 (vinte e cinco) anos;

b) até 180 (cento e oitenta) dias para os serviços regulares emergenciais autorizados;

c) até 180 (cento e oitenta) dias para os serviços experimentais.

§ 2º As autorizações para serviços extraordinários serão emitidas com a validade específica para cada caso, e não poderão ser superiores a 30 (trinta) dias.

§ 3º Os prazos referidos nas alíneas b e c do § 1º desse artigo poderão ser renovados por iguais períodos, uma única vez, respeitadas as disposições desta LEI.

§ 4º No caso da concessão dos serviços regulares, a concessionária deverá, no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do termo final do prazo contratual, requerer expressamente a renovação da concessão, por 5 (cinco) anos, renováveis por igual período, junto ao Poder Concedente, desde que demonstrado previamente o atendimento das condições fixadas no art. 5º desta LEI.

Art. 30 A concessão ou autorização para exploração do serviço de transporte coletivo será formalizada pelo Município e celebrada entre este e a concessionária, homologado pelo chefe do Poder Executivo Municipal em contrato específico, no qual ficam incluídos como cláusulas necessárias todos os dispositivos desta LEI.

§ 1º A concessão obedecerá ao procedimento licitatório da concorrência pública por técnica e preço, avaliando-se, necessariamente:

a) Frota disponível e disponibilizada para prestação dos serviços no lote de operação;

b) Capacidade técnico operacional;

c) Instalações disponibilizadas e disponíveis para prestação dos serviços;

d) Experiência da empresa em transporte coletivo urbano de passageiros como serviço público, na forma do inc. V do art. 30 da Constituição Federal;

§ 2º O item "preço" da concorrência será determinado, na forma do Edital de Licitação, através da Margem Mínima de Lucro Líquido.

Art. 31 Do termo de concessão e do ato de autorização, deverão constar, além dos requisitos exigidos por lei, os seguintes:

I - Qualificação das partes, seus representantes legais e respectivos poderes de representação;

II - Objeto das prestações dos serviços;

III - Frota necessária;

IV - Característica dos serviços;

V - Procedimentos contábeis;

VI - Forma de remuneração dos serviços;

VII - Elenco das obrigações da empresa;

VIII - Foro, local e data da assinatura.

Parágrafo Único Poderá o órgão gerencial, estabelecer além das condições dispostas nessa Lei, outras que considerar necessárias ao bom desempenho do serviço, desde que guardem correspondência com os princípios nessa Lei traçados.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES, DA RENOVAÇÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Art. 32 Os contratos de concessão e o ato de autorização poderão ser:

I - Renovados: a renovação constitui modificação do termo de concessão e somente poderá ocorrer duas vezes, por períodos de mais 5 (cinco) anos cada, nunca excedendo 25 (vinte e cinco) anos contados do início do período originalmente outorgado, desde que a concessionária que já venha operando os serviços tenha, durante o período da concessão, cumprido com eficácia as regras operacionais baixadas pelo órgão gerencial, em especial as determinadas pelo art. 5º dessa Lei, cabendo ainda a renovação na autorização para a exploração dos serviços emergenciais, experimentais e extraordinários.

II - Suspensos: a suspensão será parcial, e não excederá a 90 (noventa) dias e, ocorrerá quando a concessionária, comprovadamente, por motivos considerados justos pelo órgão gerencial e sem prejuízo de interesse público, não puder dar integral cumprimento às condições contratuais, assegurado, previamente, a ampla defesa à concessionária ou autorizada e, em qualquer caso, ouvido previamente o Conselho Municipal de Trânsito.

III - Anulados: serão anulados os Termos de Concessão e Autorizações, nos seguintes casos, assegurados à concessionária ou autorizada, de todo o modo, o direito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa:

a) Quando houver sido outorgado por órgão incompetente;

b) Quando ocorrer omissão de formas ou requisitos estabelecidos em lei, decreto ou regulamento para outorga da concessão ou autorização;

c) Nos casos de vícios processuais administrativos devidamente demonstrados.

IV - Extintos: a extinção da concessão ou autorização ocorrerá por um dos seguintes motivos:

a) Término do contrato;

b) Mútuo acordo entre as partes;

c) Resgate ou encampação;

d) Cassação e resolução;

e) Falência ou insolvência da concessionária ou autorizada;

f) Superveniência da lei ou decisão judicial que caracterize a inequibibilidade do contrato, termo ou ato.

§ 1º A extinção ocorre pela conclusão do prazo da concessão ou da autorização ou por denúncia do concessionário ou autorizado.

§ 2º Ocorrendo mútuo acordo, as partes decidirão sobre os procedimentos a serem adotados, observando o disposto no contrato, termo ou ato.

§ 3º O resgate ou encampação constitui à retomada dos serviços na vigência do termo ou ato, por interesse público, limitando-se o direito da concessionária ou autorizada à justa indenização pela comprovação de perdas e danos, assegurada o devido processo administrativo (ampla defesa e contraditório pleno).

§ 4º A resolução da concessão ou cassação da autorização constitui sanção aplicável por inadimplemento das cláusulas do contrato, termo ou ato, por falta grave ou perda dos requisitos de idoneidade moral ou capacidade técnica, operacional ou administrativa da concessionária ou autorizada.

§ 5º Na extinção do termo ou ato por superveniência da lei, aplicar-se-á o disposto no § 1º, do inciso IV, deste art. 32, e na decorrente de decisão judicial, o que for estabelecido pela sentença, devidamente transitada em julgado.

Art. 33 O contrato deverá conter os dados essenciais quanto ao objeto, características do serviço, obrigações e direitos da concessionária, além da especificação da forma de remuneração.

Art. 34 Às contratadas não serão permitidas ameaças de interrupção, nem a solução de continuidade ou a deficiência grave na prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros, que deverá estar permanentemente à disposição do usuário.

Parágrafo Único Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a Administração Pública poderá intervir na operação do serviço.

Art. 35 Considera-se deficiência grave na prestação do serviço para efeito desta lei:

I - a reiterada inobservância dos dispositivos contidos na regulamentação do serviço, tais como os concernentes ao itinerário ou horário determinado, salvo por motivo de força maior;

II - o não atendimento de notificação expedida pela Administração Pública para retirar de circulação veículo considerado em condições inadequadas para o serviço;

III - o descumprimento da legislação, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV - o descumprimento pela contratada de suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;

V - a ocorrência de irregularidades contábeis, fiscais e administrativas, que possam interferir na execução dos serviços prestados;

VI - a ocorrência de fatos e situações que violem os direitos dos usuários;

VII - a falta de controle interno, produzindo entre outras irregularidades a evasão de receita.

Art. 36 Pelo não cumprimento das disposições constantes dessa lei e das demais normas legais aplicáveis, bem como do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 8.987, de 1995, serão aplicadas aos operadores do Sistema, as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa contratual;

III - apreensão do veículo;

IV - intervenção, no caso de concessão;

V - rescisão do contrato.

Art. 37 A execução de qualquer serviço de transporte de passageiros, sem a devida delegação ou autorização do órgão gerencial da Prefeitura Municipal de Massaranduba, tipifica ato ilegal e clandestino, sujeitando seu autor às sanções regulamentadas pela Administração Pública.

Art. 38 Do ato da intervenção deverá constar:

I - os motivos da intervenção e sua necessidade;

II - o prazo de intervenção, que será de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias;

III - as instruções e regras que orientarão a intervenção;

IV - o nome do interventor que, representando a Administração Pública, coordenará a intervenção.

Art. 39 No período de intervenção, a Administração Pública assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a contratada utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Art. 40 Cessada a intervenção, se não for extinto o contrato, a administração do serviço será devolvida à contratada, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO II DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA

Art. 41 Somente poderá habilitar-se à prestação do serviço de transporte coletivo a empresa que se organizar observando as normas estabelecidas e que, após a licitação pertinente à concessão, abra representação neste Município, e desde que seu objeto social seja compatível com a prestação de serviços de transporte coletivo urbano.

Parágrafo Único Para fins da concorrência pública destinada à escolha da empresa concessionária do sistema regular de transporte coletivo urbano do Município de Massaranduba, será o sistema representado pelo Plano de Transportes de Massaranduba na forma a ser definida pelo Edital de Licitação.

Art. 42 As multas e infrações cometidas pela empresa concessionária deverão ter como referência de pagamento a Unidade Fiscal Municipal - UFM, sendo que na ocorrência de qualquer infração descrita no Anexo I, a concessionária será enquadrado conforme os grupos de multas ali determinados.

CAPÍTULO III DOS VEÍCULOS

Art. 43 Serão aprovados, para os serviços de transporte coletivo, veículos apropriados às características das vias públicas do Município e que satisfaçam às especificações técnicas, normas e padrões técnicos estabelecidos pela Legislação Nacional de Trânsito, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Órgão Gerencial Municipal.

Art. 44 Normas complementares serão baixadas pelo órgão gerencial, estabelecendo exigências, para os veículos destinados aos serviços de transporte coletivo, tendo em vista o seguinte:

I - Requisitos e documentação para o licenciamento;

II - Características mecânicas, estruturais e geométricas;

III - Capacidade de transporte;

IV - Pintura, comunicação visual e demais características internas e externas, inclusive forma de numeração dos veículos;

V - Vida útil será de 10 anos e a idade média da frota será de 06 anos;

VI - Condições de utilização do espaço interno e externo para publicidade;

VII - Letreiros e avisos obrigatórios;

VIII - Equipamentos obrigatórios, particularmente os de segurança e os de controle de passageiros transportados;

IX - Detalhes de comunicação visual tais como: logotipos, inscrições, cores, etc.;

X - Itinerário frontal conforme normas ABNT podendo ser na forma eletrônica ou pano, com altura das letras de 150 mm na cor estabelecida em normas ABNT.

Art. 45 Os veículos em operação deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, conservação e asseio, sendo submetido às vistorias periódicas pelo órgão gerencial, que poderá retirar do tráfego qualquer veículo que não atenda aos requisitos mínimos de segurança ou conforto, estabelecidos no manual de vistoria a ser desenvolvido pelo órgão de gerenciamento.

§ 1º Semestralmente procederá ao órgão gerencial à vistoria ordinária dos veículos, em local e data determinados por este, para verificar suas condições segundo os ditames das exigências legais e regulamentos.

Art. 46 A frota da concessionária deverá ser composta de veículos em número suficiente para atender à demanda máxima de passageiros das linhas que operam, mais a frota

reserva equivalente a um mínimo de 2% (dois por cento) e a um máximo de 5% (cinco por cento) da frota operacional.

§ 1º Na execução dos serviços, serão utilizados, exclusivamente, ônibus que atendam às especificações técnicas constantes da licitação, parte integrante do contrato de Concessão, bem como as demais especificações técnicas determinadas pelo órgão gestor do Poder Concedente, na forma da lei e do regulamento.

§ 2º A empresa concessionária será responsável pela segurança da operação e pela adequada manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos, o que será aferido pelo órgão gestor do Poder Concedente.

§ 3º É facultado ao órgão gestor encarregado da fiscalização, sempre que considerar conveniente, efetuar vistorias nos veículos, podendo neste caso, determinar a suspensão de tráfego dos que não estiverem em condições de segurança e aplicar as penalidades cabíveis à concessionária.

§ 4º O veículo só poderá operar portando os documentos exigidos pela legislação de trânsito, afixados em local visível ao passageiro,

bem como com indicação dos telefones dos órgãos de fiscalização e de formulários para registro de reclamações quanto à operacionalização do serviço.

Art. 47 A vida útil dos veículos será de no máximo 10 anos, e a frota não deverá exceder a idade de 06 (seis) anos de média.

§ 1º Poderá o Poder Executivo, através de ato específico, declarar revertido ao Município veículo da frota da concessionária, após o término da vida útil, mediante a complementação do respectivo saldo residual, na forma da LEI.

§ 2º A renovação da frota deverá ser procedida, necessariamente, com veículos novos, no ano de vencimento da sua vida útil, sendo vedado o reencarroamento de veículos.

§ 3º Não poderão ser veiculados nos ônibus, pontos de parada e terminais cartazes com propaganda política, religiosa, filosófica ou ideológica, ressalvadas as exceções legais.

§ 4º Em caso de exploração de propaganda e publicidade nos veículos, a arrecadação proveniente deverá ser considerada para fins de cálculo da tarifa, na forma do determinado pelo art. 11 e seu parágrafo único, da Lei Federal 8.987/95.

Art. 48 Todos os veículos deverão circular equipados com tacógrafo ou controladores de quilometragem equivalentes de registro diário aferido, contador de passageiros lacrado, ou ainda, com outros instrumentos que vierem a ser determinados pelo Poder Concedente, sempre na forma do regulamento do sistema, sendo facultado ao órgão gerencial a fiscalização constante de tais instrumentos de registro e controle, sem qualquer aviso prévio à empresa concessionária.

§ 1º O mecanismo de abertura das portas de serviço dos veículos em operação deve ter seu comando situado no posto do motorista, ao abrigo de manuseio não autorizado, podendo ser pneumático ou eletropneumático.

§ 2º O mecanismo mencionado no parágrafo anterior deve conter dispositivo capaz de impedir a aceleração do veículo quando quaisquer das portas de serviço estiverem abertas, bem como também, de impedir a abertura das mesmas com o veículo em movimento.

§ 3º Somente serão incorporados à frota do sistema de transporte coletivo urbano veículos novos que atenderem integralmente às disposições desta Lei e dos regulamentos a ela complementares.

§ 4º Todos os veículos em operação deverão ser cadastrados no Município, através do órgão gerencial, de acordo com as normas, características e especificações técnicas fixadas pelo mesmo, bem como satisfazer as normas do Código Nacional de Trânsito e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devendo a concessionária manter, em quadro de fácil visualização, afixado em cada veículo, em operação, as seguintes informações atualizadas:

I - Marca modelo, ano de fabricação e placa do veículo;

II - Data da entrada do veículo em operação;

III - Cartão de vistoria realizada pelo órgão de fiscalização;

IV - Informação de gratuidades para idosos e deficientes físicos;

V - Informação de troco máximo;

VI - Informação de gratuidades para estudante;

VII - Valor da Tarifa.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 50 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de Novembro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ANEXO I CÓDIGO DISCIPLINAR

GRUPO "A"

Multa de 02 (duas) Unidades Fiscais do Município (UFM)

QUANTO AO PESSOAL DE OPERAÇÃO:

A - 01 - Não aguardar o embarque e desembarque de passageiros;

A - 02 - Tratar os usuários sem urbanidade;

A - 03 - Trafegar com o veículo em más condições de funcionamento, conservação ou asseio, pondo em risco a segurança;

A - 04 - Parar em pontos não autorizados;

A - 05 - Deixar de exibir letreiro obrigatório;

A - 06 - Apresentar-se sem o uniforme padrão da empresa ou sujo;

A - 07 - Dirigir-se aos passageiros com o veículo em movimento;

A - 08 - Deixar de exibir documentação obrigatória;

A - 09 - Recusar passe livre fornecido pela Prefeitura ou por ele reconhecido;

A - 10 - Deixar de exibir crachá de identificação ao órgão gerenciador;

A - 11 - Deixar de atender sinal de parada;

A - 12 - Recusar sob qualquer pretexto fornecer o troco à cédula imediatamente superior a 10 (dez) vezes o valor da passagem.

QUANTO AO VEÍCULO:

A - 13 - Colocar nos veículos acessórios, inscrições, decalques ou letreiros não autorizados;

A - 14 - Deixar o veículo sem detalhes de comunicação visual tais como: logotipo, número de frota, nome da empresa e avisos;

A - 15 - Circular o veículo sem iluminação suficiente no seu interior e exterior;

A - 16 - Revestimento do banco estragado;

A - 17 - Banco estragado ou solto;

A - 18 - Mola do banco quebrada, defeituosa ou estofamento estragado.

QUANTO À ADMINISTRAÇÃO:

A - 19 - Deixar de comunicar ao órgão gerencial alterações contratuais e mudanças de membros da Diretoria;

A - 20 - Deixar de cumprir viagens programadas;

A - 21 - Deixar de comunicar ao órgão gerencial acidentes ocorridos com veículos em 24 (vinte e quatro horas);

A - 22 - Fazer circular veículo sem vistoria ou com vistoria vencida;

A - 23 - Fazer circular veículo sem estar em perfeito estado de conservação e segurança;

GRUPO "B"

Multa de 04 (quatro) Unidades Fiscais do Município (UFM)

QUANTO AO PESSOAL DE OPERAÇÃO:

B - 01 - Agredir verbalmente os usuários;
B - 02 - Cobrar tarifa superior à autorizada ou sonegar troco;
B - 03 - Parar o veículo fora do ponto, acostamento ou meio fio;
B - 04 - Trafegar com excesso de lotação;
B - 05 - Permanecer com o veículo no terminal por tempo superior ao estipulado;
B - 06 - Fumar no interior do veículo;
B - 07 - Trafegar com as portas abertas;
B - 08 - Parar ou arrancar bruscamente o veículo;
B - 09 - Deixar de parar nos pontos quando o veículo não estiver lotado;
B - 10 - Abandonar o veículo quando em serviço;
B - 11 - Manter velocidade reduzida para aguardar passageiros;
B - 12 - Conduzir veículo com defeito em qualquer equipamento obrigatório;
B - 13 - Consentir à entrada de passageiros pela porta destinada a saída, ressalvados os casos concedidos neste Regulamento;
B - 14 - Balaústres das portas de entrada e saída quebrada ou inexistente;
B - 15 - Estribo quebrado;
B - 16 - Balaústres verticais e horizontais quebrados, soltos ou inexistentes;
B - 17 - Extintor de incêndio inexistente ou descarregado;
B - 18 - Piso furado ou com revestimento estragado;
B - 19 - Expelir fumaça em níveis superiores ao concedido;
B - 20 - Falta de tampa do reservatório de combustível ou tampa defeituosa;

QUANTO À ADMINISTRAÇÃO:

B - 21 - Deixar de providenciar o transporte para os usuários em caso de avaria do veículo ou interrupção da viagem;
B - 22 - Deixar de providenciar prontamente a retirada do veículo avariado da via pública após o registro da ocorrência pelo órgão gerencial;
B - 23 - Deixar de preencher de forma clara e legível os formulários com as informações exigidas;
B - 24 - Deixar circular veículo apresentando falta de asseio e conforto;
B - 25 - Fazer circular veículo com pintura estragada, janela ou porta defeituosa;
B - 26 - Fazer circular veículo sem cobertura do seguro conforme determinado nesta LEI.

GRUPO "C"

Multa de 06 (seis) Unidades Fiscais do Município (UFM)

QUANTO AO PESSOAL DE OPERAÇÃO:

C - 01 - Agredir fisicamente o usuário;
C - 02 - Dirigir de forma perigosa;
C - 03 - Dirigir com excesso de velocidade;
C - 04 - Interromper viagem sem motivo justo.

QUANTO À ADMINISTRAÇÃO:

C - 05 - Manter em operação pessoal sem registro no órgão gerencial, ou cujo afastamento tenha sido por ele determinado;
C - 06 - Deixar de manter frota reservada em condições de operação;
C - 07 - Colocar em operação veículo não registrado no órgão gerencial;
C - 08 - Alienar ou transferir veículos sem autorização ou desativá-lo sem comunicação;
C - 09 - Realizar viagem ou transporte não autorizado;
C - 10 - Abastecer o veículo com passageiro a bordo;
C - 11 - Colocar nos veículos publicidade ou informações não autorizadas;
C - 12 - Abastecer o veículo fora do local apropriado;
C - 13 - Deixar de conceder abatimentos e concessões nos casos previstos em Leis, Decretos ou Atos Administrativos;

C - 14 - Admitir em serviço de tráfego funcionário sem matrícula

no órgão gerencial, ou com matrícula vencida, suspeita ou cassada;

C - 15 - Realizar viagem especial não autorizada.

GRUPO "D"

Multa de 08 (oito) Unidades Fiscais do Município (UFM)

QUANTO AO PESSOAL DE OPERAÇÃO

D - 01 - Fazer uso de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas antes ou durante a jornada de trabalho;
D - 02 - Portar arma de qualquer espécie ou trazê-la no veículo;
D - 03 - Agredir verbalmente ou fisicamente, quando em serviço, a prepostos do órgão gerencial;

QUANTO À ADMINISTRAÇÃO:

D - 04 - Manter em operação veículos sem condições de tráfego, ou cuja desativação tenha sido determinada;
D - 05 - Adulterar ou falsificar documentação ou fornecer dados que não correspondam à verdade dos fatos;
D - 06 - Deixar de atender ou dificultar a ação fiscalizadora ou as determinações do órgão gerencial;
D - 07 - Deixar de socorrer usuário em caso de acidente;
D - 08 - Deixar de apresentar ou retardar a entrega de dados ou elementos estatísticos, econômicos e contábeis;
D - 09 - Deixar de colocar em operação a frota estabelecida;
D - 10 - Deixar de cumprir os itinerários fixados;
D - 11 - Interromper viagem para mudança de operadores;
D - 12 - Deixar de realizar duas viagens consecutivas (acrescentar multa de 100% sobre o valor inicial para cada 10% das viagens realizadas fora dos horários previstos);
D - 13 - Realizar viagens fora dos horários pré-estabelecidos (acrescentar multa de 100% do valor inicial para cada 10% das viagens realizadas fora dos horários previstos);
D - 14 - Realizar número de viagens além do limite estabelecido (acrescer multa de 100% para cada 5% das viagens realizadas além do limite estabelecido);
D - 15 - Deixar de comunicar a retirada de veículo de tráfego ou o seu retorno;

D - 16 - Entregar a direção do veículo à pessoa não habilitada como motorista de coletivos, ou não cadastrada no órgão gerencial;

D - 17 - Deixar de efetuar o pagamento do Preço Público por mais de 2 (dois) meses consecutivos;

D - 18 - Deixar de dispensar funcionário considerado inapto para o serviço, pela Prefeitura.

Lei Nº 1559/2013

LEI Nº 1559/2013

Autoriza o Município de Massaranduba (SC) a transformar o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISAMUNESC) em consórcio público e ratifica o novo Protocolo de Intenções do respectivo consórcio público.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a transformação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CIS/AMUNESC) em consórcio público de direito público, sob a forma de associação pública, nos termos da Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e do Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, passando a denominar-se Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC), ratificando-se o Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo do Município

de Massaranduba a firmar o Contrato de Consórcio Público do CIS-NORDESTE/SC, decorrente da conversão do Protocolo de Intenções ratificado pelos entes federativos consorciados.

Art. 3º Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente, respeitadas as normas de contabilidade pública expedidas pelo Poder Executivo Federal.

Art. 4º A extinção do CISNORDESTE/SC dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Massaranduba, 22 de Novembro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº. 1611/2013

LEI Nº. 1611/2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Meleiro para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 24.615.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quinze mil reais), da seguinte forma:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 17.555.000,00 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 7.060.000,00 (sete milhões e sessenta mil reais).

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 22.255.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura – Poder Executivo em R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e em R\$ 4.255.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	25.135.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.090.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	142.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.888.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	765.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	270.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	35.000,00
2.3	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	190.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.150.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.150.000,00)
SOMA:		22.255.000,00
TOTAL:		22.255.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.360.000,00
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO	8.180.000,00
06	SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	4.220.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	65.000,00
08	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.100.000,00
11	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	935.000,00
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.130.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
SOMA:		18.000.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o FMS		3.300.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o SAMAE		70.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES		885.000,00
SOMA:		4.255.000,00
TOTAL:		22.255.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.360.000,00
08	Assistência Social	1.030.000,00
12	Educação	7.394.000,00
13	Cultura	410.000,00
15	Urbanismo	4.020.000,00
16	Habitação	100.000,00
17	Saneamento	200.000,00
20	Agricultura	935.000,00
22	Indústria	65.000,00
27	Desporto e Lazer	376.000,00
28	Encargos Especiais	1.100.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00
SOMA:		18.000.000,00

TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS	3.300.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE	70.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES	885.000,00
SOMA:	4.255.000,00
TOTAL:	22.255.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Encargos Especiais	1.100.000,00
002	Administração Geral e Finanças	2.360.000,00
003	Educação para Todos	7.800.000,00
005	Água Potável e Saneamento	200.000,00
006	Promoção e Extensão Rural	935.000,00
007	Desenvolvimento Urbano	4.020.000,00
008	Meleiro Turismo e Cultura	380.000,00
009	Indústria e Comércio	65.000,00
010	Proteção Social	1.130.000,00
999	Reserva de Contingência	10.000,00
SOMA:		18.000.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamen- tário p/ o FMS		3.300.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamen- tário p/ o SAMAE		70.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamen- tário p/ a CÂMARA VEREADORES		885.000,00
SOMA:		4.255.000,00
TOTAL:		22.255.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	14.925.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.335.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	8.330.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	225.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.365.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	499.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.862.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	3.065.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.175.000,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.174.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	890.000,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.99.00.00.00	Reserva de Contingência	10.000,00
SOMA:		18.000.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS		3.300.000,00

TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE	70.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES	885.000,00
SOMA:	4.255.000,00
TOTAL:	22.255.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 1.530.000,00 (hum milhão, quinhentos e trinta mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 4.830.000,00 (quatro milhões oitocentos e trinta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	1.505.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	50.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	44.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	500,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.405.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.500,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00
	SOMA:	1.530.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	3.300.000,00
	SOMA:	4.830.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.830.000,00
SOMA:		4.830.000,00
TOTAL:		4.830.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	4.830.000,00
SOMA:		4.830.000,00
TOTAL:		4.830.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

004	SAÚDE PARA TODOS	4.830.000,00
SOMA:		4.830.000,00
TOTAL:		4.830.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.630.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.505.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências de Consórcios Públicos	25.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.480.000,00

3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.125.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	200.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências de Consórcios Públicos	400.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.525.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	200.000,00
4.4.71.00.00.00	Transferências de Consórcios Públicos	1.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	199.000,00
SOMA:		4.830.000,00
TOTAL:		4.830.000,00

DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Art. 4º - O Orçamento da Entidade do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Serviços, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	800.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	755.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00
SOMA:		830.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		70.000,00
TOTAL:		900.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO	900.000,00
SOMA:		900.000,00
TOTAL:		900.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17	SANEAMENTO	900.000,00
SOMA:		900.000,00
TOTAL:		900.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

005	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	900.000,00
SOMA:		900.000,00
TOTAL:		900.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	740.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	250.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	490.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	490.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	160.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	160.000,00
SOMA:		900.000,00
TOTAL:		900.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE MELEIRO

Art. 5º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO para o exercício de 2014 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	885.000,00
SOMA:	885.000,00
TOTAL:	885.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01	CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIRO	885.000,00
SOMA:		885.000,00
TOTAL:		885.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVO	885.000,00
SOMA:		885.000,00
TOTAL:		885.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001	PROCESSO LEGISLATIVO	885.000,00
SOMA:		885.000,00
TOTAL:		885.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	740.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	620.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	620.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	120.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	145.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	145.000,00

4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	145.000,00
SOMA:		885.000,00
TOTAL:		885.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	TOTAL:	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo

Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como

fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 15 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 – Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termos de Parcelamentos de Débitos junto a outros órgãos da Administração Pública, relativos às eventuais com a CASAN, CERSUL, SECRETARIA DA RECEITRA FEDERAL e INSS.

Art. 18 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.604/2013 de 02 de Setembro de 2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.605/2013 de 02 de Setembro de 2013, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 19 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de novembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Decreto N.º 064/2013

DECRETO n.º 064/2013

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), nestes termos:



04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO
040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0113.0 - Aplicações Diretas (42)
R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO
040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0113.0 - Aplicações Diretas (36)
R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Novembro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Extrato Contratual Nº 113-2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 113/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de licença de uso do software GerACT para gerenciamento automatizado do processo seletivo ACT 2014 para o município de Meleiro/SC, manutenção e suporte do mesmo. Além de serviços relacionados ao processo seletivo em geral.

Valor: R\$ 3.500,00

Vigência: Início: 12/11/2013 Término: 11/06/2014.

Data da assinatura: 12 de novembro de 2013.

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 244/2013

DECRETO Nº 244/2013 de 21.11.2013.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal, Edital de Concurso Público nº 001/2013 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público

nº 001/2013, para provimento de cargos efetivos do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos está de conformidade com a relação Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 21 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

GILDO BATTISTI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Nos termos do item 6, subitem 6.2 do Edital 001/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, tornam público a nota e classificação dos candidatos após o prazo de recursos, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 06

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105370	ALTAIR EVANDRO RINTZEL	0,90	0,60	4,55	6,05	6,05	1º	APROVADO(A)	15/05/1994

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 09

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105389	MARLICE SIRLEI MULLER GERLACH	1,80	0,30	3,85	5,95	5,95	1º	APROVADO(A)	13/12/1994
105377	LEA DE OLIVEIRA	1,20	0,30	2,45	3,95	3,95	--	REPROVADO(A)	21/04/1980
105383	ROSALENE BOLIS DA CRUZ	1,20	--	1,75	2,95	2,95	--	REPROVADO(A)	12/03/1964

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 10

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105393	JULIANE BEATRIZ ANTUNES	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	30/08/1993

AUDITOR FISCAL - TRIBUTÁRIO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105382	SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT	0,50	0,30	0,40	5,70	6,90	--	6,90	1º	APROVADO(A)	27/08/1974
105349	ELYSON JEAN KAMMLER	0,30	0,20	0,50	3,60	4,60	--	4,60	2º	APROVADO(A)	16/07/1988
105379	FRANCIELE TAUCHERT	0,20	0,20	0,30	3,30	4,00	--	4,00	3º	APROVADO(A)	18/07/1986
105391	VANESSA ALVES DO NASCIMENTO	0,20	0,40	0,40	2,70	3,70	--	3,70	--	REPROVADO(A)	27/01/1993
105380	ELISEU JONATAN WILBERT	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	06/11/1988

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105375	ROSELI MARIA ADRIANO DEMBINSKI	1,50	0,60	7,00	9,10	8,50	8,80	1º	APROVADO(A)	24/07/1975
105360	VANICE GAVINIESKI	1,80	0,90	6,30	9,00	8,50	8,75	2º	APROVADO(A)	17/09/1985
105361	MARISE LUCIA HALBERSTADT	1,80	0,60	7,00	9,40	8,00	8,70	3º	APROVADO(A)	17/03/1979
105356	ADRIANA FROZZA RAUBER	1,50	0,60	6,30	8,40	9,00	8,70	4º	APROVADO(A)	24/03/1980
105365	MAYARA CRISTINA PETRY	1,80	0,60	6,30	8,70	8,50	8,60	5º	APROVADO(A)	24/01/1994
105394	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	1,50	0,60	7,00	9,10	8,00	8,55	6º	APROVADO(A)	13/10/1984
105371	ELIZETE GAMBA FRANA	1,50	0,60	6,65	8,75	8,00	8,38	7º	APROVADO(A)	23/05/1985

105366	MARLETE RAUBER FENTZKE	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	8°	APROVADO(A)	11/08/1969
105387	MARIA CLENIER FERREIRA EICHLER	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	9°	APROVADO(A)	17/06/1973
105364	IRMA ALICE RINTZEL CONRADO	1,20	0,60	7,00	8,80	7,50	8,15	10°	APROVADO(A)	29/04/1975
105353	CLECI LUVISON MOREIRA DA SILVA	1,50	0,60	6,30	8,40	7,50	7,95	11°	APROVADO(A)	07/06/1973
105372	MARLENE FRIDA OLDENBURG	1,80	0,60	5,25	7,65	8,00	7,83	12°	APROVADO(A)	18/03/1966
105376	ALAIDE BALDIN HAERTER	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	13°	APROVADO(A)	17/04/1972
105351	NELI PANDOLFO PEREIRA	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	14°	APROVADO(A)	30/09/1973
105395	ALTAIR DE JESUS	1,20	0,30	6,65	8,15	AUSENTE	--	--	--	--
105350	IVANETE LURDES BORRE DA SILVA	1,80	0,60	5,60	8,00	AUSENTE	--	--	--	--
105348	ROZEMAR DE SOUZA LEITE	1,20	0,60	7,00	8,80	AUSENTE	--	--	--	--
105359	NELVO ALBANI	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	--

FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105363	MARLISE LINDEMANN	0,70	0,10	0,30	3,30	4,40	0,60	5,00	1°	APROVADO(A)	30/12/1971
105369	JACKSON MICHELS	0,70	0,10	0,40	3,00	4,20	0,60	4,80	2°	APROVADO(A)	08/12/1980
105384	DAIANY CERIZOLLI DAMO	0,10	0,10	0,40	3,30	3,90		3,90	--	REPROVADO(A)	12/11/1985
105352	FABRICIO RAMOS MERTZ	0,50	--	0,40	3,00	3,90	--	3,90		REPROVADO(A)	23/01/1986
105374	ANDRESSA DAL AGNOL	0,50	0,10	0,40	1,80	2,80	--	2,80		REPROVADO(A)	22/08/1992
105392	ESTELA DAL PIZZOL FERRI	--	--	--	--	--	--	--		AUSENTE	23/12/1984

Modelo – SC, 20 de novembro de 2013.

Nota e Classificação Final Concurso Público Nº 001/2013

CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Nos termos do item 6, subitem 6.2 do Edital 001/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, tornam público a nota e classificação dos candidatos após o prazo de recursos, conforme abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 06

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105370	ALTAIR EVANDRO RINTZEL	0,90	0,60	4,55	6,05	6,05	1º	APROVADO(A)	15/05/1994

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 09

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105389	MARLICE SIRLEI MULLER GERLACH	1,80	0,30	3,85	5,95	5,95	1º	APROVADO(A)	13/12/1994
105377	LEA DE OLIVEIRA	1,20	0,30	2,45	3,95	3,95	--	REPROVADO(A)	21/04/1980
105383	ROSALENE BOLIS DA CRUZ	1,20	--	1,75	2,95	2,95	--	REPROVADO(A)	12/03/1964

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA - MICRO ÁREA 10

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105393	JULIANE BEATRIZ ANTUNES	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	30/08/1993

AUDITOR FISCAL - TRIBUTÁRIO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105382	SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT	0,50	0,30	0,40	5,70	6,90	--	6,90	1º	APROVADO(A)	27/08/1974
105349	ELYSON JEAN KAMMLER	0,30	0,20	0,50	3,60	4,60	--	4,60	2º	APROVADO(A)	16/07/1988
105379	FRANCIELE TAUCHERT	0,20	0,20	0,30	3,30	4,00	--	4,00	3º	APROVADO(A)	18/07/1986
105391	VANESSA ALVES DO NASCIMENTO	0,20	0,40	0,40	2,70	3,70	--	3,70	--	REPROVADO(A)	27/01/1993
105380	ELISEU JONATAN WILBERT	--	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	06/11/1988

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105375	ROSELI MARIA ADRIANO DEMBINSKI	1,50	0,60	7,00	9,10	8,50	8,80	1º	APROVADO(A)	24/07/1975
105360	VANICE GAVINESKI	1,80	0,90	6,30	9,00	8,50	8,75	2º	APROVADO(A)	17/09/1985
105361	MARISE LUCIA HALBERSTADT	1,80	0,60	7,00	9,40	8,00	8,70	3º	APROVADO(A)	17/03/1979
105356	ADRIANA FROZZA RAUBER	1,50	0,60	6,30	8,40	9,00	8,70	4º	APROVADO(A)	24/03/1980
105365	MAYARA CRISTINA PETRY	1,80	0,60	6,30	8,70	8,50	8,60	5º	APROVADO(A)	24/01/1994
105394	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	1,50	0,60	7,00	9,10	8,00	8,55	6º	APROVADO(A)	13/10/1984
105371	ELIZETE GAMBA FRANA	1,50	0,60	6,65	8,75	8,00	8,38	7º	APROVADO(A)	23/05/1985

105366	MARLETE RAUBER FENTZKE	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	8°	APROVADO(A)	11/08/1969
105387	MARIA CLENIER FERREIRA EICHLER	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	9°	APROVADO(A)	17/06/1973
105364	IRMA ALICE RINTZEL CONRADO	1,20	0,60	7,00	8,80	7,50	8,15	10°	APROVADO(A)	29/04/1975
105353	CLECI LUVISON MOREIRA DA SILVA	1,50	0,60	6,30	8,40	7,50	7,95	11°	APROVADO(A)	07/06/1973
105372	MARLENE FRIDA OLDENBURG	1,80	0,60	5,25	7,65	8,00	7,83	12°	APROVADO(A)	18/03/1966
105376	ALAIDE BALDIN HAERTER	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	13°	APROVADO(A)	17/04/1972
105351	NELI PANDOLFO PEREIRA	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	14°	APROVADO(A)	30/09/1973
105395	ALTAIR DE JESUS	1,20	0,30	6,65	8,15	AUSENTE	--	--	--	--
105350	IVANETE LURDES BORRE DA SILVA	1,80	0,60	5,60	8,00	AUSENTE	--	--	--	--
105348	ROZEMAR DE SOUZA LEITE	1,20	0,60	7,00	8,80	AUSENTE	--	--	--	--
105359	NELVO ALBANI	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	--

FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105363	MARLISE LINDEMANN	0,70	0,10	0,30	3,30	4,40	0,60	5,00	1°	APROVADO(A)	30/12/1971
105369	JACKSON MICHELS	0,70	0,10	0,40	3,00	4,20	0,60	4,80	2°	APROVADO(A)	08/12/1980
105384	DAIANY CERIZOLLI DAMO	0,10	0,10	0,40	3,30	3,90		3,90	--	REPROVADO(A)	12/11/1985
105352	FABRICIO RAMOS MERTZ	0,50	--	0,40	3,00	3,90	--	3,90		REPROVADO(A)	23/01/1986
105374	ANDRESSA DAL AGNOL	0,50	0,10	0,40	1,80	2,80	--	2,80		REPROVADO(A)	22/08/1992
105392	ESTELA DAL PIZZOL FERRI	--	--	--	--	--	--	--		AUSENTE	23/12/1984

Modelo – SC, 20 de novembro de 2013.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços Nº 077/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO PICK-UP PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE MORRO DA FUMAÇA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 05/12/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Autoriza o Município a Firmar Termo de Cessão de Uso de Imóveis

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2810 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEIS COM O ESTADO DE SANTA CATARINA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, os seguintes imóveis:

I - Um terreno sem benfeitorias representado pelo lote nº 12 da quadra "F" do desmembramento denominado Brusquense, situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana desta cidade e Comarca de Navegantes - SC, com área de 377,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: mede na FRENTE, a OESTE, numa avenida sem denominação oficial, 14,50 metros, e de FUNDOS, ao leste, com o lote nº 10, 26,00 metros; EXTREMA ao SUL com o lote nº 11 e ao NORTE com a Rua Adolfo Cabral Júnior, imóvel este registrado sob a matrícula nº 7.092 do Cartório de Registro da Comarca de Navegantes;

II - Um terreno sem benfeitorias representado pelo lote nº 11 da quadra F do desmembramento denominado Brusquense, situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana desta cidade e Comarca de Navegantes-SC, com área de 377,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: mede na FRENTE, a OESTE, numa avenida sem denominação oficial, 14,50 metros, e de FUNDOS ao LESTE, com o lote nº 10, 26,00 metros; EXTREMA ao SUL com terras de André Manoel de Souza e ao NORTE com o lote

nº 12, imóvel este registrado sob a matrícula nº 7.091 do Cartório de Registro da Comarca de Navegantes;

III - Um terreno sem benfeitorias representado pelo lote nº 10 da quadra F do desmembramento denominado Brusquense, situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana desta cidade e Comarca de Navegantes-SC, com a área de 348,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: mede na FRENTE, ao NORTE na Rua Adolfo Cabral Júnior, e FUNDOS ao sul, com terras de André Manoel de Souza, 29,00 metros; EXTREMA ao LESTE com o lote nº 09 e a OESTE com os lotes nº 11 e 12, imóvel este registrado sob a matrícula nº 7.090 do Cartório de Registro da Comarca de Navegantes.

Art. 2 º Os imóveis cedidos serão utilizados pelo Estado a fim de que este viabilize sobre os mesmos a construção de um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social -, o qual beneficiará o Município de Navegantes.

Art. 3 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Portaria Exoneração

PORTARIA Nº. 3520 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LIDIANE SANTOS ISENSEE, matrícula Nº506110 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de novembro de 2013.
PORTARIA Nº. 3521 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MÁRCIA ROSIANE BORGES, matrícula Nº418407 do cargo de Professora de Ensino Religioso, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.
PORTARIA Nº. 3529 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MÁRCIA ROSIANE BORGES, matrícula Nº418408 do cargo de Professora de Ensino Religioso, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
PORTARIA Nº. 3530 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. DIÉSSIKA CRISTINA MAGALHÃES DA SILVA, matrícula Nº6273702 do cargo de Monitora Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
PORTARIA Nº. 3531 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SUELI DA APARECIDA SOUZA, matrícula Nº6313001 do cargo de Monitora Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 19 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

Portaria Licença Saúde

PORTARIA Nº. 3519 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIJARA PINTO, sob matrícula nº 99105, no cargo de Professora, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 07/10/2013 à 09/10/2013 e 11/10/2013 à 18/10/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de outubro de 2013 à 09 de outubro de 2013 e 11 de outubro de 2013 à 18 de outubro de 2013

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Logística Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3528 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a PEDRO OLIVEIRA DA SILVA, sob matrícula nº 49701, no cargo de Administrador Escolar, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 29/10/2013 à 02/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29 de outubro de 2013 à 02 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 29 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Logística Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 168/2013.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 168/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2013.

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A SEDE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Data da entrega dos envelopes: até às 08h50min do dia 05/12/2013. Abertura envelopes: às 09h00min do dia 05/12/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br, link fornecedor.

Navegantes, 25 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município.

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 151/2013

Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº 151/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

TOMADA DE PREÇO Nº 151/2013.

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO COM PAVER E DRENAGEM (PATIO INTERNO) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS “CAIC” PROFESSORA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL, ESCOLA MUNICIPAL GIOVANA SOARES DA CUNHA E ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES ANTUNES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Data da entrega dos envelopes: até às 08h50min do dia 10/12/2013. Abertura envelopes: às 09h00min do dia 10/12/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br, link fornecedor.

Navegantes, 25 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município.

Extrato de Homologação Fme06/2013.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME Nº 06/2013

PROCESSO Nº 6/2013 HOMOLOGAÇÃO: 14/11/2013

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: NSN COM. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, COM FORNECIMENTO DE TONNER E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 14 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

NAVEGANTESPREV**Portaria Nº 042 de 25 de Novembro de 2013 "Concede Aposentadoria por Idade Em Caráter Proporcional"**

PORTARIA Nº 042 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFEB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor ADEMIR JOSE DAS NEVES, portador da cédula de identidade nº 4.776.186-5 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 246.771.588-04, efetivo no cargo de Motorista, lotada na Secretaria de Administração, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2013.02.00037, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 25 de novembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento**PREFEITURA****Resultado Final e Homologação - PP 078/2013**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2013

HOMOLOGAÇÃO: 20/11/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO DE SAÚDE

OBJETO: Registro de Preço para a aquisição parcelada de filme, fixador e revelador para Raio X, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A (33.255.787/0001-91) - Valor total de R\$ 25.773,80 (Vinte e cinco mil e setecentos e setenta e três reais e oitenta centavos). Vigência 12 meses.

Nova Trento/SC, 20 de novembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Ata Chamamento Publico

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, às 09:00 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do Chamamento Público, publicado no DOM/SC de 19/11/2013, para contratação de 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstrou interesse e foi selecionada, através de títulos, a seguinte candidata: ELIANE RIBEIRO DE MORAES. A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.

Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 036/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2013

PROCESSO Nº 122/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013

Aos 20 dias do mês de novembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 20/11/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de filme, fixador e revelador para Raio X, conforme Termo de Referência constante do Anexo I, deste Edital.



para o Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do Anexo I que integra o presente edital.

Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por LOTE, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios, respectivamente:

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A (33.255.787/0001-91)

Item	Qtd	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	25	CAIXA	FILME PARA RAO X 18 X 24 CM, BASE VERDE. CAIXA COM 100 PELICULAS. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	68,56	1.714,00
2	30	CAIXA	FILME PARA RAO X 24 X 30 CM, BASE VERDE. CAIXA COM 100 PELICULAS. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	114,26	3.427,80
3	20	CAIXA	FILME PARA RAO X 30 X 40 CM, BASE VERDE. CAIXA COM 100 PELICULAS. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	190,44	3.808,80
4	25	CAIXA	FILME PARA RAO X 35 X 35 CM, BASE VERDE. CAIXA COM 100 PELICULAS. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	198,85	4.971,25
5	30	CAIXA	FILME PARA RAO X 35 X 43 CM, BASE VERDE. CAIXA COM 100 PELICULAS. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	241,54	7.246,20
6	15	CAIXA	FIXADOR PARA RX - 38 LT. Químico para processamento automático, caixa contendo parte A e parte B, para preparo de 38 Litros. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, numero de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	108,10	1.621,50

7	15	CAIXA	REVELADOR PARA RX - 38 LT. Químico para processamento automático, caixa contendo parte A parte B e parte C, para preparo de 38 Litros. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde.	IBF	198,95	2.984,25
---	----	-------	--	-----	--------	----------

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 25.773,80

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues nos prazos e nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 20 de novembro de 2013

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Nº 124.2013 Cemitério

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 124/2013.

Edital: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 124/2013

Tipo: MELHOR TÉCNICA

Objeto: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ORLEANS, DA CAPELA MORTUÁRIA E DAS SALAS COMERCIAIS ANEXAS.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 10/01/2014.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 10/01/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12h30min às 18h30min horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br ou no site: www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 22 de Novembro de 2013

PATRICIA LIBRELATO MASSUCCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Edital de Homologação dos Aprovados No Processo Seletivo Nº010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ACT Nº 010/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna pública a Lista dos Aprovados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº010/2013.

AUXILIAR DE SEVIÇOS GERAIS MASCULINO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
03	VIANEI SANDER GONÇALVES	5,6	1º lugar	27/09/1980

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
60	JANICE MENDES	7,6	1º lugar	25/06/1978
73	LUCILANI PEREIRA WARMELING	7,6	2º lugar	27/01/1984
33	JHENIFER TARTARI OURIQUES	7,6	3º lugar	05/11/1987
15	JESIANE DE JESUS RICARDO	7,6	4º lugar	07/03/1988
38	PATRICIA DE SOUZA	7,6	5º lugar	14/05/1991
20	EMANUELA DE SOUZA	7,6	6º lugar	24/04/1992
55	TEREZINHA APARECIDA CONSTANTINO BECHENBACH	6,8	7º lugar	31/05/1964
31	GRACE MATTEI CORREA	6,8	8º lugar	04/11/1977
63	ELIANE DA ROCHA	6,4	9º lugar	02/02/1973
81	MARIELI DA CRUZ	6,4	10º lugar	25/05/1987
49	PATRICIA RICARDO	6,0	11º lugar	09/07/1982
75	HELOISA DA CONCEIÇÃO SAMINEZ	6,0	12º lugar	07/04/1986
48	FABIANA PERIN GAZINSKI	5,2	13º lugar	13/08/1984

COLETOR DE RESÍDUOS

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
67	ALMIR TROES PERONE	7,2	1º lugar	02/09/1987
08	JULIO CESAR DA SILVA RAFAEL	6,4	2º lugar	11/11/1978
04	FERNANDO FELIZARDO	6,0	3º lugar	20/04/1979
62	JOSE PAULO DAMASCENO	5,6	3º lugar	12/04/1975

VIGIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
88	ANTONIO MANOEL ELIAS	5,6	1º lugar	06/02/1959
45	EVALDO JUNIOR GOULART	5,2	2º lugar	17/07/1994

COZINHEIRO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
34	ROSILEIA SANGALLETI ANTUNES	8,4	1º lugar	29/05/1980
70	MARIA APRECIDA FELISBINO	6,4	2º lugar	21/10/1968
44	SINARA JANICE MENDES	6,0	3º lugar	13/04/1968
35	JUDIT ANTUNES ROCHA	5,2	4º lugar	01/11/1963

MECÂNICO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
65	ANTOMAR VELHO DA LUZ	6,4	1º lugar	15/05/1985
18	JOÃO DONIZETE BORGES	5,6	2º lugar	28/06/1972

GARI

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
50	JOACIR ANTONIO MACHADO PRUDENCIO	6,0	1º lugar	31/08/1983

PEDREIRO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
27	MOACIR RIBEIRO DO NASCIMENTO	5,6	1º lugar	28/09/1961

CARPINTEIRO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
76	FERNANDO AGUSTO RIBEIRO	6,0	1º lugar	21/08/1989

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
69	SANDRA MICHELS BROGNARA	6,4	1º lugar	29/01/1983
22	PATRICIA WANDERLIND DE FAVERI	5,6	2º lugar	13/06/1982
12	FABIOLA FONTANELA CANEVER	5,6	3º lugar	29/03/1989
74	TATIANE DA ROSA DE LIMA	5,2	4º lugar	16/09/1981

AGENTE DE APOIO E ZELADORIA DA SF

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC.
82	RUBIA BERNARDO	6,4	1º lugar	10/05/1975

Orleans, 21 de novembro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans/SC

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3489/2013

PORTARIA Nº 3489/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLOS ALBERTO DA SILVA, matrícula nº 500408, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/08/2008 a 03/08/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/11/2013 à 11/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3479/2013

PORTARIA Nº 3479/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIANA LEÃO ANDRE, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3 912, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº DE 3 912, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

UTILIDADE PÚBLICA Associação Esportiva Recreativa Cultural Comunitária Aririú – AERCCA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º Fica declarada de Utilidade Pública Associação Esportiva Recreativa Cultural Comunitária Aririú – AERCCA, inscrita sobre o CNPJ 09 196 376/0001-98, localizada no Bairro Aririú, na Rua Renan Nahas Ávila, nº 608, CEP 88135-412, neste Município

Art 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 3 904, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 904, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Grupo Abelhas Operárias

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grupo Abelhas Operárias, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 95 887 154/0001-53, com sede na Avenida Prefeito Nelson Martins s/nº, Bairro Centro, CEP 88 131-300, Palhoça/SC, no valor de R\$ 2 000,00 (dois mil reais), para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, visando o atendimento de gestantes carentes, atendimento de famílias carentes, atendimento ao projeto Rondon e atendimento a pastoral da criança, todos no Município de Palhoça

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3494/2013

PORTARIA Nº 3494/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0623 de 01 de março de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora VANESSA ROSAR, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/11/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da servidora Ana Beatriz Zacchi, que se encontra em LTS

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3485/2013

PORTARIA Nº 3485/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARA DE AVILA ROSA, matrícula nº 190065, titular do cargo de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/11/2013 à 11/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3909, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 909, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 932 608/0004-24, com sede na Rua Ricardo Schelemper s/nº, Brejarú CEP 88 133-652, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L MOHR LTDA EPP OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
10	3	unid	Bola feijão, medindo aprox 100x50cm, peso suportado até 250kg, material: em PVC, atóxico e inflável, sistema anti-estouro e superfície antiderrapante, cor azul escuro Apresentar Prospecto	LIVEUP/LS3223A1	R\$91,00	R\$273,00
24	6	unid	Cinta de Neoprene para aplicação da terapia com porta bolsa térmica frio e calor, revestimento têxtil 100% poliamida, revestimento interno 100% borracha, anatômica e confortável, com acabamentos reforçados, pode ser usada no abdômen, ombro, costas, tornozelo, cotovelo, coxa e joelho, dimensões aproximada 63 0 cm x 180 cm x 0 5 cm Apresentar Prospecto	MERCUR/BC0121S	R\$65,90	R\$395,40
39	2	unid	Disco de propriocepção/equilíbrio Inflável, macio e flexível, com bomba de ar tamanho aproximado 33 x 7cm, cor azul escuro Apresentar Prospecto	MERCUR/BC0325	R\$63,00	R\$126,00
57	8	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência extra forte Marcas aprovadas: Can Doo	CARCI/RB015007	R\$39,00	R\$312,00
58	28	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência forte Marcas aprovadas: Can Doo	CARCI/RB01487	R\$27,00	R\$756,00
59	20	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência médio forte Marcas aprovadas: Can Doo	CARCI/RB0140505	R\$24,00	R\$480,00
60	40	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência médio Marcas aprovadas: Can Doo	CARCI/RB01475	R\$20,50	R\$820,00
61	8	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência ouro máxima Marcas aprovadas: Can Doo	MERCUR/BC-1461-AM	R\$39,00	R\$312,00
62	60	unid	Faixa elástica (látex) exercitadora, medindo 1,5 m de comprimento x 0,15 m de largura, para exercícios de alongamento e fortalecimento muscular Resistência suave Marcas aprovadas: Can Doo	MERCUR/BC-1461-AM	R\$17,90	R\$1 074,00
69	21	unid	Kit de Planejamento Familiar, com as seguintes especificações mínimas: Maleta plastificada ou pasta transparente contendo métodos contraceptivos: 1 Diafragma, 1 DIU, 2 Camisinha Masculinas, 1 sachê de Gel Lubrificante, 1 Camisinha Feminina, 1 Cartela de Anticoncepcional Oral, 1 Cartela de Contracepção de Emergência, 1 Ampola de Anticoncepcional Injetável; e 1 Caderno sobre Orientação Contraceptiva atualizado; tamanho: 39 cm x 29 cm (maleta ou pasta); Peso: 380 Apresentar Prospecto	SEMINA/KPF	R\$220,00	R\$4 620,00
82	21	unid	Pélvico de Acrílico, com as seguintes especificações mínimas: modelo tridimensional, fabricado em acrílico com uma lâmina móvel que permite visualizar o endométrio e os órgãos que compõem o aparelho reprodutor feminino; utilizado também para demonstração da colocação de diafragma, do DIU e da camisinha feminina; acompanha manual de instrução; acondicionado em caixa especial para transporte; tamanho: 24 cm x 22 cm; peso: 574 Apresentar Prospecto	BIONATOM/BIO-ORG036	R\$160,00	R\$3 360,00
83	3	unid	Óculos de proteção para laser 904nm Apresentar Prospecto	ARKTUS/PA00024A	R\$78,50	R\$235,50
84	21	unid	Pênis com suporte, uretra, ereção, ejaculação e sêmen artificial, com as seguintes especificações mínimas: pênis ereto com escroto, com base em acrílico, acompanha sêmen artificial e uma seringa para ser injetado na parte traseira do modelo, para simular uma ejaculação, permite o treinamento de colocação de preservativo, tamanho: 15 cm (pênis), peso: 704, 1 manual de instrução, fabricado em vinil Apresentar Prospecto	SEMINA/PSM-PSN	R\$240,00	R\$5 040,00

92	2	unid	Rolo neurológico sólido de espuma para fisioterapia e posicionamento, revestido em courvin, tamanho aprox 87x40cm, cor azul escuro Apresentar Prospecto	ARKTUS/93ª12	R\$256,00	R\$512,00
100	2	unid	Tábua de Equilíbrio para propriocepção em fisioterapia, tipo meia cana, fabricada em madeira de lei envernizada, com piso revestido de borracha antiderrapante Medidas aprox : 60 x 40cm x 10 cm (comp x larg x altura) Apresentar Prospecto	ARKTUS/132A	R\$83,00	R\$166,00
103	120	unid	Tornezeleira - Caneleira, tipo peso de areia, características mínimas: revestido em náilon com velcro; peso de 1 Kg; medidas aproximada: 50 x 13 cm Apresentar Prospecto	KNOKOUT/T1	R\$10,50	R\$1 260,00
104	60	unid	Tornezeleira - Caneleira, tipo peso de areia, características mínimas: revestido em náilon com velcro; peso de 2 Kg; medidas aproximada: 66 x 16 cm Apresentar Prospecto	KNOKOUT/T2	R\$14,50	R\$870,00
105	60	unid	Tornezeleira - Caneleira, tipo peso de areia, características mínimas: revestido em náilon com velcro; peso de 3 Kg; medidas aproximada: 69 x 16 cm Apresentar Prospecto	KNOKOUT/T3	R\$18,60	R\$1 116,00
106	40	unid	Tornezeleira - Caneleira, tipo peso de areia, características mínimas: revestido em náilon com velcro; peso de 4 Kg; medidas aproximada: 80 x 19 cm Apresentar Prospecto	KNOKOUT/T4	R\$23,00	R\$920,00
108	21	unid	Vulva de Silicone, com as seguintes especificações mínimas: modelo anatômico de vulva em tamanho e formato natural contendo lábios, uretra e clitóris; para o autoconhecimento do órgão feminino e ensino na colocação da camisinha feminina; acondicionado em estojo personalizado; tamanho: 9 cm x 12 cm; peso: 295 Apresentar Prospecto	SEMINA/VS	R\$150,00	R\$3 150,00
						R\$25 797,90

PORTARIA Nº 3499/2013

PORTARIA Nº 3499/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura

Nome	De	Para	A contar de
Natan Azevedo dos Santos	10	05	17/10/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA OBJETO:Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014



Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	200	peça	Bastão de ginástica, com as seguintes especificações mínimas: em madeira, comprimento 110, diâmetro externo 3, carga até 5, sem ponteira Apresentar Prospecto	ISP	R\$20,24	R\$4 048,00
28	2 500	pcte	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades Registro no Ministério da Saúde Marcas aprovadas: América, Medi House, Neve	AMERICA	R\$0,44	R\$1 100,00
31	10	kit	Conjunto de oxigenação e aspiração rede canalizada de oxigênio, com as seguintes especificações mínimas: tomada dupla de oxigênio, aspirador compacto de 500 ml, fluxômetro de oxigênio de 0 a 15 litros, conjunto para umidificação Marcas aprovadas: Unitec	UNITEC	R\$138,00	R\$1 380,00
33	3	unid	Cunha em espuma para fisioterapia, tamanho aproximadamente 50x50x30cm, revestida em courvin, espuma ortopédica de alta resiliência com densidade mínima 26, cor azul escuro Apresentar Prospecto	ISP	R\$125,00	R\$375,00
71	100	unid	Lâmpada para negatoscópio15w Marcas aprovadas: Philips	PHILIPS	R\$14,10	R\$1 410,00
95	50	unid	Seringa Luer	CASSIFLEX	R\$19,8079	R\$990,40
97	1000	Frasco	Solução de Ringer com lactato, frasco de 500 ml Marcas aprovadas: Equiplax, Basa, Texon	BASA	R\$2,65	R\$2 650,00
						R\$11 953,40

PORTARIA Nº 3490/2013

PORTARIA Nº 3490/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE MARIA DE ABREU ROSA, matrícula nº 800135, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2006 a 01/04/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/11/2013 à 18/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3481/2013

PORTARIA Nº 3481/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA DO HORTO LOPES LEAL, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3 913, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº DE 3 913, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

DENOMINA VIA PÚBLICA Altera a Lei nº 1 392, de 19 de março de 2002

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O artigo 1º da Lei nº 1 392, de 19 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º Fica denominada de Rua Natalino Campos Schaimann, via pública situada na localidade Guarda do Cubatão, neste Município” (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias

Palhoça, 19 de novembro de 2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 3 905, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 905, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75 398 966/0001-28, com sede na Avenida Manoel Cantalício Vidal s/nº, Bairro Centro, CEP 88 131-110, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio das entidades que atuam na

habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência previstos na política de Assistência Social

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3495/2013

PORTARIA Nº 3495/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOICE MARIA DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/11/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3486/2013

PORTARIA Nº 3486/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1517 de 02 de maio de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAUROLI MARIA DA SILVA CORREIA, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/09/2013 a 23/02/2014, Acidente de Trabalho

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial nº 223/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 223/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 05 de dezembro de 2013, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 223/2013, que tem por objeto a aquisição de materiais para sinalização vertical e horizontal, para aplicação e manutenção de diversas ruas neste Município, para a Superintendência de Trânsito. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br

Palhoça, 21 de novembro de 2013

A PREGOEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa W&Z COMERCIO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
13	21	unid	Bola Suíça 65cm, cor Azul, aplicada para condicionamento físico, especificações mínimas: diâmetro de 65 Cm em PVC, antiderrapante, suporta até 300 kg de peso estático (parado), altura da pessoa 1,70 a 1,87 m; AntiBurst, acompanha 02 pinos para o ventil, 01 extrator de pinos, 01 adaptador para bomba, 01 com bomba para inflar. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$80,00	R\$1.680,00
19	6	unid	Cabo para Tens para o aparelho Carci, modelo FESNED IV. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$18,90	R\$113,40
52	4	unid	Exercitador para músculos das mãos e dedos, com resistência aprox 30 lbs - 1,4 kg. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$11,00	R\$44,00
53	4	unid	Exercitador para músculos das mãos e dedos, com resistência aprox 50 lbs - 2,3 kg. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$115,00	R\$460,00
54	4	unid	Exercitador para músculos das mãos e dedos, com resistência aprox 70 lbs - 3,2 kg. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$115,00	R\$460,00
55	4	unid	Exercitador para músculos das mãos e dedos, com resistência aprox 90 lbs - 4,1 kg. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$115,00	R\$460,00
91	3	unid	Rolo neurológico sólido de espuma para fisioterapia e posicionamento, revestido em courvin, tamanho aprox 85x30cm, cor azul escuro. Apresentar Prospecto	CARCI	R\$180,00	R\$540,00
						R\$4.157,40

PORTARIA Nº 3476/2013

PORTARIA Nº 3476/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EVALDO LUIZ SELL, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2013



Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3 910, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 910, de 19 de novembro de 2013
CONVÊNIO Associação João Paulo II

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76 276 500/0001-12, com sede na Rua João Gonçalves, nº 128, Ponte do Imaruim, CEP 88 130-330, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 14 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1 581, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

DECRETO Nº 1 581, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA Altera o Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013, que trata da delegação de competência ao Secretário Municipal de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

DECRETAR:

Art 1º Ficam acrescentados os incisos III e IV ao art 2º do Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art 2º ()

III – anulação de processos licitatórios; e

IV – emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC ” (NR)

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias

Palhoça, 20 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3491/2013

PORTARIA Nº 3491/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNALVA OLIVEIRA TINOCO, matrícula nº 300016, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/05/1990 a 01/05/1995, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3482/2013

PORTARIA Nº 3482/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº 097 de 15 de dezembro de 2010, MIRINA DA ROSA FELICIANO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2013, face ao termino da Licença Maternidade

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça
DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
3	3	unid	Ambú adulto - Ressuscitador pulmonar manual, adulto, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS Marcas aprovadas:Protec, J G Moriya	PROTEC	R\$122,00	R\$610,00
4	3	unid	Ambú infantil - Ressuscitador pulmonar manual, infantil, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS Marcas aprovadas:Protec, J G Moriya	PROTEC	R\$122,00	R\$610,00
6	250	unid	Barbeador descartável de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades Marcas aprovadas: Bic, Harbor, Multi-link	VITAL MAX/ 2 LAMINAS	R\$0,45	R\$112,50
21	6	kit	Cânula Orofaríngea kit com estojo com 8 cânulas (Cânula de Guedel) Dispositivo semicircular que mantém a língua distante da parede posterior da faringe e/ou proteger o tubo endotraqueal da compressão dos dentes kit contém: 1 cânula de 40mm, 1 cânula de 50mm, 1 cânula de 60mm, 1 cânula de 70mm, 1 cânula de 80mm, 1 cânula de 90mm, 1 cânula de 100mm, 1 cânula de 110mm e 1 estojo de plástico Material siliconado e resistente à desinfecção Apresentar Prospecto	PROTEC/OROFARÍNGEA	R\$20,00	R\$120,00

22	40	kit	Cateter venoso central adulto mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado, 1 dilatador, 1 fio guia em J, 1 agulha, 1 seringa descartável, 1 bisturi descartável, 1 fixador do cateter tipo borboleta com trava Tampas protetoras auto selantes Cateteres hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos O Kit deverá conter: cateter em poliuretano hidrofílico centimetrado, dilatador, fio guia em "J" e adiantador do fio guia, agulha de punção, seringa descartável, bisturi descartável com cabo, fixador de cateter tipo borboleta com trava e tampa protetora auto selante Ponta soft, flexível Válvula LuerLock com câmara de látex Variedade de tamanhos e de medidas adulto, pediátrico e neo natal, na apresentação: Mono Lúmen Apresentar Prospecto	BIOMEDICAL/ UNI-LUME	R\$39,80	R\$1 592,00
23	20	kit	Cateter venoso central Infantil mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado, 1 dilatador, 1 fio guia em J, 1 agulha, 1 seringa descartável, 1 bisturi descartável, 1 fixador do cateter tipo borboleta com trava Tampas protetoras auto selantes Cateteres hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos O Kit deverá conter: cateter em poliuretano hidrofílico centimetrado, dilatador, fio guia em "J" e adiantador do fio guia, agulha de punção, seringa descartável, bisturi descartável com cabo, fixador de cateter tipo borboleta com trava e tampa protetora auto selante Ponta soft, flexível Válvula LuerLock com câmara de látex Variedade de tamanhos e de medidas adulto, pediátrico e neo natal, nas apresentações: Mono Lúmen Apresentar Prospecto	BIOMEDICAL/ UNI-LUME	R\$42,50	R\$850,00
26	400	unid	Colchonete de ginástica, material revestido em courvin, com as seguintes especificações mínimas: comprimento 090, largura 045 e espessura 005 na cor azul, lavável Apresentar Prospecto	ORTOBOM/EMCORVIM	R\$23,51	R\$9 404,00

40	5 000	unid	Dispositivo para irrigação para uso em frascos de solução em sistema fechado Adaptador para frascos de soro, sistema fechado, com dimensional do penetrador conforma NBR 14041, que facilita a utilização das soluções em almotolia e permuta fracionamento por meio de conectores luer e luer-lock de seringas e extensores Com protetores que garantam a esterilidade do produto após a abertura da embalagem Embalado em papel cirúrgico e esterilizado a óxido de etileno Apresentar Prospecto	BIOSANI/ SISTEMA FEC	R\$0,70	R\$3 500,00
63	10	unid	Fio guia reto, com ponta maleável e baixa fricção Apresentar Prospecto ou Amostra	OXIGEL	R\$20,00	R\$200,00
68	50	CX	Haste em plástico flexível com algodão, caixa com 100 unidades Marcas aprovadas:HigieTopp, York	HIGIE TOPP	R\$0,93	R\$46,50
70	5	unid	Lâmpada infra vermelho para fisioterapia, potência de 150W, 220V Apresentar Prospecto	VAGALUMY/150W	R\$51,05	R\$255,25
72	5	unid	Lanterna clínica portátil de LED de 2,2V, confeccionada em metal leve de alta qualidade, capacidade para 02 pilhas AAA Apresentar Prospecto	INSTRULITE/CLÍNICA	R\$40,00	R\$200,00
94	10	unid	Saco em brim para hamper com as dimensões mínimas: 0,50m diâmetro x 0,80m altura Apresentar Prospecto	MP/BRIM	R\$33,20	R\$332,00
107	5	unid	Travesseiro Hospitalar, enchimento em flocos de espuma, revestida com capa em courvin, com zíper, impermeável, lavável, antialérgico, fácil de limpar, aceita produtos de limpeza, inclusive álcool, medida aproximadamente 0 40 x 0 60 cm, cor azul escuro Apresentar Prospecto	ALTENBURG/CORVIM	R\$26,60	R\$133,00
						R\$17 965,25

LEI Nº 3 906, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 906, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79 524 708/0001-00, com sede na Rua João Febrônio de Oliveira, nº 65, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88 130-385, Palhoça/SC, no valor de R\$ 2 000,00 (dois mil reais), para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, especificamente no Projeto Nova Vida, que atende gestante, estimulando a confecção dos enxovais de bebês, para custeio de materiais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000



Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º112/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IN-
DUMED COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA OBJETO:Aquisição de materiais de consumo de enfer-
magem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado
Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da
Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
9	6	jogos	Baterias descartáveis de lítio-dióxido de manganês, ho- mologadas conforme manual do equipamento na ANVISA, para utilização em desfibrilador externo automático marca Zoll AED Plus Embalagem adequada, contendo dados de identificação, procedência, prazo de validade, lote confor- me a legislação vigente pertinente ao produto e código do consumidor Modelo CR123 a 3 volts Jogo com 10 unidades Apresentar Prospecto	DURACELL	R\$341,00	R\$2 046,00
42	30	unid	Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, adulto (CRP STAT-PADZ), perfeitamente adaptável / DEA, da marca ZOLL, modelo AED-PLUS Marcas aprovadas: Zoll	CPR STAT PADZ	R\$615,00	R\$18 450,00
43	10	unid	Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil (CRP PEDI-PADZ), perfeitamente adaptável / DEA, da marca ZOLL, modelo AED-PLUS Marcas aprovadas: Zoll	PEDI PADZ 2	R\$633,00	R\$6 330,00
						R\$26 826,00

ERRATA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2013

ERRATA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2013

Devido ao lapso ocorrido na redação constante na Cláusula II - DO VALOR DO CONTRATO, no item 2 2,; onde se lê:

2 2 – Os preços das taxas de inscrições: R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível superior, R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos
de nível médio, e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de nível fundamental, com as isenções previstas em lei

leia-se: 2 2 - O preço da taxa de inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Palhoça (SC), 14 de novembro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 3496/2013

PORTARIA Nº 3496/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II
e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3466 de 30 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NATAN AZEVEDO DOS SANTOS,
para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefei-
tura, pelo período de 02/10/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da servidora Rosane de Freitas, que se encontra em LTS

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3487/2013

PORTARIA Nº 3487/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1000 de 28 de fevereiro de 2011, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FABIANA REGINA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 18/01/2014

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3477/2013

PORTARIA Nº 3477/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ZENILDA APARECIDA DOS SANTOS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3 911, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 911, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Conselho Comunitário Ponte do Imaruim

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 720 631/0001-02, com sede na Rua Trinta e um de março s/nº, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88 130-350, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), visando o apoio financeiro para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, especificamente para custeio e manutenção do projeto adolescer, que atenderá adolescentes de 12 a 18 anos

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 114/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
20	8	unid	Cabo para Tens para o aparelho Ibramed, modelo Neurodyn II, 02 canais e 04 fios Apresentar Prospecto	IBRAMED	R\$50,00	R\$400,00
35	5	unid	Curetas Goldmann Fox nº 01 Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$26,45	R\$132,25
36	5	unid	Curetas Goldmann Fox nº 02 Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$26,45	R\$132,25
41	24	pcte	Eletrodos auto adesivos para Tens/ Fes, com tamanho de 5 x 9 cm Pacote com 4 eletrodos Apresentar Prospecto	VALUTRODE	R\$35,50	R\$852,00
47	20	cx	Espaçador Dental nº 01, caixa com 04 unid Apresentar Prospecto ou Amostra	MEDIN	R\$28,28	R\$565,60
56	5	unid	Extrator de tártaro Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$3,60	R\$18,00
64	144	pcte	Fralda P adulto Big Fral, pacote com 10 unidades Marcas aprovadas: Big Fral	BIGFRAL	R\$16,90	R\$2 433,60
65	20	unid	Grampos p/ Isolamento nº 26 adulto, para molares inferiores, em aço inox Marcas aprovadas: Golgran, Technew	GOLGRAN	R\$8,92	R\$178,40
74	20	CX	Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção, cx com 50 unidades Marcas aprovadas: GS 80, SDI	SDI	R\$94,00	R\$1 880,00
76	500	unid	Máscara de O2 com reservatória, adulto, utilizada para fornecer O2 ao paciente Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100% Feito em silicone Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750 ml Marcas aprovadas: Headstar/HP-8708	HEADSTAR	R\$9,91	R\$4 955,00
77	100	unid	Máscara de O2 com reservatório, infantil, utilizada para fornecer O2 ao paciente Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100% Feito em silicone Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750 ml Marcas aprovadas: Headstar/HP-8708	HEADSTAR	R\$9,89	R\$989,00
80	5	unid	Micro Cinzel para osso tipo Ochsenein nº 02 Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$35,76	R\$178,80
81	5	unid	Micro Cinzel para osso tipo Ochsenein nº 03 Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$35,76	R\$178,80
86	50	unid	Porta agulha MayoHegar 12cm, confeccionado em aço inoxidável AISI-420 Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE Marcas aprovadas: ABC	ABC	R\$10,81	R\$540,50
90	2	unid	Prancha de propriocepção/equilíbrio, construída em madeira em envernizada ao natural, com plataforma revestida com material sintético antiderrapante, medindo aproximadamente Ø 40cm Apresentar Prospecto	ISP/ARKTUS	R\$68,00	R\$136,00
93	2	unid	Rolo posicionador, em espuma D23 (ortopédica), medindo aprox 25 x 60 cm, revestido em courvin, cor azul escuro Apresentar Prospecto	ISP/ARKTUS	R\$58,90	R\$117,80
						R\$13 688,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CI-RURGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	Valor total
7	6	unid	Base para coxim emborrachada impermeável, confeccionada com o mesmo material dos apoios laterais do coxim. Possuir no mínimo 40cm de largura, sistema de fixação que se ajuste à largura da maca rígida. Apresentar Prospecto	RESGATE	R\$112,50	R\$675,00
15	50	unid	Broca de alta rotação 3080	KG	R\$5,40	R\$270,00
16	50	unid	Broca de alta rotação 3082	KG/ZEEP	R\$1,54	R\$77,00
25	5	unid	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. Confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho: Infantil. Marcas aprovadas: Ortopratika, Marimar	MARIMAR	R\$13,80	R\$69,00
29	5	cx	Cone de guta percha principal nº 20, caixa com 120 unid. Marcas aprovadas: Injecta	INJECTA	R\$13,12	R\$65,60
30	5	cx	Cone de guta percha principal nº 25, caixa com 120 unid. Marcas aprovadas: Injecta	INJECTA	R\$13,12	R\$65,60
37	5	unid	Curetas Goldmann Fox nº 03. Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$26,48	R\$132,40
38	5	unid	Curetas Goldmann Fox nº 04. Marcas aprovadas: Golgran	GOLGRAN	R\$26,45	R\$132,25
48	20	cx	Espaçador Dental nº 02, caixa com 04 unid. Apresentar Prospecto ou Amostra	INJECTA	R\$23,04	R\$460,80
49	20	cx	Espaçador Dental nº 03, caixa com 04 unid. Apresentar Prospecto ou Amostra	INJECTA	R\$23,04	R\$460,80
50	20	cx	Espaçador Dental nº 04, caixa com 04 unid. Apresentar Prospecto ou Amostra	INJECTA	R\$23,04	R\$460,80
66	10	unid	Grampos para isolamento pediátrico nº 0. Marcas aprovadas: Golgran, Technew	PRISMA	R\$8,90	R\$89,00
67	10	unid	Grampos para isolamento pediátrico nº 00. Marcas aprovadas: Golgran, Technew	PRISMA	R\$8,90	R\$89,00
73	10	CX	Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção, cx com 50 unidades. Marcas aprovadas: GS 80, SDI	GS 80	R\$78,50	R\$785,00
75	5	unid	Lima para osso pequena 11-12. Marcas aprovadas: Golgran	LM	R\$19,00	R\$95,00
79	5	unid	Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº 01. Marcas aprovadas: Golgran	PREMIUM	R\$21,50	R\$107,50
85	10	unid	Perfurador para isolamento, em aço inox. Marcas aprovadas: Prata, Golgran, Trinks	GOLPRAN	R\$44,15	R\$441,50
87	10	unid	Porta amalgama, em aço inox. Marcas aprovadas: Trinks, Golgran	LM	R\$17,86	R\$178,60
88	30	unid	Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, adulto. Marcas aprovadas: Prisma, Golgran, ABC	PRISMA	R\$15,70	R\$471,00
89	25	unid	Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, infantil. Marcas aprovadas: Prisma, Golgran, ABC	PRISMA	R\$15,70	R\$392,50

102	10	unid	Tirante ripo/modelo aranha adulto para fixação de vítima em prancha rígida Confeccionado em fita tipo cadarço de nylon com 50 mm de largura Com 1 tirante longitudinal na cor preta com altura regulável de 15 cm, conforme o tamanho da vítima Na parte superior com uma bifurcação costurada na fita com saída em V para colocação na prancha e ajuste ao tórax do paciente Os quatro tirantes transversais e reguláveis em suas alturas para adaptação em qualquer tipo de prancha rígida Confeccionado em cores vivas e distintas para evitar erros quando da fixação Fixado com velcro de 50 mm de largura tipo macho/fêmea com material de alta qualidade Dimensões aprox : Tirante longitudinal: 1,98 de comprimento já com sistema em V Tirantes transversais: 1,60 de comprimento superior e do meio superior; 1,10 o do meio inferior e 1,15 o inferior Apresentar Prospecto	RESGATE	R\$49,00	R\$490,00
						R\$6 008,35

PORTARIA Nº 3492/2013

PORTARIA Nº 3492/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3117 de 25 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora NICOLLY BECHTOLD MARTINS, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da servidora Eli Terezinha Machado, que se encontra em LTS

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3483/2013

PORTARIA Nº 3483/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art 2º Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2013

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA
801600	Gabriela Regina Falcão Cabral	R\$ 500,00
801746	Monique Schutz Milcent Assis	R\$ 500,00
801604	Renata Maria Borba	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

EDITAL PREGÃO 225/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de dezembro de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº

225//2013, que tem por objeto aquisição de materiais de expediente para a Secretaria de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br

Palhoça, 21 de novembro de 2013
A PREGOEIRA

LEI Nº 3 907, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 907, de 19 de novembro de 2013
CONVÊNIO Conselho Comunitário do Alto Ariú

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Ariú, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76 276 591/0001-96, com sede na Rua César Rene Wagner, s/n, Bairro Alto Ariú, CEP 88 135-720, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3497/2013

PORTARIA Nº 3497/2013
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO EVANIA DE SOUSA LOPES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº 002/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 11/11/2013

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3488/2013

PORTARIA Nº 3488/2013
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA MARIA RAMOS, matrícula nº 800840, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2002 a 01/09/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial nº 224/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de dezembro de 2013, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2013, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para a Secretaria de Assistência Social

O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br

Palhoça, 21 de novembro de 2013
A PREGOEIRA

PORTARIA Nº 3478/2013

PORTARIA Nº 3478/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº 097 de 15 de dezembro de 2010, SIMONE APARECIDA PASSOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

LEI Nº 3 903, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 903, de 19 de novembro de 2013
CONVÊNIO Fundação Fé e Alegria do Brasil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46 250 411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, nº 350, Bairro Barra do Aririú, CEP 88 134-420, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1 582, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

DECRETO Nº 1 582, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERAÇÃO Dispõe sobre a exoneração dos profissionais da educação Admitidos em Caráter Temporário – ACT's

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art 79 da Lei Orgânica do Município, resolve

DECRETAR:

Art 1º Fica determinada a exoneração dos profissionais da educação Admitidos em Caráter Temporário – ACT's no dia 14 de dezembro de 2013

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 20 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3493/2013

PORTARIA Nº 3493/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1799 de 03 de junho de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIMONE CRISTINA GONÇALVES SIEGEL, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/11/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da servidora Noeli Moreira Nahas, que se encontra em LTS

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3484/2013

PORTARIA Nº 3484/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº 097 de 15 de dezembro de 2010, KENIA VANESSA ZAPELINI GONÇALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2013

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial 48/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 48/2013 - SRP, objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, a ser prestado nas Unidades de Saúde: Frei Damião, Jardim Eldorado, Brejarú, Passa Vinte,

Pinheira, Enseada do Brito, Madri, São Sebastião, Médio Aririú e Central, CEAP, CAPS II, CAPS AD, CEO e Farmácia Popular, Almoxarifado Central de Saúde, Setor de Transporte e Vigilância em Saúde, conforme anexos deste edital, no dia 05 de novembro de 2013, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res Pagani - Palhoça/SC O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br

Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas

Palhoça, 25 de novembro de 2013

ROSIMÉRI HILDA COELHO

Pregoeira Oficial

Sec de Saúde

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º116/2013 – Pregão Presencial 45/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUALYMEDIC – COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, odontologia, fisioterapia, material de higienização pessoal, educativo e laboratorial, para reposição dos estoques do Almoxarifado Central de Saúde, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de Saúde, SAMU, NASF, bem como os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde Materiais para o atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 12/11/2013 à 11/11/2014

Item	Quant	Unid	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	Valor total
11	34	unid	Bola para fisioterapia fortalecimento das mãos prevenção e tratamento de ler, medindo 5cm, intensidade média, composição borracha natural, polibutadieno e butílica Apresentar Prospecto	ARKTUS	R\$4,00	R\$136,00
12	34	unid	Bola para fisioterapia fortalecimento das mãos prevenção e tratamento de ler, medindo 5cm, intensidade suave, composição borracha natural, polibutadieno e butílica Apresentar Prospecto	ARKTUS	R\$4,00	R\$136,00
14	10	unid	Bolsa térmica em gel, quente ou fria, reutilizável, não tóxica, podendo ser resfriada no freezer, aquecida no micro-ondas ou na água quente, Composição: filme camadas de poliamida/polietileno internamente e polietileno na camada externa Gel: polímero vinílico, TEA, conservante e agente anticongelante Medidas aproximadas: tamanho 15x26 cm e peso 400 g Apresentar Prospecto	CARBOGEL	R\$10,00	R\$100,00
32	6	unid	Coxim: Fixador lateral de cabeça e apoiador de cabeça e pescoço em prancha rígida Confeccionado em espuma de altíssima densidade e emborrachada, revestida por pintura especial que garanta a sua flexibilidade e a total impermeabilização Pintura resistente a produtos químicos, cloro e demais produtos para a desinfecção O fixador quando posicionado a maca, evitar os movimentos de adução, abdução, flexão e extensão da cabeça da vítima Composta por duas partes laterais sendo ambas com vazado circular central de lado a lado para observação de otorragia Dispor de um sistema de correias em cadarço de nylon com velcro macho/fêmea e reguladores para o tamanho das fitas para fixação e ajuste dos coxins à cabeça A base possuir no mínimo 40cm de largura, sistema de fixação afim de que se ajuste a largura da maca rígida Os fixadores laterais com velcro macho/fêmea, fixados em ambos os lados com sistema de cola resistente a produtos químicos Marcas aprovadas: Marimar	ORTOCENTER	R\$108,00	R\$648,00
						R\$1 020,00

LEI Nº 3 908, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 3 908, de 19 de novembro de 2013

CONVÊNIO Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 598 136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88 032-001, Florianópolis/SC, no valor de R\$ 8 000,00 (oito mil reais), para manutenção e custeio das entidades que atuam na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência previstos na política de Assistência Social

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de novembro de 2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3498/2013

PORTARIA Nº 3498/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1 533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOICE MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 11/11/2013

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 049/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II – AJPII

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação João Paulo II, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos deztoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 055/2013

PROJETO DE LEI Nº 188/2013

PROJETO DE LEI Nº 188/2013

CONVÊNIO Conselho Comunitário do Alto Aririú

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Aririú, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76 276 591/0001-96, com sede na Rua César Rene Wagner, s/n, Bairro Alto Aririú, CEP 88 135-720, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 159/2013

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 159/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA Avenida Hilza Terezinha Pagani

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica denominada de Avenida Hilza Terezinha Pagani, via pública localizada no loteamento Pagani I neste Município, tendo como extensão 851 metros de comprimento e 15 metros de largura

Parágrafo único O croqui em anexo é parte integrante desta Lei

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as leis Municipais nº 727, de 24 de abril de 1987 e nº 1 948, de 11 de novembro de 2004 e demais disposições em contrário

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 149/2013

PROJETO DE LEI Nº 149/2013

PMAT Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto à Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos, do BNDES junto a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 10 000,000,00 (dez milhões de reais) observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES

Parágrafo único Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores sociais Básicos, do BNDES vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000

Art 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato

celebrado

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida

Art 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais

Art 4º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica se Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com recursos próprios de contrapartida, quanto for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observando o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Lei 4 320, de 17 de março de 1964, com abertura de programa especial de trabalho

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 187/2013

PROJETO DE LEI Nº 187/2013

CONVÊNIO Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79 524 708/0001-00, com sede na Rua João Febrônio de Oliveira, nº 65, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88 130-385, Palhoça/SC, no valor de R\$ 2 000,00 (dois mil reais), para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, especificamente no Projeto Nova Vida, que atende gestante, estimulando a confecção dos enxovais de bebês, para custeio de materiais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Fundação Fé e Alegria do Brasil, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 051/2013

PROJETO DE LEI Nº 153/2013

PROJETO DE LEI Nº 153/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA Servidão Portal do Pagani

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica denominada Servidão Portal do Pagani, com extensão de 65 metros e largura de 5 metros, via pública, localizada no Bairro São Sebastião, com início a Rua Thomás Domingos da Silveira

Parágrafo único A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 190/2013

PROJETO DE LEI Nº 190/2013

CONVÊNIO Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 598 136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88 032-001, Florianópolis/SC, no valor de R\$ 8 000,00 (oito mil reais), para manutenção e custeio das entidades que atuam na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência previstos na política de Assistência Social

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 184/2013

PROJETO DE LEI Nº 184/2013

CONVÊNIO Fundação Fé e Alegria do Brasil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46 250 411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, nº 350, Bairro Barra do Aririu, CEP 88 134-420, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 152/2013

PROJETO DE LEI Nº 152/2013

UTILIDADE PÚBLICA Associação Esportiva Recreativa Cultural Comunitária Aririú – AERCCA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º Fica declarada de Utilidade Pública Associação Esportiva Recreativa Cultural Comunitária Aririú – AERCCA, inscrita sobre o CNPJ 09 196 376/0001-98, localizada no Bairro Aririú, na Rua Renan Nahas Ávila, nº 608, CEP 88135-412, neste Município

Art 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 195/2013

PROJETO DE LEI Nº 195/2013

CONVÊNIO Conselho Comunitário Ponte do Imaruim

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 720 631/0001-02, com sede na Rua Trinta e um de março s/nº, Bairro Ponte do Imaruim, CEP 88 130-350, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesseis mil reais), visando o apoio financeiro para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, especificamente para custeio e manutenção do projeto adolescer, que atenderá adolescentes de 12 a 18 anos

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALHOÇA - APAE

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas

atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 054/2013

PROJETO DE LEI Nº 154/2013

PROJETO DE LEI Nº 154/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA Altera a Lei nº 1 392, de 19 de março de 2002

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O artigo 1º da Lei nº 1 392, de 19 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º Fica denominada de Rua Natalino Campos Schaimann, via pública situada na localidade Guarda do Cubatão, neste Município” (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIÚ

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e o Conselho Comunitário do Alto Aririú, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 056/2013

PROJETO DE LEI Nº 193/2013

PROJETO DE LEI Nº 193/2013

CONVÊNIO Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83 932 608/0004-24, com sede na Rua Ricardo Schelemper s/nº, Brejarú CEP 88 133-652, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 15 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AEBAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 053/2013

PROJETO DE LEI Nº 185/2013

PROJETO DE LEI Nº 185/2013

CONVÊNIO Grupo Abelhas Operárias

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grupo Abelhas Operárias, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 95 887 154/0001-53, com sede na Avenida Prefeito Nelson Martins s/nº, Bairro Centro, CEP 88 131-300, Palhoça/SC, no valor de R\$ 2 000,00 (dois mil reais), para manutenção e custeio a entidades que atuam na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social, visando o atendimento de gestantes carentes, atendimento de famílias carentes, atendimento ao projeto Rondon e atendimento a pastoral da criança, todos no Município de Palhoça

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000 000000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 172/2013

PROJETO DE LEI Nº 172/2013

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE A INTOLERÂNCIA À DIVERSIDADE SEXUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica instituída a segunda semana do mês de Novembro de cada ano, como Semana Municipal de Combate a Intolerância à Diversidade Sexual

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL PONTE DO IMARUIM

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 057/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2013

ESTATUTO DOS SERVIDORES Acrescente cargos de Agente de Controle de Endemias

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art 1º Fica acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Salários do Município de Palhoça, 14 (quatorze) vagas de Agente de Controle de Endemias, com o respectivo salário previsto para o código ANF/a

Parágrafo único O cargo de Agente de Controle de Endemias, com o acréscimo da presente Lei Complementar, possui 24 (vinte e quatro) vagas no total

Art 2º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 194/2013

PROJETO DE LEI Nº 194/2013

CONVÊNIO Associação João Paulo II

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76 276 500/0001-12, com sede na Rua João Gonçalves, nº 128, Ponte do Imaruim, CEP 88 130-330, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 06 e 14 anos, nos moldes da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

PROJETO DE LEI Nº 186/2013

PROJETO DE LEI Nº 186/2013

CONVÊNIO Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75 398 966/0001-28, com sede na Avenida Manoel Cantalício Vidal s/nº, Bairro Centro, CEP 88 131-110, Palhoça/SC, no valor de R\$ 16 000,00 (dezesesseis mil reais), para manutenção e custeio das entidades que atuam na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência previstos na política de Assistência Social

Art 2º A despesa decorrente do repasse através do órgão 18, projeto/atividade nº 2 004, reduzido 27, transferência a instituições privadas, elemento de despesa 3 3 50 00 00 00 00 00 01 0000

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e o Grupo Abelhas Operárias, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 048/2013

PROJETO DE LEI Nº 196/2013

PROJETO DE LEI Nº 196/2013

PROGRAMA MAIS MEDICOS PARA O BRASIL Institui Bolsa Moradia e Alimentação para Médico participante do Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica instituída no âmbito do Município de Palhoça, a Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde

Art 2º Os Médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" serão selecionados, contratados e remunerados pelo Ministério da Saúde, nos termos da Medida Provisória nº 621/2013 e da Portaria Interministerial nº 1 369, de 08 de julho de 2013, estando estes profissionais vinculados ao Ministério da Saúde, competindo ao Município de Palhoça tão somente a responsabilidade pelo custeio de despesas com moradia, alimentação e de transporte, quando necessário, dos referidos profissionais nos valores estabelecidos nesta Lei

Art 3º A Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" disponibilizados pelo Ministério da Saúde para atuar no âmbito do Município de Palhoça fica fixada nos seguintes valores:

I – para auxílio moradia – R\$ 1 500,00 (um mil e quinhentos reais);

II – para auxílio alimentação – R\$ 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais)

§ 1º Será repassado ao Médico citado no caput deste artigo o valor total mensal de R\$ 1 759,00 (um mil setecentos e cinquenta e nove reais), sendo possibilitado ao profissional fazer remanejamentos dos gastos efetuados com moradia e alimentação, em conformidade com suas necessidades

§ 2º Em havendo necessidade o Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, poderá disponibilizar veículos para fazer os deslocamentos necessários

Art 4º Ficam excluídos do direito à Bolsa Moradia e Alimentação criada por esta Lei os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" já anteriormente domiciliados no âmbito do Município de Palhoça

Art 5º A bolsa instituída por esta Lei não se caracteriza como pagamento por contraprestação de serviço prestado ao Município, contudo, fica o Médico beneficiado responsável pela prestação de contas, devendo comprovar a despesa destinada à moradia

Art 6º As despesas com a instituição da Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criada por esta Lei serão custeadas por recursos próprios 3390/0002, previsto no orçamento do Município de Palhoça

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289/2013

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto

Art 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 058/2013

PROJETO DE LEI Nº 143/2013

PROJETO DE LEI Nº 143/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA Servidão Vanilde Maria Maccarini de Amorim

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica denominada de Servidão Vanilde Maria Maccarini de Amorim, com extensão de 200,00 metros e 3,50 metros de largura, via pública localizada no Bairro Aririú da Formiga

Parágrafo único A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei

Art 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2013

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

IPPA

Portaria 079/2013

PORTARIA Nº 079/2013

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do §1º, inciso I do art 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art 27, inciso I da Lei municipal nº 1320/01 e do art 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora MARLENE ONDINA DE QUADROS MARTINS

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARLENE ONDINA DE QUADROS MARTINS, detentora da matrícula funcional nº 802396, inscrita no CPF sob o Nº 003 867 429-79 e no PIS/PASEP sob o nº 206 345 704-76, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal

Art 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos

Art 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Palhoça (SC), em 18 de novembro de 2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT

Diretor-Executivo do IPPA

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Portaria 078/2013

PORTARIA Nº 078/2013

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor ALDEMIR PIO MARTINS

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor ALDEMIR PIO MARTINS, detentor da matrícula funcional nº 500360, inscrito no CPF sob o Nº 458 954 229-34 e no PIS/PASEP sob o nº 120 783 256-53, lotado na Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal

Art 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 77,15% (setenta e sete vírgula quinze por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos

Art 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Art 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1 304/2011

Palhoça (SC), em 18 de novembro de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT
Diretor-Executivo do IPPA

ANDRÉA MARA HARGER LUCKMANN PLÉTICOS
Assistente Administrativo
Matrícula 300169

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

concurso

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC
EXTRATO DE EDITAL Nº 05/2013
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICA a convocação de SORTEIO PÚBLICO para definição das notas empatadas do cargo de Servente, a realizar-se no dia 27 de novembro de 2013, às 14h, na sede da Câmara Municipal, sita na Rua José Hespanhol, 844, Bairro Centro, Município de Passo de Torres/SC. O relatório de Classificação Final será divulgado no próximo dia 29/11/2013. Edital na íntegra encontra-se divulgado no Pannel de Publicações da Câmara Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site www.objetivas.com.br Passo de Torres/SC, 22 de novembro de 2013. MARLENE DUTRA VIDOR – Presidente

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de licitação

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N 0054/2013

PREGÃO PRESENCIAL N 0038/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos da Lei Federal n 8 666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N 0038/2013 – Objeto – Aquisição de pró-teses dentarias fixas e moveis, conforme especificações contidas no edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08hs e 50 min do dia 06 de dezembro de 2013. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores informações pelo telefone 0**49- 3437-0010 ou e-mail : licitacao@passosmaia.sc.gov.br

Passos Maia, 22 de novembro de 2013

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 088/2013

Extrato do contrato nº 088/2013 conforme Concorrência Pública nº 49 /2013

Contratante: Município de Paulo Lopes

Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, CNPJ nº 50

668 722/0019-16 Objeto: Contratação de Empresa para a execução dos

serviços de manejo de resíduos sólidos Valor global previsto: R\$ 2 478

690,60 (dois milhões quatrocentos e setenta e oito mil seiscentos e

noventa reais e sessenta centavos) O prazo para execução dos serviços

continuados será de 60 (sessenta) meses de acordo com o artigo 57 da

Lei nº 666/93

PORTARIA Nº 480/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 480/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, como representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Servidor Público Municipal, Almerly Alcides Vieira, brasileiro, portador do CPF nº 595 888 299 68, matrícula nº 10932, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário de Administração

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de Novembro de 2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009

DECRETO Nº 59/2013

DECRETO Nº 59/2013

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEADOS EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que a Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

Art 1º - Para a posse e o exercício do nomeado em comissão e Função Gratificada se dará somente com a apresentação dos seguintes documentos

I Certidões negativas de tributos (certidão e validação), em plena validade (deverão estar válidas na data da posse):

a) Âmbito Federal - www receita fazenda gov br (obrigatório imprimir a certidão e a validação)

b) Âmbito Estadual - www sefaz sc gov br (obrigatório imprimir a certidão e a validação)

c) Âmbito Municipal - junto à Secretaria da Fazenda do seu município (Deverá ter data de validade ou declaração de validade)

II Atestado Médico comprovando a sanidade física e mental do candidato (o atestado médico tem validade de 3 meses);

III Declaração de que não ocupa cargos, funções ou empregos

na administração pública direta ou indireta nas esferas municipal, estadual e federal (declaração digitada e datada com a data em que vier tomar posse);

IV Cópia da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Receita Federal para fins de imposto de renda Caso seja considerado isento, apresentar uma declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio ou declaração de que não possui bens em seu nome (declaração digitada e com a data em que vier tomar posse) CASO POSSUA EMPRESA – trazer cópia do contrato social, sendo que o servidor não pode participar da gerência ou administração

V Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável

Art 2º - Comprovação relativa a:

- a) Nacionalidade brasileira;
- b) Gozo dos direitos políticos;
- c) Quitação com as obrigações eleitorais;
- d) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- e) Idade mínima de 18 anos;
- f) Escolaridade exigida para ocupar o cargo;
- g) Fotocópia RG, CPF, CTPS e Comprovante de Residência

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de novembro de 2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal em exercício

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1591/2013

LEI Nº 1591/2013

Concede revisão geral anual de vencimentos e subsídios, e dá outras providências

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º - Fica concedida em conformidade com Art 37, X da Constituição Federal revisão geral anual aos servidores e agentes políticos, a partir de 01/12/2013 com o aumento de 6,19 % (seis vírgula dezanove por cento) conforme inflação medida pelo INPC relativo ao período 01/2012 à 12/2012 sobre o vencimento e subsídios, vigentes em 30/11/2013, inclusive gratificações

Art 2º – A mesma revisão aplica-se aos servidores inativos e pensionistas

Art 3º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente

Art 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art 5º - Revogam-se as disposições em contrário

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de novembro de 2013

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec Mun de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Retificação de Edital de Concurso 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PERITIBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE PERITIBA TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal e no site www.concursosss1.com.br, EDITAL QUE RETIFICA O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, ESPECIFICAMENTE EM RELAÇÃO À CARGA HORÁRIA SEMANAL PARA O CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS. Maiores informações e Edital na íntegra poderão ser obtidos no site www.concursosss1.com.br

Peritiba, 22 de novembro de 2013

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 10/2013 FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 06/2013

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 10/2013 – Pregão Presencial 06/2013, julgamento Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Medicamentos

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 06 de Dezembro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122

Município de Peritiba – SC em 22 de Novembro de 2013

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Mun de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 283, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

PORTARIA Nº 283, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a rescisão do contrato referente a primeira licitação para construção da creche municipal Tipo "C", Convênio com Governo Federal, através do Ministério da Educação - FNDE, em razão de inadimplemento da empresa contratada;

CONSIDERANDO que em razão da rescisão contratual o prazo para execução da obra restou prorrogado pela União Federal, através do Ministério da Educação,

CONSIDERANDO novo orçamento referente reprogramação para concluir a obra,

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente Construção Creche, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Projeto Arquitetônico – pranchas 01/14;

II – ANEXO II: Projeto Instalações Elétricas: alimentação dos quadros de distribuição – pranchas 01/04;

III – ANEXO III: Projeto Instalações Elétricas: comando do conjunto Moto bomba – prancha 01/01;

IV – ANEXO IV: Projeto Instalações e cabeamento estruturado: planta baixa e detalhes – prancha 01/01;

V – ANEXO V: Projeto Instalações Elétricas: sistema de proteção contra descargas atmosféricas – subsistema de captação e aterramento, pranchas 01/03;

VII – ANEXO VII: Projeto Hidráulico – prancha 01/16;

VIII – ANEXO VIII: Memorial Descritivo;

IX – ANEXO IX: Planilha Orçamentária;

X – ANEXO X: Cronograma físico-financeiro;

XI – ANEXO XI: Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 026173, nº 026174, nº 026175, nº 026176

Parágrafo único Os documentos constantes dos anexos de que trata este artigo, referem aos documentos já aprovados através do processo anterior

Art. 2º Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação



Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,

12 de novembro de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 268 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

EXONERA, A PEDIDO, GIANA PAULA MORESCO DO CARGO PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art 1º - EXONERAR, a pedido, GIANA PAULA MORESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 078 316 619-21, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Nutricionista, a partir do dia 03 de outubro de 2013

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal, 03 de outubro de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1 717, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 1 717, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Pinheiro Preto para o Exercício de 2014

Euzebio Calisto Vieceli, Prefeito do Município de Pinheiro Preto – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art 1º - O Orçamento Geral do Município de Pinheiro Preto, SC, para exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13 423 924,00 (Treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e novecentos e vinte e quatro reais)

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 11 300 019,00 (Onze milhões, trezentos mil e dezenove reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 8 344 164,00 (Oito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e cento e sessenta e quatro reais), e Despesa Financeira de R\$ 2 955 855,00 (Dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais)

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	11 300 000,00
1 1- Receita Tributária	578 000,00
1 2- Receitas de Contribuições	52 000,00
1 3- Receita Patrimonial	114 300,00

1 4- Receita Agropecuária	1 000,00
1 5- Receita Industrial	0,00
1 6- Receita de Serviços	30 000,00
17-Transferências Correntes	12 669 000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2 202 600,00
1 9- Outras Receitas Correntes	58 300,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	19,00
2 1- Operações de Crédito	2,00
2 2- Alienação de Bens	0,00
2 3- Amortização de Empréstimos	0,00
2 4- Transferências de Capital	17,00
2 5- Outras Rec De Capital	0,00
TOTAL	11 300 019,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7 719 145,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	4 178 020,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	68 000,00
3 3- Outras Despesas Correntes	3 473 125,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	615 019,00
4 4- Investimentos	294 019,00
4 5- Inversões Financeiras	1 000,00
4 6- Amortização da Dívida	320 000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10 000,00
9 9- Reserva de Contingência	10 000,000
– TRANSF FINANCEIRAS AS FUN- DOS MUNICIPAIS	2 955 855,00
- Fundo Municipal da Saúde	2 265 855,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	120 000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	570 000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	11 300 019,00

Art 3º - O orçamento dos Fundos Municipais, Instituto de Previdência, Sistema de Assistência Médica e Poder Legislativo para o exercício de 2014 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	466 900,00
1 1- Receita Tributária	0,00
1 2- Receitas de Contribuições	0,00
1 3- Receita Patrimonial	4 900,00
1 4- Receita Agropecuária	0,00
1 5- Receita Industrial	0,00
1 6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	462 000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1 9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4,00

2 1- Operações de Crédito	0,00
2 2- Alienação de Bens	0,00
2 3- Amortização de Empréstimos	0,00
2 4- Transferências de Capital	4,00
2 5- Outras Rec De Capital	0,00
- TRANSF FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	2 265 855,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2 265 855,00
TOTAL	2 732 759,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	2 652 455,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	1 367 000,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3 3- Outras Despesas Correntes	1 285 455,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	80 304,00
4 4- Investimentos	80 304,00
4 5- Inversões Financeiras	0,00
4 6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9 9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2 732 759,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	87 200,00
1 1- Receita Tributária	0,00
1 2- Receitas de Contribuições	0,00
1 3- Receita Patrimonial	700,00
1 4- Receita Agropecuária	0,00
1 5- Receita Industrial	0,00
1 6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	86 000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1 9- Outras Receitas Correntes	500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2 1- Operações de Crédito	0,00
2 2- Alienação de Bens	0,00
2 3- Amortização de Empréstimos	0,00
2 4- Transferências de Capital	1,00
2 5- Outras Rec De Capital	0,00
- TRANSF FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	120 000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	120 000,00
TOTAL	207 201,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	193 700,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3 3- Outras Despesas Correntes	193 700,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13 501,00
4 4- Investimentos	13 501,00

4 5- Inversões Financeiras	0,00
4 6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9 9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	207 201,00

III – SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSP DOS SERV PÚBL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	302 000,00
1 1- Receita Tributária	0,00
1 2- Receitas de Contribuições	180 000,00
1 3- Receita Patrimonial	100 000,00
1 4- Receita Agropecuária	0,00
1 5- Receita Industrial	0,00
1 6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1 9- Outras Receitas Correntes	22 000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2 1- Operações de Crédito	0,00
2 2- Alienação de Bens	0,00
2 3- Amortização de Empréstimos	0,00
2 4- Transferências de Capital	0,00
2 5- Outras Rec De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	140 000,00
7 2- Receitas de contribuições	140 000,00
TOTAL	442 000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	430 000,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	10 000,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3 3- Outras Despesas Correntes	420 000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10 000,00
4 4- Investimentos	10 000,00
4 5- Inversões Financeiras	0,00
4 6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2 000,00
9 9- Reserva de Contingência	2 000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	442 000,00

IV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MU- NIC

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	450 000,00
1 1- Receita Tributária	0,00
1 2- Receitas de Contribuições	250 000,00
1 3- Receita Patrimonial	120 000,00
1 4- Receita Agropecuária	0,00
1 5- Receita Industrial	0,00
1 6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00

1 9- Outras Receitas Correntes	80 000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2 1- Operações de Crédito	0,00
2 2- Alienação de Bens	0,00
2 3- Amortização de Empréstimos	0,00
2 4- Transferências de Capital	0,00
2 5- Outras Rec De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	677 800,00
7 2- Receitas de contribuições	677 800,00
TOTAL	1 127 800,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	945 000,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	900 000,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3 3- Outras Despesas Correntes	45 000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5 000,00
4 4- Investimentos	5 000,00
4 5- Inversões Financeiras	0,00
4 6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	177 800,00
9 9- Reserva de Contingência	177 800,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1 127 800,00

V – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF FINANCEIRAS DA PREFEITURA	570 000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	570 000,00
TOTAL	570 000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	535 000,00
3 1- Pessoal e Encargos Sociais	395 000,00
3 2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3 3- Outras Despesas Correntes	140 000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	35 000,00
4 4- Investimentos	35 000,00
4 5- Inversões Financeiras	0,00
4 6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9 9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	570 000,00

Art 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	10 000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00

V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10 000,00

UNIDADE GESTORA: SISTEMA DE ASSIST MÉDICA E HOSP SERV

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	2 000,00
TOTAL	2 000,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV PÚB

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	177 800,00
TOTAL	177 800,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo

§2º- Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor

Art 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art 7º da Lei federal nº 4 320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas
- III – superávit financeiro do exercício anterior

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital

Art 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienação de bens e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio

Art 7º – Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei

Art 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação

Art 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio

com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos

Art 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de Novembro de 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3 898, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
DECRETO Nº 3 898, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1 630 de 06 de Novembro de 2012; considerando o disposto no item 4 2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

DECRETA:

Art 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 66 812,70 (Sessenta e seis mil, oitocentos e doze reais e setenta centavos) vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0203– Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 1201 – Ensino para Todos
Atividade: 3040 – Ampliação da Rede Física da Educação
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Aplicações Diretas
Fonte 0122 54

Art 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Convênio nº 703247/2010, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e o município de Pinheiro Preto-SC, destinado a compra de mobiliário e equipamentos para a Escola de Educação Infantil Proinfância Tipo C

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
13 DE NOVEMBRO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 059/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 059/2013

Processo Administrativo nº 103/2013 Pregão Presencial nº 054/2013 Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE Contratado: ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA - EPP Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA RESTAURAÇÃO E REFORMA DE CASAS EM ESTILO ENXAIMEL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS Valor Total Aditivado – 15,87% - R\$4 125,00 (quatro mil e cento e vinte e cinco reais) Justificativa: Na reforma das casas enxaimel selecionas pela Comissão do Patrimônio Histórico municipal, viu-se a necessidade da aquisição de um número maior de madeira serrada, diante do grande comprometimento no estado de conservação de alguns caibros, sarrafos, assoalho e forro

Pomerode/SC, 11 de Novembro de 2013
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 023/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 023/2013
Processo Administrativo nº 114/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA COBERTURA DA COZINHA E DO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALMIRANTE BARROSO, SITUADA NA RUA MORRO STRASSMANN, Nº 1 140, BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 359,32 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DESTES EDITAIS

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 04/12/2013
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 04/12/2013
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua XV de Novembro, nº 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br

Pomerode SC, 22 de Novembro de 2013
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIENCIA PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIENCIA PÚBLICA

O Presidente do Conselho Municipal da Cidade – CONCIBELO - no uso das atribuições legais, em conformidade com os termos da Lei Municipal Complementar 33/2011 secção II Artigo 168 ,inciso II , e Artigo 268 CONVOCA ,através do presente edital , a população em geral e interessados para participarem da Audiência Pública para discussão e deliberação do Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV - previstos para Instalação em nossa Cidade de um empreendimento denominado OUTLET PREMIUM, localizado na BR-101, km 159 + 000, Margem Leste- Santa Luzia- Porto Belo- SC
A Audiência Pública será realizada no dia 09/12/2013 às 19:30 Horas no Espaço Cultural Piraique , anexo à Fundação Municipal de Turismo, com endereço na Av Gov Celso Ramos, nº 1 492 – Centro – Porto Belo – SC

O material referente a audiência encontra-se disponível junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano com endereço à Rua Irineu José Moreira, s/n – Praça de Bandeira – Centro – Porto Belo- SC

Porto Belo, 22 de novembro de 2013
RICARDO CESAR PAMPLONA SILVA
Presidente do Conselho da Cidade-CONCIBELO

Porto União

PREFEITURA

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - FAS RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - FAS CONTRATO 014/2013 - FAS

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de prestação de serviços nº 014/2013 - FAS, datado de 15 de abril de 2013 entre o Município de Porto União e Harielli Tomasi visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao processo licitatório 005/2013 - FAS, Modalidade de Tomada de Preços nº 003/2013 FAS, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 01 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

HARIELLI TOMASI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 002/2013 - EDUCAÇÃO RESCISÃO DE CONTRATO 002/2013 - EDUCAÇÃO CONTRATO 047/2013 - EDUCAÇÃO

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 047/2013 - EDUCAÇÃO, datado de 26 de abril de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 019/2013 - EDUCAÇÃO, Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - EDUCAÇÃO RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - EDUCAÇÃO CONTRATO 031/2013 - EDUCAÇÃO

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 031/2013 - EDUCAÇÃO, datado de 01 de abril de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 031/2013 - CARONA, Modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 005/2013 RESCISÃO DE CONTRATO 005/2013 CONTRATO 068/2013

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 068/2013, datado de 01 de abril de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 031/2013, Modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 007/2013 RESCISÃO DE CONTRATO 007/2013 CONTRATO 137/2013 (aditivo)

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 137/2013, datado de

28 de agosto de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 031/2013, Modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - FUNREBOM
RESCISÃO DE CONTRATO 001/2013 - FUNREBOM
CONTRATO 010/2013 - FUNREBOM

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 010/2013 - FUNREBOM, datado de 01 de abril de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 031/2013 - CARONA, Modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 003/2013 - EDUCAÇÃO
RESCISÃO DE CONTRATO 003/2013 - EDUCAÇÃO
CONTRATO 099/2013 - EDUCAÇÃO
(aditivo)

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 099/2013 - EDUCAÇÃO (aditivo), datado de 04 de setembro de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 19/2013 - EDUCAÇÃO, Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 027/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 048/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 027/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 048/2013 - EDUCAÇÃO, conforme consta a seguir, em virtude das alterações ocorridas no objeto do Edital, altera – se a data de abertura para o dia 09 de dezembro de 2013, às 13hrs: 30min Maiores informações e cópia

do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo com br, site www portouniao sc gov br, email licitacao@portouniao sc gov br

Porto União SC, 21 de Novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

RESCISÃO DE CONTRATO 006/2013
RESCISÃO DE CONTRATO 006/2013
CONTRATO 085/2013
(aditivo)

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de fornecimento de equipamentos de informática nº 085/2013, datado de 02 de maio de 2013 entre o Município de Porto União e Eleiliane Gracieli Uliniki - MEI visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 031/2013, Modalidade de Pregão Presencial nº 025/2013, ficam liberadas as partes signatárias

Porto União SC, 06 de novembro de 2013
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ELEILIANE GRACIELI ULINIKI - MEI
Contratada

Lei nº 4 190/2013

LEI Nº 4 190, de 13 de novembro de 2013

Obriga a realização do Teste do Coraçãozinho em todos os recém nascidos nos berçários das maternidades do Município de Porto União

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º A realização do Teste do Coraçãozinho deverá integrar o rol de exames obrigatórios a serem realizados nos recém-nascidos atendidos nas maternidades do Município de Porto União

Art 2º Para os fins desta Lei, entende-se por Teste do Coraçãozinho o exame de oximetria de pulso, que consiste na verificação da saturação periférica de oxigênio, ou seja, da impregnação de oxigênio no sangue

Art 3º O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém-nascidos, ainda no berçário, e após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida da criança, e antes da alta hospitalar

Art 4º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ato próprio, editar as demais normas para o integral cumprimento da presente Lei

Art 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Porto União (SC), 13 de novembro de 2013
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria nº 052/2013

PORTARIA Nº 052, de 20 de novembro de 2013

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 030, de 30 de julho de 2013, alterada pelas Portarias nºs 033, de 04 de setembro de 2013 e 047, de 18 de outubro de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 030, de 30 de julho de 2013, alterada pelas Portarias nºs 033, de 04 de setembro de 2013 e 047, de 18 de outubro de 2013

Art 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 29 de novembro de 2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC

Porto União (SC), 20 de novembro de 2013

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objetivo a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2013. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2013, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8 666/93, art 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 06, item 48 (Puran T4 75mg)
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento acima citado, cláusula terceira deste termo aditivo, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 725 666,54 (setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais com cinquenta e quatro centavos) para R\$ 725 782,99 (setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais, com noventa e nove centavos), diante da quantidade acrescida
VIGÊNCIA:	14/11/2013 a 31/12/2013

MARISA PETKOV TALINI CLAUDIO SARTORI
Secretária Municipal de Saúde Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nr 149/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr 149/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI EPP
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a aquisição de flores, árvores frutíferas e grama, material de construção e instalação elétrica, destinado a jardinagem e paisagismo da academia ao ar livre do Município de Presidente Castello Branco/SC
VALOR:	R\$ 4 850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA:	21/11/2013 a 31/12/2013



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nr 151/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Nr 151/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ELETROPNEUS OURO LTDA
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a aquisição de flores, árvores frutíferas e grama, material de construção e instalação elétrica, destinado a jardinagem e paisagismo da academia ao ar livre do Município de Presidente Castello Branco/SC
VALOR:	R\$ 19 298,00 (dezenove mil, duzentos e noventa e oito reais)
VIGÊNCIA:	21/11/2013 a 31/12/2013

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2013

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objetivo a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2013 O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 02, itens 41 e 44, lote 07, itens 34, 35, 37 e 50 e lote 12, item 27 Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2013, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8 666/93, art 65, alínea II, "d", § 1º

VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira deste termo aditivo, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 1 000 142,92 (um milhão, cento e quarenta e dois reais com noventa e dois centavos) para R\$ 1 001 021,47 (um milhão, um mil, vinte e um reais, com quarenta e sete centavos), diante das quantidades acrescidas
VIGÊNCIA:	18/11/2013 a 31/12/2013

MARISA PETKOV TALINI CLAUDIO SARTORI
Secretária Municipal de Saúde Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nr 150/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Nr 150/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROMANZINI & ROMANZINI LTDA ME
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a aquisição de flores, árvores frutíferas e grama, material de construção e instalação elétrica, destinado a jardinagem e paisagismo da academia ao ar livre do Município de Presidente Castello Branco/SC
VALOR:	R\$ 17 478,26 (dezesete mil, quatrocentos e setenta e oito reais, com vinte e seis centavos)
VIGÊNCIA:	21/11/2013 a 31/12/2013

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Termo de Posse e Exercício - VEREDIANA REGINA PASSIG

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art 14, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art 15, parágrafo 1º Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) VEREDIANA REGINA PASSIG, nomeado (a) pela Portaria nº 1158/RH, de 25/09/2013, publicada no DOM na data de 07/10/2013, para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público nº 002/2011
O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Em conformidade com o disposto no Art 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/12/2013

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo

Rio do Sul, 18 de novembro de 2013

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Lei 5 421

LEI Nº 5 421, de 22 de novembro de 2013

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE FEIRAS TEMPORÁRIAS DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art 1º-	Fica regulamentada a realização de feiras temporárias que visam à comercialização de produtos e mercadorias a varejo em espaços privados no município de Rio do Sul
	Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, considera-se como feiras comerciais todos os eventos temporários cuja atividade principal seja a venda, diretamente ao consumidor final, de produtos industrializados ou manufaturados, com fim comercial por empresas privadas

Art 2º- A concessão de licença para realização das feiras temporárias é de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal

Art 3º-	As feiras temporárias de venda de produtos a varejo serão realizadas nos centros comerciais especificamente definidos para este fim
	§ 1º- Para cadastramento do imóvel como Centro Comercial, o mesmo deverá estar dividido em unidades autônomas, segundo a regulamentação do Plano Diretor e do Código Tributário Municipal;
	§ 2º- O imóvel será dividido em espaços de 12 m2 (doze metros quadrados) por stand para fins de individualização das unidades autônomas, independentemente do seu uso;
	§ 3º- As divisões podem ser móveis ou permanentes e a área de uso comum não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) da área construída;
	§ 4º- Para cada unidade autônoma será gerado um carnê de Imposto Predial Territorial Urbano, individualizando-se a cobrança da Coleta de Lixo e de outras taxas e tributos previstos no Código Tributário Municipal
	§ 5º- O cadastramento do imóvel como Centro Comercial somente poderá ser solicitado no ano subsequente da realização da última feira no imóvel, ou da solicitação de cadastramento no caso de não ter sido realizada nenhuma feira

Art 4º-	O pedido de Alvará de Licença de Funcionamento para as feiras temporárias de venda a varejo no município de Rio do Sul deverá ser instruído com a documentação pertinente e requerido individualmente, tanto dos expositores quanto da empresa promotora do evento, contendo os seguintes documentos:
	I - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e do Município, do domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, exceto do promotor do evento;
	II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
	III - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pela distribuição do Foro da sede da Pessoa Jurídica;
	IV - laudo de liberação das instalações da feira, fornecido pelo Corpo de Bombeiros, com a descrição do Plano de Segurança Contra Incêndios;
	V - apresentação das certidões negativas de débito com o INSS, FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, pela empresa ou instituição promotora do evento e de cada um de seus participantes, onde esteja fixado seu domicílio comercial;
	VI - croqui com a demonstração da localização e disposição dos estandes dos comerciantes;
	VII - a empresa promotora do evento deverá disponibilizar três módulos com, no mínimo, 12 m2 (doze metros quadrados) cada, para as fiscalizações municipais, estaduais e o Órgão de Defesa do Consumidor;
	VIII - certidão de liberação da Secretaria de Planejamento de que o prédio esteja compatível com o Plano Diretor e Código de Obras, no que diz respeito as instalações;
	IX - plano de destinação de resíduos sólidos aprovado pelo CONDEMA para cada expositor
	§ 1º- O pedido de licença para a realização da feira deverá ser protocolado junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, com o prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência da realização do evento
	§ 2º- Após autorizada a realização da feira, cada participante, inclusive a entidade promotora, deverão recolher junto à Secretaria Municipal de Fazenda, por estande, a Taxa de Alvará definido pelo Código Tributário Municipal
	§ 3º- O prazo máximo de duração das feiras não poderá ultrapassar 10 (dez) dias consecutivos

Art 5º- A empresa promotora e encarregada da comercialização dos espaços físicos e/ou estandes deverá estabelecer-se com escritório para contato em Rio do Sul, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e deverá assumir, também, perante o órgão de representação dos consumidores, as responsabilidades pelos empresários visitantes, no cumprimento da legislação vigente, no que diz respeito às exigências quanto à qualidade dos produtos e o respeito das normas de comercialização

Art 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art 7º- Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito 22 de novembro de 2013

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Portaria nº 1375/RH
PORTARIA Nº 1375/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Nomear, nos termos do Art 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ROSEMARI DE MELO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 19 de novembro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria nº 1374/RH
PORTARIA Nº 1374/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1164/2013/RH de 25/09/2013, a qual nomeia GREGORY MATUELLA DALLA VECCHIA para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art 14, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 19 de novembro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Termo de Posse e Exercício - JAIR PADILHA
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art 14, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art 15, parágrafo 1º Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JAIR PADILHA, nomeado (a) pela Portaria nº 1353/RH, de 07/11/2013, publicada no DOM na data de 14/11/2013, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público nº 002/2011

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações

posteriores

Em conformidade com o disposto no Art 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 18/11/2013

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo

Rio do Sul, 18 de novembro de 2013

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 279/2013

DECRETO Nº 279/2013

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de Contratação imediata de Agente Comunitário de Saúde

Considerando que não há pessoal de reserva para ocupar a referida vaga;

E, considerando principalmente o fato da servidora ocupante da função ter estar em licença maternidade;

DECRETA

Art 1º Fica contratada a Senhora CLEDIANE DAROS, CPF nº 077 903 969-60, RG nº 5 365 455-2, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE carga horária de 40 horas semanais, código 063, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 18 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 21 de Novembro de 2013

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des Econômico
Matricula nº 1157/6

Portaria 138/2013

PORTARIA Nº 138/2013

REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere

o art 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art 1º Fica revogada a Portaria 136/2013 que concedia férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr SELMAR MAFRO, matrícula nº 741/2, ocupante do cargo de Motorista Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 12/02/2012 a 11/02/2013, a serem gozadas no período de 13/11/2013 a 11/12/2013

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 18 de Novembro de 2013
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des Econômico
Matricula nº 136/8

Decreto 280/2013

DECRETO Nº 280/2013
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a Servidora Pública Municipal Sra ELIANE FEIFERBERG RIBEIRO, matrícula nº 1217/3, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 04 de Novembro de 2013

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Novembro de 2013
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des Econômico
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 345/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 345/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa A SIMM & CIA LTDA

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de mão de obra para o conserto de motosserras e roçadeiras para limpeza das vias, conforme Compra Direta nº 2845/2013

DO VALOR: R\$ 3 360,00 – valor total

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar desta data

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2013

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município

A SIMM & CIA LTDA, como Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 331/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 331/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8 666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 11 de outubro de 2013 e com término em 08 de janeiro de 2014

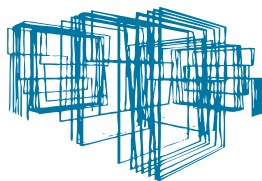
As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 116/2013 de 12 de abril de 2013 e Termo Aditivo nº 221/2013 de 11 de julho de 2013, permanecem inalteradas

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2013

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município

RICARDO CALLADO, como Diretor do Departamento de Projetos

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 342/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa RN JORNALISMO LTDA EPP – “JORNAL PERFIL”

DO OBJETO: O objeto consiste em habilitar periódicos impressos e serviços de radiodifusão locais, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos, observando os ditames do Art 37, § 1 da Constituição Federal, constante do Item nº 2 do Edital de Chamada Pública nº 128/2013

DO VALOR: R\$ 580,00 (1/4 de página), R\$ 1 160,00 (1/2 de página) e R\$ 2 320,00 (1 página)

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias, a contar desta data

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município
RN JORNALISMO LTDA EPP – “JORNAL PERFIL”, como Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 333/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 333/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso e Prestação de Serviços de nº 246/2009, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CALICO VEÍCULOS LTDA, em 20 de OUTUBRO de 2009, conforme Edital de Concorrência Pública nº 185/2009

Considerando o objeto do Contrato nº 246/2009, que consiste na escolha de PERMISSIONÁRIA para outorga de serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no Município de São Bento do Sul, nos termos da Lei Municipal nº 1007 de 10 de agosto de 2004;

Considerando o término do Contrato nº 246/2009 no dia 19 de outubro de 2013, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme previsto na Cláusula Terceira – Do Prazo, com base no art 57, inciso II, da Lei nº 8 666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 20 de outubro de 2013 e com término em 19 de outubro de 2014

Permanecem os valores conforme Cláusula Oitava - Da Remuneração da Permissionária (respeitados os aditivos contratuais), nos seguintes termos:

- Pelos serviços de Guincho será cobrado o valor de R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais);

- Pelos serviços de Guarda do Veículo será cobrado o valor de R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) por dia

Permanece na Cláusula Oitava – Da Remuneração da Permissionária, conforme redação dada pela Lei 2973/2012, que dá nova redação à Lei 362, de 19 de julho de 2002:

“Na remoção de veículos e/ou motocicletas transportados com um único guincho, o preço do serviço deverá ser rateado proporcionalmente entre os veículos e/ou motocicletas objetos da remoção ”

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 20 de outubro de 2009, Termo Aditivo nº 206/2010 de 06 de outubro de 2010, Termo Aditivo nº 297/2011 de 03 de outubro de 2011 e Termo Aditivo nº 372/2012 de 22 de outubro de 2012, permanecem inalteradas

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2013
Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal
CALICO VEÍCULOS LTDA, como Contratada

DECRETO Nº 353/2013

DECRETO Nº 353, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA DECRETO Nº 306 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2013, CONSTANTES DA LEI MUNICIPAL Nº 3 106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º Fica alterado o art 1º do Decreto nº 306 de 30 de setembro de 2013 na forma que segue:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Órgão: 10	Secretaria de Assistência Social	
Unidade: 01	Assistência Social	
Atividade: 2 037	Manutenção da Assistência Social	
(266) 33 90 46	Auxílio – alimentação	R\$ 60 000,00
Órgão: 11	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
Unidade: 01	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
Atividade: 2 016	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econ	
(350) 33 90 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10 000,00

Art 2º Fica revogado o bloqueio do código reduzido (62) do elemento de despesa 33 90 91, no valor de R\$ 255 000,00 referente a Sentenças Judiciais, Órgão 03 – Procuradoria

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

São Bento do Sul/SC, 22 de novembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 332/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 332/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 366/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 342/2012

Considerando o objeto do Contrato nº 366/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de supressão de vegetação nativa, de acordo com a IN 24 – Supressão de Vegetação Nativa em Área Urbana, localizada no Bairro Centenário, nas futuras instalações do Instituto Federal;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental

– FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8 666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 11 de outubro de 2013 e com término em 08 de janeiro de 2014

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 019/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 117/2013 de 12 de abril de 2013 e Termo Aditivo nº 220/2013 de 11 de julho de 2013, permanecem inalteradas

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2013

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município

RICARDO CALLADO, como Diretor do Departamento de Projetos CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 316/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 316/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 030/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr MAURÍCIO CELSO ZANELLA, em 17 de JANEIRO de 2013, conforme Dispensa de Licitação nº 35/2013

Considerando o objeto do Contrato nº 030/2013, que consiste na locação de um imóvel com área de 247,91 m2, e terreno com área de 450,84 m2, situado na Rua Jorge Zipperer, nº 451, para abrigar a Central de Atendimento de Trabalhos da Equipe de Iluminação Pública (COSIP);

Considerando a continuidade do funcionamento da COSIP, sendo que toda estrutura encontra-se para o bom atendimento da população, facilitando o acesso dos munícipes interessados por ser área central, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 01 de outubro de 2013 até 31 de outubro de 2013

Permanece o valor de R\$ 1 891,23 (hum mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e três centavos) para o período prorrogado com pagamentos de acordo com o Contrato original

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 17 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo nº 205/2013 de 28 de junho de 2013, permanecem inalteradas

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013

Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras do Município

MAURÍCIO CELSO ZANELLA, como Contratada

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 12/2013

RESULTADO FINAL

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 012/2013

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital nº 012/2013

Classificação	Nome	Cargo
1º	Nadia Suelen Schmidt Correia	Médico Clínico Geral
2º	Fernanda Nunes Maria	Médico Clínico Geral

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 334/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 334/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8 666/93 de 21/06/1993 e Lei 10 520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 06 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE GLP 45 E CARGAS DE GLP 13 E GLP 45 ENGARRAFADO, PARA PREPARO DE ALIMENTOS NAS UES MUNICIPAIS, ENTREGUES NOS LOCAIS, CONFORME ANEXO, PELO PERÍODO DE 1 ANO Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2013

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeiro

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 430/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 430/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art 1º Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 09/11/2013 a 06/12/2013, concedido ao servidor REGINA CELIA REGO DE MOURA MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 385/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 426/2013**PORTARIA IPRESBS Nº 426/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

RESOLVE:

Art 1º Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/11/2013 a 30/12/2013, à servidora LIRIA LINZ-MEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/11/2013 a 21/11/2013, compete ao Município

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 427/2013**PORTARIA IPRESBS Nº 427/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

RESOLVE:

Art 1º Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/12/2013 a 31/12/2013, à servidora DANIELE NOGUEIRA GONCALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/11/2013 a 02/12/2013, compete ao Município

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 428/2013**PORTARIA IPRESBS Nº 428/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art 1º Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelos períodos de: 23/11/2013 a 29/11/2013, concedidos à servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 096/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 424/2013**PORTARIA IPRESBS Nº 424/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art 1º Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 395/2013, à servidora MARIA LUIZA MICHELS OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 25/11/2013, em virtude de perícia médica especializada, visto laudo pelo retorno ao trabalho

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 429/2013**PORTARIA IPRESBS Nº 429/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art 1º Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelos períodos de: 11/11/2013 a 09/01/2014, concedidos à servidora JANAINA APARECIDA WANTOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 342/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 425/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 425/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art 1º Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 02/11/2013 a 30/01/2014, concedido à servidora IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA VIGNATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 011/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/11/2013

São Bento do Sul, 21/11/2013
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE

Retificação do Edital de Pregão nº 48/2013
RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO Nº. 48/2013.

Onde se lê: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 28/11/2013 ÀS 09:30 HORAS

Leia-se: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 05/12/2013 ÀS 14:00 HORAS

Acrescenta-se ao Item 4 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: 4.14 - Os documentos exigidos nos itens 4.8 e 4.9 poderão ser substituídos pela apresentação de Alvará vigente, que declare revista a autorização de funcionamento, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, mediante documento próprio ou mediante comprovante de publicação no Diário Oficial da União, onde conste também o n.º do Certificado de Segurança concedido".

No Item 6.1 onde se lê:

6.1- O preço unitário expresso em moeda corrente do país, escritos em algarismos arábicos, para cada item cotado, no qual deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos incidentes sobre o objeto desta Licitação, considerando-se em caso de omissão, como já inclusos no preço cotado, incluindo todos os itens que compõe o preço ofertado (remuneração, encargos, vale refeição, insalubridade, periculosidade, dissídio da categoria dos vigilantes do ano de 2013, etc.).

Leia-se:

6.1- O preço unitário expresso em moeda corrente do país (reais), escritos em algarismos arábicos, para cada item cotado, no qual deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos incidentes sobre o objeto desta Licitação, considerando-se em caso de omissão, como já inclusos no preço cotado, incluindo todos os itens que compõe o preço ofertado (remuneração, encargos, vale refeição, insalubridade, periculosidade, inclusive a previsão de aumento salarial que será concedida pelo dissídio da categoria dos vigilantes do ano de 2014, etc.).

No Item 10.4 onde se lê:

10.4 - Os preços propostos não serão reajustados.

Leia-se:

"10.4 - Os preços propostos não serão reajustados durante os primeiros 12 (doze) meses do contrato, podendo após esse prazo ser reajustados anualmente pelo índice do IGP-M/FGV, em caso de renovações do contrato, sendo este o único reajuste possível, estando excluídos os reajustes anuais concedidos pelo dissídio da categoria dos vigilantes".

Exclui-se o Item 4.2 do Anexo I.

No item 4.3 do Anexo I onde se lê:

4.3 - O preço será fixo e irrevogável e deverá ser cotado em reais.

Leia-se:

"4.2 - O preço será fixo e irrevogável durante os 12 (doze) primeiros meses do contrato, devendo a proponente já prever no preço a previsão de aumento salarial que será concedida pelo dissídio da categoria dos vigilantes do ano de 2014 e demais itens que compõe o preço ofertado, de acordo com o item 6.1 deste Edital".

Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido edital.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2013.
ALEXSANDRA C. SUOMINSKY
Pregoeira

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 236, de 19 de novembro de 2013

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 236, de 19 de novembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art 1º- CONCEDER ao servidor GIOVANI KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013

Art 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 18/11/2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 237, de 19 de novembro de 2013

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 237, de 19 de novembro de 2013

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art 1º- CONCEDER ao servidor MARCIO CLEITON BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de

Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013

Art 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 16/10/2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N 075/2013
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N 075/2013
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N 031/2013

O Pregoeiro Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 05 de dezembro de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE BRITA para a manutenção das vias públicas municipais TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n 8 666/93, Lei n 10 520/02; Decreto n 5 504/05; Decreto Municipal n 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7 892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 18 de novembro de 2013
FLAVIO CELESTE LORENZI – Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 1522, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013
PORTARIA Nº 1522, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013
Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 042 de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12;
Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;
Considerando o disposto no art 80, inciso II, alínea b, da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06 de novembro de 2012
Considerando o princípio da legalidade dos atos da Administração Pública;

RESOLVE:

Art 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 21/11/2013 a 25/11/2013, por motivo de falecimento de seu irmão, a Servidora Pública Municipal Marelize Fátima Comachio Lanzarin, ocupante dos cargos de Professor PD/D-IV e Professor PD/C-III

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

De Brasília/DF para São Domingos/SC, 21 de novembro de 2013
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL
ANEXO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2013 - 22/11/2013
REALIZAÇÃO OBJETIVA CONCURSOS LTDA.**

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 01 - ESF 003 DISTRITO DA VILA MILANI E COMUNIDADES PRÓXIMAS**

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
MARCIA NIEDZIALKOSKI OGLIARI	212	85,00	85,00	1
ROSELEI TERRAS	213	50,00	50,00	2

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 01 - ESF 004 LOTEAMENTO POPULAR, PARTE DO BAIRRO ESPERANÇA

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
DEBORA APARECIDA ARAUJO LEMES PRUDENTE	220	85,00	85,00	1
ANDREIA AUGUSTA DE OLIVEIRA BRUNETTO	222	75,00	75,00	2
DANIELI ROSA DA SILVA	228	70,00	70,00	3
MARIANGELA DE SOUZA GOMES	223	65,00	65,00	4
MARIA DE FATIMA ROSTIROLLA	227	55,00	55,00	5

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 02 - ESF 001 BAIRRO ARI BORTOLI

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
ELIANE DE SOUZA E SILVA JUSTEN	217	80,00	80,00	1
REGIANE DE FATIMA SAMPAIO	234	65,00	65,00	2
LAURECI SALETE OGLIARI DA SILVA	209	65,00	65,00	3
MARIA SALETE MOREIRA	206	65,00	65,00	4
SIDIANE AIRES	232	65,00	65,00	5
IRIS GRAZIELI VIEIRA	226	60,00	60,00	6
MARIZETE DE FATIMA BRIZOLA ORTIZ	214	55,00	55,00	7
SOLANGE WALENDORFF	203	55,00	55,00	8
DIANE VANESSA MARMENTINI	221	50,00	50,00	9

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 03 - ESF 004 CENTRO

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
ILIZANDRA TEREZINHA MARINS	204	60,00	60,00	1

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 04 - ESF 002 PARTE DO BAIRRO APARECIDA

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
FATIMA MARIN GUERINI ZAREMBSKI	229	65,00	65,00	1

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 06 - ESF 004 DISTRITO DO MARATA E LINHAS PRÓXIMAS

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
MARILEINE DE FATIMA BAZI	225	80,00	80,00	1
LORENI MOREIRA CAPELARO	215	75,00	75,00	2
JUCIELI APARECIDA TIBOLA	231	70,00	70,00	3

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 09 - ESF 001 BAIRRO SÃO CRISTOVÃO

Nome	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
MARIA DE FATIMA LUNARDI	216	55,00	55,00	1

São João do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 25 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 25 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

Disciplina a alíquota e o valor venal atribuído aos imóveis rurais para fins de apuração do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, por ato oneroso "inter-vivos", e dá outras providências

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 204, I, "b", Art. 252 e Art. 254 da Lei nº 629 de 17 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Seção VI, da Lei Municipal nº 629 de 17 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal), é acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 254-A - Fica estabelecida em 2% (dois por cento), a alíquota para apuração do imposto devido a ser aplicado sobre o valor fixado como base de cálculo, nas Transmissões de bens imóveis e direitos reais a ele relativos, mediante ato oneroso inter vivos "

Art. 2º - Ressalvados os casos de imunidade e de isenção tributária previstas em lei, o Imposto sobre a Transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de Bens Imóveis Rurais e Direitos Reais a eles relativos (ITBI RURAL), será calculado levando-se em conta a seguinte estimativa de valor venal por hectare:

I – Zona 01: Imóveis localizados nas Comunidades de Rio Verde, Sociedade, Passo Magnus, Poço Negro, Timbopeba, Beira Rio e Glorinha e/ou Glória R\$ 14 000,00;

II – Zona 02: Demais Comunidades R\$ 9 000,00

Art. 3º - O valor venal fixado no art. 1º fica arbitrado pelo Poder Executivo, em função dos seguintes dados ou elementos:

I – preços das terras agrícolas nos Municípios Catarinenses informados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA/EPAGRI;

II - preços correntes, das operações da espécie, no mercado imobiliário;

III - decisões judiciais recentes, transitadas em julgado, em expropriações, renovatórias de locação ou arrendamento, ações revisionais ou de arbitramento de aluguéis ou arrecadamentos;

IV - características da região onde se situa o imóvel

Art. 4º - O valor venal fixado no art. 1º será corrigido anualmente aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, emitido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Art. 5º - É permitida a revisão do valor venal do imóvel apurado para fins de recolhimento do ITBI

Art. 6º - A revisão do valor venal do imóvel de que trata o artigo anterior, poderá ser realizada a pedido do contribuinte, através de requerimento formulado em Processo Administrativo ou de Ofício pela Secretaria Municipal de Finanças e poderá variar para mais ou para menos em relação ao valor lançado no Cadastro Fiscal

Art. 7º - A revisão do valor venal do imóvel, quando feita a pedido do próprio contribuinte, em requerimento administrativo, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

I – laudo de avaliação emitido por profissional habilitado, do valor atual de mercado de imóvel que entende devido, ciente de que esta informação poderá ser considerada pela Administração em caso de eventual desapropriação;

II - certidão atualizada do Registro de Imóveis ou documento hábil comprobatório da posse ou domínio útil do imóvel em nome do requerente;

III - croqui da área a ser avaliada;

IV – dados e informações constantes do Cadastro Imobiliário, concernentes ao imóvel considerado, como localização, benfeitorias, padrão de terra, equipamentos urbanos e/ou rurais e demais características do bem

Art. 8º - No julgamento do processo de revisão de que trata esta Lei Complementar, será realizada avaliação do imóvel, por profissional habilitado, pertencente aos quadros da Prefeitura Municipal de São João do Sul, exclusivamente designado para a função

Art. 9º - Revogam-se os arts. 6º e 7º da Lei Municipal nº 751 de 23 de dezembro de 1993 e demais disposições em contrário

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua publicação, observando-se ainda o princípio da anterioridade tributária

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 21 de novembro de 2013

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 194 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

PORTARIA Nº 194 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOÃO BATISTA CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Professor, carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo 2006/2009

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 1º de outubro de 2013

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 195 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

PORTARIA Nº 195 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo Escolar, carga horária de 40 horas semanais, por 68(sessenta e oito) dias, no período de 09/10/2013 a 15/12/2013, referente ao período aquisitivo 2006/2009

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
09 de outubro de 2013
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 015/2013/SF

PORTARIA Nº015/2013/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº 980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 44 230,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e trinta reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esporte e Lazer, a seguir especificadas:

18 00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

18 01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

18 01 27 0812 0206 2 404– Funcionamento/Manutenção/Programa/Desportos Comunitários/ Rendimentos- FUNESJ

26– 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 40 730,00

Total desta Atividade R\$ 40 730,00

18 01 27 0812 0206 2 054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ

5 – 3 3 90 14 00 00 0080 – Diárias - Civil,

Recursos Próprios R\$ 3 500,00

Total desta Atividade R\$ 3 500,00

Total deste Órgão R\$ 44 230,00

Total da Suplementação R\$ 44 230,00

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 44 230,00 (quarenta e quatro mil, duzentos e trinta reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a seguir especificadas:

Página 2 da Portaria 015/2013/SF

18 00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

18 01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

18 01 27 0813 0206 2 405 – Promoção/Apoio/Patrocínio/ Eventos Esportivos e Lazer - FUNESJ

34 – 3 3 90 30 00 00 0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 20 730,00

Total desta Atividade R\$ 20 730,00

39 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 20 000,00

Total desta Atividade R\$ 40 730,00

18 01 27 0812 0206 2 054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ

9 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 3 500,00

Total desta Atividade R\$ 3 500,00

Total deste Órgão R\$ 44 230,00

Total da Redução R\$ 44 230,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Contrato/CT: nº 314/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 314/2013 – PR 0118/2013 – Processo 307/2013 – Contratado: AQUI JAZZ Produções e Eventos Ltda Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar as atividades artísticas do Natal Solidário do Município de São José/SC Valor Global: R\$ 406 000,00 (quatrocentos e seis mil reais) Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua assinatura Data da Assinatura do Contrato: 12 de novembro de 2013

PORTARIA Nº 012/2013/SF

PORTARIA Nº012/2013/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30, da Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 100 000,00 (cem mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08 01 12 361 0203 2 032 – Manutenção do Transporte Escolar– Ensino Fundamental

904– 3 3 90 30 00 00 0121 – Material de Consumo,

Recursos do Convênio nº 7982/04 – Governo do Estado – Secretaria de Desenvolvimento Regional R\$ 100 000,00

Total desta Atividade R\$ 100 000,00
Total deste Órgão R\$ 100 000,00
Total da Suplementação R\$100 000,00

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 100 000,00 (cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08 01 12 361 0203 2 032 – Manutenção do Transporte Escolar– Ensino Fundamental

Página 2 da Portaria 012/2013/SF

271 – 3 3 90 39 00 00 0121 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio nº 7982/04 – Governo do Estado – Secretaria de Desenvolvimento Regional R\$ 100 000,00
Total desta Atividade R\$ 100 000,00
Total deste Órgão R\$ 100 000,00
Total da Redução R\$100 000,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 120/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 120/2013 – Processo nº 321/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de refeições (almoço e lanche) para atender as unidades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em eventos destinados aos idosos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/12/2013 às 13h30min Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/12/2013 às 14h00min Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min Fone: (48) 33810028

DECRETO Nº 1 604/2013

DECRETO Nº 1604/2013

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO: os dispositivos contidos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2013, aprovada pela Lei nº 5 260/2012, de 20 de dezembro de 2012, em especial os artigos 44 e 45;

CONSIDERANDO: a não obrigatoriedade de apresentação do QDD

– Quadro de Detalhamento de Despesa com o detalhamento da estrutura da Natureza da Despesa até o grau de Elemento de Despesa para composição do Orçamento Anual conforme é apresentado no artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e o artigo 8º da Lei nº 5 260/2012 de 20 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO: que o QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa, o qual detalha individualmente a estrutura da Natureza da Despesa até o grau de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso para execução do Orçamento do Município de São José foi aprovado pelo Decreto nº 238/2013, de 30 de janeiro de 2013;

CONSIDERANDO ainda: que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa na classificação orçamentária da Natureza da Despesa por si só, não se caracteriza alteração orçamentária do tipo Abertura de Crédito Adicional Especial,

F 02 do Decreto nº 1604/2013

DECRETA:

Art 1º - Fica criada junto ao QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas, aprovado pelo Decreto nº 238/2013, de 30 de janeiro de 2013, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento da Prefeitura de São José, para o exercício de 2013 e terá a seguinte estrutura orçamentária:

I - No Órgão e Unidade Orçamentária:

08 00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - Na Funcional Programática – Atividade:

08 01 12 365 0203 2 039 – Funcionamento e Manutenção dos Centro de Educação Infantil

O elemento de despesa e suas fonte de recurso:

3 3 90 93 00 00 0081 – Indenizações e Restituições, Recursos Ordinários - Educação

Art 2º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 160 000,00 (cento e sessenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08 01 12 365 0203 2 039 – Funcionamento e Manutenção dos Centro de Educação Infantil

3 3 90 93 00 00 0081 – Indenizações e Restituições, Recursos Ordinários – Educação R\$ 160 000,00

Total desta Atividade R\$ 160 000,00

Total do Órgão R\$ 160 000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 160 000,00

F 03 do Decreto nº 1604/2013

Art 3º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 160 000,00 (cento e sessenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08 01 12 365 0203 1 046 – Implantação, Ampliação, Reforma, e Equipamento para Centros de Educação Infantil
4 4 90 51 00 00 0081 – Obras e Instalações, Recursos Ordinários – Educação R\$ 160 000,00
Total deste Projeto R\$ 160 000,00
Total do Órgão R\$ 160 000,00
Total desta Anulação R\$ 160 000,00

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 112/2013 – Processo nº 295/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nos ginásios municipais de esportes, praças esportivas e sede da Fundação Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São José/SC Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/12/2013 às 15h30min Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/12/2013 às 16h00min Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min Fone: (48) 33810028

DECRETO Nº 1 694/2013

DECRETO Nº 1694/2013
DISPÕE SOBRE A AÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições e em conformidade com o inciso IV, do artigo 62, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art 1º Fica determinado o dia 10 de dezembro de 2013, (data do calendário) como prazo final para o empenhamento das despesas da Prefeitura Municipal, das Fundações, dos Fundos e da Autarquia São José Previdência, para o exercício corrente

Parágrafo único Excetuam-se desta data limite as despesas referentes a folha de pagamento, os encargos sociais e trabalhistas, os contratos da dívida fundada, as originárias do consumo de energia elétrica, telefonia e outras despesas eventuais, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela Prefeita Municipal

Art 2º Os Órgãos da Prefeitura e demais Unidades Gestoras, interessados em alterar suas dotações orçamentárias, deverão encaminhar à Secretaria de Finanças o Formulário da Proposta de Alteração Orçamentária, devidamente assinado, impreritivamente até o dia 03 de dezembro de 2013

Art 3º Fica suspenso a partir do dia 03 de dezembro deste exercício a solicitação, concessão e a emissão do respectivo empenho referente a despesas com adiantamentos, subvenções sociais, diárias e passagens

Art 4º Os empenhos classificados como Restos a Pagar pertencentes a exercícios anteriores a 2009, devem ser cancelados no final do exercício atual, atendendo as determinações do artigo 70 do Decreto Federal nº 93 872, de 23 de dezembro de 1986

Art 5º Os empenhos de todas as despesas realizadas neste exercício, juntamente com os respectivos documentos fiscais, devem ser encaminhados até o dia 13 de dezembro de 2013 à Secretaria Municipal de Finanças, para devida análise e liquidação

Art 6º Os empenhos referentes ao exercício de 2013, cujas despesas não foram efetivamente realizadas devem ser anulados, impreritivamente até o dia 20 de dezembro de 2013

Art 7º Fica estabelecido o dia 20 de dezembro de 2013, como data limite para que as Unidades encaminhem por ofício à Secretaria Municipal de Finanças a relação dos empenhos de Restos a Pagar não Processados que poderão ser cancelados

Art 8º Fica determinado o dia 13 de janeiro de 2014, data limite para o fechamento dos Balanços Contábeis Mensais da Prefeitura, Fundos, Fundações e da Autarquia São José Previdência

Art 9º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos das Notas de Empenho em Restos a Pagar poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício que ocorrer o reconhecimento da dívida (artigo 37 da Lei nº 4 320/64)

Art 10 No encerramento do exercício de cada Unidade Gestora, deverá ser observado, obrigatoriamente, o fechamento, entre Receitas e Despesas, por fontes de recursos, evitando a presença de Déficit Financeiro e/ou de Execução Orçamentária, exceto os resultantes do superávit financeiro, apurado no exercício anterior

Art 11 As eventuais exceções às regras contidas no presente decreto somente terão validade com o aval da Prefeita Municipal

Art 12 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 013/2013/SF

PORTARIA Nº013/2013/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30, da Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1 700,00 (hum mil e setecentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

02 00 – GABINETE DA PREFEITA
02 05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02 05 04 122 0204 2 005 – Funcionamento e Manutenção da

Procuradoria Geral do Município

83- 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 1 700,00
Total desta Atividade R\$ 1 700,00
Total deste Órgão R\$ 1 700,00
Total da Suplementação R\$ 1 700,00

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1 700,00 (hum mil e setecentos reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

02 00 – GABINETE DA PREFEITA
02 05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

02 05 04 122 0204 2 005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

86 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Página 2 da Portaria 013/2013/SF

Recursos Próprios R\$ 1 700,00
Total desta Atividade R\$ 1 700,00
Total deste Órgão R\$ 1 700,00
Total da Redução R\$ 1 700,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2013 – PR 094/2013 – Processo 216/2013 - Fornecedor: Mundial Serviços LTDA - EPP Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais nas edificações da Fundação Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de São José Valor global: R\$ 53 500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais) Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura Data da assinatura: 31 de outubro de 2013 Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras

DECRETO Nº 1 614/2013

DECRETO Nº 1614/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 976 077,40 (novecentos e setenta e seis mil, setenta e sete reais e quarenta centavos), referente as dotações consignadas no

Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25 01 10 301 0201 2 143 – Funcionamento e Manutenção Visa e Ambiental

231 – 3 3 90 30 00 00 0042 – Material de Consumo,
Recursos Próprios – Saúde R\$ 10 000,00
238 – 3 3 90 39 00 00 0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios – Saúde R\$ 180 000,00
Total desta Atividade R\$ 190 000,00

25 01 10 301 0201 2 142 – Programa Planejamento Familiar

23 – 3 3 90 32 00 00 0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 87 158,40
Total desta Atividade R\$ 87 158,40

25 01 10 301 0201 2 150 – Fornecimento de Medicamento e Outros

95 – 3 3 90 32 00 00 0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 200 000,00
Total desta Atividade R\$ 200 000,00

F 02 do Decreto nº 1614/2013

25 01 10 301 0201 2 148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal Saúde

64 – 3 3 90 30 00 00 0334 – Material de Consumo,
Recursos – PAB FIXO – FMS R\$ 20 000 00
69 – 3 3 90 32 00 00 0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 20 000,00
71- 3 3 90 32 00 00 0342 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Farmácia Básica – FMS – MS R\$ 390 000,00
63 – 3 3 90 30 00 00 0333 – Material de Consumo,
Recursos Farmácia Estadual – FMS R\$ 29 219,00
68- 3 3 90 32 00 00 0333 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Farmácia Estadual – FMS R\$ 25 000,00
Total desta Atividade R\$ 484 219,00

25 01 10 301 0201 1 227 – Construção de Policlínicas – Forquilha e Barreiros

176 – 4 4 90 51 00 00 0082 – Obras e Instalações,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 14 700,00
Total deste Projeto R\$ 14 700,00
Total do Órgão R\$ 976 077,40
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 976 077,40

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 976 077,40 (novecentos e setenta e seis mil, setenta e sete reais e quarenta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25 01 10 301 0201 2 143 – Funcionamento e Manutenção Visa e Ambiental

235 – 3 3 90 33 00 00 0042 – Passagens e Despesas com

Locomoção,
Recursos Próprios – Saúde R\$ 20 000,00
236 – 3 3 90 36 00 00 0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 10 000,00

F 03 do Decreto nº 1614/2013

240 – 4 4 90 52 00 00 0042 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 160 000,00
Total desta Atividade R\$ 190 000,00

25 01 10 301 0201 2 142 – Programa Planejamento Familiar
25 – 3 3 90 39 00 00 0334 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 87 158,40
Total desta Atividade R\$ 87 158,40

25 01 10 301 0201 2 148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal Saúde
74 – 3 3 90 34 00 00 0334 – Outras Transferências do Governo Federal,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 100 000,00
78 – 3 3 90 36 00 00 0334 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 90 000,00
92 – 4 4 90 52 00 00 0334 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 50 000,00
66 – 3 3 90 30 00 00 0342 – Material de Consumo,
Recursos Farmácia Básica – FMS – MS R\$ 390 000,00
82 – 3 3 90 39 00 00 0333 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Farmácia Estadual – FMS R\$ 54 219,00 Total desta Atividade R\$ 684 219,00

25 01 10 301 0201 1 219 – Construção e Manutenção de Unidade de Saúde
7 – 4 4 90 51 00 00 0082 – Obras e Instalações,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 14 700,00
Total deste Projeto R\$ 14 700,00
Total do Órgão R\$ 976 077,40
Total da Anulação R\$ 976 077,40

Art 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

F 03 do Decreto nº 1614/2013

25 01 10 301 0201 2 143 – Funcionamento e Manutenção Visa e Ambiental

238 – 3 3 90 39 00 00 0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios – Saúde R\$ 150 000,00
Total desta Atividade R\$ 150 000,00
Total do Órgão R\$ 150 000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 150 000,00

Art 4º Os recursos na ordem de R\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil reais) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto,

correrão à conta do Superávit Financeiro, apurados no Balanço Patrimonial do exercício de 2012, oriundos dos recursos Próprios do Fundo de Saúde, consignados no Orçamento vigente com o código 0042

Art 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 016/2013/SF

PORTARIA Nº016/2013/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº 980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 170 000,00 (cento e setenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, a seguir especificadas:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25 01 10 0301 0201 2 148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS
64– 3 3 90 30 00 00 0334 – Material de Consumo,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 100 000,00
Total desta Atividade R\$ 100 000,00

25 01 10 0302 0201 2 243 –Funcionamento e Manutenção – CEO - FMS
220 – 3 3 90 30 00 00 0344 – Material de Consumo,
Recursos Produção/CEOI - FMS – MS R\$ 40 000,00

225 – 3 3 90 39 00 00 0344 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Produção/CEOI - FMS – MS R\$ 10 000,00

221 – 3 3 90 30 00 00 0346 – Material de Consumo
Recursos Centro de Especialidade Odontológica – FMS - CEO R\$ 20 000,00
Total desta Atividade R\$ 70 000,00
Total deste Órgão R\$ 170 000,00
Total da Suplementação R\$ 170 000,00

Página 2 da Portaria 016/2013/SF

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 170 000,00 (cento e setenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, a seguir especificada:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 10 0301 0201 2 148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS
74 – 3 3 90 34 00 00 0334 – Outras Despesas Decorrentes de

Contratação de Terceiros,
Recursos PAB FIXO – FMS R\$ 100 000,00
Total desta Atividade R\$ 100 000,00

25 01 10 0302 0201 2 243 – Funcionamento e Manutenção – CEO
- FMS 218 – 3 3 90 14 00 00 0344 – Diárias – Civil,
Recursos Produção/CEOI - FMS – MS R\$ 20 000,00

222 – 3 3 90 33 00 00 0344 – Passagens e Despesas com Locomoção
Recursos Produção/CEOI - FMS – MS R\$ 20 000,00

223 – 3 3 90 36 00 00 0344 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física,
Recursos Produção/CEOI - FMS – MS R\$ 10 000,00

226 – 3 3 90 39 00 00 0346 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Centro de Especialidade Odontológica – FMS - CEO R\$ 20 000,00
Total desta Atividade R\$ 70 000,00
Total deste Órgão R\$ 170 000,00
Total da Redução R\$ 170 000,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 102/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 102/2013 – Processo nº 255/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de estações hidrométricas, com a produção de termo de referência para aquisição futura de equipamentos de monitoramento para Defesa Civil do Município de São José/SC Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/12/2013 às 16h30min Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/12/2013 às 17h00min Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min Fone: (48) 33810028

PORTARIA Nº 014/2013/SF

PORTARIA Nº014/2013/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº 980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 6 500,00 (seis mil e quinhentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

02 00 – GABINETE DA PREFEITA
02 01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02 01 04 0122 0204 2 002 – Funcionamento e Manutenção do

Gabinete da Prefeita

10– 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 6 500,00
Total desta Atividade R\$ 6 500,00
Total deste Órgão R\$ 6 500,00
Total da Suplementação R\$ 6 500,00

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 6 500,00 (seis mil e quinhentos reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

02 00 – GABINETE DA PREFEITA
02 06 – CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02 06 04 0122 0204 2 454 – Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral,

Página 2 da Portaria 014/2013/SF

102 – 4 4 90 52 00 00 0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 6 500,00
Total desta Atividade R\$ 6 500,00
Total deste Órgão R\$ 6 500,00
Total da Redução R\$ 6 500,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 011/2013/SF

PORTARIA Nº011/2013/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30, da Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº980/2013, de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 87 000,00 (oitenta e sete mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08 01 12 361 0203 1 041 – Implantação, Reforma, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

206 – 4 4 90 61 00 00 0006 – Aquisição de Imóveis,
Recursos da Contribuição do Salário Educação R\$ 87 000,00
Total deste Projeto R\$ 87 000,00
Total deste Órgão R\$ 87 000,00
Total da Suplementação R\$ 87 000,00

Art 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 87

000,00(oitenta e sete mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

08 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08 01 12 361 0203 2 031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

251 - 3 3 90 30 00 00 0006–Material de Consumo,
Recursos da Contribuição do Salário Educação R\$ 87 000,00

Página 2 da Portaria 011/2013/SF

Total desta Atividade R\$ 87 000,00
Total deste Órgão R\$ 87 000,00
Total da Redução R\$ 87 000,00

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2013
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Contrato/CT: nº 302/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 302/2013 – TP 003/2013 – Processo 116/2013 – Contratado: Mundial Serviços LTDA - EPP Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para construção de Unidade de Saúde em Atenção Básica no bairro Areias, Distrito de Barreiros, Município de São José/SC Valor Global: R\$ 729 968,27 (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos) Prazo: O prazo de execução do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura da autorização de fornecimento e o prazo de vigência será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir de sua assinatura Data da Assinatura do Contrato: 01 de novembro de 2013

DECRETO Nº 1 540/2013

DECRETO Nº 1540/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5 261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 208 029,55 (duzentos e oito mil, vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02 00 – Gabinete do Prefeito
02 01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02 01 04 122 0204 2 002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
7 – 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 6 929 55
Total desta Atividade R\$ 6 929 55

02 01 04 122 0204 2 003 – Funcionamento e Manutenção da Chefia do Gabinete do Prefeito
22 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 29 000,00
Total desta atividade R\$ 29 000,00

02 00 – Gabinete do Prefeito
02 03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 03 04 122 0204 2 451 – Funcionamento e Manutenção da Chefia de Comunicação Social

F 02 do Decreto nº 1540/2013

62 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 20 000,00
Total desta Atividade R\$ 20 000,00
Total do Órgão R\$ 55 929,55

06 01 – SECRETARIA DE RECEITA
06 01 – SECRETARIA DE RECEITA

06 01 04 129 0204 2 064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita
191 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 44 000,00
Total desta Atividade R\$ 44 000,00
Total do Órgão R\$ 44 000,00

09 00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09 01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09 01 06 183 0202 2 131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito

478 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 4 000,00
Total desta Atividade R\$ 4 000,00

09 01 06 183 0202 2 009 – Municipalização do Trânsito

462 – 3 3 90 39 00 00 0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 48 000,00
461 – 3 3 90 36 00 00 0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 41 000,00
Total desta Atividade R\$ 89 000,00
Total do Órgão R\$ 93 000,00

F 03 do Decreto nº 1540/2013

10 00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10 01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10 01 08 244 0210 2 063 – Funcionamento e Manutenção da

Secretaria de
Assistência Social
559 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 1 000,00
554 – 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 1 900 00
Total desta Atividade R\$ 2 900,00

10 01 08 241 0210 4 132 – Funcionamento e Manutenção do Centro de Apoio a Terceira Idade
535 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 2 200,00
Total desta Atividade R\$ 2 200,00
Total do Órgão R\$ 5 100,00

30 00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30 01 04 123 0204 2 266 – Ressarcimentos e Devoluções Diversas
874 – 3 1 90 96 00 00 0080 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
Recursos Próprios R\$ 10 000,00
Total desta Atividade R\$ 10 000,00
Total do Órgão R\$ 10 000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 208 029,55

Art 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 208 029,55 (duzentos e oito mil, vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

F 04 do Decreto nº 1540/2013

02 00 – Gabinete do Prefeito
02 01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02 01 04 122 0204 2 003 – Funcionamento e Manutenção da Chefia do Gabinete do Prefeito
18 – 3 3 90 18 00 00 0080 – Auxílio Financeiro a Estudantes, Recursos Próprios R\$ 2 000,00
21 – 3 3 90 36 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 1 000,00
19 – 3 3 90 30 00 00 0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 2 629,55
Total desta Atividade R\$ 5 629,55

02 00 – Gabinete do Prefeito
02 03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 03 04 122 0204 2 451 – Funcionamento e Manutenção da Chefia de Comunicação Social
60 – 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 5 790 00
Total desta Atividade R\$ 5 790 00

02 03 04 122 0204 2 189 – Publicação dos Atos do Executivo Municipal

53 – 3 3 90 39 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 43 210,00
Total desta Atividade R\$ 43 210,00

02 00 – Gabinete do Prefeito
02 04 – SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLITICA

02 04 04 131 0204 2 453 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Articulação Política
72 – 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 1 300 00
Total desta Atividade R\$ 1 300 00
Total do Órgão R\$ 55 929,55

F 05 do Decreto nº 1540/2013

06 01 – SECRETARIA DE RECEITA
06 01 – SECRETARIA DE RECEITA

06 01 04 129 0204 2 064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita
190 – 3 3 90 36 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 16 544,66
188 – 3 3 90 33 00 00 0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 6 303 43
185 – 3 3 90 14 00 00 0080 – Diárias civil, Recursos Próprios R\$ 4 382,59
187 – 3 3 90 30 00 00 0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 16 769,32
Total desta Atividade R\$ 44 000,00
Total do Órgão R\$ 44 000,00

09 00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09 01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09 01 06 183 0202 2 131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança Defesa Social e Trânsito
476 – 3 3 90 36 00 00 0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 4 000,00
Total desta Atividade R\$ 4 000,00

09 01 06 181 0202 2 261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal
451 – 4 4 90 52 00 00 0026 – Equipamentos e Material Permanentes,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 89 000,00
Total desta Atividade R\$ 89 000,00
Total do Órgão R\$ 93 000,00

10 00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10 01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10 01 08 241 0210 4 132 – Funcionamento e Manutenção do

Centro de
Apoio a Terceira Idade
F 06 do Decreto nº 1540/2013

537 – 4 4 90 52 00 00 0080 – Equipamentos e Material Permanentes,
Recursos Próprios R\$ 5 100,00
Total desta Atividade R\$ 5 100,00
Total do Órgão R\$ 5 100,00

30 00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30 01 28 846 0204 2 078 – Sentenças Judiciais

892 – 4 4 90 91 00 00 0080 – Sentenças Judiciais,
Recursos Próprios R\$ 10 000,00
Total desta Atividade R\$ 10 000,00
Total do Órgão R\$ 10 000,00
Total da Anulação R\$ 208 029,55

Art 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25 01 10 301 0201 2 144 – Funcionamento e Manutenção ECD (VIG Epidemiológica)
253 – 3 3 90 39 00 00 0339 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos PPI – FMS – ECD – MS R\$ 150 000,00
Total desta Atividade R\$ 150 000,00
Total do Órgão R\$ 150 000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 150 000,00

Art 4º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

F 07 do Decreto nº 1540/2013

25 00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25 01 10 301 0201 2 144 – Funcionamento e Manutenção ECD (VIG Epidemiológica)
256 – 4 4 90 52 00 00 0339 – Equipamentos e Material Permanentes,
Recursos PPI – FMS – ECD – MS R\$ 150 000,00
Total desta Atividade R\$ 150 000,00
Total do Órgão R\$ 150 000,00
Total da Anulação R\$ 150 000,00

Art 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 2 133, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 2 133, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza o Instituto Cultural de São Lourenço a receber patrocínio e auxílio financeiro para realização de evento de Natal, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Instituto Cultural de São Lourenço - ICSL - autorizado a receber em doação patrocínio e auxílio financeiro para a realização de evento de Natal

Art 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta dos recursos previstos no orçamento em execução

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

O GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 89, de 24 de outubro de 2007, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas, no período de 27/11 a 04/12/2013, as inscrições para o Processo Seletivo, destinado à Admissão em Caráter Temporário de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o Ano de 2014. As inscrições serão realizadas gratuitamente, no Instituto Cultural de São Lourenço, localizado Rua Duque de Caxias, nº 749, anexo ao centro comunitário, Centro, Município de São Lourenço do Oeste/SC, pelo próprio candidato. Informações e íntegra do Edital, no Instituto Cultural de São Lourenço, fone (49) 3344-8526 e na internet "www.icsl.saolourenco.sc.gov.br" e "www.saolourenco.sc.gov.br"

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013
ALTAMIR LEMES DA ROSA
Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço

Notificação de Recebimento de Recursos Federais – 20/11/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 20/11/2013 até 20/11/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		530.652,54
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	84.821,77
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	84.821,77
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	84.711,99
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	50.827,19
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	21.178,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	12.706,80
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	109,78
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	65,86
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	27,45
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	16,47
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	462.795,11
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	462.795,11
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	277.677,07
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	185.118,04
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-16.964,34
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-16.964,34
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-16.942,39
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-21,95

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 21/11/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013 - FMS

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2012

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia nº 001/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11 359 214/0001-75

Contratada: TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 72 332 778/0001-09

Objeto: Aditar a quantidade dos itens "1" e "2" do Contrato nº 007/2012, de 27/02/2012 (originário do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia nº 001/2012), correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do item contratado, eis que a quantidade de itens inicialmente contratada não atendeu a demanda do Fundo Municipal de Saúde

Valor: Ficou aditado o item "1" em R\$ 3 525,00 (três mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e o item "2", em R\$ 2 325,00 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais), totalizando o valor global de R\$ 29 250,00 (vinte e nove mil, duzentos e cinquenta reais)

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4 560, de 07/01/2013

Data de Assinatura: 1º/11/2013

Vigência: permanece de 28/02/2013 a 31/12/2013

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juleide Inês D' Agostini- pela Contratada

LEI Nº 2 134, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI Nº 2 134, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2014, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, de acordo com os princípios estabelecidos no art 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4 320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;

II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2014, 2015 e 2016;

IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

VII - Montante da Dívida;

VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;

IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;

X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;

XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

CAPÍTULO III**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014**

Art 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei

Art 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa

CAPÍTULO IV**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos

restos a pagar já inscritos

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4 320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4 320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);
Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4 320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4 320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4 320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4 320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4 320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4 320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4 320/64;

Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art

4º, § 1º e 9º da LRF);

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011, 2012 e fixada para 2013 e 2014;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2014

A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais

Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

§ 2º As Autarquias Municipais - Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço serão gerenciadas pelos respectivos Gerentes Executivos

Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior

Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua

alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa

Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
Parágrafo único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos

A compensação de que trata o art 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal

Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos

O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes

Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual

O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa

Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art 43, § 3º da Lei 4 320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art 8º, parágrafo único e art 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo

Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também

A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica

Parágrafo único Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado

As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas

Para efeito do disposto no art 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art 24 da Lei nº 8 666/93, devidamente atualizado

Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito

Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária

A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes

O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da receita estimada para o exercício de 2014 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

- a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;
- b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;
- c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64

Parágrafo único A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal

Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável

A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica

Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta Lei

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000

Parágrafo único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014 ou em créditos adicionais

A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente

Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000

O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis

Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de

que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros

Parágrafo único Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização"

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal

O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2013

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos

Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo

O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013
 GERALDINO CARDOSO
 Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº155, DE 22DE NOVEMBRO DE 2013

Institui o Abono EspecialFUNDEB aos servidores do magistério público municipal, e dá outras providências

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art 1º Fica instituído o Abono Especial FUNDEB, no valor de até 300 000,00 (trezentos mil reais), que será concedido aos servidores do magistério público municipal em efetivo exercício no mês de novembro de 2013, através de creditamento na folha de pagamento dos servidores, conforme o art 22, da Lei Federal nº11 494, de 20 de junho de 2007

§ 1º Os referidos recursos serão rateados proporcionalmente, seguindo os critérios: carga horária, mês de admissão e tempo de efetivo exercício ininterrupto no ano de 2013, conforme a tabela constante do Anexo Único desta Lei

§ 2º O Abono Especial FUNDEB será concedido no mês de novembro de 2013 e será creditado em folha de pagamento do servidor

§ 3º O período de concessão do abono especial, constante do § 2º, poderá ser prorrogado, por ato do Chefe do Poder Executivo, até a data limite de 31/12/2013

§ 4º Os valores constantes do Anexo Único desta Lei são estimativos, podendo variar para mais ou para menos, respeitando-se o valor global constante do caput deste artigo

Art 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal

Art 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013
 GERALDINO CARDOSO
 Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar nº 155, de 22 de novembro de 2013)

VALORES DO ABONO ESPECIAL FUNDEB

PROFESSOR 10 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$ 455,65	R\$ 414,23	R\$ 372,80	R\$ 331,38	R\$ 289,96	R\$ 248,54	R\$ 207,11	R\$ 165,69	R\$ 124,27	R\$ 82,85	R\$ 41,42

PROFESSOR 20 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$ 911,30	R\$ 828,45	R\$ 745,61	R\$ 662,76	R\$ 579,92	R\$ 497,07	R\$ 414,23	R\$ 331,38	R\$ 248,54	R\$ 165,69	R\$ 82,85

PROFESSOR 30 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$ 1 366,95	R\$ 1 242,68	R\$ 1 118,41	R\$ 994,14	R\$ 869,88	R\$ 745,61	R\$ 621,34	R\$ 497,07	R\$ 372,80	R\$ 248,54	R\$ 124,27

PROFESSOR 40 HORAS						
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
VALOR DO ABONO	R\$ 1 822,60	R\$ 1 656,91	R\$ 1 491,22	R\$ 1 325,52	R\$ 1 159,83	R\$ 994,14
MÊS DE ADMISSÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	
VALOR DO ABONO	R\$ 828,45	R\$ 662,76	R\$ 497,07	R\$ 331,38	R\$ 165,69	

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de novembro de 2013
 GERALDINO CARDOSO
 Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA n° 315/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R 222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n° 315/2013

Concede à servidora ELAINE CRISTINA MARTINS, ocupante do cargo Técnica em Edificações, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, licença para atendimento de pessoa da família

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº 005/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora ELAINE CRISTINA MARTINS, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 27/11/2013

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de novembro de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 244/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 244/2013 - PMS
Processo Licitatório nº 193/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº 87/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, no Município de Schroeder/SC

Contratado: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.147.109/0001-56, estabelecida na Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.117-902

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Saneamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
133	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura, embalado em material impermeável contra umidade Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas	300	Caixa	134,50	40 350,00
TOTAL R\$					39 600,00

Valor do contrato: R\$ 39 600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 21/11/2013 – Vigência: 21/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2013-PMS

PROCESSO Nº 220/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data, item e forma de julgamento referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº 101/2013-PMS, visando a contratação de empresa especializada em serviço de internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as unidades administrativas do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

1 2-Os envelopes nº 01 - Proposta Comercial, nº 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 13 de dezembro de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº 3201, Centro, Schroeder/SC

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min

d) Abertura do processo: às 09h

3 1 3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 13 de dezembro de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor de Licitações, conforme item 1 1 - b

IX - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

IX

Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço

X - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

X

No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital

A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO GLOBAL, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2013-PMS – PROCESSO Nº 220/2013-PMS

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	LOCAL	UNID	QTDE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:ESF I - Schroeder I, Rua Guaramirim, 560, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-5497 Lat 26°27'1 52"S, Lon 49° 1'30 23"O	12	Meses		
2	Instalação do Item acima	1	Unidade		
3	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, CEP 89275-000, (47) 3276-3866 Lat 26°25'27 18"S, Lon 49° 3'27 54"O	12	Meses		
4	Instalação do Item acima	1	Unidade		
5	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, Rio Hern, 60, CEP 89275-000, (47) 3374-5472 Lat 26°25'17 89"S, Lon 49° 3'44 51"O	12	Meses		
6	Instalação do Item acima	1	Unidade		
7	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado / NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, CEP 89275-000, 47 3373-3192 Lat 26°24'31 11"S, Lon 49° 4'40 72"O	12	Meses		
8	Instalação do Item acima	1	Unidade		
9	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Conselho Tutelar, Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-0489 Lat 26°24'27 78"S, Lon 49° 4'43 37"O	12	Meses		
10	Instalação do Item acima	1	Unidade		
11	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3374-0408 Lat 26°23'10 77"S, Lon 49° 3'36 52"O	12	Meses		
12	Instalação do Item acima	1	Unidade		
13	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Jardim de Infância Pequeno Príncipe, Rua Marguerita Tomaselli, 110, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3055-7788 Lat 26°23'14 70"S, 49° 3'39 35"O	12	Meses		
14	Instalação do Item acima	1	Unidade		
15	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 Lat 26°23'41 01"S, Lon 49° 5'21 10"O	12	Meses		
16	Instalação do Item acima	1	Unidade		
17	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CEIM Girassol, Rua Guilherme Zastrow, 58, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-1338 Lat 26°23'35 09"S, Lon 49° 5'20 95"O	12	Meses		
18	Instalação do Item acima	1	Unidade		
19	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, Rua 03 de Outubro, 261, Centro, CEP 89275-000, (47) 3370 1698 Lat 26°23'32 69"S, Lon 49° 5'23 72"O	12	Meses		
20	Instalação do Item acima	1	Unidade		
21	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:ESF IV - Itoupava Açú, Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, CEP 89275-000, 47 3275-1362 Lat 26°21'6 28"S, Lon 49° 7'34 22"O	12	Meses		
22	Instalação do Item acima	1	Unidade		

23	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: CEIM Ezélia Correia Lombardi, Rua Guarimir, 313, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-2609 Lat 26°26'58 04"S, Lon 49° 1'24 91"O	12	Meses		
24	Instalação do Item acima	1	Unidade		
25	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: ESF II, Rua Presidente Costa e Silva, 770, CEP 89275-000 Lat 26°25'20 78"S, Lon 49° 3'34 52"O	12	Meses		
26	Instalação do Item acima	1	Unidade		
27	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, Estrada Bracinho, 11076, Bracinho, CEP 89275-000, 47 3055-7887 Lat 26°21'5 09"S, Lon 49° 6'20 46"O	12	Meses		
28	Instalação do Item acima	1	Unidade		
29	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt e Jardim de Infância Flor do Campo, Estrada Rancho Bom, 4426, Rancho Bom, CEP 89275-000, 47 3055-7795 Lat 26°21'5 33"S, Lon 49° 2'55 01"O	12	Meses		
30	Instalação do Item acima	1	Unidade		
31	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Castro Alves e Jardim de Infância Cantinho Alegre, Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, CEP 89275-000, 47 3055-7707 Lat 26°23'14 60"S, Lon 49° 2'6 57"O	12	Meses		
32	Instalação do Item acima	1	Unidade		
33	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve, Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, CEP 89275-000, 47 3273-7023 Lat 26°22'31 58"S, Lon 49° 6'29 73"O	12	Meses		
34	Instalação do Item acima	1	Unidade		
35	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 5Mbps de Upload Local: Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42 86"S, Lon 49° 4'33 61"O	12	Meses		
36	Instalação do Item acima	1	Unidade		
37	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 2Mbps de Upload – Garantia de banda de 100% Local: Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42 86"S, Lon 49° 4'33 61"O	12	Meses		
38	Instalação do Item acima	1	Unidade		
VALOR TOTAL R\$					

ANEXO X
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2013-PMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	LOCAL	UNID	QTDE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
1	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: ESF I - Schroeder I, Rua Guarimir, 560, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-5497 Lat 26°27'1 52"S, Lon 49° 1'30 23"O	12	Meses	90,00	1 080,00
2	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
3	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, CEP 89275-000, (47) 3276-3866 Lat 26°25'27 18"S, Lon 49° 3'27 54"O	12	Meses	90,00	1 080,00
4	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00



5	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CEIM Professora Cristiane Inês Zerbini, Rua Mario Zerbini, Rio Hern, 60, CEP 89275-000, (47) 3374-5472 Lat 26°25'17 89°S, Lon 49° 3'44 51°O	12	Meses	90,00	1 080,00
6	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
7	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado / NASF - Nú- cleo de Apoio a Saúde da Família, Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, CEP 89275-000, 47 3373-3192 Lat 26°24'31 11°S, Lon 49° 4'40 72°O	12	Meses	90,00	1 080,00
8	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
9	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Conselho Tutelar, Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, CEP 89275- 000, (47) 3374-0489 Lat 26°24'27 78°S, Lon 49° 4'43 37°O	12	Meses	90,00	1 080,00
10	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
11	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3374-0408 Lat 26°23'10 77°S, Lon 49° 3'36 52°O	12	Meses	90,00	1 080,00
12	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
13	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Jardim de Infância Pequeno Príncipe, Rua Marguerita Tomaselli, 110, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3055-7788 Lat 26°23'14 70°S, 49° 3'39 35°O	12	Meses	65,00	780,00
14	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
15	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275- 000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 Lat 26°23'41 01°S, Lon 49° 5'21 10°O	12	Meses	90,00	1 080,00
16	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
17	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:CEIM Girassol, Rua Guilherme Zastrow, 58, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-1338 Lat 26°23'35 09°S, Lon 49° 5'20 95°O	12	Meses	90,00	1 080,00
18	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
19	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, Rua 03 de Outubro, 261, Centro, CEP 89275-000, (47) 3370 1698 Lat 26°23'32 69°S, Lon 49° 5'23 72°O	12	Meses	90,00	1 080,00
20	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
21	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:ESF IV - Itoupava Açú, Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, CEP 89275- 000, 47 3275-1362 Lat 26°21'6 28°S, Lon 49° 7'34 22°O	12	Meses	90,00	1 080,00
22	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
23	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: CEIM Ezélia Correia Lombardi, Rua Guarimirim, 313, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-2609 Lat 26°26'58 04°S, Lon 49° 1'24 91°O	12	Meses	90,00	1 080,00
24	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
25	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: ESF II, Rua Presidente Costa e Silva, 770, CEP 89275-000 Lat 26°25'20 78°S, Lon 49° 3'34 52°O	12	Meses	90,00	1 080,00
26	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
27	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, Estrada Bracinho, 11076, Bracinho, CEP 89275-000, 47 3055- 7887 Lat 26°21'5 09°S, Lon 49° 6'20 46°O	12	Meses	65,00	780,00
28	Instalação do Item acima	1	Unidade	1 250,00	1 250,00

29	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt e Jardim de Infância Flor do Campo, Estrada Rancho Bom, 4426, Rancho Bom, CEP 89275-000, 47 3055-7795 Lat 26°21'5 33"S, Lon 49° 2'55 01"O	12	Meses	65,00	780,00
30	Instalação do Item acima	1	Unidade	1 250,00	1 250,00
31	Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Castro Alves e Jardim de Infância Cantinho Alegre, Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, CEP 89275-000, 47 3055-7707 Lat 26°23'14 60"S, Lon 49° 2'6 57"O	12	Meses	65,00	780,00
32	Instalação do Item acima	1	Unidade	1 250,00	1 250,00
33	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve, Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, CEP 89275-000, 47 3273-7023 Lat 26°22'31 58"S, Lon 49° 6'29 73"O	12	Meses	90,00	1 080,00
34	Instalação do Item acima	1	Unidade	250,00	250,00
35	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 5Mbps de Upload Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42 86"S, Lon 49° 4'33 61"O	12	Meses	549,89	6 598,68
36	Instalação do Item acima	1	Unidade	600,00	600,00
37	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 2Mbps de Upload – Garantia de banda de 100% Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42 86"S, Lon 49° 4'33 61"O	12	Meses	881,17	10 574,04
38	Instalação do Item acima	1	Unidade	1 000,00	1 000,00
VALOR REFERÊNCIA TOTAL R\$					43 182,72

Schroeder, 22 de novembro de 2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 247/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 247/2013 - PMS

Processo Licitatório nº 193/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº 87/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83 102 491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, no Município de Schroeder/SC

Contratado: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07 634 816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89 290-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Saneamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Agenda com visão semanal e mensal, 76 folhas, tamanho 200x275mm, capa e contra capa com papelão 772g/m² e revestido por coberxil, folhas internas papel off-set 63g/m² - modelo 2014 cores diversificadas	95	Unidade	24,90	2 365,50
03	Alfinete para mapas - caixa com 50 unidades	40	Caixa	2,70	108,00
12	Binder cliques com 2cm de largura – pequeno	150	Unidade	0,31	46,50
13	Binder cliques com 3cm de largura – médio	200	Unidade	0,51	102,00
14	Binder cliques com 5cm de largura – grande	150	Unidade	0,91	136,50
15	Bloco de recibo comercial com canhoto – 50 folhas	10	Unidade	1,38	13,80
16	Bloco para recado auto-adesivo - 100 folhas cada, com cores sortidas, tamanho 38mmX50mm, tipo removível	40	Unidade	3,86	154,40
17	Bloco para recado auto-adesivo - 100 folhas cada, com cores sortidas, tamanho 76mmX76mm, tipo removível	200	Unidade	3,79	758,00
18	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 57mmX30m - caixa 30 unidades	10	Caixa	24,90	248,00
19	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60mmX30m - caixa 30 unidades	5	Caixa	67,00	335,000
20	BOBINAS PARA FAX, em papel termo-reativo, rolo com 215mmx 30m, branco, com alta definição de imagem Com garantia de alta durabilidade, embalado em embalagem original selada Atender as tecnologias de proteção do meio ambiente, normas da ABNT-NBR e legislação pertinente	10	Rolo	5,18	51,80
21	Bolas de isopor tam 35mm	10	Unidade	0,25	2,50
22	Bolas de isopor tam 75mm	10	Unidade	0,66	6,60
24	Borracha branca nº 40	400	Unidade	0,19	76,00
28	Caderno Protocolo/Correspondência capa dura, formato 154mmX216mm, com no mínimo 100 folhas	5	Unidade	6,92	34,60
29	Caderno universitário 01 matéria espiral com 200 folhas, capa simples	40	Unidade	9,70	388,00
30	Caderno universitário 01 matéria espiral com 96 folhas, capa simples	30	Unidade	6,30	189,00
33	Caixa de papelão para arquivo morto - 34cmX13cmX24,5cm - escritório	100	Caixa	4,83	483,00
36	Calculadora Científica com tampa, com mostrador (visor) de duas linhas (permitindo a visualização da fórmula e resultado ao mesmo tempo), com funções de cálculos aritméticos, regressão e desvio padrão, cálculos estatísticos, função de releitura, conversão decimal-fração, exibição exponencial, funções trigonométricas e inversas/hiperbólicas, raízes, números aleatórios, permutação	2	Unidade	38,00	76,00
37	Calculadora eletrônica de mesa 12 dígitos, fonte de energia solar/bateria, medindo 10cmX12,5cmX1,5cm, visor de LCD, contendo as seguintes funções: porcentagem, inversão de sinais, memória, correção de dígito a dígito, correção total, duplo zero, desligamento automático, na cor grafite, com no mínimo 3 meses de garantia (ELGIN MV 4124)	90	Unidade	38,10	3 429,00
40	Caneta hidrocor de ponta fina - atóxica - lavável (caixa com 12 cores)	350	Caixa	4,30	1 505,00
41	Caneta hidrocor de ponta fina - atóxica - lavável (caixa com 24 cores)	10	Caixa	8,34	83,40
45	Canetas para transparência ponta fina - diversas cores	130	Unidade	3,95	513,50
46	Canetas para transparência ponta grossa, diversas cores	130	Unidade	3,63	471,90
47	Capa de polipropileno cristal para encadernação cor transparente tamanho A4 - pacote com 100 unidades	30	Pacote	47,95	1 438,50
48	Cartolina branca/ cores no tamanho 48X60cm na gramatura de 140g/m²	500	Unidade	0,30	150,00
49	Cartolina dupla face - diversas cores - medidas mínimas 60X48cm 140g/m²	650	Unidade	0,54	351,00

50	CD-R virgem, gravação a 52x700bm dados/80 min Áudio Velocidade de gravação de 1 a 52x, tendo em uma das faces a identificação técnica da mídia (tipo/capacidade para dados e áudio/velocidade de gravação e espaço para escrita do conteúdo gravado com caneta apropriada); Mídia acondicionada individualmente em estojo plástico com pelo menos uma das faces transparente, possibilitando a identificação do conteúdo sem abertura do estojo Embalagem original do fabricante, lacrada com filme, contendo 01 unidade	420	Unidade	2,49	1	045,80
51	CD-RW virgem, gravação a 52x700bm dados/80 min Áudio Velocidade de gravação de 1 a 52x, tendo em uma das faces a identificação técnica da mídia (tipo/capacidade para dados e áudio/velocidade de gravação e espaço para escrita do conteúdo gravado com caneta apropriada); Mídia acondicionada individualmente em estojo plástico com pelo menos uma das faces transparente, possibilitando a identificação do conteúdo sem abertura do estojo Embalagem original do fabricante, lacrada com filme, contendo 01 unidade	50	Unidade	3,71		187,000
52	Chaveiro plástico com identificador, tamanho 6,0x2,6cm, etiqueta 4,5x2,3	40	Unidade	0,89		35,60
59	Cola decorativa dimensional - 3D relevo cores diversas, embalagem com 34ml	15	Unidade	7,20		108,00
60	Cola em bastão base de polímetro sintético em água, não tóxica, lavável, secagem lenta e sem manchar o local da aplicação, com 20gr e SELO DO INMETRO Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	150	Unidade	1,83		274,50
61	Cola glitter com 23 gr, com bico aplicador que facilita a pintura, atóxica e brilho intenso Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade - diversas cores	80	Unidade	1,62		129,60
62	Cola instantânea para EVA, 20gr	10	Unidade	2,88		28,80
64	Colchetes latonados nº 07 (35mm) - caixa com 72 unidades	5	Caixa	4,73		23,65
65	Colchetes latonados nº 10 (50mm) - caixa com 72 unidades	4	Caixa	5,30		21,20
66	Colchetes latonados nº 12 (60mm) - caixa com 72 unidades	7	Caixa	6,74		47,18
67	Colchetes latonados nº 14 (80mm) - caixa com 72 unidades	6	Caixa	9,31		55,86
70	Corretivo líquido em forma de Caneta 8ml	30	Unidade	4,29		128,70
71	Corretivo em fita 4,2mmx10m	70	Unidade	6,79		475,30
72	Corretivo líquido à base de água, secagem rápida, não tóxica, aplicação em papel comum, no mínimo 18ml Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 (doze) meses	100	Unidade	1,08		108,00
73	Divisor de índice em plástico com 10 unidades em diversas cores	10	Unidade	7,74		77,40
74	Duplex - várias cores medidas de 48cmX66cm	250	Unidade	0,52		130,00
76	DVD-RW gravação a 8x4,7 GB dados/120 min áudio Capacidade para armazenamento de 4,7GB de dados, ou 120 minutos de áudio Velocidade de gravação de 1 a 8x, tendo em uma das faces a identificação técnica da mídia (tipo/capacidade para dados e áudio/velocidade de gravação e espaço para escrita do conteúdo gravado com caneta apropriada) Mídia acondicionada individualmente em estojo plástico com pelo menos a face frontal transparente possibilitando identificação do conteúdo sem abertura do estojo Embalagem original do fabricante, lacrada com filme, contendo 1 unidade	350	Unidade	5,34	1	869,00
77	Elástico amarelo nº 18 com 1kg	6	Pacote	38,78		232,68
78	Emborracha EVA - Litrado diversas cores, medindo 450x600mm, gramatura 2mm	50	Unidade	6,38		319,00
79	Emborrachado EVA - desenhos diversos, medindo 450x600mm, gramatura 2mm	50	Unidade	7,28		364,00
81	Emborrachado EVA - felpudo nas cores rosa, azul, branco e marrom, medindo 450x600mm, gramatura 2mm	30	Unidade	5,65		169,50
85	Escalímetro triangular 30cm, escalas: 1:20 / 1: 25/ 1: 50 / 1:75 / 1:100 / 1:125	2	Unidade	29,50		59,00
86	Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 17mm pacote c/ 100 unidades	10	Pacote	11,88		118,80

87	Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 9mm pacote c/ 100 unidades	10	Pacote	6,75	67,50
88	Estilete Grande lamina 18mm, auto bloqueio, lamina grossa, reserva de 02 laminas e quebra laminas integrado	100	Unidade	3,38	338,00
90	Etiquetas brancas, no tamanho 25,4mmx66,7mm em papel adesivo acrílico aquoso, sendo 30 etiquetas por folha no tamanho A4 - Caixa com 3600 etiquetas	1	Caixa	55,85	55,85
91	Etiquetas brancas, no tamanho 25,4mmx99mm em papel adesivo acrílico aquoso, sendo 22 etiquetas por folha no tamanho A4 - Caixa com 2200 etiquetas	3	Caixa	55,75	167,25
92	Etiquetas brancas, no tamanho 279,4mm x 215,9 mm em papel adesivo acrílico aquoso, sendo 1 etiqueta por folha no tamanho A4 - Caixa com 100 etiquetas	2	Caixa	55,69	11,38
95	Fita adesiva gomada 50mmX165m, papel kraft	5	Rolo	15,38	76,90
98	Fita corretiva com tampa protetora 4mmX10m, correção a seco, formato ergonômico	70	Rolo	6,84	478,80
99	Fita de papel crepe 50g/m² tratado em poliuretano, adesivo de resina e borracha, 19mmX50m	30	Rolo	4,78	143,40
100	Fita de papel crepe 50g/m² tratado em poliuretano, adesivo de resina e borracha, 38mmX50m	30	Rolo	9,35	280,50
101	Fita de papel crepe 50g/m² tratado em poliuretano, adesivo de resina e borracha, 45mmX50mm	70	Rolo	12,25	857,50
102	Fita dupla face 12mmX30m	30	Rolo	3,49	104,70
103	Fita dupla face 18mmX30m	35	Rolo	4,95	173,25
104	Folha adesiva tamanho A4	160	Unidade	0,94	150,40
105	Folha de isopor espessura 2 cm, altura 60 cm, comprimento 1m	5	Unidade	9,64	48,20
106	Folha de isopor espessura 2cm medidas mínimas 70cmX-40cm	5	Unidade	9,63	48,15
107	Folha de isopor espessura 5cm medidas mínimas 70cmX-40cm	30	Unidade	11,68	350,40
108	Giz de cera curto (grosso) – formato redondo e cores vivas – caixa com 15 unidades	25	Caixa	2,76	69,00
109	Grafite fino para uso em lapiseira 0,5mm macio (B), tubo com tampa flip-top com dosador de grafites Tubo com 24 minas	70	Unidade	1,45	101,50
110	Grafite fino para uso em lapiseira 0,7mm macio (B), tubo com tampa flip-top com dosador de grafites Tubo com 24 minas	70	Unidade	1,46	102,20
112	Grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo profissional de grande porte, capacidade 25 a 100 em aplicação folhas, tamanho grampo 23/6, 23/8, 23/10, e 23/13, cor preta, comprimento 28 cm, largura 6,50cm, altura 18,50, características adicionais de mesa/profundidade grampeado ajustável até 69 mm	10	Unidade	96,30	963,00
113	Grampo para grampeador, cobreado, tamanho 23/8 com perfuração de até 20 folhas com 75 g/m² Caixa com 5 000 unidades	5	Caixa	20,00	100,00
114	Grampo para grampeador, cobreado, tamanho 26/6 com perfuração de até 20 folhas com 75 g/m² Caixa com 5 000 unidades	200	Caixa	6,24	1 248,00
115	Grampo para grampeador, galvanizado 106/8 Caixa com 2500 unidades	2	Caixa	12,28	24,56
116	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 23/10 Embalagem com 5 000 unidades Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	20	Caixa	20,40	408,00
117	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6, capacidade para grampear de 30 até 70 folhas Embalagem com 5 000 unidades Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	2	Caixa	8,49	16,98
118	Grampo trilho de plástico 80mm, branco, capacidade para 200fls Caixa com 50 unidades	8	Caixa	10,98	87,84
119	Grampo Trilho para arquivamento em Aço, com vincos de reforços para impedir deformações e cantos arredondados Caixa com 50 jogos	2	Caixa	15,88	31,76
120	Imã para mural	270	Unidade	0,82	221,40

121	Índices para fichário em cartão marmorizado de 0,35mm, medindo 10,2X15,3cm Ordenados de A/Z, total de 26 letras	10	Pacote	6,73	67,30
122	Índices para fichário em cartão marmorizado de 0,35mm, medindo 15,3 x 22,8cm Ordenados de A/Z, total de 26 letras	10	Pacote	8,74	87,40
124	Lápis de cor diversos, tamanho mínimo 17cm no formato sextavado, feito 100% com madeira reflorestada e certificada, não tóxico - caixa com 24 cores	40	Caixa	19,43	777,20
125	Lápis grafite 6B preto, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	300	Unidade	1,50	450,00
128	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0 7mm, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa	30	Unidade	4,63	138,90
129	Livro ata sem margem, capa dura em papelão de 1000g/m², folhas internas em papel branco apergaminhado com 56g/m², 100 folhas numeradas e pautadas, medindo aproximadamente 220X320mm	50	Unidade	10,84	542,00
132	Papel 40 cm x 70 cm Cores diversas	60	Unidade	1,95	117,00
137	Papel crepom - medidas de 48cmX2m - diversas cores	300	Unidade	0,65	195,00
138	Papel kraft branco dimensões: 1,00 x 200 metro Gramatura 56g/m²	6	Unidade	91,20	547,20
139	Papel manteiga fosco transparente, fácil aderencia do lápis Tamanho 70x100cm	20	Unidade	0,91	18,20
140	Papel ofício – 75 g/m² - caixa com 5 000 folhas	5	Caixa	152,40	762,00
141	Papel Presente – Várias estampas medidas de 50X 70cm	50	Unidade	1,86	93,00
142	Papel Sulfite Colorido tamanho A4 – com 100 folhas – 75g/m²	110	Pacote	3,99	438,90
145	Pasta canaleta A4, cor fume	30	Unidade	1,49	44,70
146	Pasta catálogo c/ 100 env Médio com 4 parafusos de metal, com visor, lombo 4cm, courvin liso - tamanho 247x349x40mm	30	Unidade	13,17	395,10
147	Pasta catálogo c/ 50 env Médio com 4 parafusos de metal, com visor, lombo redondo, courvin liso - tamanho 247x349x40mm	12	Unidade	10,10	121,20
148	Pasta com aba em polipropileno com elástico, medidas de 350X235mm, diversas cores	80	Unidade	1,82	145,60
149	Pasta contrato em papel plastificado 180 g/m² para grampear documentos, com duas orelhas, medindo 235x322mm na cor branca	200	Unidade	1,44	288,00
150	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilho plástico, diversas cores, 340X235mm	200	Unidade	1,71	342,00
151	Pasta plástica com elástico, lombo 30mm, tamanho ofício	250	Unidade	3,20	800,00
152	Pasta plástica com elástico, lombo 4 cm altura 24,5cm, comprimento 33,5cm Cor fumê	250	Unidade	3,35	837,50
153	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício – 340X245mm	200	Unidade	1,8	360,00
154	Pasta plástica em polionda, com plástico e lombo 55mm, tamanho ofício – 340X245mm	100	Unidade	3,65	365,00
155	Pasta sanfonada com 31 divisões, na cor fumê, fechamento com elastico, tamanho A4	10	Unidade	30,64	306,40
157	Percevejo latonado - caixa com 100 unidades	6	Caixa	1,64	9,84
158	Perfurador para papel 02 furos - capacidade de perfuração 8 folhas - diâmetro do furo 6mm	30	Unidade	14,25	427,50
159	Perfurador para papel 02 furos, com marginador permitindo perfeita centralização dos furos, base plástica protetora com novo e prático sistema de esvaziar os confetes, capacidade de perfurar aproximadamente 20 folhas de papel sulfite 75g/m²	5	Unidade	21,79	108,95
172	Plástico auto adesivo transparente, protegido no verso em papel siliconado, com medidas de 45cmx25m	16	Rolo	38,85	621,60
173	Plástico para pasta 4 furos, tamanho 24cmX32cm, espessura grossa, tamanho A4	700	Unidade	0,38	266,00
174	Porta fita durex de mesa (para fita de tamanho pequeno 12mmX10m)	25	Unidade	12,09	302,25
175	Porta lápis/clips/lembrete, em acrílico, na cor fumê Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	12	Unidade	12,68	152,16

176	Prancheta em acrílico, tamanho ofício, com prendedor de aço inox, medindo 34x24cm, transparente Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação	100	Unidade	9,75	975,00
178	Régua em poliestireno reforçada de 30cm, cristal, lisa, dimensões 310x35x3mm Subdivisão em mm	500	Unidade	1,20	600,00
180	Tecido TNT gramatura 40, em rolo de 1,40 mt de largura c/ 50 mts de comprimento Cores diversas	20	Rolo	94,40	1 888,00
183	Tinta à base de água especialmente desenvolvida para o entintamento e recarga de carimbos auto-entintados, Nas cores preto e azul, frascos de 28ml	70	Unidade	9,48	663,60
184	Tinta de almofada para carimbo na cor preto ou azul com 40ml	60	Unidade	3,25	195,00
185	Tinta guache - pote 15ml não tóxica - cores diversas com 6 unidades	4	Unidade	4,29	17,16
186	Tinta guache - pote 250 gramas diversas cores - lavável, não tóxico, solúvel em água: composição: resina, pigmento, água, carga inerte, conservante tipo Benzotiazol e Espessante	200	Unidade	4,89	978,00
187	Transparência em folha filme A4, para retroprojeção	65	Unidade	1,14	74,40
188	Transparência tamanho A4 para fotocópias a laser com tarjas	65	Unidade	1,12	72,80
189	Transparência tamanho A4 para impressora jato de tinta com tarja	10	Unidade	1,12	11,20
190	Umidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, com mínimo 20gr Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	50	Unidade	4,39	219,50
191	Visor para Pasta Suspensa Caixa Com 50 Unidades	10	Caixa	6,75	67,50
TOTAL R\$					42 242,25

Valor do contrato: R\$ 42 242,25 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

Data da Assinatura: 21/11/2013 – Vigência: 21/11/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2013-FMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o ANULAÇÃO da Dispensa Nº 52/2013-PMS, Processo Licitatório nº 90/2013-FMS, para aquisição de relógio ponto para o ESF IV, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, publicada na edição nº 1359, nas páginas 159 e 160 do DOM/SC, em 01 de novembro de 2013, nos termos da decisão exarada em decorrência do pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social

Schroeder, 22 de novembro de 2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013****Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGUA SANITÁRIA COM CLORO ATIVO - GALÃO DE 5 LITROS.	GL	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	4,8100	1
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	LIMPINHA	0	4,8200	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	Limpa Bem	0	4,8300	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	4,8500	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KLINN	0	4,9000	5
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BUENO	0	4,9400	6
2	Alcool etílico 70% INPM apresentado em forma líquida. Galão 5ml	GL	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	19,4500	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Mega	0	19,4600	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KLINN	0	19,4700	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FLOPS	0	19,4800	4
3	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8°INPM) COM 01 LITRO CADA;	LT	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	da ilha	0	4,8300	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	DA ILHA	0	4,8400	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Dailha	0	4,8600	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FLOPS	0	4,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	DA ILHA	0	4,9500	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	MEGA	0	4,9500	6
4	AMACIANTE DE ROUPAS, COM 2 LTS.Composição: Tensoativo catiô	GL	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	UNIVERSAL	0	3,7700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	UNIVERSAL	0	3,7800	2
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	3,8200	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	qlimpa	0	3,8300	4
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	3,8400	5
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AMIL	0	3,9000	6
5	Aplicador de cera com cabo de alumínio, luva de lã lavavel e resistente, base 45cm.	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Tonki	0	44,1000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRALIMPIA	0	64,2800	2
6	Balde plástico com capacidade para 15lt nas cores verde, azul, vermelho e transparente.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLASC	0	13,8000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VANFIX	0	13,8700	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plasnew	0	13,9400	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	GIPLAS	0	13,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	ARQPLAST	0	14,2900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	jaguar	0	14,3000	6
7	Bloqueador solar fator mínimo FPS 30, contra raios UVA 95% e UVB, com vitamina E, frasco com 110ml.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CENOURA E F	0	54,9400	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	banana bold	0	54,9500	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BANANA BOA	0	55,0900	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	luvox	0	55,1000	4
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sundown	0	55,1700	5
8	Borracha substituível para rodo para rodo de alumínio de 60cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	ASA DELTA	0	17,5000	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Boror	0	17,5400	2
9	Borrifador plástico 500ml, azul, vermelho e transparente	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBRE	0	3,0900	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLASC	0	3,1000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plasnew	0	3,1300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	Plast	0	3,2000	4
10	Caixa de Palito de fosforo com 240un de 5cm, com fosforo clorato de potássio e aglutinantes.	CX	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	FIAT LUX	0	11,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	GABOARDI	0	11,2000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Pinheiro	0	11,2300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	FIAT LUX	0	11,3000	4
11	Cera líquida incolor com polímero acrílico, emulsão de polietileno, antiderrapante, surfactante, plastificantes, dispersantes, conservante, essência e água. Frasco 750ml	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	RUBI	0	4,4600	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Guanabara	0	4,4700	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	RUBI	0	4,4800	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	GIR. SOL	0	4,6000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	WORKER	0	4,6200	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMÁTICA E SERV. LTDA (10763)	worker	0	4,6200	6
12	Colheres descartáveis, plástica, sobremesa medindo aproximadamente 12 cm super resistente, pacote com 50 unidades.	PCT	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	STRAWPLAS1	0	3,7600	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plazapel	0	3,7700	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	STRAWPLAS1	0	3,8000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMÁTICA E SERV. LTDA (10763)	strawplast	0	3,8500	4
13	COPO DESCARTAVEL DE 50ML, PACOTE COM 100UN, PESO MÍNIMO POR COPO DE 2,2GR, PRODUZIDO CONFORME NBR Nº. 14865/202	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CRISTAL	0	1,4700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CRISTAL	0	1,4800	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	TOTAL PLAST	0	1,4900	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Cistalcopo	0	1,5100	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	Coposul	0	1,5400	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CRISTALCOPi	0	1,5400	6
14	Copo descartável em poliestireno branco, capacidade de 180 ml, pesando 2,2g cada copo, medindo aproximadamente 7cm de diâmetro da boca, 4,2cm de diâmetro do fundo e 7,5cm de altura. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Embalados em mangas invioláveis com 100un. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade em conformidade com a NBR14865 e NBR 13230 da ABNT.	PCT	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CRISTAL	0	3,1600	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	TOTAL PLAST	0	3,1700	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Cristalcopo	0	3,1800	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	Minaplast	0	3,2000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CRISTALCOPi	0	3,2900	5
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CRISTAL	0	3,3000	6
15	Copo Termico/Isopor 100 ml. Pcte 25 un	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	EMBRAST	0	4,8000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	4,8700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DART	0	4,9700	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Copobras	0	5,0000	4
16	Copos descartáveis de plástico transparente de 400ml.Os copos devem estar embalados em mangas invioláveis com 100un. Conforme NBR 13230.	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SANTI	0	5,3500	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Cristalcopo	0	5,3700	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	TOTALPLAST	0	5,4000	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CRISTAL	0	5,4800	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CRISTALCOP	0	5,4900	5
17	Corda para varal em aço revestido em polietileno transparente	M	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SANTI	0	3,8500	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLASC	0	3,8700	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Lik	0	3,9140	3
18	Desinfetante para uso geral de eucalipto ou lavanda, concentrado, bactericida, biodegradável, com Registro no Ministério da Saúde. Galão de 5lt.	GL	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	23,1000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BUENO	0	23,1300	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	qlimpa	0	23,1400	3
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	23,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 7/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KLINN	0	23,2000	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	UTIL	0	23,6400	6
19	DESODORIZADOR EM AEROSOL DE AMBIENTE NO MÍNIMO 400ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COMPOSTO ÁLCOOL ETILICO, PROPILENOGLICOL, ANTIOXIDANTES, FRANGANCIA E PROPOLENTE.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NO AR	0	8,6800	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Puro Ar	0	8,6900	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PURO AR	0	8,7100	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	air	0	8,9000	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	PURO AR	0	8,9000	5
20	DETERGENTE ENZIMATICO PRODUTO BIODEGRADAVEL, ALTA RENTABILIDADE NA DILUIÇÃO, RENDIMENTO 1 LITRO RENDE ATÉ 330 LITROS DO PRODUTO DILUIDO.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BECKERT	0	46,2500	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Perol	0	46,2900	2
21	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e biodegradável.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	ONIX	0	1,4500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	UNIVERSAL	0	1,4600	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	1,4800	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	fontana	0	1,4900	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	LIMPINHA	0	1,5300	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 8/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LIMPINHA	0	1,5300	6
22	Disco para máquinas industriais de lavar pisos, super removedor preto 350mm. Composto por filamentos de nylon e partículas abrasivas espalhadas por todo o disco.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BETTANIN	0	16,2900	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	3M	0	16,3000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Bettanin	0	16,3700	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BETTANIN	0	16,6900	4
23	ESCOVA COM CERDAS PLASTICAS PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102mmX260mm.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	1,9000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LIMPAMANIA	0	1,9400	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Perovinha	0	1,9500	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	GOULART	0	1,9800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	1,9900	5
24	Escova para limpeza de material ambulatorial, com cerdas em aço 3cm com cabo plastico de 15cm.	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Wonder	0	4,5100	1
25	Escova para limpeza de vaso sanitário, em nylon, cabo plástico, com cerdas arredondadas e suporte (estojo) de plástico.	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	SM	0	2,6500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LIMPAMANIA	0	2,7400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 9/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	sanprin	0	2,7500	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	5,2500	4
26	ESCOVÃO COM CERDAS DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 30CMX8CM	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Perovinha	0	5,8200	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SO LAVA	0	5,9000	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CANADÁ	0	5,9300	3
27	Espanador de penas. Tamanho do cabo: 25 cm Comprimento das plumas: 15 cm.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ESCOVITA	0	12,9900	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	13,0000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Shangrilá	0	13,0300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	13,3000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	13,3400	5
28	Espanja de lã de aço com agente antibactericida, fibra 100% virgem, pesando 60gr e 8 unidades por pacote.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	INOVE	0	1,4200	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SANI	0	1,4300	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Inovar	0	1,4700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	INOVE	0	1,4800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	inove	0	1,5000	5
29	Esponja de limpeza, dupla face, uma face macia e outra áspera, espuma/fibra sintética, formato retangular, abrasividade alta/mínima, aplicação impeza em geral.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BETTANIN	0	0,4600	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRITSCH	0	0,4700	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Bettanin	0	0,4900	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BETTANIN	0	0,4900	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	BETANIN	0	0,5000	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	britch	0	0,5000	6
30	Flanela extra macia. Composição: 100% algodão. Tamanho: 28 x 38 cm. Cor: Laranja.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MARTINS	0	1,1500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MARTINS	0	1,1600	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Martins	0	1,1900	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BAUMGARTEI	0	1,2000	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AGP	0	1,2000	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	martins	0	1,2100	6

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 11/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Guardanapos 100% fibras naturais, tamanho 30cmX32,5cm, pacote c/ 50und.	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	POMME	0	1,6500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	BOB	0	1,6700	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FACE A FACE	0	1,7400	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sorella	0	1,7600	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	FACE A FACE	0	1,7900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	pegg	0	1,8000	6
32	Hipoclorito de sódio 1% de 5lt, desinfetante hospitalar para superfícies fixas, a base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo estabilizado (10.000 PPM). Possui ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias protéicas de microorganismos.	GL	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BUENO	0	13,9000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	13,9100	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Hidrotat	0	13,9300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	limpa bem	0	13,9900	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	ONIX	0	14,2000	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	HOSPECLEAN	0	14,2900	6
33	Lenço de Papel, cor branca, medindo 14,8 x 21,5cm, embalagem com 50 unidades, produzido com matéria prima 100% natural. Ideais também para limpeza de objetos delicados, como cubetas.	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KISS	0	3,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 12/35

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	santher	0	3,1900	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Cotton Baby	0	3,2300	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ANJINHO	0	3,2900	4
34	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	ZAVASKI	0	5,4800	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Polwax	0	5,4900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	PRATICK	0	5,5700	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LOURO	0	5,6800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	zavaski	0	5,7000	5
35	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármore, banheiros, máquinas, fôrnicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão com 5 litros.	GL	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KLINN	0	46,4000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	46,4500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Perol	0	46,4900	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SOLUMEX	0	47,3500	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	UTIL	0	48,3900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 13/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	qlimpa	0	48,4000	6
36	Limpador de tapetes e carpetes, sem enxague, com tampa dosadora, frasco com 500ml	FR	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SUPERPLUS	0	6,4000	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Polwax	0	6,4400	2
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	WORKER	0	6,5900	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	WORQUER	0	6,5900	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	worker	0	6,6000	5
37	LIMPADOR MULTI-USO C/ 500ML, VARIAS FRAGANCIAS. COMPOSIÇÃO: Tensoativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	FR	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	WORKEN	0	2,7900	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	ONIX	0	2,8000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	polwax	0	2,8700	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	WORKER	0	2,9600	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	POLWAX	0	2,9600	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	worker	0	2,9700	6
38	Lixeira com pedal e balde removível 20lt inox. Possui alça para transporte, pedal com apoio de borracha	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	INAN	0	94,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 14/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Caselar	0	94,9300	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	JSN	0	97,0000	3
39	Lixeira de 100lt, em formato redondo ou retangular, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plastex	0	107,0300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SANRENO	0	107,0500	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	LAR PLASTIC	0	108,0000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	belosch	0	110,0000	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	MARFINITE	0	158,2500	5
40	Lixeira de 15lt, em formato redondo ou retangular, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	TRILHA	0	42,8000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	PLASVALE	0	42,8900	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRALIMPIA	0	43,7500	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	belosch	0	43,8000	4
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plastex	0	44,1000	5
41	Lixeira de 20lt, em formato redondo ou retangular, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	PLASVALE	0	53,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 15/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plastex	0	53,9000	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLASC	0	54,0000	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRALIMPIA	0	54,9800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	belosch	0	55,0000	5
42	Lixeira de 50lt, em formato redondo ou retangular, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CAJOVIL	0	88,9500	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plastex	0	89,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	belosch	0	89,1000	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	LAR PLASTIC	0	90,0000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	PLASVALE	0	90,9900	5
43	Lixeira plástica vazada capacidade minima 9 litros. Cores diversas.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLASC	0	2,8000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ARQPLAST	0	2,8400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	plasmont	0	2,9000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Plasnew	0	2,9300	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	ARQPLAST	0	2,9800	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 16/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	LUSTRA MOVEIS CREMOSO, FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	WORKEN	0	2,5300	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	WORQUER	0	2,5400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	worker	0	2,5500	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Polwax	0	2,5900	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	WORK	0	2,6000	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	WORKER	0	2,6300	6
45	LUVAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO P - M - G - CAIXA COM 100 PARES	CX	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Volk	0	16,8900	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	lagrotta	0	16,9000	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	EMBRAMAC	0	17,0700	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DESCARPACI	0	17,2600	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SUPERMAX	0	17,2700	5
46	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. G (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	VOLK	0	5,3000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VOLK	0	5,3500	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DESCARPACI	0	5,3700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 17/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Volk	0	5,3900	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	DANNY	0	5,4900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	danny	0	5,5000	6
47	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. M (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	VOLK	0	5,3000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VOLK	0	5,3500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Volk	0	5,3900	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DESCARPACI	0	5,4800	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	DANNY	0	5,4900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	danny	0	5,5000	6
48	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. P (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	VOLK	0	5,3000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VOLK	0	5,3500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Volk	0	5,3900	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DESCARPACI	0	5,4800	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	DANNY	0	5,4900	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 18/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	danny	0	5,5000	6
49	MULTI-INSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MATE INSETC	0	7,3000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	ULTRA INSET	0	7,3900	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	matinset	0	7,5000	3
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	BAYGON	0	7,5300	4
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Dom Line	0	7,5500	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	MATINSET	0	7,6900	6
50	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO, 20CMX30CM=	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SUPER	0	2,8800	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DO BRASIL	0	2,8900	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Lixex	0	2,9300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BRASIL	0	2,9600	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	2,9800	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	2,9900	6
51	PÁ DE LIXO GALVANIZADA COM CABO LONGO DE METAL.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	4,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 19/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Lixex	0	4,2100	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	CANADÁ	0	4,2900	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	4,3000	4
52	PANO CRU PARA TIRAR PÓ NA COR BRANCA, MEDINDO 40CMX20CM	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	martins	0	1,8900	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MARTINS	0	1,9000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Martins	0	1,9500	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MARTINS	0	1,9600	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AGP	0	1,9700	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BAUMGARTEI	0	1,9800	6
53	PANO DE CHÃO ALVEJADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 60X90CM=	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	martins	0	4,3500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MARTINS	0	4,3600	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MARTINS	0	4,4000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Martins	0	4,4100	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AGP	0	4,4800	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 20/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BAUMGARTEI	0	4,4900	6
54	PANO DE CHAO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 60X90CM	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	martins	0	4,9000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MARTINS	0	4,9300	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Martins	0	4,9600	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MARTINS	0	5,0000	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AGP	0	5,0500	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BAUMGARTEI	0	5,0500	6
55	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 44X7CM	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	martins	0	2,6600	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MARTINS	0	2,6700	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	MARTINS	0	2,7000	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	AGP	0	2,7400	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BAUMGARTEI	0	2,7500	5
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Martins	0	2,9700	6
56	Pano multiuso, descartável em fibra de rayon, aglutinadas com resina sintética, resistente, absorvente, com ação antibactéria, rolo com 300 metros e 33cm de largura.	RL	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBRE	0	173,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 21/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Bettanin	0	173,4600	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	VABENE	0	175,0000	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	NOBRE	0	176,9900	4
57	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDO COM 64 ROLOS.	FD	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BOB	0	74,2500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	BOB	0	74,2600	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Fofinho	0	74,2800	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FOFINHO	0	74,3400	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CLARA	0	75,8900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	Maxxi	0	75,9000	6
58	PAPEL HIGIENICO ROLÃO BRANCO SIMPLES COM 500 METROS - PACOTE C/ 08 ROLOS	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLUFY	0	44,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	LITOPEL	0	44,0800	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Licpel	0	44,1400	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SUAVE TOK	0	44,1700	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	PLUFY	0	45,0900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 22/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	suavetock	0	45,1000	6
59	Papel toalha cor branca (22,5X21) com 2 dobra, pct com 1250 und.	PCT	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SUAVE TOK	0	9,4000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MASTERSUL	0	9,4200	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Licpel	0	9,4300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	PLYFY	0	9,6000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	PLUFY	0	9,6400	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	bipel	0	9,6500	6
60	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES SUPER-BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 21X24,5 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	CX	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRIOJARAGU	0	64,5500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	MASTERSUL	0	64,5600	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Licpel	0	64,5800	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	suavetock	0	64,6000	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	COPAMIL	0	65,0000	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	COPAMIL	0	65,9900	6
61	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICOTADAS. EMBALAGEM COM 2 BOBINAS.	PCT	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBY	0	3,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 23/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BOB	0	3,0800	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VLARYS	0	3,1000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sorella	0	3,1300	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	FACE A FACE	0	3,1800	5
62	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SANY	0	0,8400	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	SANI	0	0,8500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sany Brill	0	0,8600	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SANY	0	0,8600	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	SANY	0	0,8700	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	sany	0	0,8800	6
63	Pratos de papelão Nº 4 medida 20 cm de diâmetro, pacote com 100 unidades.	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	8,3500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	EMBRAST	0	8,3700	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	EMBRAST	0	8,4000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Indepal	0	8,4300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 24/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Prendedor de roupas de madeira. Pacote com 12un.	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	1,9000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	QUEPRENDE	0	1,9400	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Big	0	1,9500	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	1,9900	4
65	Protetor Solar facial FPS 60, para todos os tipos de pele. Formula Oil Free. Embalagem 50 ml.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LABIL	0	49,8000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	BANANA BOL'	0	49,8300	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BANANA BOA	0	50,0000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sundown	0	52,2700	4
66	Refil para aplicador de cera 45cm, confeccionado em tecido acrílico ultra absorvente - 100% microfibras.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRALIMPIA	0	31,9900	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	RUBER	0	32,0000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Bettanin	0	32,3400	3
67	Removedor de cera e de impermeabilizante, com pricipio ativo butil glicol. Frasco 5lts	GL	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SUPERPLUS	0	75,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	75,4000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Perol	0	76,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 25/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013**Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBRE	0	79,1800	4
68	Repelente creme hidratante contra insetos para crianças menores de 6 meses, frasco com 200ml.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	ARLON	0	25,9100	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Off	0	25,9300	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	REPELEX	0	25,9400	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	REPELEX	0	26,3000	4
69	Reservatório de saboneteira refil, sistema de refil	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BELLPLUS	0	7,5000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLPLUSS	0	7,5400	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Trilha	0	7,5500	3
70	RODO REFORÇADO DE ALUMÍNIO DE 0,60 M COM BORRACHA SUBST.	UN	MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Ark Brasil	0	17,4200	1
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	17,6900	2
71	Sabão em pasta biodegradavel, com 500gr. Composição: ácidos graxos, hidroxido de potássio, sal sódico do edna, corante, fragância e água.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CRISTAL	0	4,0000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	DIPOL	0	4,0900	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	4,1100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 26/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013 Data do Registro: 22/11/2013 Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	SABÃO EM PEDRA GLICERINADO, PACOTE COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	UNIVERSAL	0	5,6000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	UNIVERSAL	0	5,6900	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	FONTANA	0	5,7000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Girando Sol	0	5,7100	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	fontana	0	5,8300	5
73	SABÃO EM PÓ DE 1º QUALIDADE, PACOTE 5KG. Composição: Alquil benzeno sulfonato de sódio, linear, bentonita sódica, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 BIs (2 sulfoesteril bifenil dissódico), pigmento azul 15, enzimas, CMC, perfume e água. Contém: Tensoativo biodegradável.	PCT	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	inove	0	22,9000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	GIRANDO SOI	0	22,9500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	23,1300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	GIRANDO SOI	0	23,4000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	WORKER	0	23,6400	5
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	INOVE	0	23,6400	6
74	Sabão líquido lava roupas remoção de manchas, maior rendimento, diluição instantânea sem deixar resíduos, branco incrível, perfume e maciez. Composição mínima: tensoativo não iônico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragância, quelante e água. Embalagem 5 litros.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SUPERPLUS	0	19,9500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	VERDESAN	0	19,9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 27/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	20,4800	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BUENO	0	20,8900	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	20,8900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	q limpa	0	20,9000	6
75	SABONETE LIQUIDO CONCENTRADO PEROLADO, CREMOSO,VARIAS FRAGANCIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, GALÃO 05 LITROS	GL	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	NATSUMA	0	25,7900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NATSUME	0	25,8000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Limpinha	0	25,8300	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	KLINN	0	26,0000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	MAX	0	26,3900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	q limpa	0	26,4000	6
76	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 20 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	TAC PLAST	0	15,0000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	15,1900	2
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	NOBRE	0	15,3900	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	SM	0	15,4000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 28/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	15,4000	5
77	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 50 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	32,9500	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	TAC PLAST	0	32,9600	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	32,9700	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	SM	0	33,3200	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	NOBRE	0	33,9900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ideal	0	34,0000	6
78	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 100 LITROS (73X87X0,07) 7 MICRAS ESPESSURA, C/ 100 UND.	PCT	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ideal	0	47,2700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	47,2800	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	SM	0	47,3600	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	47,3700	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	IDEAL	0	48,0000	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	48,3900	6
79	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 30 LITROS (39X52X0,04) C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	IDEAL	0	8,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 29/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ideal	0	8,8900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	8,9900	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Nobre	0	9,1600	4
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	9,3400	5
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	9,3400	6
80	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	10,6500	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Nobre	0	10,6700	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	10,8800	3
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	10,8800	4
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	IDEAL	0	10,8900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ideal	0	10,8900	6
81	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 60 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ideal	0	10,6000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	10,6500	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Nobre	0	10,6700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 30/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	IDEAL	0	10,8800	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	TAYU	0	10,8800	5
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	IDEAL	0	10,8900	6
82	SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO - FRASCO 200 ML	FR	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	NOBRE	0	2,9900	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	SANY	0	3,0000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	WORKEN	0	3,0000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Sany Brill	0	3,0200	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	SANY	0	3,0700	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	worker	0	3,0800	6
83	Suporte (dispenser) para Papel Higiênico Rolão 500 m. Dimensão do Produto (Altura x Largura x Profundidade): 28,5 x 27,5 x 13,5 cm. Peso do Produto com Embalagem: 551g. Peças para fixação. Branco em polipropileno.	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	BELLPLUS	0	36,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	36,5500	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BELLPLUSS	0	36,6000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Alwin	0	36,6500	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	PLESTIN	0	37,3900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 31/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	nobre	0	37,4000	6
84	Suporte de parede para papel higienico em aço cromado com capacidade para 4 rolos. Altura 51cm, largura 12,5cm, profundidade 15cm	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	SOBIM	0	166,9500	1
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	GALVANIGRIL	0	167,0000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	167,4000	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Biovisium	0	167,4800	4
85	Suporte em acrilico para copos descartáveis de 180 ml	UN	MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	EMBRAST	0	21,9500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	21,9800	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	TRILHA	0	22,6300	3
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	JSN	0	22,6400	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	SCALFO	0	23,0900	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	aurimar	0	23,1000	6
86	Suporte para pano multiuso de 300mt em chapa metálica.Largura 40cm, profundidade 40cm, superfície para fixação de 21cm.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	EMBRAST	0	67,6000	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Leiter	0	67,6200	2
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	BETTANIN	0	68,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 32/35

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BETTANIN	0	68,9900	4
87	Suporte para vassoura e rodo. Reguá com ganchos	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	BRALIMPIA	0	21,0000	1
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Triel	0	21,0200	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	NITRON	0	21,0500	3
88	VASSOURA COM CERDAS PIACAVA SINTETICA PLUMADA COM CABO DE MADEIRA.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	COLOMBINA	0	7,3800	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	7,4000	2
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Odim	0	7,5500	3
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	7,6000	4
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	7,6900	5
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	LIMPAMANIA	0	7,6900	6
89	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO DE MADEIRA	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)	COLOMBINA	0	12,5900	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	perovinha	0	12,6000	2
			MAXIMA PAPELARIA EIRELI (10643)	CANADÁ	0	12,7500	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	COLONIAL	0	12,7900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 33/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME (12472)	Paoletto	0	12,8300	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 34/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013

Número do Registro de Preços: 72/2013

Data do Registro: 22/11/2013

Válido até: 22/11/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAYU QUIMICA LTDA (12018)	CANADA	0	13,0800	6

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 35/35

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 196/2013****Número do Registro de Preços: 72/2013****Data do Registro: 22/11/2013****Válido até: 22/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turis

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2013****PROCESSO Nº 196/2013**

- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (10643) - MAXIMA PAPELARIA EIRELI
- (10763) - EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA
- (11714) - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME
- (12018) - TAYU QUIMICA LTDA
- (12472) - MARLENE RAWUIETSCH KRAUSE ME

Schroeder, 22 de Novembro de 2013.

Convocação Concurso Público nº 002/2011-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr WILLIAM HIDEYUKI MARTINI MIASATO, inscrito no CPF sob nº 056 954 109-32, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de FARMACÊUTICO, para assumir o respectivo cargo

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 03 de dezembro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9 6 e 9 7

Schroeder (SC), 21 de novembro de 2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO

Secretária de Saúde e Assistência Social

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 246/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 246/2013 - PMS

Processo Licitatório nº 193/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº 87/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83 102 491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, no Município de Schroeder/SC

Contratado: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 74 111 428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº 5685, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89 275-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Saneamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Agenda telefônica comercial com espiral, formato 148mmX2010mm, 80 folhas, capa/contracapa em papelão 697g/m², revestimento por papel couchê 120g/m² e folhas internas de papel off-set 120g/m²	10	Unidade	18,70	187,00
04	Almofada para carimbo com esponja absorvente revestida de tecido nas cores preto ou azul. O tamanho da caixa plástica externa deve ser de no mínimo 9,0cmX12cm. Caixa deve conter tampa na cor da almofada, azul ou preto	6	Unidade	3,60	21,60
08	Balão 11 polegadas, tamanho 27,5cm diversas cores. Pacote com 50 unidades	10	Pacote	8,85	88,50
11	Bateria Alcalina 9 volts	20	Unidade	10,00	200,00
111	Grampeador médio, em estrutura metálica preta, tipo de mesa, marca impressa no corpo, com capacidade para grampear 20 folhas de papel 75g/m², tamanho do grampo 26/6, base medindo 20cm no mínimo	100	Unidade	18,30	1 830,00
131	Mural de metal - medidas mínimas de 1,00mX0,50m - p/ recados	30	Unidade	69,50	2 085,00
136	Papel Craft – cor marrom – gramatura 80g/m² - metro	750	Metro	1,75	1 312,50

156	Pasta suspensa em cartão marmorizado plastificado, com 02 hastes metálicas removíveis, com ponteiro plástico nylon nas extremidades, grampos plásticos visor transparente e etiqueta de identificação branca Caixa com 50 unidades	70	Unidade	89,00	6	230,00
160	Pilhas alcalina LR 6 AM3 AA 1,5V	10	Unidade	2,65		26,50
161	Pilhas alcalinas – pequenas mod AA 1 5 v / 5cm - cartela com 2 unidades	200	Cartela	5,35	1	070,00
162	Pilhas alcalinas AAA palito, com no mínimo 7 anos de validade - cartela com 2 unidades	120	Cartela	6,20		744,00
163	Pilhas Alcalinas LR 41	20	Unidade	1,40		28,00
164	Pilhas Alcalinas LR 44	8	Unidade	1,40		11,20
165	Pilhas Lithium CR 2025/3v	6	Unidade	2,43		14,58
166	Pilhas R14/1 5v C Cartela com 2 unidades	50	Cartela	8,80		440,00
167	Pilhas recarregáveis AA 2500mAh Cartela com 2 unidades	20	Cartela	12,50		250,00
171	Placa sinalização ABERTO/FECHADO, medidas: 29,3 X 9,5 cm Lado ABERTO com fundo verde e letras brancas e lado FECHADO com fundo vermelho e letras brancas	10	Unidade	6,90		69,00
TOTAL R\$					14	607,88

Valor do contrato: R\$ 14 607,88 (quatorze mil, seiscientos e sete reais e oitenta e oito centavos)

Data da Assinatura: 21/11/2013 – Vigência: 21/11/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 245/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº 245/2013 - PMS

Processo Licitatório nº 193/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº 87/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83 102 491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, no Município de Schroeder/SC

Contratado: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 85 260 164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Saneamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, tamanho mínimo de 15x4,5x25cm, superfície interna em espuma e base em feltro Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	150	Unidade	4,78	717,00
06	Apagador para quadro negro - corpo em plástico de alta resistência, tamanho mínimo 15X4,50X25cm, com feltro de alta resistência	100	Unidade	4,79	479,00
07	Apontador para Lápis, Confeccionado em Plástico, com 01 (um) Furo, Lamina em Aço Inox, Sem Depósito	450	Unidade	0,45	202,500
09	Bastão de cola quente diâmetro de 10mm	200	Unidade	1,20	240,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

10	Bastão de cola quente diâmetro de 6mm	300	Unidade	0,88	264,00
23	Borracha branca com capa colorida - Tamanho mínimo 43mmX20mmX10mm	550	Unidade	1,19	654,50
25	Caderno pedagógico de Caligrafia, brochura medidas mínimas de 20,2cmX14,8cm – 48 folhas	800	Unidade	1,14	912,00
26	Caderno pequeno brochura 1/4 com 48 folhas - tamanho 23X14cm de largura	1200	Unidade	1,10	1 320,00
27	Caderno pequeno espiral flexível 1/4 -14X20cm c/ 96 folhas	100	Unidade	2,39	239,00
31	Caderno universitário capa dura com 200 folhas – 10 matérias, com espiral, com folhas serrilhadas e capas sortidas Folhas internas de 56 g/m² brancas	400	Unidade	15,50	6 200,00
32	Caixa de papelão para arquivo morto - 19cmX22cmX30cm	250	Unidade	1,80	450,00
34	Caixa de papelão para arquivo morto com espessura mínima de 2mm As medidas da caixa quando montadas devem ser de: 30cm de altura, 18cm de largura, 43cm de comprimento Com furos de no mínimo 2cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa	340	Unidade	3,86	1 312,40
35	Caixa tripla para correspondência articulável, material acrílico, cor incolor, medidas mínimas 370mmX255mmX210mm	45	Unidade	42,90	1 930,50
38	Calendário Risque-Rabisque permanente, tamanho grande, 12 folhas - ano 2014	45	Unidade	20,80	936,00
39	Caneta esferográfica escrita fina azul, preta, vermelha, contendo tinta de qualidade pra escrita macia, corpo hexagonal, ponta 0,8mm, tampa ventilada e transparente, com suspiro, bico de metal	3000	Unidade	1,14	3 420,00
42	Caneta marca texto fluorescente (amarela, verde, azul, laranja), ponta chanfrada com traço de 4,0mm, tampa da mesma cor da tinta, embalagem plástica, medindo aproximadamente 13,0cm sem considerar a tampa, validade de no mínimo 01 ano Embalagem com dados de identificação do produto Caixa com 12 unidades	150	Caixa	19,20	2 800,00
43	CANETA MARCADOR PARA RETROPROJETOR, COM PONTA FINA (1 0), TINTA PRETA RESISTENTE À LUZ E UMIDADE	600	Unidade	3,60	2 160,00
44	Caneta para quadro branco, diversas cores	600	Unidade	5,40	3 240,00
53	Clips para papel número 0/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	55	Caixa	7,19	395,45
54	Clips para papel número 1/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	60	Caixa	7,19	431,40
55	Clips para papel número 2/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	80	Caixa	7,19	575,20
56	Clips para papel número 3/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	80	Caixa	7,19	575,20
57	Clips para papel número 4/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	70	Caixa	7,19	503,30
58	Clips para papel número 8/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20 Caixa com 500gr Embalagem original do fabricante	70	Caixa	7,19	503,30
63	Cola plástica líquida em frasco de 90grs, para papel, branca, lavável, não tóxica, fabricada com látex, aditivos, plastificantes, com bico lacrado, com validade mínima de 12 meses da data de entrega, com tampa giratória totalmente removível	700	Unidade	1,77	1 239,00
68	Compasso escolar cabeça de Fricção para ajuste preciso e suave do raio Círculo máximo de aproximadamente 34 cm de diâmetro Dimensões: 2 A x L x P 19x5,5x1 cm	2	Unidade	5,30	10,60
69	Contra capa em polipropileno opaco para encadernação cor preta - tamanho A4 - pacote com 100 unidades	15	Pacote	48,00	720,00
75	DVD-R gravação a 8x4,7 GB dados/120 min áudio Capacidade para armazenamento de 4,7GB de dados, ou 120 minutos de áudio Velocidade de gravação de 1 a 8x, tendo em uma das faces a identificação técnica da mídia (tipo/capacidade para dados e áudio/velocidade de gravação e espaço para escrita do conteúdo gravado com caneta apropriada) Mídia acondicionada individualmente em estojo plástico com pelo menos a face frontal transparente possibilitando identificação do conteúdo sem abertura do estojo Embalagem original do fabricante, lacrada com filme, contendo 1 unidade	150	Unidade	3,59	538,50
80	Emborrachado EVA – diversas cores medindo 450x600 mm, gramatura 2 mm	1000	Unidade	1,84	1 840,00
82	Envelope Pardo – medidas 22 x 13 cm	700	Unidade	0,12	84,00

83	Envelope Pardo – medidas 23 x 16 cm	10000	Unidade	0,12	1	200,00
84	Envelope Pardo – medidas 35 x 26 cm	1000	Unidade	0,21		210,00
89	Etiqueta em Rolo Tamanho 24 mm X 12 mm Na Cor Branca Rolo Com 1000 Etiquetas	8	Unidade	68,40		547,20
94	Fita adesiva Craft – Tamanho 25mmX50m com 50 g/m²	400	Rolo	11,60	4	640,00
96	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico – tamanho 12mmX30m	250	Rolo	0,70		175,00
97	Fita adesiva transparente em PVC 25mmX50m	40	Rolo	1,40		56,00
123	Lápis de cor diversos, tamanho mínimo 17cm no formato sextavado, feito 100% com madeira reflorestada e certificada, não tóxico - caixa com 12 cores	300	Caixa	9,50	2	850,00
126	Lápis grafite apontado HB nº 02, revestido em madeira, formato cilíndrico, medindo 175 mm, cor do revestimento preto, gravado no corpo a marca do fabricante	1000	Unidade	0,50		500,00
127	Lápis grafite nº2 preto - com borracha macia, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	510	Unidade	0,50		255,00
130	Massinha do modelar – 12 cores – 180gr, baixa oleosidade	400	Unidade	4,75	1	900,00
134	Papel almaço com pauta e margem, gramatura de 60g/m² - medidas 330mmX220mm	700	Unidade	0,05		35,00
135	Papel almaço sem pauta, gramatura de 60g/m² - medidas 330mmX220mm	350	Unidade	0,05		17,50
143	Papel Vergê – gramatura 180g/m² - medidas mínimas de 297X210mm - pacote com 50 folhas	180	Pacote	12,70	2	286,00
144	Papel Vergê – gramatura 80g/m² - medidas mínimas de 297X210mm - pacote com 50 folhas	60	Pacote	12,70		762,00
168	Pincel Atômico – ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores	250	Unidade	3,69		922,50
169	Pistola manual para aplicação de cola quente p/ bastão diâmetro 10mm	40	Unidade	24,00		960,00
170	Pistola manual para aplicação de cola quente p/ bastão diâmetro 6mm	40	Unidade	15,70		628,00
177	Quadro branco, com suporte para apagador, moldura em alumínio tamanho 90cmX120cm	12	Unidade	63,50		762,00
179	Sacola Plástica 50 cm x 60 cm cor branca	12000	Unidade	0,17	2	040,00
181	Tesoura escolar medida de 10cm, com ponta arredondada - cabo plástico	250	Unidade	2,04		510,00
182	Tesoura multi-uso, com no mínimo 21cm de comprimento, destro, lâmina em aço inox, cabo anatômico em polipropileno na cor preta, marca impressa no corpo e com embalagem individual	120	Unidade	9,40	1	128,00
TOTAL R\$					57	357,05

Valor do contrato: R\$ 57 357,05 (cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e cinco centavos)

Data da Assinatura: 21/11/2013 – Vigência: 21/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Carta Convite Nº 55/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2013

CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERV. Nº 055/2013

Tipo: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de Colhedora de Forragens e Roçadeira a tração, para incrementar o Programa da Patrulha Agrícola no Município, beneficiando os agricultores, incentivando o preparo da silagem deixando-a mais homogênea, com melhor compactação no silo e a roçadeira facilitará a limpeza de áreas degradadas.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2013.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04 de dezembro de 2013.

O Edital encontra-se disponível no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 25 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

Lei 2105/13

LEI Nº 2105 DE 22 NOVEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR BEM IMÓVEL PARA O FIM QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica desafetado o bem imóvel a seguir discriminado, pertencente ao Município de Sombrio, passando a integrar o seu patrimônio dominial, constituído da parte ideal a qual se refere a Rua Cento e Onze (111), com 720,00 m², da área remanescente da matrícula 63.395, do C.R.I da Comarca de Sombrio.

Art. 2º - Fica doado ao Instituto Federal Catarinense - IFC, o bem imóvel descrito no artigo anterior, com a finalidade exclusiva para ampliação dos serviços prestados pela instituição a sociedade sombriense.

Parágrafo Único - O eventual descumprimento da finalidade exposta no "caput" deste artigo, ensejará na reversão do bem imóvel doado para o patrimônio do Município de Sombrio.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.,

Município de Sombrio-SC, 22 de novembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Ata Tomada de Preço N.º 118 2013 PMT - Proposta

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 118/2013

Às onze horas, do vigésimo segundo dia, do mês de novembro de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013, alterada pela portaria 338/2013 para abertura do envelope de proposta apresentado pela empresa GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

A empresa apresentou o valor de R\$ 28.615,36 (vinte e oito mil seiscentos e quinze reais e trinta e seis centavos). A comissão decidiu pela suspensão e remessa dos autos ao setor de engenharia para averiguação dos quantitativos e valores apresentados.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES

Presidente

BARBARA HOCHHEIM

Secretaria

ALINE BURGER

Membro

Ata Tomada de Preço N.º 122 2013 PMT - Proposta

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 122/2013

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do vigésimo segundo dia, do mês de novembro de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013, alterada pela portaria 338/2013 para abertura do envelope de proposta apresentado pela empresa GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

A empresa apresentou o valor de R\$ 62.510,09 (sessenta e dois mil quinhentos e dez reais e nove centavos). A comissão decidiu pela suspensão e remessa dos autos ao setor de engenharia para averiguação dos quantitativos e valores apresentados.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretaria

ALINE BURGER
Membro

Ata Tomada de Preço N.º 124 2013 PMT - Habilitação
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO
Nº. 124/2013

Às onze horas e quinze minutos, do vigésimo primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013, alterada pela portaria 338/2013 para análise do parecer técnico emitido acerca dos acervos apresentados pela empresa VILSON VANSUITEM ME.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro Moacyr Cristofolini Junior verifica-se que a empresa apresentou acervo compatível com o objeto licitado.

Diante das considerações acima mencionadas decidimos pela habilitação da empresa VILSON VANSUITEM ME.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Fica designada a data de 26/11/2013 as 09h30min para abertura dos envelopes de propostas.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretaria

ALINE BURGER
Membro

Ata Tomada de Preço N.º 27 2013 FMS - Habilitação
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO
Nº. 27/2013

Às onze horas e quinze minutos, do vigésimo primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013, alterada pela portaria 338/2013 para análise do parecer técnico emitido acerca dos acervos apresentados pela empresa VILSON VANSUITEM ME.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro Moacyr Cristofolini Junior verifica-se que a empresa apresentou acervo compatível com o objeto licitado.

Diante das considerações acima mencionadas decidimos pela habilitação da empresa VILSON VANSUITEM ME.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Fica designada a data de 26/11/2013 as 9hs para abertura dos envelopes de propostas.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretaria

ALINE BURGER
Membro

Aviso Pregão Presencial - Registro de Preço N.º 129 2013 PMT - Toners
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2013

OBJETO: registro de preços para fornecimento de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), especificados no Anexo I para atender as necessidades da Administração Pública Municipal (fundos, fundações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 07h30min do dia 06 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 06 de dezembro de 2013 as 07h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 08/11/2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012/183
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/183

CONTRATANTE: Município de Timbó, Fundação Municipal de Esportes e Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de monitoramento de alarmes eletrônicos com fornecimento de equipamentos em regime de comodato a ser e executada junto às instalações da Fundação Cultural, Museu da Música, Museu do Imigrante, Oficina de Artes Manuais, Fundo Municipal de Esportes, Tele Centro e Casa do Poeta.

PRAZO: prorrogado até 31/10/2014.

REAJUSTE: reajuste percentual de 5,5836%.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2013.

MARCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Md Nº 8/2013

Autoriza o pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno combinado com o art.

18. Parágrafo único, da Lei Orgânica, e amparada no art. 71, caput e §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 1/1993, RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

Art. 2º O pagamento será realizado no dia 29 de Novembro de 2013.

Art. 3º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 22 de Novembro de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente

MARCELO LUIZ FERRARI
Vice-Presidente

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI
Secretário

Termo de Homologação Processo Licitatório Nº17/2013

Termo de Homologação

Processo Licitatório : 17/2013.
Modalidade: Pregão Presencial nº 09/2013.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conservação e limpeza do prédio da Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, Rubens Borchardt, CPF nº 381.777.579-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Processo Licitatório nº 17/2013.

Timbó, 22 de Novembro de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente

Turvo

PREFEITURA

Decreto 57/2013

DECRETO Nº 057/13, de 21 de Novembro de 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012 DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 2.109,96 (Dois mil, cento e nove reais e noventa e seis centavos), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0060.0 (119) - Aplicações Diretas R\$ 156,89
07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
26.782.0044.2.019 - MANUT DA SECR. DE TRANSP. OBRAS E

SERV. PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0044.0 (116) - Aplicações Diretas R\$ 226,51
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0045.0 (117) - Aplicações Diretas R\$ 692,72
08.01 - SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0050.0 (118) - Aplicações Diretas R\$ 0,04
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0049.0 (120) - Aplicações Diretas R\$ 1.033,80

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do Superávit Financeiro ocorrido em 2012 da Fonte de Recursos 0060 no valor de R\$ 156,89 (cento e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos), da Fonte de Recursos 0044 no valor de R\$ 226,51 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), da Fonte de Recursos 0045 no valor de R\$ 692,72 (seiscentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), da Fonte de Recursos 0050 no valor de R\$ 0,04 (quatro centavos) e da Fonte de Recursos 0049 no valor de R\$ 1.033,80 (um mil trinta e três reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0003.1.052 - CONSTRUÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0023.0 (21) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta do Superávit Financeiro ocorrido em 2012 da Fonte de Recursos 0023 no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de Novembro de 2013.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 58/2013

DECRETO Nº 058/13, de 21 de Novembro de 2013.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
12.361.0010.1.016 - CONST. E OU AMPL. DE SALA DE AULA ENS. FUNDAMENTAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (030) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
12.365.0010.1.017 - CONST. E OU AMPL. DE SALA DE AULA PRÉ - ESCOLAR
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (044) - Aplicações Diretas R\$

20.000,00
12.365.0010.1.018 - CONST. E OU AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA
CRECHES
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 (046) - Aplicações Diretas R\$
40.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 001 no valor de R\$ 110.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de novembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº 969/2013, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº 969/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o "RODEIO CRIÓULO 2013" a realizar-se nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2013, no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas no "caput" do presente artigo serão destinadas a aquisição de troféus.

Art. 2º - As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 19 de novembro de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 19 de novembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 970/2013, de 19 de Novembro de 2013

LEI Nº 970/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina,

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal;

III - a estrutura e organização do orçamento;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas;

IX - Demonstrativo IX - Riscos Fiscais e Providências;

X - Demonstrativo X - Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;

XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, fica o Poder Executivo, mediante autorização do Poder Legislativo, para alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo

de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta nº 03/2008 - STN/SOF.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Agricultura e Fundo Municipal de Habitação integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria Conjunta nº 03/2008 - STN/SOF, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria

SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIV - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2014 (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2014 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XIX - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2014 (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal (EC 25).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para

2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2014 comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas; III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais

no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados

para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 5º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 32 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura

de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 34 O Executivo Municipal, deverá seguir em ordem de I a IV, respeitando os encaminhamentos a Previdência Social (Auxílio Doença, Acidente de Trabalho e Salário Maternidade) das seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

- I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - eliminação das despesas com horas extras;
- IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 35 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Vargem Bonita, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 43 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Vargem Bonita/SC, em 19 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal.

Registrada e publicada nesta Secretaria em 19/11/2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº968/2013, de 19 de Novembro de 2013.

LEI Nº968/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

A prefeita do Município de Vargem Bonita, Senhora Melania Aparecida Roman Meneghini,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento na aquisição de máquinas, equipamentos, caminhões e imóveis.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do

programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.318.000,00 (um milhão, trezentos e dezoito mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da lei 955 de 12 de agosto de 2013.

Vargem Bonita, 19 de novembro de 2013.
MELÂNIA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 19/11/2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 3.023/13

LEI Nº 3.023/13, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira, inscrita no CNPJ nº 02.834.601/0001-25, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.023/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIDEIRA, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, inscrita no CNPJ nº 02.834.601/0001-25, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.023/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de bailes de confraternização da respectiva associação, a ocorrer nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções

previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS e IDOSOS DE VIDEIRA

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 3.023/13

LEI N.º 3.023/13, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira, inscrita no CNPJ nº 02.834.601/0001-25, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.023/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIDEIRA, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, inscrita no CNPJ nº 02.834.601/0001-25, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.023/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e

condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de bailes de confraternização da respectiva associação, a ocorrer nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
 - e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.
- V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas de 14 de maio, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS e IDOSOS DE VIDEIRA

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 3.024/13

LEI Nº 3.024/13, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas, relativas ao ressarcimento de danos decorrentes de um acidente causado por maquinário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 04 de outubro do corrente ano, no veículo FIAT/Uno, placas MKJ - 7565, de propriedade de Fátima Zanon, inscrita no CPF sob o nº 026.476.589-35, portadora do RG nº 3.701.917, residente e domiciliada na Rua Ernesto Fantin, 98, Bairro Sesi, na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 15.743/2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.026/13

LEI Nº 3.026/13, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito da Rua XV de Novembro, Rua Saul Brandalise, bem como do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, de propriedade do Município

a fim de ser utilizado pelo Instituto Federal Catarinense - Campus de Videira, nos termos da minuta anexa.

Parágrafo único - As utilizações das ruas, citadas no caput deste artigo, não terão seus fluxos interrompidos considerando que serão entregues panfletos nas calçadas.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.026/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - Campus de Videira, inscrito no CNPJ nº 10.635.424/0007-71, neste ato representado por seu coordenador, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.026/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências da Rua XV de novembro, da Rua Saul Brandalise e do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavan, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar a 1º Semana Acadêmica de Segurança do Trabalho, na data de 23 de novembro do corrente ano, das 08h00min às 12h00min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 23 de novembro de 2013, das 08h00min às 12h00min.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Segurança no local do evento;
- Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 23 de novembro de 2013, das 08h00min às 12h00min, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS DE VIDEIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Aviso Pregão Presencial Nº 155/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 155/2013 - PMV. 1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO PARA DECORAR O GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM PARA O EVENTO "CONCERTO EM TEMPO DE NATAL" A SER REALIZADO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 05/12/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 21 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Aviso Pregão Presencial Nº 25/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013 - FMAS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 25/2013 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS,



COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE ÓLEO, PARA USO NAS MANUTENÇÕES DOS VEÍCULOS QUE ATENDEM OS PROGRAMAS E PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 06/12/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 21 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Aviso Pregão Presencial Nº 26/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013 - FMAS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 26/2013 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 09/12/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Encerramento Pregão Presencial Nº 148/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2013

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2013-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESCUPINIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU DO VINHO "MÁRIO DE PELLEGRIN" foi encerrada sem vencedores. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 21 de novembro de 2013

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Termo Aditivo

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.898.011/0001-54 estabelecida a Rua Picesa Isabel, nº884, Cidade de Ibirama - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2011, da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA, homologado em 15/09/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (150) cento e cinquenta dias, tendo em vista que a mesma não pode ser concluída na data prevista, diante da situação da análise da documentação referente a área de intervenção, o prazo começara contar no dia 07 de dezembro de 2013 com vigência até dia 06 de maio de 2014, as demais cláusulas do Termo de Contrato 15/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 19 de novembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA

Empresa

Testemunhas:

DÁRIO MONTAGNA

Cpf: 310.374.619-91

CLAUDINEI FELICIANO

Cpf: 042.800.449-02



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Xavantina

PREFEITURA

Ata PP 59/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 59/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa TOTTAL PRINT INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.606.190/0001-05, nesta Ata representada pelo seu(ua) Sócio Administrador, Sr(a). AGACIR TONELLO, portador(a) do CPF nº 048.361.719-97 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 59/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para Registro de Preços para Possível Aquisição de Revista Informativa e Calendário Personalizado.

Item	Quant	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	3.500	Un	1,33	REVISTA INFORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SENDO COM 16 PÁGINAS 4X4 CORES, MAS CAPA E CONTRA CAPA 4X0 CORES, COM DIMENSÃO DE 20CM X 30CM (FECHADA) CAPA E CONTRA CAPA DE PAPEL CHOUCHE 180G COM PLASTIFICAÇÃO E MIOLO COM PAPEL CHOUCHE FOSCO 120G COM DOIS GRAMPOS NA DOBRA NO MEIO DA REVISTA COM ARTE E DIAGRAMAÇÃO INCLUSA.
2	2.500	Un	1,23	CALENDÁRIO, COM FOTOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO INCLUSO COM BASE TRIPLEX DE 40CM X 32CM, MESES DE 11CM X 28CM PAPEL CHOUCHE FOSCO 120G COM FRENTE COLORIDA, CORTE RETO, COLA E GRAMPO NOS MESES COM ARTE E DIAGRAMAÇÃO INCLUSA.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o

Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 59/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de novembro de 2013.

TOTTAL PRINT INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA - ME AGACIR TONELLO 048.361.719-97	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal
---	--

Associações

AMFRI

Extrato de Edital de Chamada Pública Nº. 001/2013
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI
EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2013

Objeto: O presente Edital tem por objeto tornar público que a Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI contratará a "ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS", para os Municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, conforme Termo de Referência.

O presente Edital não é um processo licitatório na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pois a AMFRI é uma entidade privada sem fins lucrativos e, portanto, dispensada dos requisitos do direito administrativo no que tange ao processo licitatório.

As empresas interessadas deverão apresentar até o dia 10 de dezembro no horário das 08h às 12h, junto à sede da AMFRI, sito a Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala nº. 02, Bairro São Vicente, em Itajaí - SC, a documentação prevista no Edital.

Para a seleção da melhor proposta e que atenda aos requisitos mínimos solicitados será efetuada ato público, no dia 11 de dezembro as 10:00 horas na sede da AMFRI e será coordenada pela Assessoria Jurídica da AMFRI, com presença de um representante de cada um dos municípios membros;

O resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no mural localizado no hall de entrada da AMFRI, no sítio eletrônico da AMFRI (www.amfri.org.br), para conhecimento.

A íntegra do Edital poderão ser obtidos diretamente na sede da AMFRI, no endereço acima descrito no seguinte horário: das 8h e 30 min. às 12h, fone: (47) 3404-8000, pelo E-mail juridico@amfri.org.br ou pelo sítio eletrônico da AMFRI, em www.amfri.org.br.

Itajaí/SC, 22 de novembro de 2013.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Presidente - CITMAR

Consórcios

CIM-AMAVI

Concorrência Pública Nº 01/2013 - Ata de Abertura da Licitação

ATA DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, no auditório da AMAVI, em Rio do Sul, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do CIM-AMAVI, Zulnei Luchtenberg, Valmir Batista, Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli e Walcy Mees da Rosa; e a assessora jurídica Kleide Maria Tenffen Fiamoncini, para o recebimento e a sessão de abertura dos envelopes de habilitação relativos à Concorrência Pública nº 01/2013. Foram entregues os envelopes pelas empresas RT Energia e Serviços Ltda.-ME, Sadenco Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda., Quantum Engenharia Elétrica Ltda., Cervale - Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda., Hot Netsul Eletrotécnica Ltda. EPP, Luminapar Serviços de Iluminação Pública Ltda., Quark Engenharia Ltda. EPP e Mercolux Comercial Elétrica Ltda., os quais receberam protocolo de entrega dos envelopes. Às 9 horas foi declarada pelo presidente da Comissão, iniciada a sessão de abertura dos envelopes, o qual solicitou o credenciamento dos representantes das empresas. A empresa Cervale Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda. apresentou o credenciamento da Sra. Roseli Moretti Leite. A empresa Quark Engenharia Ltda. EPP apresentou o credenciamento do Sr. Hoylson Trevisol. A empresa RT Energia e Serviços Ltda.-ME apresentou o credenciamento do Sr. Afonso Henrique de Almeida Oliveira. A empresa Sadenco Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda. apresentou o credenciamento do Sr. Bruno Adriano. A empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda. apresentou o credenciamento da Sra. Patrícia Cechetto Monguilhott. A empresa Hot Netsul Eletrotécnica Ltda. EPP apresentou o credenciamento do Sr. Roberto Shindi Arimori. A empresa Luminapar Serviços de Iluminação Pública Ltda. apresentou o credenciamento do Sr. Márcio Fernandes da Silva. E a empresa Mercolux Comercial Elétrica Ltda. não credenciou representante. As empresas Quark Engenharia Ltda. e Hot Netsul Eletrotécnica Ltda. EPP apresentaram Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e a empresa RT Energia e Serviços Ltda.-ME não apresentou a Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa

fornecida pela Junta Comercial, apresentando apenas Declaração de Enquadramento, sendo postergada a análise do deferimento do enquadramento. Na sequência, o lacre dos envelopes nº 01 e nº 02 foram conferidos e rubricados pelos membros da comissão e pelos membros credenciados. Em seguida, o presidente da comissão prestou esclarecimentos e apresentou a comissão, passando os documentos de credenciamento para conferência e rubrica dos membros da comissão e dos membros credenciados. Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das empresas, sendo rubricados por todos os presentes. Na sequência, o Presidente deu a palavra às empresas para manifestação acerca dos documentos. O representante legal da empresa Quark Engenharia assim se pronunciou: O atestado de capacidade técnica apresentado pela Quantum Engenharia está em nome de um consórcio e não especifica o percentual realizado pela empresa a fim de caracterizar aptidão técnica; Quanto à Cervale, apresentou um dos atestados com quantitativos em USC não indicando quantitativo de pontos realizados de manutenção e os demais atestados apresentados referentes a manutenção se somados os quantitativos não atendem o edital e também não são concomitantes; Quanto a RT Energia, a declaração de instalação de aparelhamento não apresenta a relação total exigida pelo edital e o CRC Celesc é somente para instalação e não manutenção de iluminação pública; Quanto à Sadenco, na declaração de aparelhamento informa que o caminho dispõe de guindaste de 15 metros e não 20 metros como solicitado no edital e o quadro de pessoal apresentado também está incompleto. A representante legal da empresa Cervale assim se pronunciou: A empresa Luminapar, na declaração de aparelhamento prevê apenas uma equipe de até 9 metros; A empresa RT Energia apresenta CRC Celesc somente com o código 2.1.39 - serviços de instalação. A representante legal da empresa Quantum assim se pronunciou: A empresa RT Energia apresenta CRC Celesc somente com o código 2.1.39 - serviços de instalação; Os atestados apresentados pela empresa Cervale não atendem os quantitativos exigidos no edital e também não são concomitantes. O representante legal da empresa Sadenco assim se pronunciou: As empresas Luminapar e Cervale apresentaram atestados de capacidade técnica em desacordo com o item 15.2.5 do edital, no que tange ao prazo de execução dos serviços; A empresa RT Energia apresentou balanço patrimonial em desacordo com o item 15.3.2 do edital, referente à autenticação para registro na junta comercial. O representante legal da empresa Luminapar assim se pronunciou: A Cervale não apresentou o capital social, não tendo como conferir se a certidão do CREA é válida ou não; a mesma empresa ainda não atende o item 15.2.5 do edital. O representante legal da empresa RT Energia assim se pronunciou: a empresa Hot netsul, Mercolux, Sadenco, Quark Engenharia, Cervale e Luminapar apresentaram a declaração do Anexo I, subitem "e" com numeral divergente da extensão; A empresa Sadenco apresenta cópias do balanço patrimonial e termo de abertura em cópias simples; A Cervale não apresentou o capital social e os atestados apresentados não atendem os quantitativos exigidos no edital; O representante legal da empresa Hot netsul assim se pronunciou: ratifica as manifestações anteriores e justifica que quanto ao Anexo I do Edital, a divergência entre o número e sua descrição por extenso já ocorre no próprio modelo do edital. O Presidente deu então a palavra às empresas para manifestarem-se em contraponto ao impugnado. O representante legal da RT Energia assim se pronunciou: Quanto ao CRC Celesc, o Edital exige o cadastro e homologação técnica das empreiteiras, porém não especifica quais os códigos que necessariamente deveriam estar inclusos e quanto à ausência de código acerca da manutenção isso é corrigido com a execução de contratos na região. Ato contínuo, o Presidente encerrou a sessão, informando que a conferência dos documentos e análise das manifestações registradas será feita pela comissão, que após análise, publicará o resultado do julgamento de habilitação no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site www.amavi.org.br/cim e enviará também por email para os endereços

indicados na entrega dos envelopes. Informou ainda, que após o julgamento da habilitação as empresas poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às 13h30min, da qual eu Walcy Mees da Rosa, relatora, lavrei a presente ata.

Concorrência Pública Nº 01/2013 - Ata de Julgamento da Habilitação

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, às quatorze horas, no auditório da AMAVI, em Rio do Sul, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do CIM-AMAVI, Zulnei Luchtenberg, Valmir Batista, Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli e Walcy Mees da Rosa; e a assessora jurídica Kleide Maria Tenffen Fiamoncin, para análise dos documentos de habilitação das empresas licitantes e das manifestações dos representantes credenciados na sessão de abertura da licitação. Iniciada a sessão, os membros efetuaram a análise concluindo que: foram habilitadas as empresas Luminapar Serviços de Iluminação Pública Ltda., Sadenco Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda., Mercolux Comercial Elétrica Ltda., Quark Engenharia Ltda. EPP e Hot Netsul Eletrotécnica Ltda. EPP. Foram consideradas inabilitadas as empresas RT Energia e Serviços Ltda.-ME, Quantum Engenharia Elétrica Ltda. e Cervale - Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda., pelas seguintes razões: a empresa RT Energia e Serviços Ltda.-ME não apresentou comprovação de que possui autorização para executar, na rede da concessionária de energia elétrica - CELESC Distribuição S/A, serviços de manutenção de iluminação pública, conforme exigido no item 15.2.12 do Edital, ou seja, o Certificado de Homologação Técnica de Empreiteira - CHTE emitido pela Celesc contempla apenas serviços do grupo/subgrupo 2.1.39 - Serviços de Instalação de Iluminação Pública; a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda. não atendeu ao item 15.2.5 do Edital, ou seja, os atestados de capacidade técnica e suas respectivas CAT - Certidão de Acervo Técnico não comprovam a execução dos serviços de manutenção de iluminação pública em no mínimo 10.000 pontos, pelo fato de que o atestado foi emitido para o CONSÓRCIO SADENCO-QUANTUM-ENERCONSULT e este não menciona qual a parcela de cada uma das empresas e, ainda, os documentos não demonstram qual a finalidade do consórcio e também não determinam com qual especialidade cada empresa participou; e a empresa Cervale - Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda. não atendeu o item 15.2.5 do Edital, ou seja, os atestados de capacidade técnica e suas respectivas CAT - Certidão de Acervo Técnico não comprovam a execução dos serviços de manutenção de iluminação pública em no mínimo 10.000 pontos, eis que um dos atestados e sua CAT apresentam a quantidade de 60.000 USC, que significa UNIDADE DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO, que equivale a HH - Homem Hora e não ao número de pontos de iluminação pública, sendo que os demais atestados válidos não atingem o somatório de pontos necessários, ademais, o referido atestado não foi considerado por contemplar apenas os serviços de PROJETO E EXECUÇÃO e não de manutenção de iluminação pública. Quanto às manifestações dos representantes registradas em ata, assim se concluiu: o atestado de capacidade técnica apresentado pela Quantum Engenharia não atendeu ao disposto no Edital; um dos atestados da Cervale, possui quantitativos em USC, não atendendo ao disposto no Edital; quanto ao alegado desatendimento do item 15.2.10. do Edital, pelas empresas RT Energia, Sadenco e Luminapar, considerou-se cumprida por todas as empresas, a regra editalícia de apresentar declaração formal contendo a indicação das instalações, relação do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, ocorre que algumas empresas

apresentaram relação do aparelhamento que possuem atualmente, comprometendo-se porém, em outras declarações exigidas pelo Edital, a cumprir integralmente o objeto licitado com toda a estrutura e aparelhamento exigidos, cujo compromisso acontece também por força da vinculação ao instrumento convocatório e da minuta do contrato nele contida; o CRC Celesc apresentado pela RT Energia não contempla serviços de manutenção de iluminação pública; quanto a alegação acerca do desatendimento do item 15.2.5 do Edital pela empresa Luminapar, não se entendeu procedente, visto que um dos atestados apresentados já contempla o total de pontos exigidos, sendo irrelevante considerar o período concomitantemente; o balanço patrimonial apresentado pela empresa RT Energia cumpriu o exigido pelo item 15.3.2 do Edital; o capital social da empresa Cervale está informado nos documentos apresentados; quanto as declarações do Anexo I do Edital, das empresas Hot netsul, Mercolux, Sadenco, Quark Engenharia, Cervale e Luminapar foram consideradas adequadas, visto que o próprio Edital já apresenta numeral divergente da extensão no subitem "e", e o prazo de validade da proposta de preços será informado também na proposta de cada empresa de acordo com o Edital; o balanço patrimonial e o termo de abertura apresentados pela empresa Sadenco foi gerado eletronicamente pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped; e a empresa RT Energia foi considerada enquadrada no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, tratando-se de Sociedade Simples Ltda. Ato contínuo, o Presidente encerrou a sessão, determinando a publicação desta Ata no Diário Oficial dos Municípios, no site do Consórcio e o envio por email para as empresas. As empresas poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual eu Walcy Mees da Rosa, relatora, lavrei a presente ata.

CINCO

At0024 _2013 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0006 _2013 -Bellenzier Pneus

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2013

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0024/2013 ANALISE 33/2013

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: Bellenzier Pneus Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
18	PNEU 185/65R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE

21	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE
----	---	----------	-----------

Fraiburgo SC, 20 de novembro de 2013.

ELÓI RONNAU
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
LUIZ FERNANDO RALDI
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
NÁDIA DE LORENZI
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

At0025 _2013 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0006 _2013 - Modelo Pneus
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2013

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0025/2013 ANALISE 34/2013

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: Modelo Pneus Ltda.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
94	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	A.T UTILITY R4
119	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-20	QBOM	TC-131

Fraiburgo SC, 20 de novembro de 2013.

ELÓI RONNAU
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
LUIZ FERNANDO RALDI
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
NÁDIA DE LORENZI
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

Extrato de Edital 0005 _2013

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº. 0005 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO

CONTESTADO - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, para atender as necessidades do Consórcio Público, previstos no seu Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, para a função pública de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013 e 2014, podendo ser prorrogado, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos no Edital. As inscrições serão realizadas no período de 25 de novembro de 2013 à 27 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos e feriados), na Diretoria Executiva do Consórcio Público, localizada na sede do CINCO, sito à Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.cinco.sc.gov.br". Outras informações junto a Diretoria Executiva do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, pelo fone (49) 3246-1206.

Fraiburgo, 22 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Balancete 10_2013**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 1/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	7.941.939,91D	714.913,33	567.856,69	8.088.996,55D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	482.542,89D	142.227,97	134.421,59	490.349,27D
1.1.1		DISPONÍVEL	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	175.570,82D	142.227,97	134.421,59	183.377,20D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	7.135,07D	3.620,89	1.538,08	9.217,88D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961)	F	B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9	102.960,06D	29.671,23	22.297,70	110.333,59D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962)	F	B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5	7.881,81D	23.583,08	12.200,09	19.264,80D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963)	F	B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7	57.593,88D	85.352,77	98.385,72	44.560,93D
1.1.2		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2		DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1		ENTIDADES DEVEDORAS	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1.02		ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1.02.00.00.01		MIP - Fixo	4.997,62D	0,00	0,00	4.997,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0001 (16959)	P	MATOS COSTA	3.247,62D	0,00	0,00	3.247,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0002 (16960)	P	TIMBÓ GRANDE	1.750,00D	0,00	0,00	1.750,00D
1.1.2.2.1.02.00.00.02		MIP - Variável	292.968,10D	0,00	0,00	292.968,10D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0001 (16961)	P	ÇAÇADOR	236.023,37D	0,00	0,00	236.023,37D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0003 (16963)	P	MATOS COSTA	15.499,22D	0,00	0,00	15.499,22D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0004 (16964)	P	TIMBÓ GRANDE	41.445,51D	0,00	0,00	41.445,51D
1.1.2.2.1.02.00.00.03		ADMINISTRATIVAS	9.006,35D	0,00	0,00	9.006,35D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0001 (16965)	P	MATOS COSTA	2.895,24D	0,00	0,00	2.895,24D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0002 (16966)	P	TIMBÓ GRANDE	6.111,11D	0,00	0,00	6.111,11D
1.4		ATIVO PERMANENTE	43.339,54D	0,00	0,00	43.339,54D
1.4.2		IMOBILIZADO	43.339,54D	0,00	0,00	43.339,54D
1.4.2.1		BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	43.339,54D	0,00	0,00	43.339,54D
1.4.2.1.2		BENS MÓVEIS	43.339,54D	0,00	0,00	43.339,54D
1.4.2.1.2.12 (357)	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	95,00D	0,00	0,00	95,00D
1.4.2.1.2.30 (368)	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	67,49D	0,00	0,00	67,49D
1.4.2.1.2.33 (370)	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.375,00D	0,00	0,00	1.375,00D
1.4.2.1.2.34 (371)	P	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.278,00D	0,00	0,00	8.278,00D
1.4.2.1.2.35 (372)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5.012,51D	0,00	0,00	5.012,51D
1.4.2.1.2.40 (376)	P	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRI/AGROP.E RODOVIARIOS	15.070,00D	0,00	0,00	15.070,00D
1.4.2.1.2.42 (377)	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	13.441,54D	0,00	0,00	13.441,54D
1.9		ATIVO COMPENSADO	7.416.057,48D	572.685,36	433.435,10	7.555.307,74D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00D	278.500,52	278.500,52	2.955.000,00D
1.9.1.1		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00D	139.250,26	139.250,26	2.955.000,00D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 2/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	1.775.249,91D	0,00	139.250,26	1.635.999,65D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	1.179.750,09D	139.250,26	0,00	1.319.000,35D
1.9.1.2		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	139.250,26	139.250,26	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	139.250,26	139.250,26	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECAÇÃO REALIZADA POR FONTE	1.179.750,09D	139.250,26	0,00	1.319.000,35D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECAÇÕES	1.179.750,09C	0,00	139.250,26	1.319.000,35C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	3.097.508,84D	0,00	0,00	3.097.508,84D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.378.948,64D	294.184,84	154.934,58	1.518.198,90D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.378.948,64D	294.184,84	154.934,58	1.518.198,90D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.378.948,64D	294.184,84	154.934,58	1.518.198,90D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.378.948,64D	294.184,84	154.934,58	1.518.198,90D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	1.131.697,36C	139.444,96	23.296,00	1.015.548,40C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	1.307.268,18D	23.296,00	131.638,58	1.198.925,60D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.203.377,82D	131.443,88	0,00	1.334.821,70D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0002 (19960)	C	LUIZ FERNANDO RALDI	2.600,00D	0,00	0,00	2.600,00D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 3/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	7.911.685,47C	423.163,05	561.657,69	8.050.180,11C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	323.349,27C	137.779,71	137.024,09	322.593,65C
2.1.1		DEPÓSITOS	5.168,16C	6.575,33	6.335,83	4.928,66C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	5.168,16C	6.575,33	6.335,83	4.928,66C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.086,92C	4.086,92	3.903,83	3.903,83C
2.1.1.1.1.02		INSS	4.086,92C	4.086,92	3.903,83	3.903,83C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.317,36C	1.317,36	1.329,60	1.329,60C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (11365)	F	INSS CONDUVALE	2.769,56C	2.769,56	2.574,23	2.574,23C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.081,24C	2.488,41	2.432,00	1.024,83C
2.1.1.1.4.02		ISS	1.081,24C	1.081,24	1.024,83	1.024,83C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	ISS A RECOLHER IOMERÊ	23,33C	23,33	11,16	11,16C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	90,39C	90,39	86,92	86,92C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	33,84C	33,84	48,91	48,91C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	137,85C	137,85	50,14	50,14C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	0,00	0,00	38,03	38,03C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	ISS A RECOLHER VIDEIRA	260,49C	260,49	272,65	272,65C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	ISS A RECOLHER CAÇADOR	352,39C	352,39	375,51	375,51C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	10,08C	10,08	10,30	10,30C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	25,13C	25,13	49,56	49,56C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0010 (11323)	F	ISS A RECOLHER CALMON	53,76C	53,76	32,70	32,70C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0011 (11327)	F	ISS A RECOLHER IBIAM	7,37C	7,37	3,06	3,06C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0013 (11329)	F	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	6,08C	6,08	21,04	21,04C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0014 (11330)	F	ISS A RECOLHER TANGARA	41,65C	41,65	24,85	24,85C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0015 (11364)	F	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	38,88C	38,88	0,00	0,00
2.1.1.1.4.03		IRRF	0,00	1.407,17	1.407,17	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0005 (16798)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0009 (19964)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	0,00	201,00	201,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0010 (19965)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0019 (19966)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	0,00	201,03	201,03	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0022 (19967)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0024 (19968)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0033 (19969)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0036 (19970)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0038 (19971)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0043 (19972)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0049 (19973)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0050 (19974)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0054 (19975)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0055 (19976)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0060 (19977)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	0,00	201,02	201,02	0,00

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 4/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	318.181,11C	131.204,38	130.688,26	317.664,99C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	318.181,11C	131.204,38	130.688,26	317.664,99C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	313.164,51C	109.293,77	108.736,84	312.607,58C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	20.196,41C	109.293,77	108.736,84	19.639,48C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	20.196,41C	109.293,77	108.736,84	19.639,48C
2.1.2.1.1.02		DO EXERCÍCIO ANTERIOR	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXECUTIVO/INDIRETAS	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02.00.0002 (16834)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROC.-EXEC/IND - 2012	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	16.858,05	16.858,05	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	16.858,05	16.858,05	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.016,60C	5.016,60	5.057,41	5.057,41C
2.1.2.1.3.01		INSS	3.678,84C	3.678,84	3.708,77	3.708,77C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	3.678,84C	3.678,84	3.708,77	3.708,77C
2.1.2.1.3.03		FGTS	1.337,76C	1.337,76	1.348,64	1.348,64C
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	1.337,76C	1.337,76	1.348,64	1.348,64C
2.1.2.1.5		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	35,96	35,96	0,00
2.1.2.1.5.09		PIS/PASEP	0,00	35,96	35,96	0,00
2.1.2.1.5.09.00.01		PIS/PASEP DO EXERCÍCIO	0,00	35,96	35,96	0,00
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	7.416.057,48C	285.383,34	424.633,60	7.555.307,74C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84C	285.383,34	285.383,34	3.079.508,84C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	1.969.834,07C	285.383,34	154.178,96	1.838.629,69C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	959.499,39C	23.296,00	194,70	936.398,09C
2.9.2.1.2		CRÉDITO INDISPONÍVEL	1.202,76C	0,00	0,00	1.202,76C
2.9.2.1.2.05 (1097)	O	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LÍQUIDO	1.202,76C	0,00	0,00	1.202,76C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	1.009.131,92C	262.087,34	153.984,26	901.028,84C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	983.918,91C	130.882,96	23.296,00	876.331,95C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	25.213,01C	131.204,38	130.688,26	24.696,89C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	25.213,01C	131.204,38	130.688,26	24.696,89C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	1.109.674,77C	0,00	131.204,38	1.240.879,15C
2.9.2.4.1		EMISSION DE EMPENHO	1.109.674,77C	0,00	131.204,38	1.240.879,15C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.109.674,77C	0,00	131.204,38	1.240.879,15C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	1.109.674,77C	0,00	131.204,38	1.240.879,15C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 5/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.378.948,64C	0,00	139.250,26	1.518.198,90C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.378.948,64C	0,00	139.250,26	1.518.198,90C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.378.948,64C	0,00	139.250,26	1.518.198,90C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.600,00C	0,00	0,00	2.600,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.600,00C	0,00	0,00	2.600,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 6/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.134.887,78D	130.688,26	0,00	1.265.576,04D
3.3		DESPEAS CORRENTES	1.125.314,15D	130.688,26	0,00	1.256.002,41D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	172.668,25D	21.915,46	0,00	194.583,71D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	172.668,25D	21.915,46	0,00	194.583,71D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	122.365,12D	16.858,05	0,00	139.223,17D
3.3.1.9.0.11.01 (17014)	F	Vencimentos e Salários	122.365,12D	16.858,05	0,00	139.223,17D
3.3.1.9.0.12		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	10.456,73D	0,00	0,00	10.456,73D
3.3.1.9.0.12.46 (17024)	F	Férias - Pagamento Antecipado	10.456,73D	0,00	0,00	10.456,73D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	39.846,40D	5.057,41	0,00	44.903,81D
3.3.1.9.0.13.01 (17027)	F	FGTS	10.625,70D	1.348,64	0,00	11.974,34D
3.3.1.9.0.13.02 (17028)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	29.220,70D	3.708,77	0,00	32.929,47D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	952.645,90D	108.772,80	0,00	1.061.418,70D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	952.645,90D	108.772,80	0,00	1.061.418,70D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	421.566,29D	53.850,26	0,00	475.416,55D
3.3.3.9.0.30.01 (18289)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	21.191,19D	2.793,08	0,00	23.984,27D
3.3.3.9.0.30.16 (18304)	F	Material de Expediente	1.147,71D	0,00	0,00	1.147,71D
3.3.3.9.0.30.17 (18305)	F	Material de Processamento de Dados	1.765,24D	983,00	0,00	2.748,24D
3.3.3.9.0.30.26 (18314)	F	Material Elétrico e Eletrônico	378.844,63D	39.046,56	0,00	417.891,19D
3.3.3.9.0.30.39 (18327)	F	Material para Manutenção de Veículos	16.312,75D	11.027,62	0,00	27.340,37D
3.3.3.9.0.30.96 (18340)	F	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	2.304,77D	0,00	0,00	2.304,77D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	2.097,40D	260,00	0,00	2.357,40D
3.3.3.9.0.33.99 (18362)	F	Outras Despesas com Locomoção	2.097,40D	260,00	0,00	2.357,40D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	10.300,00D	1.400,00	0,00	11.700,00D
3.3.3.9.0.36.15 (18381)	F	Locação de Imóveis	10.300,00D	1.400,00	0,00	11.700,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	518.257,03D	53.226,58	0,00	571.483,61D
3.3.3.9.0.39.08 (18437)	F	Manutenção de Software	1.200,00D	150,00	0,00	1.350,00D
3.3.3.9.0.39.11 (18440)	F	Locação de Softwares	12.519,50D	1.491,49	0,00	14.010,99D
3.3.3.9.0.39.19 (18446)	F	Manutenção e Conservação de Veiculos	18.466,98D	1.800,00	0,00	20.266,98D
3.3.3.9.0.39.41 (18462)	F	Fornecimento de Alimentação	2.233,50D	797,50	0,00	3.031,00D
3.3.3.9.0.39.43 (18464)	F	Serviços de Energia Elétrica	595,21D	110,43	0,00	705,64D
3.3.3.9.0.39.47 (18468)	F	Serviços de Comunicação em Geral	2.417,65D	0,00	0,00	2.417,65D
3.3.3.9.0.39.48 (18469)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.3.9.0.39.58 (18478)	F	Serviços de Telecomunicações	7.601,97D	636,94	0,00	8.238,91D
3.3.3.9.0.39.63 (18483)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	6.384,00D	0,00	0,00	6.384,00D
3.3.3.9.0.39.72 (18492)	F	Vale-Transporte	562,50D	0,00	0,00	562,50D
3.3.3.9.0.39.80 (18500)	F	Hospedagens	4.088,00D	0,00	0,00	4.088,00D
3.3.3.9.0.39.81 (18501)	F	Serviços Bancários	1.371,47D	149,32	0,00	1.520,79D
3.3.3.9.0.39.96 (18512)	F	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	3.401,05D	0,00	0,00	3.401,05D
3.3.3.9.0.39.97 (18513)	F	Despesas de Teleprocessamento	3.727,14D	486,60	0,00	4.213,74D
3.3.3.9.0.39.99 (18514)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	452.688,06D	47.604,30	0,00	500.292,36D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 7/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.47		Obrigacoes Tributarias e Contributivas	425,18D	35,96	0,00	461,14D
3.3.3.9.0.47.12 (18533)	F	Contribuição Para o PIS/PASEP	425,18D	35,96	0,00	461,14D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	9.573,63D	0,00	0,00	9.573,63D
3.4.4		INVESTIMENTOS	9.573,63D	0,00	0,00	9.573,63D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	9.573,63D	0,00	0,00	9.573,63D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	9.573,63D	0,00	0,00	9.573,63D
3.4.4.9.0.52.33 (19510)	F	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.375,00D	0,00	0,00	1.375,00D
3.4.4.9.0.52.34 (19511)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	600,99D	0,00	0,00	600,99D
3.4.4.9.0.52.42 (19518)	F	Mobiliário em Geral	7.597,64D	0,00	0,00	7.597,64D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 8/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	1.179.750,09C	0,00	139.250,26	1.319.000,35C
4.1		RECEITAS CORRENTES	1.144.950,09C	0,00	135.650,26	1.280.600,35C
4.1.1		RECEITA TRIBUTARIA	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2		TAXAS	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2.1		Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2.1.22 (20110)	F	Tx de Serviços Administrativos	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	4.133,95C	0,00	830,09	4.964,04C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.133,95C	0,00	830,09	4.964,04C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	4.133,95C	0,00	830,09	4.964,04C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	2.808,06C	0,00	760,02	3.568,08C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	2.808,06C	0,00	760,02	3.568,08C
4.1.3.2.5.01.99.01 (20495)	F	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	2.808,06C	0,00	760,02	3.568,08C
4.1.3.2.5.02		Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	1.325,89C	0,00	70,07	1.395,96C
4.1.3.2.5.02.99 (20504)	F	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	1.325,89C	0,00	70,07	1.395,96C
4.1.6		RECEITA DE SERVIÇOS	46.114,00C	0,00	22.050,00	68.164,00C
4.1.6.0.0.99		Outros Serviços	46.114,00C	0,00	22.050,00	68.164,00C
4.1.6.0.0.99.01 (20880)	F	Outros Serviços - Horas Máquinas	46.114,00C	0,00	22.050,00	68.164,00C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.093.682,19C	0,00	110.663,98	1.204.346,17C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.093.682,19C	0,00	110.663,98	1.204.346,17C
4.1.7.2.3		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.093.682,19C	0,00	110.663,98	1.204.346,17C
4.1.7.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	1.093.682,19C	0,00	110.663,98	1.204.346,17C
4.1.7.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	30.979,90C	0,00	2.418,67	33.398,57C
4.1.7.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	30.979,90C	0,00	2.418,67	33.398,57C
4.1.7.2.3.37.05.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	0,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3100 (20980)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	0,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (20981)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	0,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.03		Iluminação Pública	16.779,90C	0,00	2.418,67	19.198,57C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (20989)	F	Outras Despesas Correntes	16.779,90C	0,00	2.418,67	19.198,57C
4.1.7.2.3.37.09		CAÇADOR	276.466,51C	0,00	37.286,61	313.753,12C
4.1.7.2.3.37.09.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	276.466,51C	0,00	37.286,61	313.753,12C
4.1.7.2.3.37.09.01.01		Manutenção do CINCO	38.340,00C	0,00	4.260,00	42.600,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3100 (20994)	F	Pessoal e Encargos Sociais	29.430,00C	0,00	3.270,00	32.700,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3300 (20995)	F	Outras Despesas Correntes	8.910,00C	0,00	990,00	9.900,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.03		Iluminação Pública	238.126,51C	0,00	33.026,61	271.153,12C
4.1.7.2.3.37.09.01.03.3300 (21003)	F	Outras Despesas Correntes	238.126,51C	0,00	33.026,61	271.153,12C
4.1.7.2.3.37.10		CALMON	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01.03		Iluminação Pública	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01.03.3300 (21017)	F	Outras Despesas Correntes	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.19		FRAIBURGO	181.692,65C	0,00	9.028,29	190.720,94C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 9/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	181.692,65C	0,00	9.028,29	190.720,94C
4.1.7.2.3.37.19.01.01		Manutenção do CINCO	38.340,00C	0,00	4.260,00	42.600,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3100 (21022)	F	Pessoal e Encargos Sociais	29.430,00C	0,00	3.270,00	32.700,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (21023)	F	Outras Despesas Correntes	8.910,00C	0,00	990,00	9.900,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03		Iluminação Pública	143.352,65C	0,00	4.768,29	148.120,94C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (21031)	F	Outras Despesas Correntes	143.352,65C	0,00	4.768,29	148.120,94C
4.1.7.2.3.37.22		IBIAM	21.763,49C	0,00	1.603,17	23.366,66C
4.1.7.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	21.763,49C	0,00	1.603,17	23.366,66C
4.1.7.2.3.37.22.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3100 (21036)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3300 (21037)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.03		Iluminação Pública	8.983,49C	0,00	183,17	9.166,66C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3300 (21045)	F	Outras Despesas Correntes	8.983,49C	0,00	183,17	9.166,66C
4.1.7.2.3.37.24		IOMERÊ	34.591,51C	0,00	2.302,04	36.893,55C
4.1.7.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	34.591,51C	0,00	2.302,04	36.893,55C
4.1.7.2.3.37.24.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3100 (21050)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (21051)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.03		Iluminação Pública	21.811,51C	0,00	882,04	22.693,55C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3300 (21059)	F	Outras Despesas Correntes	21.811,51C	0,00	882,04	22.693,55C
4.1.7.2.3.37.33		LEBON RÉGIS	69.287,72C	0,00	3.378,14	72.665,86C
4.1.7.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	69.287,72C	0,00	3.378,14	72.665,86C
4.1.7.2.3.37.33.01.01		Manutenção do CINCO	12.980,00C	0,00	1.420,00	14.400,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3100 (21064)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3300 (21065)	F	Outras Despesas Correntes	3.170,00C	0,00	330,00	3.500,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.03		Iluminação Pública	56.307,72C	0,00	1.958,14	58.265,86C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3300 (21073)	F	Outras Despesas Correntes	56.307,72C	0,00	1.958,14	58.265,86C
4.1.7.2.3.37.36		MACIEIRA	16.940,67C	0,00	2.840,00	19.780,67C
4.1.7.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	16.940,67C	0,00	2.840,00	19.780,67C
4.1.7.2.3.37.36.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	2.840,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3100 (21078)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	2.180,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3300 (21079)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	660,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.03		Iluminação Pública	4.160,67C	0,00	0,00	4.160,67C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3300 (21087)	F	Outras Despesas Correntes	4.160,67C	0,00	0,00	4.160,67C
4.1.7.2.3.37.38		MATOS COSTA	27.889,19C	0,00	4.800,26	32.689,45C
4.1.7.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	27.889,19C	0,00	4.800,26	32.689,45C
4.1.7.2.3.37.38.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3100 (21092)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3300 (21093)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.03		Iluminação Pública	15.109,19C	0,00	3.380,26	18.489,45C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 10/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.38.01.03.3300 (21101)	F	Outras Despesas Correntes	15.109,19C	0,00	3.380,26	18.489,45C
4.1.7.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	26.157,78C	0,00	3.800,67	29.958,45C
4.1.7.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	26.157,78C	0,00	3.800,67	29.958,45C
4.1.7.2.3.37.43.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3100 (21106)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3300 (21107)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.03		Iluminação Pública	13.377,78C	0,00	2.380,67	15.758,45C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3300 (21115)	F	Outras Despesas Correntes	13.377,78C	0,00	2.380,67	15.758,45C
4.1.7.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	41.699,57C	0,00	7.346,82	49.046,39C
4.1.7.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	41.699,57C	0,00	7.346,82	49.046,39C
4.1.7.2.3.37.49.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3100 (21120)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3300 (21121)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.03		Iluminação Pública	28.919,57C	0,00	5.926,82	34.846,39C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3300 (21129)	F	Outras Despesas Correntes	28.919,57C	0,00	5.926,82	34.846,39C
4.1.7.2.3.37.50		SALTO VELOSO	24.551,36C	0,00	0,00	24.551,36C
4.1.7.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	24.551,36C	0,00	0,00	24.551,36C
4.1.7.2.3.37.50.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	0,00	12.780,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3100 (21134)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	0,00	9.810,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3300 (21135)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	0,00	2.970,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.03		Iluminação Pública	11.771,36C	0,00	0,00	11.771,36C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3300 (21143)	F	Outras Despesas Correntes	11.771,36C	0,00	0,00	11.771,36C
4.1.7.2.3.37.54		TANGARÁ	28.821,00C	0,00	3.237,13	32.058,13C
4.1.7.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	28.821,00C	0,00	3.237,13	32.058,13C
4.1.7.2.3.37.54.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3100 (21148)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3300 (21149)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.03		Iluminação Pública	16.041,00C	0,00	1.817,13	17.858,13C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3300 (21157)	F	Outras Despesas Correntes	16.041,00C	0,00	1.817,13	17.858,13C
4.1.7.2.3.37.55		TIMBÓ GRANDE	17.176,74C	0,00	3.124,02	20.300,76C
4.1.7.2.3.37.55.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	17.176,74C	0,00	3.124,02	20.300,76C
4.1.7.2.3.37.55.01.01		Manutenção do CINCO	8.190,00C	0,00	0,00	8.190,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.01.3100 (21162)	F	Pessoal e Encargos Sociais	6.540,00C	0,00	0,00	6.540,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.01.3300 (21163)	F	Outras Despesas Correntes	1.650,00C	0,00	0,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.03		Iluminação Pública	8.986,74C	0,00	3.124,02	12.110,76C
4.1.7.2.3.37.55.01.03.3300 (21171)	F	Outras Despesas Correntes	8.986,74C	0,00	3.124,02	12.110,76C
4.1.7.2.3.37.60		VIDEIRA	290.703,41C	0,00	29.498,16	320.201,57C
4.1.7.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	290.703,41C	0,00	29.498,16	320.201,57C
4.1.7.2.3.37.60.01.01		Manutenção do CINCO	38.340,00C	0,00	4.260,00	42.600,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3100 (21176)	F	Pessoal e Encargos Sociais	29.430,00C	0,00	3.270,00	32.700,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 11/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3300 (21177)	F	Outras Despesas Correntes	8.910,00C	0,00	990,00	9.900,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.03		Iluminação Pública	252.363,41C	0,00	25.238,16	277.601,57C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3300 (21185)	F	Outras Despesas Correntes	252.363,41C	0,00	25.238,16	277.601,57C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	871,15C	0,00	2.106,19	2.977,34C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	716,60C	0,00	2.083,90	2.800,50C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	716,60C	0,00	2.083,90	2.800,50C
4.1.9.1.9.27 (21763)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	716,60C	0,00	2.083,90	2.800,50C
4.1.9.2		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	154,55C	0,00	22,29	176,84C
4.1.9.2.2		RESTITUIÇÕES	154,55C	0,00	22,29	176,84C
4.1.9.2.2.99 (21839)	F	Outras Restituicoes	154,55C	0,00	22,29	176,84C
4.2		RECEITAS DE CAPITAL	34.800,00C	0,00	3.600,00	38.400,00C
4.2.4		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34.800,00C	0,00	3.600,00	38.400,00C
4.2.4.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.800,00C	0,00	3.600,00	38.400,00C
4.2.4.2.3		Transf. dos Municípios	34.800,00C	0,00	3.600,00	38.400,00C
4.2.4.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	34.800,00C	0,00	3.600,00	38.400,00C
4.2.4.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01.4400 (16839)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.09		CAÇADOR	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01		Manutenção do Cinco	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01.4400 (16886)	F	Investimentos	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.19		FRAIBURGO	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01		Manutenção do Cinco	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01.4400 (16888)	F	Investimentos	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.22		IBIAM	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01		Manutenção do Cinco	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01.4400 (16889)	F	investimentos	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.24		IOMERÊ	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01.4400 (16890)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.33		LEBOM RÉGIS	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01		Manutenção do Cinco	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01.4400 (16891)	F	Investimentos	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.36		MACIEIRA	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 12/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.2.4.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01.4400 (16892)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.38		MATOS COSTA	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01.4400 (16893)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01		Manutenção do Cinco	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01.4400 (16894)	F	Investimentos	1.600,00C	0,00	200,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.49.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.49.01.01.4400 (16895)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.50		SALTO VELOSO	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01.4400 (16896)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	0,00	1.800,00C
4.2.4.2.3.37.54		TANGARÁ	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01.4400 (16897)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.55		TIMBO GRANDE	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.55.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.55.01.01		Manutenção do Cinco	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.55.01.01.4400 (16898)	F	Investimentos	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.60		VIDEIRA	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01		Manutenção do Cinco	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01.4400 (16899)	F	investimentos	5.400,00C	0,00	600,00	6.000,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 13/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	588.299,53D	0,00	0,00	588.299,53D
5.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3		MUTAÇÕES PASSIVAS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1		DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2		LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2.06 (1265)	P	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	172.278,72D	0,00	0,00	172.278,72D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	391.839,31D	0,00	0,00	391.839,31D

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Página: 14/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	573.691,66C	0,00	0,00	573.691,66C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.1.3		MUTAÇÕES ATIVAS	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.1.3.1.1		AQUISIÇÕES DE BENS	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.1.3.1.1.02		BENS MÓVEIS	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.1.3.1.1.02.01 (1437)	P	BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	9.573,63C	0,00	0,00	9.573,63C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07.03 (1471)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIROS	364.919,48C	0,00	0,00	364.919,48C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	199.198,55C	0,00	0,00	199.198,55C
TOTAL:			0,00	1.268.764,64	1.268.764,64	0,00

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	763.316,58	14.655.636,03	714.913,33	15.370.549,36	8.088.996,55
	0,00	7.477.012,70	567.856,69	8.044.869,39	0,00
ATIVO CIRCULANTE	530.352,12	1.341.361,80	142.227,97	1.483.589,77	490.349,27
	0,00	1.389.171,03	134.421,59	1.523.592,62	0,00
ATIVO PERMANENTE	33.765,91	9.573,63	0,00	9.573,63	43.339,54
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	199.198,55	13.304.700,60	572.685,36	13.877.385,96	7.555.307,74
	0,00	6.087.841,67	433.435,10	6.521.276,77	0,00
PASSIVO	0,00	9.188.927,28	423.163,05	9.612.090,33	0,00
	763.316,58	16.337.296,17	561.657,69	16.898.953,86	8.050.180,11
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	1.659.483,38	137.779,71	1.797.263,09	0,00
	391.839,31	1.590.993,34	137.024,09	1.728.017,43	322.593,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	172.278,72	0,00	0,00	0,00	172.278,72
PASSIVO COMPENSADO	0,00	7.529.443,90	285.383,34	7.814.827,24	0,00
	199.198,55	14.746.302,83	424.633,60	15.170.936,43	7.555.307,74
DESPESA	0,00	1.138.181,96	130.688,26	1.268.870,22	1.265.576,04
	0,00	3.294,18	0,00	3.294,18	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.128.608,33	130.688,26	1.259.296,59	1.256.002,41
	0,00	3.294,18	0,00	3.294,18	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.573,63	0,00	9.573,63	9.573,63
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	43.614,00	0,00	43.614,00	0,00
	0,00	1.223.364,09	139.250,26	1.362.614,35	1.319.000,35
RECEITAS CORRENTES	0,00	43.614,00	0,00	43.614,00	0,00
	0,00	1.188.564,09	135.650,26	1.324.214,35	1.280.600,35
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	34.800,00	3.600,00	38.400,00	38.400,00
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	564.118,03	24.181,50	0,00	24.181,50	588.299,53
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50	24.181,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	9.573,63	0,00	9.573,63	573.691,66
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	9.573,63	0,00	9.573,63	9.573,63

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
Totais	1.327.434,61	25.050.540,77	1.268.764,64	26.319.305,41	9.942.872,12
	1.327.434,61	25.050.540,77	1.268.764,64	26.319.305,41	9.942.872,12

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	139.250,26	Despesa Orçamentária	130.688,26
RECEITA PATRIMONIAL	830,09	Despesas exceto Intra-orçamentárias	130.688,26
RECEITA DE SERVIÇOS	22.050,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.915,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	110.663,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108.772,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.106,19		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.600,00		
Receita Extra - Orçamentária	137.024,09	Despesa Extra - Orçamentária	137.779,71
DEPÓSITOS	6.335,83	DEPÓSITOS	6.575,33
CONSIGNAÇÕES	6.335,83	CONSIGNAÇÕES	6.575,33
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.903,83	PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.086,92
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.432,00	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.488,41
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	130.688,26	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	131.204,38
OBRIGAÇÕES A PAGAR	130.688,26	OBRIGAÇÕES A PAGAR	131.204,38
FORNECEDORES	108.736,84	FORNECEDORES	109.293,77
PESSOAL A PAGAR	16.858,05	PESSOAL A PAGAR	16.858,05
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.057,41	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.016,60
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	35,96	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	35,96
Saldos anteriores	175.570,82	Saldos atuais	183.377,20
BANCO C/ MOVIMENTO	175.570,82	BANCO C/ MOVIMENTO	183.377,20
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	451.845,17	Total	451.845,17

Fraiburgo, 22/11/2013

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Luiz Fernando Raldi
 Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Outubro

Página 1 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.04	Administração		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	5.233,00	297.582,50	165.698,76
01.01.04.122	Administração Geral		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	5.233,00	297.582,50	165.698,76
01.01.04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	5.233,00	297.582,50	165.698,76
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO		425.000,00	23.281,26	0,00	448.281,26	5.233,00	297.582,50	150.698,76
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	274.680,00	0,00	0,00	274.680,00	0,00	213.256,73	61.423,27
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	324,99	2.675,01
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	83.160,00	0,00	0,00	83.160,00	5.233,00	70.523,75	12.636,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.607,64	0,00	6.607,64	0,00	300,00	6.307,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	7.751,68	0,00	7.751,68	0,00	0,00	7.751,68
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1292	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	50.400,00	0,00	0,00	50.400,00	0,00	4.364,39	46.035,61
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.223,60	0,00	6.223,60	0,00	6.203,29	20,31
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	2.698,34	0,00	2.698,34	0,00	2.609,35	88,99
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo		1.911.100,00	62.782,13	0,00	1.973.882,13	0,00	1.714.255,94	259.626,19
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	0,00	24.176,81	72.705,32
01.01.15.451.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	0,00	24.176,81	72.705,32
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	0,00	24.176,81	72.705,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	22.338,46	0,00	22.338,46	0,00	14.100,00	8.238,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	441,37	9.558,63
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	40.443,67	0,00	40.443,67	0,00	9.635,44	30.808,23
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
01.01.15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.870.000,00	0,00	0,00	1.870.000,00	0,00	1.690.079,13	179.920,87
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Outubro

Página 2 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.17	Saneamento		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	253.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	253.000,00
01.01.18.541.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	253.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	10.000,00	10.000,00	253.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	10.000,00	10.000,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.20	Agricultura		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	7.868,30	119.069,55	168.875,90
01.01.20.606	Extensão Rural		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	7.868,30	119.069,55	168.875,90
01.01.20.606.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	7.868,30	119.069,55	168.875,90
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		229.500,00	56.445,45	18.000,00	267.945,45	7.868,30	119.069,55	148.875,90
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.500,00	18.000,00	0,00	21.500,00	0,00	16.733,48	4.766,52
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	4.865,75	134,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	210.000,00	0,00	18.000,00	192.000,00	7.868,30	59.549,49	132.450,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.134,00	3.866,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	15.586,20	0,00	15.586,20	0,00	15.002,50	583,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	21.798,77	0,00	21.798,77	0,00	21.784,33	14,44
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	1.060,48	0,00	1.060,48	0,00	0,00	1.060,48
01.01.23	Comércio e Serviços		39.400,00	0,00	0,00	39.400,00	0,00	0,00	39.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
01.01.23.691.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00
01.01.23.695	Turismo		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
01.01.23.695.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Outubro

Página 3 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
01.01.27	Desporto e Lazer		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.28	Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
01.01.28.846	Outros Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
01.01.28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	1.000,00	11.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	1.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.99	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999.0002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total por Entidade :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85
Total Geral :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	23.101,30	2.141.907,99	937.600,85

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.865.080,00	135.650,26	1.280.600,35	6.694,22	1.591.173,87
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	12.000,00	0,00	148,80	148,80	12.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do 1200	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.000,00	0,00	148,80	148,80	1.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de F	0,00	0,00	148,80	148,80	0,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Tx de Serviços Administrativos 1200	0,00	0,00	148,80	148,80	0,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestação de Serviço	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.100,00	830,09	4.964,04	3.568,08	704,04
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MC	2.100,00	830,09	4.964,04	3.568,08	704,04
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos e	2.100,00	830,09	4.964,04	3.568,08	704,04
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc	100,00	760,02	3.568,08	3.568,08	100,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros De	100,00	760,02	3.568,08	3.568,08	100,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancário 1301	0,00	760,02	3.568,08	3.568,08	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep Banc 1200	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc.	2.000,00	70,07	1.395,96	0,00	604,04
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros De 1200	2.000,00	70,07	1.395,96	0,00	604,04
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	264.140,00	22.050,00	68.164,00	0,00	195.976,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos 1200	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais 1200	1.140,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tec	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tec 1200	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	210.000,00	22.050,00	68.164,00	0,00	141.836,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máx 1200	210.000,00	22.050,00	68.164,00	0,00	141.836,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORREN	2.586.840,00	110.663,98	1.204.346,17	0,00	1.382.493,83
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOV	2.586.840,00	110.663,98	1.204.346,17	0,00	1.382.493,83
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ML	2.586.840,00	110.663,98	1.204.346,17	0,00	1.382.493,83
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios	2.586.840,00	110.663,98	1.204.346,17	0,00	1.382.493,83
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	47.040,00	2.418,67	33.398,57	0,00	13.641,43
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	2.418,67	33.398,57	0,00	13.641,43
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	0,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais 1300	13.080,00	0,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	0,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	2.418,67	19.198,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	2.418,67	19.198,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	551.120,00	37.286,61	313.753,12	0,00	237.366,88
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	551.120,00	37.286,61	313.753,12	0,00	237.366,88
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	42.600,00	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais 1300	39.240,00	3.270,00	32.700,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	9.900,00	0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	500.000,00	33.026,61	271.153,12	0,00	228.846,88
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	500.000,00	33.026,61	271.153,12	0,00	228.846,88
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	47.040,00	0,00	4.960,69	0,00	42.079,31
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	0,00	4.960,69	0,00	42.079,31
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	0,00	0,00	0,00	17.040,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais 1300	13.080,00	0,00	0,00	0,00	13.080,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	0,00	4.960,69	0,00	25.039,31
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	0,00	4.960,69	0,00	25.039,31
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	351.120,00	9.028,29	190.720,94	0,00	160.399,06
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	351.120,00	9.028,29	190.720,94	0,00	160.399,06
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	42.600,00	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais 1300	39.240,00	3.270,00	32.700,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	9.900,00	0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	300.000,00	4.768,29	148.120,94	0,00	151.879,06
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	300.000,00	4.768,29	148.120,94	0,00	151.879,06
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	37.040,00	1.603,17	23.366,66	0,00	13.673,34
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	1.603,17	23.366,66	0,00	13.673,34
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	183,17	9.166,66	0,00	10.833,34
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	183,17	9.166,66	0,00	10.833,34
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	77.040,00	2.302,04	36.893,55	0,00	40.146,45
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	2.302,04	36.893,55	0,00	40.146,45
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	882,04	22.693,55	0,00	37.306,45
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	882,04	22.693,55	0,00	37.306,45
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	87.040,00	3.378,14	72.665,86	0,00	14.374,14
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	87.040,00	3.378,14	72.665,86	0,00	14.374,14
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.400,00	0,00	2.640,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.500,00	0,00	460,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	70.000,00	1.958,14	58.265,86	0,00	11.734,14
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	70.000,00	1.958,14	58.265,86	0,00	11.734,14
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	37.040,00	2.840,00	19.780,67	0,00	17.259,33
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	2.840,00	19.780,67	0,00	17.259,33
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	2.840,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	2.180,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	660,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	0,00	4.160,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	0,00	4.160,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	37.040,00	4.800,26	32.689,45	0,00	4.350,55
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	4.800,26	32.689,45	0,00	4.350,55
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	3.380,26	18.489,45	0,00	1.510,55
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	3.380,26	18.489,45	0,00	1.510,55
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	47.040,00	3.800,67	29.958,45	0,00	17.081,55
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	3.800,67	29.958,45	0,00	17.081,55
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	2.380,67	15.758,45	0,00	14.241,55
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	2.380,67	15.758,45	0,00	14.241,55
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	77.040,00	7.346,82	49.046,39	0,00	27.993,61
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	7.346,82	49.046,39	0,00	27.993,61
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	5.926,82	34.846,39	0,00	25.153,61
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	5.926,82	34.846,39	0,00	25.153,61
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	47.040,00	0,00	24.551,36	0,00	22.488,64
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	0,00	24.551,36	0,00	22.488,64
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	0,00	12.780,00	0,00	4.260,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	0,00	9.810,00	0,00	3.270,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	0,00	2.970,00	0,00	990,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	0,00	11.771,36	0,00	18.228,64
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	0,00	11.771,36	0,00	18.228,64
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	77.040,00	3.237,13	32.058,13	0,00	44.981,87
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	3.237,13	32.058,13	0,00	44.981,87
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	1.817,13	17.858,13	0,00	42.141,87
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	1.817,13	17.858,13	0,00	42.141,87
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	57.040,00	3.124,02	20.300,76	0,00	36.739,24
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	57.040,00	3.124,02	20.300,76	0,00	36.739,24
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	0,00	8.190,00	0,00	8.850,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	0,00	6.540,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	0,00	1.650,00	0,00	2.310,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	40.000,00	3.124,02	12.110,76	0,00	27.889,24
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	40.000,00	3.124,02	12.110,76	0,00	27.889,24
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	651.120,00	29.498,16	320.201,57	0,00	330.918,43
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	651.120,00	29.498,16	320.201,57	0,00	330.918,43
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	42.600,00	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	39.240,00	3.270,00	32.700,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	9.900,00	0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	600.000,00	25.238,16	277.601,57	0,00	322.398,43
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	600.000,00	25.238,16	277.601,57	0,00	322.398,43
1.7.2.3.37.99.00.00.00	CONSÓRCIO INTEGRADO	359.000,00	0,00	0,00	0,00	359.000,00
1.7.2.3.37.99.01.00.00	ENCARGOS	8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.00	Pagamento de Precatórios	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.02.00	Contribuição ao PASEP	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.02.33	Outras Despesa Correntes 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.00	Indenizações e Restituiçõe	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DO PROGRAMA 9	350.500,00	0,00	0,00	0,00	350.500,00
1.7.2.3.37.99.02.01.00	Desenvolvimento da Cultur	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Admir	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.33	Outras Despesas Corrente 1300	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infrae	19.100,00	0,00	0,00	0,00	19.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	9.100,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento do Saneç	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento da Pres e	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.33	Outras Despesas Corrente 1300	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Exten	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Prom	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.07.33	Outras Despesas Corrente 1300	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.08.00	Desenvolvimento do Turisr	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.08.33	Outras Despesas Corrente 1300	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.00	Desenvolvimento de Event	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.00	Desenvolvimento do Espor	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORREN	0,00	2.106,19	2.977,34	2.977,34	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	2.083,90	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	2.083,90	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em 1200	0,00	2.083,90	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUI	0,00	22,29	176,84	176,84	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	22,29	176,84	176,84	0,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes 1300	0,00	22,29	176,84	176,84	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	89.920,00	3.600,00	38.400,00	0,00	51.520,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPI	89.920,00	3.600,00	38.400,00	0,00	51.520,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERG	89.920,00	3.600,00	38.400,00	0,00	51.520,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	89.920,00	3.600,00	38.400,00	0,00	51.520,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios	89.920,00	3.600,00	38.400,00	0,00	51.520,00
2.4.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44	investimentos 1300	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00	LEBOM RÉGIS	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	0,00	1.800,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.55.00.00.00	TIMBO GRANDE	2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44	investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.000,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.99.00.00.00	CONSORCIO INTEGRADO	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 9	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.01.00	Aquisição de Máquinas Ve	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.01.44	investimentos 1300	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Admir	5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.02.44	investimentos 1300	5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infrae	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.03.44	investimentos 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento dos Serv	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.44	investimentos 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento do Saneç	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.44	investimentos 1300	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Pres e	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.44	investimentos 1300	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Exten	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Outubro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.99.02.07.44 investimentos	1300	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Totais Gerais :		2.955.000,00	139.250,26	1.319.000,35	6.694,22	1.642.693,87

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Outubro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 31/10/2013

R\$ 9.217,88

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/10/2013

R\$ 9.217,88

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Outubro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961) - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.412-9

Saldo conforme extrato bancário em: 31/10/2013

R\$ 110.534,59

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Menos (-)			
(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco			
31/10/2013	850036	201,00	
Total:		201,00	

Saldo conforme nosso registro em: 31/10/2013

R\$ 110.333,59

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Outubro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962) - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.414-5

Saldo conforme extrato bancário em: 31/10/2013

R\$ 19.264,80

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/10/2013

R\$ 19.264,80

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Outubro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963) - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.413-7

Saldo conforme extrato bancário em: 31/10/2013

R\$ 44.560,93

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/10/2013

R\$ 44.560,93

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	139.250,26	1.319.000,35
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	135.650,26	1.280.600,35
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	148,80
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	148,80
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	0,00	148,80
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Tx de Serviços Administrativos	1200	148,80
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	830,09	4.964,04
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	830,09	4.964,04
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	830,09	4.964,04
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	760,02	3.568,08
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vincul	760,02	3.568,08
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consor	1301	3.568,08
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	70,07	1.395,96
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vincula	1200	1.395,96
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	22.050,00	68.164,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	22.050,00	68.164,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	1200	68.164,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	110.663,98	1.204.346,17
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	110.663,98	1.204.346,17
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	110.663,98	1.204.346,17
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	110.663,98	1.204.346,17
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	2.418,67	33.398,57
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.418,67	33.398,57
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	0,00	14.200,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	10.900,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.300,00
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	0,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	2.418,67	19.198,57
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	19.198,57
1.7.2.3.37.09.00.00.00.00	CAÇADOR	37.286,61	313.753,12
1.7.2.3.37.09.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	37.286,61	313.753,12
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	4.260,00	42.600,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	32.700,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	9.900,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	33.026,61	271.153,12
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	271.153,12
1.7.2.3.37.10.00.00.00.00	CALMON	0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	4.960,69
1.7.2.3.37.19.00.00.00.00	FRAIBURGO	9.028,29	190.720,94
1.7.2.3.37.19.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	9.028,29	190.720,94
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	4.260,00	42.600,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	32.700,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	9.900,00
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	4.768,29	148.120,94
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	148.120,94
1.7.2.3.37.22.00.00.00.00	IBIAM	1.603,17	23.366,66
1.7.2.3.37.22.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	1.603,17	23.366,66
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	10.900,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.300,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	183,17	9.166,66
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	9.166,66
1.7.2.3.37.24.00.00.00.00	IOMERÊ	2.302,04	36.893,55
1.7.2.3.37.24.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.302,04	36.893,55
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	10.900,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.300,00
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	139.250,26	1.319.000,35
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	882,04	22.693,55
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 882,04	22.693,55
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	3.378,14	72.665,86
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.378,14	72.665,86
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.400,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.500,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	1.958,14	58.265,86
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 1.958,14	58.265,86
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	2.840,00	19.780,67
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.840,00	19.780,67
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.840,00	15.620,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 2.180,00	11.990,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 660,00	3.630,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	4.160,67
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	4.160,67
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	4.800,26	32.689,45
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	4.800,26	32.689,45
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.300,00
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	0,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	3.380,26	18.489,45
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 3.380,26	18.489,45
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	3.800,67	29.958,45
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.800,67	29.958,45
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.300,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	2.380,67	15.758,45
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.380,67	15.758,45
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	7.346,82	49.046,39
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	7.346,82	49.046,39
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.300,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	5.926,82	34.846,39
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 5.926,82	34.846,39
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	0,00	24.551,36
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	24.551,36
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	0,00	12.780,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	9.810,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	2.970,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	11.771,36
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	11.771,36
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	3.237,13	32.058,13
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.237,13	32.058,13
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.300,00
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	1.817,13	17.858,13
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 1.817,13	17.858,13
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	3.124,02	20.300,76
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.124,02	20.300,76
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	0,00	8.190,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	1.650,00
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	3.124,02	12.110,76
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 3.124,02	12.110,76
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	29.498,16	320.201,57

**DOM/SC**

Assinado Digitalmente

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	139.250,26	1.319.000,35
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	29.498,16	320.201,57
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	4.260,00	42.600,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 3.270,00	32.700,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 990,00	9.900,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	25.238,16	277.601,57
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 25.238,16	277.601,57
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.106,19	2.977,34
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.083,90	2.800,50
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	2.083,90	2.800,50
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	1200 2.083,90	2.800,50
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22,29	176,84
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	22,29	176,84
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1300 22,29	176,84
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.600,00	38.400,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.600,00	38.400,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.600,00	38.400,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	3.600,00	38.400,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.600,00	38.400,00
2.4.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do Cinco	0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1300 0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do Cinco	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	1300 600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	1300 600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44	investimentos	1300 200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00	LEBOM RÉGIS	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do Cinco	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1300 400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	1.800,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	1.800,00



Betha Sistemas

Exercício de 2013

Outubro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	139.250,26	1.319.000,35
2.4.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do Cinco		0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1300	0,00	1.800,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ		200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do Cinco		200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1300	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.55.00.00.00	TIMBO GRANDE		0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do Cinco		0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1300	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA		600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do Cinco		600,00	6.000,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44	investimentos	1300	600,00	6.000,00
Receita Extra Orçamentária		Recurso	6.335,83	64.046,72
9337	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	1.329,60	11.396,69
11311	ISS A RECOLHER IOMERÊ	1300	11,16	234,23
11312	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		86,92	540,83
11313	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		48,91	708,19
11314	ISS A RECOLHER FRAIBURGO		50,14	1.637,62
11315	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		38,03	297,08
11316	ISS A RECOLHER VIDEIRA		272,65	3.100,42
11320	ISS A RECOLHER CAÇADOR		375,51	2.850,02
11321	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		10,30	176,18
11322	ISS A RECOLHER MATOS COSTA		49,56	275,05
11323	ISS A RECOLHER CALMON	1300	32,70	146,39
11327	ISS A RECOLHER IBIAM	1300	3,06	142,94
11328	ISS A RECOLHER MACIEIRA	1300	0,00	54,62
11329	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	1300	21,04	155,48
11330	ISS A RECOLHER TANGARA	1300	24,85	299,21
11364	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	1300	0,00	115,83
11365	INSS CONDUVALE	1300	2.574,23	27.058,85
16795	SINSER		0,00	232,51
16798	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA		67,01	696,41
19964	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	1300	201,00	2.089,15
19965	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	1300	67,01	696,40
19966	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	1300	201,03	2.089,23
19967	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	1300	67,01	696,41
19968	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	1300	67,01	696,40
19969	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	1300	67,01	696,41
19970	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	1300	67,01	696,42
19971	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	1300	67,01	696,42
19972	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	1300	67,01	696,42
19973	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	1300	67,01	696,42
19974	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	1300	67,01	696,42
19975	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	1300	67,01	696,42
19976	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	1300	67,01	696,42
19977	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	1300	201,02	2.089,23
Total Geral :			145.586,09	1.383.047,07



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Outubro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 1/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
30/09/13		SALDO ANTERIOR		7.135,07 +
02/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 482		2.083,90 +
14/10/13	101	Pelo pagamento da O.P. 376, OB DARF, NE 101	22387 DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BF	35,96 -
21/10/13		TRANSFERENCIA PARA COBERTURA FINANCEIRA, Transf. nº:15		1.500,00 -
31/10/13		RETORNO FINANCIERO CONFORME TRANSF 15, Transf. nº:16		1.500,00 +
31/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 540		36,99 +
31/10/13	24	Pelo pagamento da O.P. 391, OB TARIFA, NE 24	9336 BANCO DO BRASIL SA	2,12 -
Total de Débitos:				3.620,89
Total de Créditos:				1.538,08
Saldo Atual:				9.217,88

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 2/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
30/09/13		SALDO ANTERIOR		102.960,06 +
04/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 483		1.090,00 +
04/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 485		200,00 +
04/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 484		330,00 +
04/10/13	18	Pelo pagamento da O.P. 352, OB GRF, NE 18	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.117,02 -
04/10/13	63	Pelo pagamento da O.P. 357, OB FATURA, NE 63	16804 CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	107,45 -
04/10/13	1	Pelo pagamento da O.P. 358, CH: 850035, empenho 1	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	150,00 -
04/10/13	78	Pelo pagamento da O.P. 359, CH: 850035, empenho 78	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	480,00 -
08/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 486		3.270,00 +
08/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 488		600,00 +
08/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 487		990,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 492		330,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 493		200,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 503		600,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 495		330,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 494		1.090,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 499		400,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 496		200,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 500		3.270,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 497		2.180,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 498		660,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 491		1.090,00 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 501		990,00 +
10/10/13	9	Pelo pagamento da O.P. 360, OB BOLETO, NE 9	11293 BETHA SISTEMAS LTDA	538,85 -
10/10/13	29	Pelo pagamento da O.P. 361, OB TED, NE 29	11301 HBINFOPROVEDOR LTDA ME	337,60 -
10/10/13	100	Pelo pagamento da O.P. 362, OB TED, NE 100	11301 HBINFOPROVEDOR LTDA ME	149,00 -
10/10/13	72	Pelo pagamento da O.P. 364, OB TED, NE 72	16802 IVETE REGINA ODORIZZI	1.100,00 -
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 518		330,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 517		1.090,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 520		3.270,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 522		600,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 515		330,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 521		990,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 516		200,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 519		200,00 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 514		1.090,00 +
14/10/13		Pelo pgto da despesa extra 279	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.081,47 -
14/10/13	123	Pelo pagamento da O.P. 370, OB DOC, NE 123	22381 LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME	600,99 -
14/10/13	19	Pelo pagamento da O.P. 373, OB GPS, NE 19	9312 INSS	3.071,81 -
14/10/13	118	Pelo pagamento da O.P. 379, OB FATURA, NE 118	16832 OI SA	473,79 -
15/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 529		330,00 +
15/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 530		200,00 +
15/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 528		1.090,00 +
17/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 534		330,00 +
17/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 533		1.090,00 +
17/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 535		200,00 +
31/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 538		511,23 +
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 283	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TF	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 284, CH: 850036	19964 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	201,00 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 285	19965 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 286	19966 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURG	201,03 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 287	19967 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 288	19968 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 289	19969 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉ	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 290	19970 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 291	19971 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS CC	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 292	19972 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 293	19973 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS AI	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 294	19974 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VEL	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 295	19975 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 296	19976 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GR/	67,01 -
31/10/13		Pelo pgto da despesa extra 297	19977 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	201,02 -
31/10/13	17	Pelo pagamento da O.P. 388, OB TED, NE 17	16796 ELOI RONNAU E OUTROS	11.575,59 -

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 3/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
31/10/13	22	Pelo pagamento da O.P. 393, OB TARIFA, NE 22	9336 BANCO DO BRASIL SA	106,96 -
Total de Débitos:				29.671,23
Total de Créditos:				22.297,70
Saldo Atual:				110.333,59

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 4/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19962 - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5			Conta banco: 20.414-5	
30/09/13		SALDO ANTERIOR		7.881,81 +
04/10/13	88	Pelo pagamento da O.P. 354, OB GRF, NE 88	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	121,26 -
04/10/13	121	Pelo pagamento da O.P. 355, OB TED, NE 121	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	260,00 -
04/10/13	122	Pelo pagamento da O.P. 356, OB TED, NE 122	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	40,00 -
10/10/13	112	Pelo pagamento da O.P. 365, OB TRANSFERENCIA, NE 112	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	104,00 -
10/10/13	137	Pelo pagamento da O.P. 366, OB TED, NE 137	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	156,00 -
14/10/13		Pelo pgto da despesa extra 281	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	136,42 -
14/10/13	131	Pelo pagamento da O.P. 371, OB TRANSFERENCIA, NE 131	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	216,38 -
14/10/13	130	Pelo pagamento da O.P. 372, OB TRANSFERENCIA, NE 130	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	1.425,38 -
14/10/13	89	Pelo pagamento da O.P. 375, OB GPS, NE 89	9312 INSS	333,48 -
21/10/13		TRANSFERENCIA PARA COBERTURA FINANCEIRA, Transf. nº:15		1.500,00 +
21/10/13	125	Pelo pagamento da O.P. 380, OB TED, NE 125	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	1.686,00 -
21/10/13	124	Pelo pagamento da O.P. 381, OB TED, NE 124	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	3.734,76 -
21/10/13	106	Pelo pagamento da O.P. 382, OB DOC, NE 106	22390 LUIZA THEREZA PARISE	200,00 -
21/10/13	139	Pelo pagamento da O.P. 383, OB DOC, NE 139	22390 LUIZA THEREZA PARISE	100,00 -
21/10/13	105	Pelo pagamento da O.P. 384, CH: 850007, empenho 105	22389 FERNANDO DANIELEVIG CALAI	797,50 -
28/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 536		22.050,00 +
31/10/13		RETORNO FINANCIERO CONFORME TRANSF 15, Transf. nº:16		1.500,00 -
31/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 539		33,08 +
31/10/13	73	Pelo pagamento da O.P. 390, OB TED, NE 73	11307 DIEGO PIRES DA SILVA	1.379,39 -
31/10/13	128	Pelo pagamento da O.P. 392, OB TARIFA, NE 128	9336 BANCO DO BRASIL SA	9,52 -
Total de Débitos:				23.583,08
Total de Créditos:				12.200,09
Saldo Atual:				19.264,80

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 5/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19963 - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7			Conta banco: 20.413-7	
30/09/13		SALDO ANTERIOR		57.593,88 +
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 265, CH: 850008	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	352,39 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 266	11323 ISS A RECOLHER CALMON	53,76 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 267	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	137,85 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 268	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	7,37 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 269	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	2,37 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 270	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	20,96 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 271	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	33,84 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 272	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	25,13 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 273	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	6,08 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 274	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	90,39 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 275	11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	10,08 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 276	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	41,65 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 277	11364 ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	38,88 -
04/10/13		Pelo pgto da despesa extra 278	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	260,49 -
04/10/13	36	Pelo pagamento da O.P. 351, OB TED, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	10.000,00 -
04/10/13	82	Pelo pagamento da O.P. 353, OB GRF, NE 82	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	99,48 -
08/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 489		33.026,61 +
09/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 490		3.124,02 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 504		25.238,16 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 506		1.958,14 +
10/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 505		882,04 +
10/10/13	71	Pelo pagamento da O.P. 363, OB BOLETO, NE 71	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	472,64 -
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 523		2.418,67 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 526		5.926,82 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 525		2.380,67 +
11/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 524		3.380,26 +
14/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 527		4.768,29 +
14/10/13		Pelo pgto da despesa extra 280	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	99,47 -
14/10/13		Pelo pgto da despesa extra 282	11365 INSS CONDUVALE	2.769,56 -
14/10/13	35	Pelo pagamento da O.P. 368, OB TRANSFERENCIA, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	39.046,56 -
14/10/13	36	Pelo pagamento da O.P. 369, OB TRANSFERENCIA, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	43.205,34 -
14/10/13	83	Pelo pagamento da O.P. 374, OB GPS, NE 83	9312 INSS	273,55 -
14/10/13	28	Pelo pagamento da O.P. 377, OB FATURA, NE 28	16832 OI SA	116,60 -
14/10/13	28	Pelo pagamento da O.P. 378, OB FATURA, NE 28	16832 OI SA	46,55 -
15/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 531		183,17 +
17/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 532		1.817,13 +
31/10/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 537		248,79 +
31/10/13	81	Pelo pagamento da O.P. 389, OB TED, NE 81	22386 NÁDIA DE LORENZI	1.144,01 -
31/10/13	76	Pelo pagamento da O.P. 394, OB TARIFA, NE 76	9336 BANCO DO BRASIL SA	30,72 -
Total de Débitos:				85.352,77
Total de Créditos:				98.385,72
Saldo Atual:				44.560,93

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 1/4

Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
134	O			01/10	900,00	0,00	900,00	0,00	900,00		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	214 - GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇ	122
MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE VALVULA DE ALIVIO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO.																	
135	O			01/10	1.399,89	0,00	1.399,89	0,00	1.399,89		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	214 - GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇ	122
AQUISIÇÃO DE VALVULA DE ALIVIO PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO.																	
136	O			01/10	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		18.541.000	1300		2.007	30 3.3.90.00.00.00.00.00	223 - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRE	122
DESPESAS COM DIAGNÓSTICO DO ARRANJO LEGAL E INSITUCIONAL DA GESTÃO AMBIENTAL PARA OS MUNICIPIOS CONSORCIADOS DE CAÇADOR, FRAIBURGO, RIO DAS ANTAS, PINHEIRO PRETO E VIDEIRA CONFORME TERMO ADITIVO 001/2013 AO TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA QUE OBJETIVA A IMPLEMENTAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICIPIOS.																	
137	E			01/10	364,00	0,00	156,00	156,00	208,00	19962	20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	34 - DIEGO PIRES DA SILVA	122
COMPLEMENTO AO EMPENHO 112 REFERENTE INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA IBIAM COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE IBIAM, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO.																	
138	E			01/10	105,00	88,20	16,80	0,00	16,80		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	208 - SAFRA DIESEL	122
COMPLEMENTO AO EMPENHO 104 REFERENTE FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 010/2013 CINCO ADITIVO 13/2013 CINCO.																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 2/4

Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
139 E			10/10		100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	19962	20.606.000	1200	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	210 - LUIZA THEREZA PARISE	122
COMPLEMENTO A DESPESAS COM LOCAÇÃO PARCIAL DE UM IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA MARIA RITA, PARA SERVIDOR DIEGO PIRES DA SILVA DURANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS NO MUNICÍPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 009/2013 CINCO E TERMO ADITIVO 15/2013.																	
140 G			10/10		1.125,00	0,00	0,00	0,00	1.125,00	04.122.000	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	14 - BETHA SISTEMAS LTDA	122
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013.																	
141 O			11/10		645,00	0,00	645,00	0,00	645,00	04.122.000	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	224 - INFOTRIZ CMERCIAL LTDA - EPP	122
AQUISIÇÃO DE TONER PARA USO NO CONSORCIO CINCO: 3,00 UNID DE CARTUCHO DE TONER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA BROTHER TN-650; COR: PRETO.; SOL. FORNECIMENTO 0012/2013, PAL 0019/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0018/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																	
142 O			11/10		338,00	0,00	338,00	0,00	338,00	04.122.000	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	225 - CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS L	122
AQUISIÇÃO DE CILINDRO PARA USO EM IMPRESSORA DO CONSORCIO CINCO: 1,00 UNID DE CARTUCHO DE CILINDRO DE IMPRESSÃO LASER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA BROTHER DR-620.; SOL. FORNECIMENTO 0013/2013, PAL 0019/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0018/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																	
143 O			15/10		216,38	0,00	216,38	0,00	216,38	20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	11 - SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LT	122
AQUISIÇÃO DE ÓLEO 15W40 PARA USO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA N°02 CHASSI N° N8TA13202 DO CONSÓRCIO CINCO.																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 3/4

Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
144	O			15/10	1.377,73	0,00	1.377,73	0,00	1.377,73		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	11 - SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LT	122
AQUISIÇÃO DE ELEMENTO DE FILTRO MOTOR, ELEMENTO DE FILTRO COMBUSTIVEL E FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA USO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA N°02 CHASSI N° N8TA13202 DO CONSÓRCIO CINCO.																	
145	E			16/10	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	88 - CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME	122
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CAFÉ, ALMOÇO E JANTA PARA OPERADOR ESCAVADEIRA HIDRAULICA EM SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON REGIS CONFORME CONTRATO 0014/2013 CINCO.																	
146	E			16/10	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00		20.606.000	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	90 - IDELBRANDO GOMES DA ROCHA	122
REFERENTE HOSPEDAGEM PARA OPERADOR ESCAVADEIRA HIDRAULICA EM SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON REGIS CONFORME CONTRATO 0013/2013 CINCO.																	
147	E			28/10	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00		04.122.000	1300		2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00	226 - EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS	122
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMATICOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDENCIAS E OUTROS SERVIÇOS PARA O CINCO DURANTE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013.																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 4/4

Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
148	G			28/10	1.125,00	0,00	0,00	0,00	1.125,00		04.122.000	1300		2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00	14 - BETHA SISTEMAS LTDA	122
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013 CONFORME TERMO ADITIVO 0014/2013																	

Total da Entidade:	23.296,00	88,20	5.149,80	256,00	22.951,80
Total do Período:	23.296,00	88,20	5.149,80	256,00	22.951,80

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 1/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	[Data Emiss]	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
351			04/10/13	16/09/2013	10.000,00	0,00	10.000,00	04/10/13	0,00	10.000,00		1300 19963		386, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 400	36 15.452.000	2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00		CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	
														DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE AGOSTO DE 2013.						
352			04/10/13	07/10/2013	1.117,02	0,00	1.117,02	04/10/13	0,00	1.117,02		1300 19961			18 04.122.000	2.001	5 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
														FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO A SETEMBRO DE 2013.						
353			04/10/13	07/10/2013	99,48	0,00	99,48	04/10/13	0,00	99,48		3300 19963			82 15.451.000	2.004	55 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
														FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE SETEMBRO DE 2013.						
354			04/10/13	07/10/2013	121,26	0,00	121,26	04/10/13	0,00	121,26		1200 19962			88 20.606.000	2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
														FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA RELATIVO SETEMBRO DE 2013.						
355			04/10/13	04/10/2013	260,00	0,00	260,00	04/10/13	0,00	260,00		1200 19962		6341	121 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	
														AQUISIÇÃO DE ÓLEO MOTOR 15W40 PARA SUBSTITUIÇÃO NA RETROESCAVADEIRA DO CINCO.						
356			04/10/13	04/10/2013	40,00	0,00	40,00	04/10/13	0,00	40,00		1200 19962		6342	122 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	
														AQUISIÇÃO DE FILTRO ÓLEO MOTOR PARA SUBSTITUIÇÃO NA RETROESCAVADEIRA DO CINCO.						
357			04/10/13	06/10/2013	107,45	0,00	107,45	04/10/13	0,00	107,45		1300 19961		2013936142	63 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	
														DESPESA COM FATURAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PERÍODO MÊS 09/2013.						
358			04/10/13	10/10/2013	150,00	0,00	150,00	04/10/13	0,00	150,00		1300 19961	850035	170	1 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME	
														SERVIÇOS REFERENTE MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO REFERENTE SETEMBRO 2013						
359			04/10/13	10/10/2013	480,00	0,00	480,00	04/10/13	0,00	480,00		1300 19961	850035	171	78 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME	
														LICENÇA DE USO DO SOFTWARE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA, EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO E PELA HOSPEDAGEM DO SOFTWARE REFERENTE SETEMBRO DE 2013.						
360			10/10/13	10/10/2013	538,85	0,00	538,85	10/10/13	0,00	538,85		1300 19961		54521	9 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		BETHA SISTEMAS LTDA	
														LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS REFERENTE SETEMBRO DE 2013						
361			10/10/13	10/10/2013	337,60	0,00	337,60	10/10/13	0,00	337,60		1300 19961		2301	29 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		HBINFOPROVEDOR LTDA ME	
														DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE SETEMBRO DE 2013						
362			10/10/13	10/10/2013	149,00	0,00	149,00	10/10/13	0,00	149,00		1300 19961		2043	100 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		HBINFOPROVEDOR LTDA ME	
														SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 5 MB PARA USO DO CONSORCIO, DURANTE SETEMBRO DE 2013 CONFORME CONTRATO 007/2013CINCO.						
363			10/10/13	10/10/2013	472,64	0,00	472,64	10/10/13	0,00	472,64		3300 19963		379	71 15.451.000	2.004	56 3.3.90.00.00.00.00.00		GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME	
														FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, REFERENTE SETEMBRO DE 2013						
364			10/10/13	10/10/2013	1.100,00	0,00	1.100,00	10/10/13	0,00	1.100,00		1300 19961		09	72 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		IVETE REGINA ODORIZZI	
														LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 200M2, NO PAVIMENTO SUPERIOR (SEGUNDO PISO) LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, 761 CENTRO DE FRAIBURGO PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO CINCO REFERENTESETEMBRO DE 2013.						

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 2/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
365			10/10/13	10/10/2013	104,00	0,00	104,00	10/10/13	0,00	104,00		1300 19962			112	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA IBIAM COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE IBIAM, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO.																				
366			10/10/13	10/10/2013	156,00	0,00	156,00	10/10/13	0,00	156,00		1200 19962		1	137	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
COMPLEMENTO AO EMPENHO 112 REFERENTE INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA IBIAM COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE IBIAM, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
367			11/10/13	11/10/2013	3.599,06	0,00	3.599,06	11/10/13	3.599,06	0,00		1300		459, 460, 461, 462, 463, 464, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472	36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
Retenções referentes a liquidação 331 do empenho 36: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
368			14/10/13	15/10/2013	39.046,56	0,00	39.046,56	14/10/13	0,00	39.046,56		1300 19963		704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 714, 715, 716, 717	35	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
369			14/10/13	15/10/2013	43.205,34	0,00	43.205,34	14/10/13	0,00	43.205,34		1300 19963		459, 460, 461, 462, 463, 464, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472	36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
370			14/10/13	16/10/2013	600,99	0,00	600,99	14/10/13	0,00	600,99		1300 19961		689	123	04.122.000	2.001	7	4.4.90.00.00.00.00.00	LINK TELE INFORMATICA LTDA ME
AQUISIÇÃO DE GUILHOTINA E MAQUINA DE ENCADERNAR PARA USO NO COSNSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO SOL. FORNECIMENTO 0011/2013, PAL 0015/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0012/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0015/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO																				
371			14/10/13	16/10/2013	216,38	0,00	216,38	14/10/13	0,00	216,38		1200 19962		6418	131	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
AQUISIÇÃO DE OLEO 15W40 PARA SUBSTITUIÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200.																				
372			14/10/13	16/10/2013	1.425,38	0,00	1.425,38	14/10/13	0,00	1.425,38		1200 19962		6416	130	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
AQUISIÇÃO DE FILTRO DE ÓLEO E FILTROS DE AR PARA SUBSTITUIÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200.																				
373			14/10/13	20/10/2013	3.071,81	0,00	3.071,81	14/10/13	0,00	3.071,81		1300 19961			19	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
374			14/10/13	20/10/2013	273,55	0,00	273,55	14/10/13	0,00	273,55		3300 19963			83	15.451.000	2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE NADIA DE LORENZI REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
375			14/10/13	20/10/2013	333,48	0,00	333,48	14/10/13	0,00	333,48		1200 19962			89	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																				
376			14/10/13	20/10/2013	35,96	0,00	35,96	14/10/13	0,00	35,96		1200 9317			101	28.846.000	0.300	48	3.3.90.00.00.00.00.00	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JOAÇABA
CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP, REFERENTE SETEMBRO 2013.																				
377			14/10/13	14/10/2013	116,60	0,00	116,60	14/10/13	0,00	116,60		3300 19963		1310000199 1310002044	28	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 3/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
378			14/10/13	14/10/2013	46,55	0,00	46,55	14/10/13	0,00	46,55		3300 19963		1310000199 1310002044		28 15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
			SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
379			14/10/13	14/10/2013	473,79	0,00	473,79	14/10/13	0,00	473,79		1300 19961		1319000222		118 04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
			COMPLEMENTO AO EMPENHO 04 DE SERVIÇOS TELEFONICOS REFERENTE NUMERO 49 3246-1206 PARA USO DO CONSÓRCIO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
380			21/10/13	21/10/2013	1.686,00	0,00	1.686,00	21/10/13	0,00	1.686,00		1200 19962		756		125 20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
			REFERENTE MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE VERIFICAÇÃO PROBLEMA MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 02 CHASSI N8TA13202.																	
381			21/10/13	21/10/2013	3.734,76	0,00	3.734,76	21/10/13	0,00	3.734,76		1200 19962		6423		124 20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
			AQUISIÇÃO DE SENSOR DE PRESSAO, ELEMENTO DE FILTRO DE AR E ELEMENTO DE FILTRO DE COMBUSTIVEL DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 02 CHASSI: N8TA13202.																	
382			21/10/13	20/10/2013	200,00	0,00	200,00	21/10/13	0,00	200,00		1200 19962		3		106 20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	LUIZA THEREZA PARISE
			DESPESAS COM LOCAÇÃO PARCIAL DE UM IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA MARIA RITA, PARA SERVIDOR DIEGO PIRES DA SILVA DURANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 009/2013 CINCO REFERENTE SETEMBRO DE 2013.																	
383			21/10/13	20/10/2013	100,00	0,00	100,00	21/10/13	0,00	100,00		1200 19962		4		139 20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	LUIZA THEREZA PARISE
			COMPLEMENTO A DESPESAS COM LOCAÇÃO PARCIAL DE UM IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA MARIA RITA, PARA SERVIDOR DIEGO PIRES DA SILVA DURANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 009/2013 CINCO E TERMO ADITIVO 15/2013.																	
384			21/10/13	21/10/2013	797,50	0,00	797,50	21/10/13	0,00	797,50		1200 19962	850007	000127		105 20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	FERNANDO DANIELEVIC CALAI
			DESPESAS COM FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA SERVIDOR DIEGO PIRES DA SILVA DURANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 08/2013 CINCO.																	
385			29/10/13	29/10/2013	136,42	0,00	136,42	29/10/13	136,42	0,00		1200				73 20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
			Retenções referentes a liquidação 346 do empenho 73: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013																	
386			29/10/13	29/10/2013	99,47	0,00	99,47	29/10/13	99,47	0,00		3300				81 15.451.000	2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	NÁDIA DE LORENZI
			Retenções referentes a liquidação 347 do empenho 81: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013																	
387			29/10/13	29/10/2013	2.523,17	0,00	2.523,17	29/10/13	2.523,17	0,00		1300				17 04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU E OUTROS
			Retenções referentes a liquidação 348 do empenho 17: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013.																	
388			31/10/13	31/10/2013	11.575,59	0,00	11.575,59	31/10/13	0,00	6.144,75		1300 19961				17 04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013.																	
										319,53		1300 19961				04.122.000	2.001			
										1.856,47		1300 19961				04.122.000	2.001			
										3.254,84		1300 19961				04.122.000	2.001			
389			31/10/13	31/10/2013	1.144,01	0,00	1.144,01	31/10/13	0,00	1.144,01		3300 19963				81 15.451.000	2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	NÁDIA DE LORENZI
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013																	
390			31/10/13	31/10/2013	1.379,39	0,00	1.379,39	31/10/13	0,00	1.379,39		1200 19962				73 20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE OUTUBRO DE 2013																	
391			31/10/13	31/10/2013	2,12	0,00	2,12	31/10/13	0,00	2,12		3200 9317				24 04.122.000	2.001	61	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
			TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 CONTA 18520-5 REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/10/2013 até 31/10/2013

Página: 4/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
392			31/10/13	31/10/2013	9,52	0,00	9,52	31/10/13	0,00	9,52		1300 19962			128	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
COMPLEMENTO AO EMPENHO 23 REFERENTE TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCICIO DE 2013 CONTA 20414-5 MÁQUINAS REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				
393			31/10/13	31/10/2013	106,96	0,00	106,96	31/10/13	0,00	106,96		1300 19961			22	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCICIO DE 2013 CONTA 20412-9 REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				
394			31/10/13	31/10/2013	30,72	0,00	30,72	31/10/13	0,00	30,72		3300 19963			76	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCICIO DE 2013 CONTA 20413-7 MIP REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				
Total da Entidade:					131.204,38	0,00	131.204,38		6.358,12	124.846,26										
Total do Período:					131.204,38	0,00	131.204,38		6.358,12	124.846,26										

Fraiburgo, 22/11/2013

Elói Ronnau
Diretor ExecutivoLuiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Relação de Todas As Marcas com Atestado de Aprovação de Pneus, Câmeras de Ar e Protetores



MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES Nº 0006/2012 e 006/2013

PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES

LISTA GERAL DE TODAS AS MARCAS APROVADAS DE ACORDO COM A CONSOLIDAÇÃO DOS ATESTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	ATESTADO DE APROVAÇÃO
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL	AT0017/2012
		RINALDI	BS-32	AT0017/2012
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	LEVORIN	DUNA	AT0017/2012
		LEVORIN	DUAL SPORT	AT0017/2012
		RINALDI	R-34	AT0017/2012
3	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL	AT0017/2012
		RINALDI	BS-32	AT0017/2012
4	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH 21	AT0017/2012
		LEVORIN	DUNA	AT0017/2012
		LEVORIN	DINGO	AT0017/2012
5	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	RINALDI	BS-32	AT0017/2012
		LEVORIN	DAKAR, ESTORIL, ZIAL	AT0017/2012
6	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R-34	AT0017/2012
		LEVORIN	DUNA	AT0017/2012
		LEVORIN	DUAL SPORT	AT0017/2012
7	PNEU MOTO 90/90-21 DIANTEIRO	LEVORIN	DINGO	AT0017/2012
		LEVORIN	DUNA	AT0017/2012
		LEVORIN	DUAL SPORT	AT0017/2012
		RINALDI	R-34	AT0017/2012
8	PNEU MOTO 120/80-18	LEVORIN	DUNA	AT0017/2012
		LEVORIN	DUAL SPORT	AT0017/2012
		RINALDI	R-34	AT0017/2012
9	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA	PIRELLI	TORNADO ALFA	AT0017/2012
		FIRESTONE	CAMPEÃO S. P671	AT0017/2012
10	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		BRIGESTONE	B 250	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA RE740	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P4	AT0017/2012
11	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA RE740	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		PIRELLI	P400	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P4	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P1	AT0017/2012
		KUNHO	KR21	AT0007/2013

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



12	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P4	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
13	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA RE740	AT0017/2012
		BRIGESTONE	B 250	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		KUMHO	758	AT0004/2013
		PIRELLI	P400	AT0017/2012
		PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
14	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P6	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P4	AT0017/2012
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		GOODYEAR	GT2	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P1	AT0017/2012
16	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KUMHO	KH25	AT0004/2013
		GOODYEAR	GT2	AT0017/2012
		BRIGESTONE	B 250	AT0017/2012
		FIRESTONE	F580	AT0017/2012
		PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
15	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR	AT0017/2012
		GOODYEAR	GPS2	AT0017/2012
		PIRELLI	CITNET ALL WEATER	AT0017/2012
17	PNEU 185/60R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 700	AT0017/2012
		PIRELLI	P6	AT0017/2012
		KUMHO	KH18	AT0004/2013
18	PNEU 185/65R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		GOODYEAR	ASSURANCE	AT0024AN33/2013
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA RE740	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		PIRELLI	P6	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P4	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P1	AT0017/2012
19	PNEU 185/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA	KUMHO	KH17	AT0004/2013
		GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		PIRELLI	P6000	AT0017/2012
		BRIGESTONE	B391	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER300	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		FIRESTONE	MULTIHAWK	AT0017/2012
		KUMHO	KH17	AT0004/2013
20	PNEU 185/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		PIRELLI	P6000	AT0017/2012
		PIRELLI	P7	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 700	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		KUMHO	KH25	AT0004/2013
21	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		GOODYEAR	DURAPLUS	AT0017/2012
		GOODYEAR	ASSURANCE	AT0024AN33/2013
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		GOODYEAR	GPS3	AT0017/2012
		PIRELLI	P7	AT0017/2012
		PIRELLI	P6	AT0017/2012
22	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KUMHO	KH25	AT0004/2013
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0002/2013
		PIRELLI	P7	AT0017/2012
		PIRELLI	PHANTOM	AT0017/2012
23	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KUMHO	KH31	AT0004/2013
		FIRESTONE	FIREHAWK 700	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA RE88	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER300	AT0017/2012
		GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		GOODYEAR	GT	AT0017/2012
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		PIRELLI	P7	AT0017/2012
24	PNEU 195/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER300	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER30	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 680	AT0017/2012
		FIRESTONE	FIREHAWK 900	AT0017/2012
		PIRELLI	P7	AT0017/2012
25	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KUMHO	KH17	AT0004/2013
		GOODYEAR	NCT5	AT0017/2012
		GOODYEAR	EXCELLENCE	AT0017/2012
		BRIGESTONE	POTENZA G3	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER300	AT0017/2012
		BRIGESTONE	TURANZA ER30	AT0017/2012
		PIRELLI	PHANTON	AT0003/2013

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



		PIRELLI	P7	AT0017/2012
		PIRELLI	CINTURADO P7	AT0017/2012
		KUMHO	KH17	AT0004/2013
26	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR	AT0017/2012
		GOODYEAR	FORTERA CONFORTRED	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DUELER H/T 687	AT0017/2012
27	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP AW	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION VERDE	AT0003/2013
		KUNHO	KL21 ECO	AT0007/2013
28	PNEU 185R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
		PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
29	PNEU 195/80R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
30	PNEU 215/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32PLUS	AT0017/2012
31	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
		GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
		KUMHO	857	AT0004/2013
32	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
		GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		KUNHO	857	AT0007/2013
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
33	PNEU 225/70R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		FIRESTONE	CV3000	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
		PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
		KUMHO	857	AT0004/2013
34	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION ATR	AT0003/2013
		BRIGESTONE	DUELER A/T	AT0017/2012
35	PNEU 225/75R15 TIPO A PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER HT 689	AT0017/2012
		GOODYEAR	FORTERA	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION STR	AT0017/2012
36	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO	BRIGESTONE	DUELER A/T	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0017/2012
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION ATR	AT0017/2012
37	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION STR	AT0017/2012
38	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE	AT0002/2013
		BRIGESTONE	DUELER A/T	AT0001/2013
		PIRELLI	SCORPION ATR	AT0003/2013
		KUNHO	KL 78 AT	AT0007/2013
39	PNEU 195/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		PIRELLI	CHORONO	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
40	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KUMHO	857	AT0004/2013
		GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DURAVIS	AT0001/2013
		FIRESTONE	CV3000	AT0017/2012
41	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO	AT0017/2012
		GOODYEAR	G26	AT0001/2013
		KUMHO	857	AT0004/2013
42	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION ATR	AT0003/2013
		FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0017/2012
43	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR	AT0017/2012
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE	AT0017/2012
		GOODYEAR	FORTERA CONFORTRED	AT0017/2012
		KUNHO	KR21	AT0007/2013
		FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0017/2012
44	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR	AT0003/2013
		BRIGESTONE	DUELER H/T D840	AT0017/2012
45	PNEU 225/75R16, TIPO A ÍNDICE DE CARGA 118, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0017/2012
		KUMHO	857	AT0004/2013

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



46	PNEU 235/60R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP ALL WEATHER	AT0017/2012
		PIRELLI	SCORPION STR	AT0017/2012
		BRIGESTONE	DUELER H/T687	AT0017/2012
		KUNHO	KR21	AT0007/2013
47	PNEU 265/75R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR	AT0003/2013
48	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		GOODYEAR	G686MSS	AT0017/2012
49	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557	AT0017/2012
		PIRELLI	MC45	AT0017/2012
		GOODYEAR	RHS	AT0017/2012
		GOODYEAR	G665	AT0017/2012
50	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	M714	AT0017/2012
		GOODYEAR	RHD	AT0017/2012
51	PNEU 700-16 TIPO A 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8	AT0017/2012
		PIRELLI	CT52	AT0017/2012
52	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8	AT0017/2012
		PIRELLI	CT52	AT0001/2013
53	PNEU 750-16 TIPO A 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160	AT0017/2012
		PIRELLI	RT59	AT0017/2012
		PIRELLI	AS22	AT0017/2012
54	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	BANDEIRANTE	AT0017/2012
		PIRELLI	AS22	AT0017/2012
55	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE	GOODYEAR	G8	AT0017/2012
		PIRELLI	LD35	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65	AT0017/2012
56	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 19.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR	AT0017/2012
		PIRELLI	RT59	AT0017/2012
57	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8	AT0017/2012
		PIRELLI	LD35	AT0017/2012
		FIRESTONE	BFT595	AT0017/2012
		PIRELLI	CT65	AT0017/2012
58	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR	AT0017/2012
		FIRESTONE	T615	AT0017/2012
		PIRELLI	RT59	AT0017/2012
59	PNEU 1100-22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8	AT0017/2012
		PIRELLI	CT65	AT0017/2012
		FIRESTONE	BFT595	AT0017/2012
		PIRELLI	LD35	AT0017/2012
60	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85	AT0017/2012
61	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85	AT0017/2012
62	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS	AT0017/2012
		PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		FIRESTONE	T819	AT0017/2012
		BRIGESTONE	M840	AT0017/2012
63	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS	AT0017/2012
64	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM	GOODYEAR	G677 MSD MSD	AT0017/2012
		PIRELLI	TG85	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	L355	AT0017/2012
65	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 24 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
66	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819	AT0017/2012
		BRIGESTONE	M840	AT0017/2012
		PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		GOODYEAR	G686 MSS	AT0017/2012
67	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
		PIRELLI	TG85	AT0017/2012
68	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		GOODYEAR	G686MSS	AT0017/2012
69	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
		PIRELLI	TG85	AT0003/2013
70	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25 M APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
71	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		BRIGESTONE	M840	AT0017/2012
		GOODYEAR	G686	AT0017/2012
72	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE	PIRELLI	FG85	AT0017/2012
		GOODYEAR	G686	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	FABRICAÇÃO.			
73	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85	AT0017/2012
		FIRESTONE	T831	AT0017/2012
		GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
74	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD	AT0017/2012
75	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS	AT0017/2012
		PIRELLI	FG85	AT0003/2013
		KUMHO	973	AT0004/2013
76	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677	AT0017/2012
		PIRELLI	TG85	AT0003/2013
		KUMHO	KMD01	AT0004/2013
77	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	CTRZ	AT0017/2012
		PIRELLI	MC-85	AT0003/2013
		GOODYEAR	G665	AT0017/2012
78	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557	AT0017/2012
		GOODYEAR	G665	AT0017/2012
79	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR	AT0017/2012
		PIRELLI	TD500	AT0017/2012
		FIRESTONE	GUIDE GRIP	AT0017/2012
80	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45	AT0017/2012
		GOODYEAR	RAIADO MAQUINA AGRICOLA	AT0002/2013
		FIRESTONE	RIB IMPLEMENT	AT0017/2012
81	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD500	AT0017/2012
		FIRESTONE	CHAMPION GUID GRIP TRACTOR	AT0017/2012
		GOODYEAR	RIB TRACTOR	AT0017/2012
82	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
83	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUPER CUARTEADORA	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
84	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
85	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012
		GOODYEAR	POWER TORQUE	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
86	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	INDUSTRIALSURE GRIP (R4)	AT0001/2013
87	PNEU 16.9-28 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	ALL TRACTION UTILITY	AT0017/2012
88	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
89	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
90	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
91	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II	AT0017/2012
		PIRELLI	TM95	AT0017/2012
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION	AT0017/2012
92	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	PN16	AT0017/2012
		GOODYEAR	IT323	AT0017/2012
93	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SURE GRIP LUG	AT0017/2012
		GOODYEAR	SURE GRIP LUG	AT0017/2012
		PIRELLI	PN12	AT0001/2013
94	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT525	AT0017/2012
		FIRESTONE	A.T UTILITY R4	AT25AN34/2013
		PIRELLI	PN12	AT0017/2012
95	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	PIRELLI	RM99	AT0017/2012
		FIRESTONE	SGG LOADER	AT0017/2012
		PIRELLI	PN12	AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



	DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	L2G2	AT0017/2012
96	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	HRL -3A	AT0002/2013
		FIRESTONE	SRG E4	AT0001/2013
		PIRELLI	RM95 IND4	AT0017/2012
97	PNEU 1100-20 TIPO A, 18 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	COMPACTADOR C1	AT0002/2013
		PIRELLI	BG-200 COMPACTADOR	AT0001/2013
98	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	COMPACTADOR C1	AT0017/2012
99	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS ÍNDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45	AT0017/2012
		GOODYEAR	FARM UTILITY	AT0002/2013
100	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2	AT0017/2012
		GOODYEAR	SGG 2A	AT0002/2013
		PIRELLI	PN14	AT0017/2012
101	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-3A	AT0002/2013
		PIRELLI	RM95 E3	AT0017/2012
102	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	FOREVER	H578	AT0017/2012
		YOKOHAMA	Y67	AT0017/2012
		PIRELLI	RM95	AT0017/2012
		GOODYEAR	HRL-3A	AT0017/2012
103	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PIRELLI	RM93 E3	AT0017/2012
		GOODYEAR	HRL 3A (E3)	AT0017/2012
		YOKOHAMA	Y67 E3	AT0017/2012
104	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	GOODYEAR	IT323	AT0017/2012
		PIRELLI	PN16	AT0001/2013
105	PNEU 15-6 PARA CORTADOR DE GRAMA	TRELLEBORG	TYRES 6	AT0017/2012
106	PROTETOR 750 -16	VIPAL		AT0017/2012
		SBN		AT0003/2013
107	PROTETOR 900- 20	VIPAL		AT0017/2012
		SBN		AT0003/2013
108	PROTETOR 1000 - 20	VIPAL		AT0017/2012
		SBN		AT0003/2013
109	PROTETOR 1100 - 22	VIPAL		AT0017/2012
		SBN		AT0003/2013
		BRANSALES		AT0004/2013
110	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX		AT0017/2012
		BRANSALES		AT0004/2013
111	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO		AT0017/2012
112	CÂMARA DE AR PARA PNEU 5.60 - 15 FUSCA	TORTUGA		AT0017/2012
113	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	TORTUGA		AT0017/2012
114	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	TORTUGA		AT0017/2012
115	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL	TORTUGA		AT0017/2012
116	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	TORTUGA		AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



		VULCAN		AT0017/2012
117	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		BRANSALES	TR15	AT0004/2013
118	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
119	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		QBOM	TC-131	AT25AN34/2013
		BRANSALES	V30405	AT0004/2013
120	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		BRANSALES	V30405	AT0004/2013
121	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1600-25	TORTUGA		AT0017/2012
122	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
123	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
124	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA VULCAN		AT0017/2012
125	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
126	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		BRANSALES	TR218A	AT0004/2013
127	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
128	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
		BRANSALES	TR218A	AT0004/2013
129	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
130	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0001/2013
		VULCAN		AT0001/2013
		BRANSALES	TR218A	AT0004/2013
131	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
132	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	TORTUGA		AT0001/2013
		VULCAN		AT0001/2013
		BRANSALES	TR218A	AT0004/2013
133	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	TORTUGA		AT0017/2012
134	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
135	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
		BRANSALES	TR220A	AT0004/2013
136	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
137	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	TORTUGA		AT0002/2013
138	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1300 - 24 PARA ROLO COMPACTADOR	TORTUGA		AT0017/2012
		VULCAN		AT0017/2012
139	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10 -16,5	TORTUGA		AT0017/2012

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
 www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



140	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 17	RINALDI		AT0017/2012
		LEVORIN		AT0017/2012
141	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 18	RINALDI		AT0017/2012
		LEVORIN		AT0017/2012
142	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 19	RINALDI		AT0017/2012
		LEVORIN		AT0017/2012
143	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 21	RINALDI		AT0017/2012
		LEVORIN		AT0017/2012
146	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE GT	AT0017/2013
		BRIGESTONE	POTENZA RE760 SPORT	AT0018/2013
147	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE RUN ON FLAT	AT0017/2013
		GOODYEAR	FULDA	AT0017/2013
148	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE	AT0017/2013
		FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0018/2013
149	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA COMFORTRED	AT0017/2013
		FIRESTONE	DESTINATION AT	AT0018/2013
150	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO	AT0017/2013
		BRIGESTONE	DURAVIS R630	AT0018/2013
151	Pneu 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA	GOODYEAR	IT323	AT0017/2013
152	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SGG	AT0017/2013
		FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2	AT0018/2013
153	PNEU AGRÍCOLA 5.00/6 ARO 12	FIRESTONE	TRATOR T-2	AT0018/2013
154	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SG2B	AT0017/2013
155	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	TORTUGA	TR-462C	AT0017/2013
		RS		AT0018/2013

Fraiburgo SC, 20 de novembro de 2013

LUIZ FERNANDO RALDI
RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina

Resolução Nº 0030 _2013

Resolução n. 0030/2013.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 12 de novembro de 2013.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 12 de novembro de 2013, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

RESOLUÇÃO N. 0030/2013

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0004, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/FUNÇÃO		01 – ANALISTA EXECUTIVO		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	02	CLAUDINEI MARCIO MORSOLETO	05	20/06/1965
2	03	ALINE SILVEIRA	05	13/09/1991
3	01	WILLIAM MORSOLETO	03	11/04/1987

Para o código 02 Assistente Administrativo não teve inscritos.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br